

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Inês Beatriz Barbosa de Carvalho

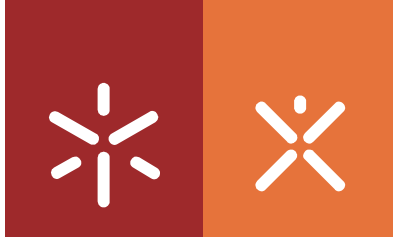
**Crise, austeridade e ação coletiva:
experiências de aprendizagem crítica
com Teatro do Oprimido**

**Crise, austeridade e ação coletiva: experiências
de aprendizagem crítica com Teatro do Oprimido**

Inês Beatriz Barbosa de Carvalho

UMinho | 2016

janeiro de 2016



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Inês Beatriz Barbosa de Carvalho

**Crise, austeridade e ação coletiva:
experiências de aprendizagem crítica
com Teatro do Oprimido**

Tese de Doutoramento em Ciências da Educação
Especialidade de Sociologia da Educação

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Ilídio Ferreira

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 4 de Janeiro de 2016

Nome completo: Inês Beatriz Barbosa de Carvalho

Assinatura: Inês Barbosa

À minha mãe e à minha filha, com quem aprendo e a quem ensino
a pensar e agir no mundo

Agradecimentos,

Às companheiras e companheiros do NTO/Krizo – e também da Tartaruga Falante e da organização do Óprima! – por tudo o que aprendemos e fizemos juntos e, sobretudo, pelo que ainda viremos a fazer;

Ao meu orientador, Fernando Ilídio Ferreira, por toda a confiança, liberdade e autonomia que me proporcionou;

Ao Jorge, Patrícia e Tatiana por partilharem comigo o seu percurso de vida;

À Amarílis, Alexandra, Anabela, Ângela, Inês, João, Quintas, Pedro F., Teresa

À Cecília, José, Julian, Kelly, Muriel, Olivier, Rafael

pela reflexão que permitiram fazer em torno do que pode vir a ser o TO;

Aos amigos/as que me ajudaram neste processo, da revisão do texto às traduções; do babysitting ao registo audiovisual; do apoio técnico aos comentários críticos: Adriano, Aixa, Andrea, Anna, Benjamin, Cardina, Hugo, João, Luís, Marta, Miguel, Paulo, Pedro e outros que espero não estar a esquecer;

Ao Zé, pelo carinho, pelas conversas, pelo apoio, por ser um cúmplice incansável de tantas lutas;

A realização deste trabalho beneficiou do financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de bolsa individual de doutoramento com a referência:

SFRH / BD / 80689 / 2011

RESUMO

O Teatro do Oprimido (TO) é uma metodologia de intervenção política, educativa e social, criada no início dos anos 1970, por Augusto Boal. De inspiração marxista, brechtiana e freiriana, este teatro busca investigar e desmontar as estruturas de poder que estão na base da opressão - nas suas múltiplas formas - visando a emancipação através do exercício dialético e do método dialógico. Esta tese procurou refletir sobre a pertinência do TO no quadro das mobilizações sociais contemporâneas contra a crise e austeridade em Portugal, a partir da experiência de um grupo de TO/associação Krizo, em Braga. Aliando de forma interpelante o debate teórico e a intervenção social e política, desenvolveu-se uma investigação participativa e militante, enquadrada numa “sociologia pública”. Foram utilizadas como fonte de dados: a participação e observação, diário de bordo, notas de campos, grupos focais, retratos sociológicos, entrevistas e registos audiovisuais. Na 1ª parte da tese identifica-se o objeto e ferramenta nucleares da investigação - o TO - e procede-se ao enquadramento metodológico: princípios, objetivos, questões de pesquisa. Na 2ª, apresentam-se os contextos, atores e narrativas: do ciclo de protestos globais à manifestação da “Geração à Rasca”, da descrição do grupo às suas ações, abordando-se, em particular, o tema da juventude e precariedade. Na 3ª, são aprofundadas algumas das iniciativas do grupo, utilizando teatro-imagem, teatro-fórum, teatro-jornal e outras técnicas. Na 4ª parte, analisam-se as experiências de aprendizagem do coletivo, partindo da tensão adaptação-emancipação e das suas tensões e controvérsias. Por fim, debate-se o panorama atual do TO face ao seu projeto emancipatório. A pesquisa empírica aponta revela e aponta possibilidades do TO: na desconstrução de ideologias e discursos dominantes; como exercício de descolonização dos corpos e subjetividades; como ferramenta de visibilização, conscientização e mobilização, salientando-se a necessidade da sua reinvenção permanente. A experiência de participação ativista traduz-se numa importante fonte de aprendizagem crítica, sendo que a precariedade surge como fator, simultaneamente, propulsor e condicionador da ação coletiva. Por fim, assinalam-se as fragilidades, limitações e potencialidades de uma investigação que se assume comprometida com a análise e a transformação do mundo. Desenvolvida numa perspetiva dialética, a investigação oscilou entre a análise da “sociedade de austeridade” e as suas consequências individuais; entre o momento atual e a história de um país e das suas conquistas democráticas; entre a discussão do fenómeno da precariedade e o seu reflexo em histórias de vida; entre os dados concretos da crise (estatísticas, relatórios, etc.) e a perceção física e emocional que se tem dela.

Palavras-chave: teatro do oprimido; precariedade; aprendizagem crítica; ação coletiva; austeridade; crise.

ABSTRACT

The Theatre of the Oppressed (TO) is a methodology of political, educational and social intervention, created in the early 1970s by Augusto Boal. With marxist, brechtian and freirian inspiration, this theatre seeks to investigate and dismantle the power structures that form the basis of oppression – in its many forms – aimed at emancipation through the dialectical exercise and dialogical method. This thesis sought to reflect on the relevance of the TO in the context of contemporary social mobilization against the crisis and austerity in Portugal, based on the experience of a group of TO/Krizo association in Braga. Combining the theoretical debate and social and political intervention, it was developed a participatory and militant research, framed in a “public sociology”. Were used as the data source: participation and observation, logbook, field notes, focus groups, sociological portraits, interviews and audiovisual recordings. In Part 1 of the thesis it is identified the nuclear object and research tool – the TO – and proceeds the methodological framework: principles, objectives, research questions. In the 2nd, we present the contexts, actors and narratives: from the cycle of global protests to the manifestation of “Geração à Rasca”, from the description of the group to their actions, focussing, in particular, the issue of youth and precariousness. In the 3rd, is detailed some of the group’s initiatives using image – theatre, forum-theatre, newspaper-theatre, and other techniques. In Part 4, we analyse the collective learning experiences, based on the tension adaptation–emancipation and its controversies. Finally, it is discussed the current situation of the TO in relation to its emancipatory project. The empirical research points out and reveals the possibilities of TO: in the deconstruction of ideologies and dominant discourses; as a decolonization exercise of bodies and subjectivities; as a tool for visibilization, awareness (conscientização) and mobilization, emphasizing the need for its permanent reinvention. The experience of activist participation reflects into an important source of critical learning. The precariousness arises as a factor both propellant and conditioner of collective action. Finally, it points up the weaknesses, limitations and potential of an investigation committed to analysing and transforming the world. Developed in a dialectical perspective, the research oscillated between the analysis of “austerity society” and its individual consequences; between present time and the history of a country and its democratic achievements; between the discussion of the phenomenon of precariousness and its reflection on life stories; between the concrete data of the crisis (statistics, reports, etc.) and physical and emotional perception that we have of it.

KEYWORDS: theatre of the oppressed; precariousness; critical learning; collective action; austerity; crisis.

ÍNDICE

PRÓLOGO: A Leitura do Mundo em quatro encontros	1
<u>PARTE 1 _ PONTO DE PARTIDA</u>	7
1. Notas introdutórias	8
1.1. Guião orientador da tese	8
1.2. Princípios orientadores desta pesquisa	12
1. TEATRO DO OPRIMIDO: O “TEATRO DA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL”	17
2.1. Da complexidade de um objeto de estudo	18
2.2. Augusto Boal: o engenheiro químico com gosto pelo teatro	19
2.3. Da “conscientização em massa” à “devolução dos meios de produção teatral”	21
2.4. Da semente à árvore: o surgimento do Teatro do Oprimido	25
2.5. A árvore do Teatro do Oprimido: jogos, exercícios, técnicas	30
2.6. O teatro-limite: Teatro do Oprimido em três transgressões	40
2.7. Opressão, diálogo, conscientização: (des)encontros entre Boal e Freire	42
2.8. Grupos e projetos: panorama do TO em Portugal e no mundo	48
3. UMA INVESTIGAÇÃO MILITANTE NO QUADRO DE UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA	53
3.1. Investigação participativa militante	56
3.2. Hansel e Gretel: reconstruindo os percursos de uma investigação	63
3.3. Objetivos, questões e instrumentos de investigação	66
3.4. Sociologia pública e o investigador militante	73

<u>PARTE 2_ CONTEXTOS, NARRATIVAS E ATORES</u>	77
4. “A INDIGNAÇÃO É UM COMEÇO”: CRÓNICA DE UM DESPERTAR ANUNCIADO	79
4.1. Portugal: o impulso da “Geração à Rasca”	83
4.2. Krizo: uma associação nascida da crise e da crítica	87
4.2.1. Uma cidade conservadora, um país em crise: como surgiu a associação?	89
4.2.2. “Jovens”, precários, inconformados: quem somos?	91
4.2.3. A procura de espaços de politização: como nos organizamos?	93
4.4. Máquinas, monstros e pipocas: cronologia de um processo	95
4.5. Coletivos e mobilizações: uma análise (quase) desapaixonada	115
4.5.1. A “energia incontornável da rua”	116
4.5.2. A urgência e as flutuações do contexto	117
4.5.3. Emoções e consciência coletiva	118
4.5.4. O protesto–festa e as difíceis alianças	118
5. JUVENTUDE, TRABALHO E FUTURO: O QUE MOVE A “GERAÇÃO À RASCA”?	123
5.1. Retratos sociológicos: o “singular no plural”	128
5.2. “É simples: não aceitar a injustiça” – Patrícia, a psicóloga “biscateira” que vai rumar para o Brasil	132
5.3 “Não tive um percurso assim tradicional a um puto de esquerda”: Jorge, pai e educador social	140
5.3. “É impossível sair e estar nesta casa sem ser a Tatiana precária e a Tatiana feminista”: quando a vida é um permanente bailado	148
5.5. Da “precariedade como modo de vida” ao impulso para o ativismo: uma síntese interpretativa	157

<u>PARTE 3 _ EXPERIÊNCIAS DE AÇÃO COLETIVA</u>	167
6. TROKA O SALAZAR PELA TROIKA: TEATRO-JORNAL E O DISCURSO DA AUSTERIDADE	169
6.1. Teatro-jornal, o embrião do Teatro do Oprimido	170
6.2. “Desconstruir é com várias cabeças a ler a mesma notícia”	172
6. 3. Troka o Salazar pela Troika	174
6.4. O fascismo ainda mora cá dentro? O discurso da austeridade em dois tempos	184
6.4.1. As “verdades indiscutíveis”: paralelismos entre o discurso salazarista e o discurso atual da austeridade	188
6.4.2. O monstro da crise e a fabricação do medo: democracia em suspenso	195
6.4.3. O fascismo ainda mora cá dentro?	197
7. O MONSTRO DA CRISE: TEATRO-IMAGEM E A DESCOLONIZAÇÃO DOS CORPOS E DAS SUBJETIVIDADES	201
7.1. Teatro-imagem: “o espelho múltiplo do olhar dos outros”	202
7.2. A crise saiu à rua: intervenções em manifestações	204
7.3. Imagens e sons da crise: oficinas	209
7.4. Poder, <i>habitus</i> e osmose: o teatro-imagem como ferramenta de descolonização	218
8. A MÁQUINA DO EMPREENDEDORISMO: ESTÉTICA DO OPRIMIDO E A “INVASÃO DOS CÉREBROS”	227
8.1. Estética do oprimido e a invasão de cérebros	228
8.2. Sequência alegórica de análise	229
8.2.1. Da “irritação” ao “combate” do discurso: porque nos envolvemos?	232
8.2.2. Da rua aos debates: protesto, denúncia, discussão	233
8.2.3. Debate “O que é preciso é sermos empreendedores?”	237
8.4. Máquina do Empreendedorismo: objetivos, estratégias, contradições	240

8.4.1. A “ideologia do empreendedorismo”: <i>requiem</i> para uma reestruturação da sociedade	241
8.4.2. “O produto és tu!” Educação para o empreendedorismo e novas formas de controlo	248
8.4.3. Máquinas e suas contradições: uma síntese interpretativa	255
9. “MEXAM ESSE TRASEIRO AO QUADRADO!”: TEATRO-FÓRUM, PRECARIIDADE E AÇÃO COLETIVA	256
9.1. Mexer, remexer e voltar a mexer: o processo de criação	260
9.2. MET2 - Mexe esse traseiro ao quadrado!	270
9.3. Teatro-fórum: “uma pergunta sincera” em forma de cena teatral	274
9.4. Os fóruns: Braga, Porto e Lisboa	282
9.5. Precariedade e ação coletiva: uma relação impossível?	285
9.6. Teatro-fórum: visibilizar, conscientizar, mobilizar	289
<u>PARTE 4 _ TEATRO DO OPRIMIDO E APRENDIZAGENS CRÍTICAS</u>	291
10. CIDADANIA EM TEMPOS DE CRISE: EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NA AÇÃO COLETIVA E EM CONTEXTO ASSOCIATIVO	295
10.1. Educação e aprendizagem na ação coletiva	295
10.2. Da elaboração de atas à reivindicação de direitos: o que se aprende numa associação?	299
10.3. Jovens, aprendizagens e conscientização em contexto de crise	302
10.4. Tensões, limitações e aprendizagem pela controvérsia	305
10. 5. Por um conceito de cidadania rebelde e inconformada	311
11. TEATRO DO OPRIMIDO E PROJETO EMANCIPATÓRIO: DESVIOS, FRAGILIDADES E COMBATES	315
11.1. Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo	319

11.2. Fragilidades ou desvios? O TO em crise	322
11.3. Terá o Teatro do Oprimido expirado o prazo de validade?	326
11.4. Uma arma de combate? Possibilidades do Teatro do Oprimido	327
11.5. Desordenar em “tempo de guerra”	332
SÍNTESES E CONCLUSÃO	337
“Nada deve parecer impossível de mudar”	
Referências bibliográficas	363

PRÓLOGO:

A Leitura do Mundo em quatro encontros

PROFESSOR: Querem portanto que lhes ensine a ler. Francamente não vejo de que possa servir-lhes e alguns já não estão em idade para isso (...) Vou agora escrever no quadro três palavras simples: ave, neve, silva. Repito: ave, neve, silva.

SIGORSKI: Para quê palavras dessas?

WLASSOWA: Por favor Nikolai Iwanowitsch, tem mesmo de ser ave, neve, silva? Já estamos velhos e precisamos de aprender depressa as palavras que nos fazem falta.

PROF: Olhe que tanto importa aprender a ler por estas como por outras palavras.

WLASSOWA: Ora essa?! E como se escreve "operário", por exemplo. Aqui ao nosso Pawel Sigorski interessa-lhe saber (...). É operário metalúrgico.

PROF: Mas aparecem letras.

OPERÁRIO: Mas na palavra "luta de classes" também aparecem as letras.

PROF: Sim, mas temos de começar pelo mais simples e não pelo mais complicado! "Ave" é simples.

SIGORSKI: "Luta-de-classes" é muito mais simples.

PROF: Mas não há luta de classes nenhuma. Assentemos nisto de uma vez para sempre.

SIGORSKI (levanta-se) Se para o senhor não há luta-de-classes, não posso aprender nada consigo!

WLASSOWA: Estás aqui para aprender a ler e a escrever e podes fazê-lo. Ler é luta de classes!

("A mãe", Bertolt Brecht, 1978, 40-43)

No início dos anos de 1930, Brecht escrevia "A mãe", uma das suas peças teatrais mais reconhecidas. Ativista improvável, a mãe era uma mulher de meia-idade analfabeta que, após a prisão do filho, decide envolver-se nas mesmas lutas políticas que o colocaram lá. Neste excerto, a mãe, Wlassowa reúne um grupo de vizinhos e pede a um amigo professor que lhes ensine a ler. Depois de muita insistência, o professor acaba por ceder e ensina as palavras que "lhes fazem falta": *operário, luta de classes, exploração*. Afinal, também o professor é educado. Neste encontro antecipado com a pedagogia e método de Paulo Freire (2007, 1ª ed. 1972; 1974, 1ª ed. 1969), a mulher reivindica a didática da leitura a par da conscientização: ler para perceber melhor o mundo e para poder intervir nele. Para isso era essencial quebrar a barreira entre educador e educando, entre a aprendizagem das letras e a realidade

concreta que era preciso transformar. No início dos anos 1970, Augusto Boal haveria de propor o mesmo no campo teatral, rompendo as divisões que separam atores e espetadores, palco e plateia, ficção e realidade. Com isso, queria ir mais longe que a poética brechtiana: mais do que conscientização, ação e libertação (Boal, 2010: 182; 1ª ed.1973). Nascia o Teatro do Oprimido de inspiração marxista, brechtiana e freiriana.

Karl Marx, Bertolt Brecht, Paulo Freire e Augusto Boal poderiam ter estado juntos discutindo animadamente num café, ou num congresso, se quisermos dar um tom mais formal. Partilhariam inquietações similares, desenhariam projetos semelhantes, indignar-se-iam com o mesmo. Encontrei-me com cada um deles em fases distintas da vida, embora não muito distantes. O primeiro terá sido Marx. Não Marx e o seu “Capital” – a teoria veio mais tarde –, mas o marxismo enquanto crítica das desigualdades sociais e das várias formas de opressão; o marxismo dos *porquês* constantes e da indignação perante as injustiças: do mais simples e quotidiano àquilo que me parecia mais inalcançável. Se em criança, a rebelião se resolvia a murros e pontapés - e eu era, francamente, uma menina que se batia bastante - rapidamente percebi que não poderia manter essa atitude por muito mais tempo, nem que fosse porque a minha constituição física não o permitiria. Socializada no Sindicato dos Professores de Norte, onde a minha mãe era dirigente e onde passava grande parte do meu tempo livre; e no centro de trabalho do Partido Comunista Português, mesmo ao lado da minha casa e para onde escapava para ajudar a pintar pancartas, desde criança que a política fez parte do meu quotidiano. Aos 16 anos, ingressava na JCP, envolvendo-me avidamente nas lutas do ensino secundário, distribuindo panfletos, organizando plenários, gritando palavras de ordem ao megafone, fechando escolas a cadeado. Aos 18 anos saí, zangada e desiludida, depois de um episódio em que perante a minha insistência em procedimentos democráticos me disseram que a “foice e o martelo estavam à frente de tudo”. O encontro com Brecht terá sido por essa altura, primeiro os poemas, depois a sua obra teatral. Espantava-me a sua capacidade de, em frases curtas e incisivas, dizer tanto das injustiças do mundo. Confesso até, em primeira mão, que o único livro roubado até hoje (a um ex-namorado) foi o seu

“Poemas”, em especial por causa de um texto muito breve que, recordo, serviu como epígrafe do meu primeiro trabalho de faculdade: “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem” (1976: 73). A vontade de compreender essas margens foi o que, a partir daí, me moveu.

Entrei na Universidade e rapidamente fui apelidada de “sindicalista” e eleita delegada de curso, mas o desinteresse pela licenciatura e pela academia - tal como a percecionava - fez com que nunca me chegasse a envolver realmente nas lutas de então. Apesar da desmotivação pelos conteúdos e organização do curso, foi na Universidade que me encontrei com Paulo Freire. E foi como se sempre o tivesse conhecido. Em Freire reconheci tudo o que pensava sobre educação e sobre o mundo e sobre o papel da educação na transformação do mundo. Nele reconheci a mesma indignação que me movia desde pequena, a mesma paixão por mudar o estado das coisas e a vontade de fazer perguntas. Quando terminou a faculdade saltei para o ensino, sobretudo em escolas e com crianças com problemas de aprendizagem e em situação de risco, nos chamados Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Freire foi comigo, mas com muito menos presença e intensidade do que queria. As escolas eram pesos burocráticos, desumanizados; os professores - não todos, obviamente - somavam a desigualdade do berço e o preconceito da sociedade às suas práticas em sala de aula; alguns mais atentos e dedicados acumulavam cansaços e desânimos pelas sucessivas alterações das regras; os pais eram o excedente vulgar, proibidos de entrar, de participar, de acompanhar os seus filhos; as crianças eram o reflexo da sociedade desigual que tanto me indignava e os parentes pobres de um sistema educativo em rutura. Então apareceu Augusto Boal e o Teatro do Oprimido (TO). Tinha 27 anos e tudo aquilo que herdava dos outros encontros - com Marx, Brecht, Freire - parecia confluir nele. Num primeiro momento, o enamoramento. A tese de mestrado (Barbosa, 2011) refletia o fascínio pela metodologia, pelas discussões que ela gerava, pelo seu potencial emancipatório, pela capacidade que tinha em dar voz a quem tinha sido silenciado. E chegamos a 2011, fim e princípio desta história de quatro encontros.

Se há situações em que a conjuntura se impõe ao tema da investigação, esta foi uma delas. Quando no Verão desse ano, recebi a resposta da FCT em como me tinha sido concedida a bolsa de doutoramento, rapidamente percebi que o que tinha escrito e planeado meses antes teria de ser alterado. O protesto da “Geração à Rasca”, o ciclo de protestos a que deu início e o burburinho que se elevava, deixavam marcas na sociedade portuguesa e em mim própria. Inicialmente tinha previsto fazer um projeto de investigação-ação com TO numa instituição de acolhimento de menores, o projeto era misto, entre o Rio de Janeiro e Braga. Ora, com a explosão de contestação que se vivia em Portugal (e em várias partes do mundo) não fazia sentido – pelo menos para mim – estar fechada numa instituição quando o que era necessário era partir para a rua com o TO. Perante isso, optei por direcionar o foco da investigação para o contexto onde ela poderia ser desenvolvida, no quadro das mobilizações sociais contemporâneas contra a austeridade. Mais do que um olhar *sobre* o Teatro do Oprimido, procurei exercitar um olhar *através* do Teatro do Oprimido. Mais do que um *olhar*, um *quefazer* (Freire & Nogueira, 1989): um refletir e agir constante, uma *práxis*. Para me auxiliar nessa tarefa de “leitura do mundo” precisava não só de Augusto Boal, mas também de Marx, Freire, Brecht e todos aqueles e aquelas com quem comungava um compromisso semelhante: o de “interpretar a realidade para a poder transformar¹”. Órfã de um espaço onde pudesse intervir politicamente, impulsionei a criação do Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga, mais tarde associação Krizo - Educação, Arte e Cidadania.

A história desta investigação é por isso, como muitas outras, uma história autobiográfica e uma história de encontros, com grandes intelectuais e com gente comum. Insere-se na história do país durante mais de quatro anos, entre finais de 2011, momento do resgate financeiro da Troika², com todas as consequências dessa política, até ao final de 2015, ano que termina com a esperança suscitada, em muitos dos setores mais penalizados pelo empobrecimento, pela formação de um novo

¹ 11º tese de Marx sobre Feuerbach, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; agora é preciso transformá-lo”.

² Troika: aliança entre Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

governo que nasce de um compromisso contra a austeridade. É também a história de colegas que perderam o emprego, dos que saltam de trabalho em trabalho, de quem não tem como pagar as contas, dos que desistiram de estudar, dos amigos que, entretanto, emigraram. E nela estão todas as emoções que a luta coletiva provoca: a raiva, o desespero, a impotência, e também a alegria e o entusiasmo das pequenas vitórias. E também o necessário “desapaixonamento” pelo TO e pelas mobilizações sociais que não poderiam ser as únicas formas de luta. E as aprendizagens, tantas que são inumeráveis: individuais e coletivas. Aprender que o TO não chega; que a rua não é suficiente; que a democracia não é só obra de partidos e eleições, mas também não é feita apenas de assembleias populares; que podemos estar dentro e fora do sistema a construir mudanças; que o conflito e dissenso não só são necessários, como são absolutamente vitais, e tanto, tanto mais. A maior das aprendizagens está condensada no sentido do excerto com que começamos esta investigação. “Ler o mundo” é lê-lo de várias formas, com o corpo e com a cabeça, na teoria e com as mãos na massa. “Ler o mundo” é tomar uma posição, é escolher um lado. Ler, investigar, atuar é “luta de classes”.

PARTE 1 _ PONTO DE PARTIDA

O Bloco 1 enuncia um ponto de partida. Tal não significa que exista um ponto de chegada ou um caminho delineado que nos compete seguir. É antes uma entrada na investigação que permite explicitar as razões que levaram a que ela tivesse tomado o curso que tomou. Ainda antes do primeiro capítulo, no prólogo, refletiu-se se sobre os antecedentes desta investigação: o percurso pessoal, profissional e ativista; os encontros teóricos e práticos com quatro figuras marcantes (Marx, Brecht, Freire e Boal); e a conjuntura política, social e económica que despoletou a pesquisa, nomeadamente o despontar do ciclo de protestos e mobilizações contra a crise em 2011. De seguida, na introdução, apresenta-se um guião que introduz cada um dos capítulos da tese e um conjunto de princípios que orientam a investigação. O segundo capítulo foca-se naquele que é o objeto nuclear nesta pesquisa: o Teatro do Oprimido. Inicia com uma breve abordagem da pluralidade de áreas disciplinares em que este tem sido tratado no meio académico; o historial de criação do TO: da sua génese ao panorama atual; a descrição das suas técnicas; e uma reflexão sobre os seus fundamentos, conceitos e afinidades, em particular a sua relação com a Pedagogia do Oprimido, terminando com um panorama geral do TO em Portugal e no mundo. O terceiro capítulo faz o enquadramento metodológico, explicitando os princípios, influências e características fundamentais da pesquisa, apresentando uma reconstituição cronológica destes quatro anos (assinalando-se os motivos que levaram a determinadas opções), bem como os objetivos, questões e ferramentas de investigação e conclui uma abordagem introdutória à *sociologia pública*, enquanto perspetiva teórica e epistemológica que orienta a investigação.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

A tese que aqui se apresenta foi realizada no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação - Especialidade de Sociologia da Educação, na Universidade do Minho, entre finais de 2011 e 2015. É um trabalho pouco convencional. Escrito assim parece presunção, como se fosse algo de especial. Não o é, simplesmente nem sempre segue as regras que aceitamos como sendo “o normal” para uma investigação científica. Por vezes, é mesmo desobediente. A teoria e a prática complementam-se, interpelam-se, por vezes confundem-se. As áreas disciplinares cruzam-se e são mobilizadas a partir das perguntas que vão sendo formuladas. As vozes ora são individuais – da investigadora –, ora são coletivas – dos grupos em que esteve envolvida. E apesar de o Teatro do Oprimido ser central nesta pesquisa, nem sempre é claro se este é objeto ou ferramenta de investigação.

A investigação de cariz interventivo, participativo e militante pretende enquadrar o Teatro do Oprimido no contexto das mobilizações sociais contemporâneas, encarando-o como ferramenta de ação coletiva e fonte de experiências de aprendizagem crítica. As intervenções descritas e analisadas, partem da experiência de um grupo criado em Braga - NTO Braga, entretanto constituído em associação Krizo³ - em articulação com outros coletivos e movimentos sociais. O nome Krizo, cuja designação significa, simultaneamente, *crise* e *crítica*, remete assim para o ofício que comandou a criação e intervenção do grupo: analisar, interpretar e criticar a grave crise económica, social, cultural e política que o país atravessava.

1.1. Guião orientador da tese

Segue-se uma estrutura da tese que, percorrendo cada bloco e capítulo, possibilita fazer um mapeamento e entendimento geral da mesma.

³ www.facebook.com/ajkrizo

Parte 1: Ponto de partida

A tese começa por apresentar o objeto central da investigação, o Teatro do Oprimido: como surgiu, quais são os seus antecedentes, que contexto histórico e político o fez emergir, de que forma se foi se desenvolvendo, etc. Depois de uma descrição pormenorizada das suas principais técnicas, elabora-se uma reflexão sobre as características e objetivos fundamentais do TO: a democratização dos papéis sociais e dos meios de produção cultural e político e o entendimento da metodologia enquanto “ensaio da revolução”. O encontro de Augusto Boal com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, é clarificado a partir de três conceitos nucleares: opressão, diálogo e conscientização. O capítulo termina com um panorama geral dos grupos e projetos nacionais e internacionais, situando o principal contexto desta investigação: o núcleo de TO de Braga/associação Krizo. Segue-se o capítulo metodológico: é ele que apresenta o chão que pisamos, os objetivos que nos guiaram, os caminhos que foram percorridos, as estratégias e técnicas utilizadas. A *sociologia pública* (Burawoy, 2006; Braga & Santana, 2009; Braga, 2011) surge como perspetiva epistemológica e teórica nesta investigação, procurando-se assim acentuar os contributos que os cientistas sociais poderão dar na análise e transformação da realidade.

Parte 2: Contextos, atores e narrativas

O quarto e o quinto capítulos apresentam os contextos de investigação, as narrativas que os compõem e os atores envolvidos nela, partindo do cenário geral para um nível particular. A *indignação é um começo* - a expressão de Daniel Bensaid (2008) - é o mote para se discutir as motivações que mobilizaram indivíduos, grupos e movimentos globais, em particular nos últimos quatro anos. Começa-se por uma análise do protesto mundial traçando-se características comuns e clarificando-se alguns antecedentes; posteriormente, toma-se o caso português, cujo ciclo de protestos se iniciou com a manifestação da “Geração à Rasca” e se prolongou, de forma mais visível, até 2013. De seguida, é apresentado o NTO Braga (entretanto constituído em associação Krizo) criado em finais de 2011: como surgiu, quem são

os seus protagonistas, como se organiza. Isto é feito a partir das vozes de cinco dos membros mais ativos. É elaborada uma cronologia das intervenções do coletivo, no período mais agudo das mobilizações – 2012–2013 – a partir do “diário de bordo” da investigadora, de notícias, manifestos e outras fontes de dados, capazes de dar conta dos processos, das alianças, dos modos de ação, dos dilemas que envolvem a ação coletiva. No quinto capítulo aborda-se o tema da “juventude, precariedade e futuro” a partir de retratos sociológicos de três jovens, na linha de Lahire (2002; 2013). Neles, procura-se perceber o percurso e impulso para o ativismo, o modo como a precariedade influencia a ação coletiva e os anseios em relação ao futuro.

Parte 3: Experiências de ação coletiva

Neste bloco são vistas ao microscópio algumas das iniciativas realizadas pelo grupo: uma peça de teatro-jornal “Troka o Salazar pela Troika”; performances e oficinas em torno da ideia de “Monstro da Crise”; uma sequência alegórica de análise “Máquina do Empreendedorismo”; e uma peça de teatro-fórum “Mexam esse traseiro ao quadrado!”. Cada uma destas iniciativas originou reflexões sobre as técnicas de TO, sobre os processos de criação e de envolvimento do grupo, sobre a interpretação das situações vivenciadas, sobre as aprendizagens individuais e coletivas numa perspetiva de educação crítica. O sexto capítulo parte da peça de teatro-jornal para uma discussão sobre o discurso da austeridade no período salazarista e também no período contemporâneo; o sétimo capítulo aborda as potencialidades do “teatro-imagem” na descolonização dos corpos e das subjetividades, com base nas reflexões coletivas associadas à realização de oficinas e performances sobre a crise. O oitavo capítulo utiliza um processo estético de crítica ao empreendedorismo, tendo em vista a desocultação deste discurso no contexto educativo e do trabalho: os seus objetivos, estratégias e contradições. O nono capítulo explora a problemática relação entre precariedade e ação coletiva a partir de uma peça de teatro-fórum. Cada uma destas experiências do grupo é encarada como um processo de aprendizagem individual e coletiva, no âmbito de uma leitura crítica do mundo.

Parte 4: Teatro do Oprimido e aprendizagem crítica

Nos capítulos décimo e décimo primeiro são aprofundados dois aspetos fundamentais da tese. No décimo, analisam-se as experiências de aprendizagem desenvolvidas durante os quatro anos de existência da associação Krizo, enquadrando-as numa perspetiva de educação crítica através da ação coletiva. Definem-se quatro categorias de aprendizagem (operacionais, estratégicas, conviviais, político-ideológicas), partindo da tensão adaptação-emancipação, e destaca-se o papel do conflito e da controvérsia na construção educativa e a sua importância particular em contextos de crise. Termina-se com uma reflexão sobre as implicações do presente trabalho no campo da educação e da cidadania. No penúltimo capítulo, faz-se uma espécie de balanço do Teatro do Oprimido na atualidade, a partir dos contributos de curingas⁴ e investigadores, recolhidos em entrevistas e debates. Partindo da experiência de organização do Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo, o TO é analisado considerando a situação de crise política, social, económica. Por um lado, as suas fragilidades ou desvios, ou seja, o modo como o TO tem sido adaptado, reconfigurado, adulterado, fazendo com que algumas práticas se tenham afastado do seu carácter emancipatório. Por outro, o TO como “arma de combate” para enfrentar um mundo em rutura e desordem, implicando o seu reposicionamento e uma reinvenção permanente.

Parte 5: Ponto de regresso (e novas partidas)

No último capítulo traçam-se algumas conclusões da investigação, retomando e expandindo os seus pontos essenciais. Analisa-se o percurso metodológico, assinalando-se as fragilidades, obstáculos e suas implicações éticas e epistemológicas: a imprevisibilidade, o duplo papel de ativista e académica; o carácter “coletivo” da pesquisa, as dificuldades de “tradução” dos afetos e da linguagem metafórica; e a utilização do TO enquanto ferramenta e objeto de investigação. Posteriormente, apresenta-se uma síntese das principais conclusões - quer

⁴ Curinga é o nome dado aos dinamizadores/facilitadores de TO, em inglês a tradução é joker.

relativamente ao contexto político e social analisado (crise, austeridade, juventude, precariedade, etc.), quer sobre o TO propriamente dito, quer em relação às aprendizagens proporcionadas pela participação ativista e associativa. A partir desses resultados traça-se uma aproximação do TO ao paradigma da educação crítica, nomeadamente a partir das referências à dialética, à práxis, à conscientização ou à “leitura do mundo”. Explora-se também a possibilidade de as intervenções do NTO/Krizo conjugarem as duas fontes de crítica ao capitalismo – social e estética (Boltansky & Chiapello, 2009; 1ª ed. 1999) – para expandir e influenciar o espaço público e o modo como pode ser isso perspectivado na linha de uma “sociologia pública”. Por fim, abordam-se os conceitos de *diálogo* e *revolução*, apropriando-nos deles para o trabalho com TO e na ação coletiva.

1.2. Princípios orientadores desta pesquisa

Esta é uma investigação em Sociologia da Educação. E sendo *sociologia* e da *educação* o posicionamento que adotamos é de que ela deve ser crítica, emancipatória e transformadora, debruçada sobre os problemas e desafios do mundo social. Porém, como bem sabemos, a sociologia – da educação ou de qualquer outra área – não tem passado imune às investidas neoliberais que têm tentado neutralizá-la e despolitizá-la, retirando-a do seu registo de vigilância crítica.

Por outro lado, esta é uma investigação sobre Teatro do Oprimido. O TO é uma metodologia de intervenção educativa, política e social criada por Augusto Boal, no contexto da ditadura brasileira. Marxista, brechtiano, freiriano, este teatro busca investigar e desmontar as estruturas de poder que estão na base da opressão – nas suas múltiplas formas – visando a emancipação individual e coletiva através do exercício dialético e do método dialógico. Ora, o seu compromisso com a análise e transformação do mundo também não se coaduna com uma perspectiva supostamente neutra de investigação. “Nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente “a todos” dentro de mundos concretamente desiguais” (Brandão, 1981:

11). Para sermos claros em relação ao terreno onde nos movemos, apresentamos aqui sucintamente alguns dos pressupostos deste trabalho:

a) A educação deve ser entendida em sentido lato

Por mais que se debata a importância de formas de educação não-formal ou informal, o paradigma escolar persiste como dominante, monopolizando grande parte das investigações que são feitas na área da sociologia da educação⁵. Entendida na sua plenitude, a educação não pressupõe limites etários, não está condicionada a determinados espaços. e não implica nenhuma forma de organização específica.

b) A experiência crítica é o substrato da aprendizagem

Partindo do pressuposto de que a educação é transversal às várias situações de vida, consideramos que a experiência anterior e presente dos indivíduos é catalisadora de novas aprendizagens. A ela acrescentamos a participação, a reflexão e a dimensão coletiva e crítica para concebermos aquilo que designamos como “experiências de aprendizagem na ação coletiva”: dirigir uma reunião, levantar o braço num debate, dinamizar uma oficina, organizar uma manifestação, são tudo oportunidades para aprender e ensinar.

c) As fronteiras reduzem, não alargam

Da mesma forma que se esbatem os limites entre o que é ou não educativo, também o cruzamento de áreas disciplinares, da teoria e da praxis, de metodologias e técnicas de investigação, é aqui valorizado como modo de complexificação do saber. Porque parte da experiência e porque esta não é reduzida a um determinado campo, os recursos (teóricos e metodológicos) são mobilizados à medida que se colocam perguntas, não ao contrário.

⁵ Em Portugal, autores como Nóvoa (1991), Correia (1998), Canário (1999), Afonso (2003), Ferreira (2005), Palhares (2009) têm vindo a criticar esse monopólio e a defender uma sociologia da educação não escolar, que permita compreender a educação em sentido lato

d) A dialética é o motor que faz o mundo girar

O modo como pensamos os problemas é baseado numa perspectiva dialética, o que significa que, para nós, a realidade estará em constante movimento: tudo se relaciona e tudo tem o seu contrário. Focada nas contradições das práticas e discursos, do mundo social, dos sistemas, a análise é feita num sentido transformador: a História (e a investigação) não é assim vista como repetição ou evolução, mas sim como espiral cíclica que cresce e se expande.

e) A educação será crítica, ou não será

Emprestado do slogan feminista⁶, este princípio alude ao papel eminentemente crítico da educação. Consideramos que, se esta não assentar a sua ação na crítica às desigualdades, nomeadamente de classe; na resistência à hegemonia; no desvendar das ideologias e discursos dominantes; no combate a todas as formas de opressão, pouco sentido faz chamar-se *educação*. Porque educar supõe transformar e não há transformação neutra.

f) Investigar é tomar uma posição

Tal como afirmámos na primeira secção, entendemos que investigar é escolher um lado e este só poderá ser o das classes sociais oprimidas (e dos oprimidos dentro delas)⁷. Nesse sentido, importa aqui frisar que temos uma posição crítica em relação às políticas de austeridade e ao paradigma neoliberal; o nosso lado é o dos desempregados e trabalhadores precários, dos que se mobilizaram contra a Troika, dos que acreditam que “há alternativa”.

g) Os cientistas sociais têm um papel na transformação do mundo

Por estarem numa situação privilegiada que lhes dá tempo e disponibilidade para analisar o mundo, consideramos que os cientistas sociais têm uma responsabilidade

⁶ “A revolução será feminista, ou não será”

⁷ Adaptado da expressão de Boal que será abordada posteriormente: “a melhor definição para o teatro do oprimido seria a de que se trata do teatro das classes oprimidas e de todos os oprimidos, mesmo no interior dessas classes” (1980: 25)

acrescida no desvendar da realidade, no ofício de denúncia e anúncio (Freire, 1997). Para isso, importa tornar as investigações científica e socialmente relevantes e inteligíveis, nunca perdendo de vista os seus pressupostos, as suas finalidades, os seus públicos e as suas implicações científicas e sociais.

2. TEATRO DO OPRIMIDO: o “teatro da primeira pessoa do plural”

“Palavra, imagem e som, que hoje são canais de opressão, devem ser usados pelos oprimidos como formas de libertação. Não basta consumir cultura, é necessário produzi-la. Não basta gozar arte: necessário é ser artista! Não basta produzir ideias: necessário é transformá-las em atos sociais, concretos e continuados.” (Boal, 2009)

Augusto Boal (1931–2009), dramaturgo e criador do Teatro do Oprimido (TO), proferiu estas palavras num discurso no Fórum Social Mundial, em Belém, poucos meses antes de morrer. Já nessa altura se falava da nova Grande Recessão e se adivinhava que a crise - económica, social, política - seria para durar e que teria consequências capazes de transformar por completo a sociedade: de paradigmas teóricos ao quotidiano das nossas vidas.

O Teatro do Oprimido é uma abordagem teatral de intervenção política, educativa, cultural e social criada pelo dramaturgo Augusto Boal no início dos anos 1970, no contexto da ditadura brasileira e desenvolvida em países da América Latina e da Europa, ao longo de quase três décadas. Tendo como principais inspirações Marx, Brecht e Freire, mas também os fundamentos de Stanislavsky, as experiências de teatro popular e do *agit prop* - teatro de agitação e propaganda, Augusto Boal construiu uma metodologia que procurava democratizar os meios de produção teatral e política, colocando-os ao alcance de todos os que se veem implicados na luta pela transformação social. O pressuposto do dramaturgo era de que derrubando o muro que separa atores e espectadores, derrubava também o muro que separa sujeitos passivos/consumidores de cidadãos ativos/produtores de mudanças na sociedade. Partindo dos jogos e exercícios teatrais, das diferentes técnicas e do diálogo constante e crítico, pretende evidenciar e analisar os mecanismos de opressão e as estruturas de poder existentes, com o objetivo de as transformar.

2.1. Da complexidade de um objeto de estudo

O Teatro do Oprimido, enquanto objeto de investigação, tem estado na base de vários estudos em campos muito distintos, da educação às artes dramáticas, passando pelo direito, psicologia, filosofia, ciências da comunicação ou até economia; em contextos geográficos diferenciados – da América Latina, África até à Europa ou Estados Unidos da América; com um carácter diacrónico ou partindo de experiências vigentes; fazendo uso de metodologias que vão da análise teórica, à etnografia ou investigação-ação.

Uma breve passagem pelas pesquisas realizadas nos últimos cinco anos ilustram bem a variedade das suas aplicações e os diferentes terrenos políticos, culturais e sociais onde se move: o TO para desconstruir o sexismo linguístico dos adolescentes (Jesus, 2014); para estimular competências de empregabilidade em mulheres (Ferreira, 2014); como ferramenta pedagógica de educação ambiental (Silva, 2010); no trabalho com jovens de etnia cigana (Martins, 2012); como auxiliar dos processos plenários do Orçamento Participativo (Leal, 2010); na pesquisa e intervenção contra a violência de género (Oliveira, 2013); como forma de comunicação de resistência no movimento agrário (Dohms e Cóssio, 2012); como dispositivo de intervenção e participação pública em projetos de nanotecnologia (Carvalho e Nunes, 2014); como recurso terapêutico na formação da criança com Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (Vasconcellos, 2013); ou até como instrumento educativo para “discussões acerca da helmintose”, “num estudo quantitativo, quasi-experimental e longitudinal” sobre o “teste de uma vacina contra a ancilostomíase”. (Gazzinelli et al, 2012).

O panorama é elucidativo quanto à variedade de abordagens, de apropriações e derivas do TO. Daí a necessidade de um posicionamento teórico que alimente a vigilância crítica em relação ao TO enquanto objeto de investigação e de intervenção. O olhar donde se examina influencia os objetivos com que se parte, bem como os percursos escolhidos e as inferências retiradas. Por isso, há quem classifique o Teatro do Oprimido de forma mais “radical”, como uma “arma de fortalecimento das

instâncias populares” (Canda, 2010); como “arte politizadora”; “transgressora e inquietante” (Viana, 2011) ou como “teatro de resistência e militância”; “de intervenção”; “fonte de subversão” (Castro-Pozo, 2005), ou de maneira mais inócua, “como método lúdico e pedagógico” (Santos, 2008: 75); ou como uma “forma avançada de dinâmica de grupos” (Nunes, 2004). Há também quem se refira às suas principais influências – presumidas ou assumidas–, apelidando-o de “variação politizada do sócio-drama” (Teixeira, 2007); de teatro de “inspiração marxista e brechtiana” (Soares & Patriota, 2009), de “versão teatral da pedagogia do oprimido de Paulo Freire” (Pedroso, 2006) ou de “radicalização da hipótese brechtiana” (Klein, 1999).

A pluralidade – epistemológica, metodológica, ontológica – aqui expressa é causa e consequência de modos muito diversos de olhar o TO, nalguns casos próximos das suas origens, noutros amplamente discordante dos princípios e dos objetivos que regeram o projeto inicial. Para que se possa discutir a sua importância no quadro das mobilizações sociais contemporâneas é importante recuar no tempo e no espaço, explorando os seus antecedentes e analisando o seu percurso.

2.2. Augusto Boal: o engenheiro químico com gosto pelo teatro

Qualquer narrativa sobre o Teatro do Oprimido terá indubitavelmente de começar pelo homem que lhe deu o nome. Augusto Boal nasceu no dia 16 de Março de 1931 no Rio de Janeiro, filho de pais portugueses: pai padeiro e mãe doméstica. Boal conta que o fascínio pelo teatro começou cedo: “Quando eu era criança não havia telenovela, mas o correio trazia todo fim-de-semana fascículos de romances (...) No domingo, toda a família se reunia em casa para almoçar (...) Vinham 25, 30 pessoas. Irmãos e primos, nos juntávamos e dramatizávamos os fascículos” (Boal, 2004). A politização e o sentido de injustiça despertavam também por essa altura. Ajudando o pai na padaria, onde a maioria dos frequentadores eram trabalhadores negros e pobres, Boal sentiu “o choque de classes.” Mesmo não sendo proveniente de uma família rica, sentia a diferença “flagrante” entre ele e a sua família e os

homens e crianças que conhecia e com quem brincava. “Na hora do futebol, o time era coeso, ‘todos por um e um por todos’. Depois, um ia dormir num chão todo quebrado e eu ia para uma casa bonita e gostosa” (idem, ibidem). Essas experiências e reflexões levá-lo-iam ao contacto com o Teatro Experimental Negro e com o seu fundador, Abdias Nascimento, com o qual colaborou, escrevendo peças de teatro. Porém, na hora de escolher o curso acadêmico enveredou pela Engenharia Química, “meu pai, imigrante português, queria que todos os filhos fossem doutores. E o teatro não dava doutorado naquela época” (idem, ibidem). Sem perder a ligação ao teatro, concluiu o curso e no final o pai deu-lhe a oportunidade de viajar para os EUA para prosseguir os estudos acadêmicos. Em 1953 ingressava na Colombia University, onde, a par do doutoramento em Química, frequentava o curso de Dramaturgia, com John Gassner. A convivência com essa figura do teatro norte-americano haveria de o influenciar profundamente, em particular pela incidência nos estudos do realismo de Stanislavsky e do teatro épico de Brecht.

Augusto Boal é já um nome sonante quando em 1955, regressado dos EUA, é convidado para dirigir o Teatro Arena, em São Paulo, onde acabaria por ficar durante quinze anos (Babbage, 2004). Foi nesse período que se desenharam propostas e se implementaram experiências que viriam depois a dar origem ao Teatro do Oprimido. Sistematizando essa época, Boal dividiu-a em quatro fases (2010: 239–254): uma 1ª fase *realista*, em que se instituiu o palco em arena – a plateia disposta em torno do palco e dos atores – e em que se fundou o “Laboratório de Interpretação”: treinos intensivos de atores, partindo dos ensinamentos de Stanislavsky, na busca por uma representação própria, imune às imitações e influências europeias e norte-americanas. Uma 2ª fase – que Boal apelidou de *fotografia* – a partir de 1958, coincidiu com a “exultação nacionalista”. Se queriam construir peças teatrais que fossem genuinamente brasileiras precisavam de textos escritos por brasileiros. Assim, iniciaram o “Seminário de Dramaturgia”⁸, dedicando-

⁸ “Seminários de Dramaturgia” eram encontros semanais em que se lia, debatia e escrevia peças teatrais em conjunto; “Laboratórios de interpretação” eram também encontros regulares onde se pesquisava coletivamente novas formas de abordagem teatral. Vide: Ribeiro, 2011 e Chagas, 2015

se à escrita e criação coletiva. A peça “Eles não usam black tie”, de Guarnieri, haveria de marcar essa viragem, com grande sucesso. A 3ª fase, entre 1963–1964, seria a da *nacionalização dos clássicos*, onde se universalizavam os grandes temas, surgindo como resposta à primeira fase “demasiado objetiva (quase naturalista)” e à segunda “demasiado abstrata” (Boal, 1975: 72). A última fase, os *musicais*, a partir de 1965, combinando a “história brasileira, o distanciamento brechtiano e o realismo”, celebrava a “rebelião do passado”, estimulando a “resistência no presente” (Babbage, 2004: 13).

Nessa altura, surge também o sistema curinga, um modelo dramatúrgico que permitia a montagem de qualquer peça com um número reduzido de atores, em que estes vão interpretando várias personagens, “revezando-se no desempenho das pequenas cenas focadas sobre os pontos fortes da trama, deixando a um ator coringa a função narrativa de fazer as interligações entre fatos, pessoas e processos, como um professor de história organizando uma aula e dando seu ponto de vista sobre os acontecimentos”⁹. Almejando criar polémica e o “necessário caos”, em particular, em “Arena conta Zumbi” – que Boal considerava o exemplo mais importante – culminava a “fase de destruição do teatro, de todos os seus valores, regras, preceitos, receitas”. (Boal, 2010: 255–256). Durante as diferentes fases, Boal e os seus companheiros do Arena foram-se deparando com obstáculos e limitações que punham em causa os seus preceitos e modos de trabalhar. A principal aprendizagem haveria de ser marcada pela passagem da “conscientização em massa” à devolução dos meios de produção teatral.

2.3. Da “conscientização em massa” à “devolução dos meios de produção teatral”

No início dos anos 1960, a energia política que atravessava o meio cultural e artístico era canalizada para processos de “conscientização em massa” (Boal, J, 2000:13). O Movimento de Cultura Popular (MPC), ligado à União Nacional de

⁹ Consultar: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo620/sistema-coringa>; Mais sobre o sistema curinga: Boal, 2010 (239–296)

Estudantes e no qual participava Paulo Freire, despoletava numerosos Centros Populares de Cultura¹⁰, espalhados pela cidade e pelas zonas rurais, cujo objetivo era utilizar as formas artísticas populares para passar a mensagem, “levar a verdade ao povo” para que este, tornando-se consciente das suas condições, se juntasse à luta pela libertação. O Teatro de Arena não escapava a esse espírito revolucionário. Pautado por um “fundo ideológico de resistência ao novo regime”, as peças que apresentava revelavam cada vez mais um “teatro de protesto”, de “incitação da plateia à conscientização e ao engajamento na luta política” (Andrade, 2013: 2). Cientes de que não poderiam continuar fechados no seu edifício, o Arena envolveu-se na campanha “levar o teatro ao povo”, associada ao MPC. Viajando pelas zonas mais pobres do Brasil, influenciados pelo *agit-prop*, o grupo invocava teatralmente a revolução, incitando os oprimidos a lutar contra a opressão. É numa dessas incursões que Boal vivencia um episódio que o marcaria profundamente: o encontro com o camponês Virgílio. Como relata, perante as condições miseráveis de uma grande parte do povo, “nós, os artistas, os idealistas (...) revoltávamo-nos, agitávamo-nos, indignados, sofriamos e escrevíamos obras contra a injustiça, obras enérgicas, violentas, agressivas. Éramos heroicos ao escrevê-las, sublimes nas representações”, obras que acabavam quase sempre com os atores cantando e exortando “Derramemos nosso sangue pela liberdade! Derramemos nosso sangue pela nossa terra!” Acontece que, no final de uma dessas apresentações, um camponês de nome Virgílio, “muito grande e muito forte” aproximou-se do grupo, visivelmente emocionado. Admirado como os “jovens da cidade” compreendiam e sentiam como eles - os camponeses - pediu ao grupo que os ajudassem a expulsar os capangas de um coronel que tinham invadido as terras de um companheiro: “vocês com as vossas armas, e nós com as nossas”. Surpreendidos com a situação, os atores do Arena tentaram explicar que as armas que tinham no palco eram falsas, não servindo para disparar. Virgílio insistiu: “se os fuzis são falsos, deitamo-los fora e acabou, mas vocês são pessoas autênticas, eu vi-vos cantar para derramar o nosso sangue, sou testemunha. Vocês são gente

¹⁰ O Centro Popular de Cultura do Rio de Janeiro foi fundado por Vianna Filho, um dos mais importantes dramaturgos do Teatro de Arena.

de verdade, então venham connosco na mesma”. A tensão e o medo foram crescendo e grupo não conseguia explicar - nem a Virgílio nem a eles próprios - que eram artistas, que acreditavam verdadeiramente naquelas palavras, mas que não eram camponeses, nem sabiam empunhar uma arma. Foi o camponês quem concluiu: “Então aquele sangue que vocês acham que a gente deve derramar é o nosso, não é o vosso”. Todos se sentiram perturbados e envergonhados. Como Boal reflete “depois deste primeiro encontro - com um camponês autêntico, de carne e osso, e não com um camponês abstrato”, “nunca mais voltei a fazer obras ‘para dar conselhos’, nunca mais voltei a tentar transmitir ‘mensagens’, exceto quando eu próprio corria os mesmos riscos”. Passava a adotar a máxima de Che Guevara: “ser solidário é correr os mesmos riscos” (Boal, 2002a: 3-5).

O final dos anos 60 haveria de marcar nova viragem. No “ano que abalou o mundo”, 1968, vivia-se uma “combustão espontânea de espíritos rebeldes” (Kurlansky, 2004): a luta contra várias formas de autoritarismo percorria o globo. Em Paris, o Maio de 68 juntava estudantes e operários em greves e manifestações que uniam a reivindicação da liberdade e o combate à exploração; na União Soviética, a Primavera de Praga debatia-se contra o autoritarismo comunista; nos EUA, assistia-se ao assassinato do ícone do movimento negro, Martin Luther King e do candidato a senador, Robert Kennedy e às manifestações contra a guerra do Vietname. Em Portugal, o movimento antifascista ia ganhando mais força e Oliveira Salazar caíria de uma cadeira nesse mesmo ano, ficando gravemente doente e sendo afastado do governo.

No Brasil, a ditadura instaurada quatro anos antes intensificava-se. A resistência dava-se sob a forma de greves e manifestações, numa autêntica guerrilha urbana e ocorriam episódios marcantes de rebelião popular, como a Passeata dos Cem Mil¹¹. A perseguição a “indivíduos e grupos de artistas com preocupações sociais e políticas” (Goés: 2009) atingia proporções cada vez maiores, a censura atingia níveis absurdos e era cada vez mais difícil fazer teatro. Como ironizava Boal, “os

¹¹ Passeata dos cem mil foi uma grandiosa manifestação popular contra a Ditadura Militar. Ocorreu no Rio de Janeiro, dia 26 de Junho de 1968 e foi organizada pelo movimento estudantil.

censores viam subversão até em nuvem branca no céu azul, porque mostrava sutilmente a controvérsia: por que branca? Não podia ser azul como o resto do céu? Subversão, corta!” (2014: 288).

Ainda assim, o Teatro de Arena não deixou de produzir. Em 1968 lançam a 1ª Feira Paulista de Opinião, um espetáculo teatral cujo mote “O que pensa do Brasil de hoje?” procurava reunir artistas e intelectuais na resistência contra a ditadura, contando com a participação de atores, músicos, poetas, artistas plásticos, como Guarnieri, Caetano Veloso, Gilberto Gil ou Antônio Fagundes. Os setenta e sete cortes da censura - que inviabilizariam por completo o espetáculo - foram ignorados pelo grupo, que apresentou a peça na íntegra, num ato de desobediência civil. (Garcia, 2015) Como recordava Boal, “1968! - ano dos estudantes! - clímax da luta pela liberdade de expressão - foi o último ano de relativa claridade antes da escuridão que tomou conta do país inteiro, a partir do Ato Institucional nº 5, que instituiu oficialmente o fascismo no país” (Boal, 2014: 292). Os últimos anos do Arena são marcados pelas agressões, raptos e perseguições. Nas suas memórias, Boal escrevia: “quando se aproxima o fim do espetáculo, é normal que os atores se preparem para os aplausos. Nós, nervosos, nos preparávamos para a invasão” (idem, ibidem: 297).

A percepção de que a revolução não poderia ser feita através de uma “conscientização em massa” e em obras didáticas construídas para dar “conselhos”; e, simultaneamente, o contexto social e político cada vez mais limitado, que ameaçava terminar com as atividades teatrais no Arena, provocavam um segundo importante volte-face: se queriam continuar a fazer teatro era preciso pensar noutras formas, novos modos de resistência através da arte que, necessariamente, teriam de passar pela “devolução dos meios de produção teatral” ao povo. É nesse beco, aparentemente sem saída, que surgem as primeiras experiências de teatro-jornal, considerada a semente do Teatro do Oprimido (Boal, 2014: 311).

2.4. Da semente à árvore: o surgimento do Teatro do Oprimido

Com o apertar da censura, Boal pôs em prática uma ideia que havia tido com Vianna Filho: teatralizar notícias de jornais e outro material impresso (discursos políticos, capítulos de livros, documentos legais, etc.) que, já estando publicado, não seria alvo de nova censura (Boal, 2014: 311). Um grupo de jovens ligado ao Teatro de Arena seria o responsável pelas primeiras experiências, em 1970. Durante alguns meses, o grupo disseminou de forma intensiva a técnica por diversos contextos políticos, artísticos e acadêmicos. Apresentavam as suas peças de *teatro-jornal*, explicando ao mesmo tempo as técnicas que estavam por detrás da sua criação: tratava-se assim de transferir os meios de produção teatral para que o povo as pudesse utilizar. A experiência não haveria de durar muito tempo. Em 1971, Boal é sequestrado pelo Departamento da Ordem Política e Social, acusado de crimes contra o Brasil. Durante dois meses é mantido preso e alvo de torturas. Só a pressão nacional e internacional viria a permitir a sua libertação, em particular devido a uma carta do dramaturgo americano Arthur Miller, assinada por centenas de artistas de todo o mundo. (Babbage, 2004: 15-16). Quando saiu da prisão, Boal partiu em exílio.

É precisamente durante o seu exílio - que durou quase quinze anos - que a semente germinou, dando origem a grande parte do repertório do Teatro do Oprimido. Na Argentina, o clima de repressão e de restrições levou ao desenvolvimento do *teatro-invisível*: cenas do quotidiano representando situações de opressão ou conflito eram apresentadas num espaço público de grande afluência, sem nunca revelar que se tratava de teatro, com o objetivo de estimular a discussão popular sobre determinadas questões políticas ou sociais. No Peru, iniciou as suas experiências com teatro-imagem e com teatro-fórum, em parte devido à sua inclusão no programa ALFIN - Campanha de Alfabetização Integral em várias linguagens e onde reforça o contacto com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. O *teatro-imagem* foi desenvolvido a partir do trabalho com indígenas, em que Boal se viu confrontado com uma pluralidade de linguagens, às quais não conseguia aceder: eliminando a palavra, o corpo surgia como ferramenta para despertar o debate e a

reflexão. O *teatro-fórum* surgiu como evolução da dramaturgia simultânea: uma técnica em que os atores ouviam e discutiam os problemas trazidos por um grupo de pessoas para, posteriormente, ensaiar formas de resolução, a partir das sugestões da plateia. É nessa altura que se dá o encontro com a “senhora gorda”, como conta Boal: em cena, contava-se a história de uma mulher que havia descoberto que o marido tinha uma amante com a qual planeava viver. O marido estava prestes a chegar a casa, a mulher estava a fazer sopa e na plateia discutia-se como devia ela reagir – se devia gritar-lhe, sair de casa, dar-lhe mostras de afeto – e os atores, no palco, reproduziam cada uma das propostas. Entretanto, uma *senhora gorda*, visivelmente enfurecida, sugeria: ela precisa de ter uma conversa clara com o marido e só depois o poderá perdoar. Os atores tentaram responder a esse apelo, dramatizando a “conversa clara” que a senhora lhes indicava. Mas a mulher continuava insatisfeita, dizendo que não era assim, que tinha de ser uma conversa bem clara, que eles não estavam a entender o que ela dizia. Depois de algumas tentativas, Boal perguntou-lhe: quer vir ao palco e explicar-nos aquilo que está a tentar dizer? Ela aceitou, satisfeita. Interpretando a mulher traída, a senhora gorda ouviu o homem a chegar a casa, parou de cozinhar e pegando numa vassoura bateu-lhe repetidas vezes. Depois sentou-se na mesa e disse-lhe: agora traz-me a sopa! Finalmente todos percebiam o que significava uma “conversa clara”. Augusto Boal compreendeu: “quando é o próprio espetador que sobe ao palco e atua como tinha imaginado, fará de maneira pessoal, única e inimitável”, quando é ele “quem sobe à cena a mostrar a sua realidade e a transformá-la, volta ao seu sítio transformado, porque o ato de transformar é transformador. Em cena, o ator é um intérprete, que ao traduzir, atraiçoa - assim nasceu o teatro-fórum (Boal, 2002a: 8). Nascia também o conceito de *espect-ator*: um espetador que, fazendo parte da plateia, é convidado a subir ao palco e a assumir o papel de ator, ensaiando alternativas para um problema coletivo.

Em 1976, com o intensificar da violência na América Latina, em particular na Argentina onde passava grande parte do tempo, Augusto Boal parte para a Europa, inicialmente para Portugal. O primeiro impacto com o país recentemente

democrático, não foi animador: “cravos são flores; flores fenecem. Quando chegamos, os cravos revolucionários estavam secos, perfumes tristes. Murchos, exalavam memórias” (Boal, 2014: 363) Os dois anos de “longa e dolorosa espera” (Andrade, 2015: 102) em Lisboa, foram passados entre a direção da companhia teatral “A Barraca”; a docência no Conservatório Nacional; a contribuição regular para a revista *Opção* e a escrita do seu romance autobiográfico “Milagres no Brasil” sobre a experiência da tortura e prisão. É também em Portugal, em 1977, que realiza a terceira - e última - Feira de Opinião, com o título “Ao qu`isto chegou”, contando com a participação de Ana Hatherly, Bernardo Santareno, José Fanha, José Mário Branco, Sérgio Godinho, Maria Velho da Costa, entre tantos outros. No prefácio do livro-testemunho dessa experiência, Boal refere-se às “objetividades e subjetividades” que se misturam “neste mercado de ideias e propostas”: o discurso utilizado na Feira é excessivo, “tudo é mostrado em tamanho maior que o natural” “para falarmos sensatamente deste país”, “temos de dizer absurdos” (Boal, 1977a: 14) A experiência em Portugal é também retratada numa carta a Carlos Porto, em 1975, onde lamenta a “desunião da esquerda” e confessa ter “muito medo de que tudo tenha sido apenas um sonho muito bom.” (Matsunaga et al, 2015: 95). Cecília Thumim Boal, sua esposa, descreve esse período: “tivemos um ano muito chato e outro muito divertido. Muitos exilados moraram na nossa casa. Tínhamos muitas visitas. Nosso apartamento virou um ponto de encontro famoso. Recebemos pessoas como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e muitos outros para um cafezinho em casa. O evento mais famoso foi o histórico encontro entre o coronel Otelo de Carvalho (da Revolução dos Cravos) e Chico Buarque. Lisboa inteira despencou dentro daquele apartamento (2010: 15). A conhecida canção “A coisa aqui está preta”, do Chico, marca precisamente esse período. A missiva em formato musical, dirigida a Augusto Boal¹², mandava lembranças do Brasil e falava - por linhas tortas - do exílio.

Cansado do “imobilismo lusitano” (Boal, 2014: 363) e das inconstâncias profissionais, o dramaturgo aceitou de bom grado o convite para lecionar na

¹² Em Portugal, Boal reclamava notícias do Brasil e Chico atendeu a esse pedido escrevendo-lhe essa carta-canção. A história pode ser lida no livro “Histórias de canções de Chico Buarque”, de Wagner Homem.

Universidade de Sorbonne–Nouvelle e partiu para Paris, onde acabaria por ficar até ao término do exílio. É lá que inaugura o primeiro Centro de Teatro do Oprimido e dá início à elaboração do *arco-íris do desejo*, um conjunto de técnicas que procuravam dar conta de opressões aparentemente mais difusas e subjetivas com as quais se começava a defrontar num país democrático e “desenvolvido”. Como reflete, “com Virgílio aprendi a ver um ser humano e não só uma classe social”, “com a senhora gorda, aprendi a ver o ser humano lutando contra os seus próprios problemas individuais que ainda que não concernam à totalidade de uma classe, concernem à totalidade de uma vida e não são menos importantes”. Em Paris, deparava-se com um terceiro encontro, com as opressões subjetivas: o medo do vazio, a solidão, a incapacidade de comunicar (2002a: 9). Habitado a trabalhar com opressões visíveis, concretas, Boal perguntava a si mesmo: “onde estão os polícias?” A sua hipótese inicial era de que ainda que os “polícias” estivessem na cabeça, os quartéis estariam lá fora. “Tratava-se de descobrir como eles penetraram nas nossas cabeças e inventar meios para eles saírem, era uma proposta ousada” (idem, *ibidem*). Entre 1981–1982, dirigiu uma oficina de longa duração em conjunto com Cecília Boal - psicanalista - sistematizando aquilo que viria a chamar de arco-íris do desejo.

Somente em 1986, regressa definitivamente ao Brasil, convidado por Darcy Ribeiro - vice-governador do Rio de Janeiro - para dirigir a Fábrica de Teatro Popular. Nesse mesmo ano, nasce o Centro de TO do Rio de Janeiro e a metodologia é disseminada rapidamente por vários contextos, através dos centros integrados de educação popular. Porém, com a “derrota eleitoral de Darcy Ribeiro, que havia celebrado o contrato-programa, deu-se a suspensão unilateral do financiamento. Embora tivessem sido feitos mais de trinta espetáculos, a derrota de Ribeiro representou um grande retrocesso. No ano seguinte, 1987, “foi tudo por água abaixo” (Carmo, 2014: 161–162). Durante alguns anos tentaram manter-se à tona da água, promovendo alguns projetos e procurando parcerias, mas perante os imensos obstáculos financeiros, em 1992 decidiram encerrar o CTO - “eutanasiar o nosso sonho moribundo” - organizando um festival “fúnebre, cheio de ritmo, cores e pessoas”. Como era ano eleitoral, decidiram colocar o CTO ao serviço do Partido

dos Trabalhadores, propondo-lhes “teatralizar a campanha”. O partido gostou da ideia, mas colocou uma condição: um deles teria de ser candidato a vereador. O grupo considerou que teria de ser Augusto Boal, e este, apesar das hesitações (“mistura de indecisão, medo e desejo”) acabou por aceitar o desafio (Boal, 2005: 9–11). Contrariamente às expectativas de todos, é eleito vereador do Rio de Janeiro. Em 1993, inicia então aquilo que chama de *teatro-legislativo*: formando grupos populares de teatro-fórum, organizaram-se circuitos de apresentação por toda a cidade, criando propostas legislativas a partir da interação desses grupos com a comunidade. Como o dramaturgo escrevia: “na minha vida inteira sempre fiz política (embora não partidária) e sempre fiz teatro. Foi isso o que me seduziu na proposta: fazer “teatro como política”, ao invés de simplesmente fazer “teatro político”, como antigamente” (ibidem:13). “Pela primeira vez na história do teatro e na história da política, existia a possibilidade de uma companhia de teatro ser eleita para o parlamento” (ibidem: 6). Durante esse mandato foram feitos 33 projetos-lei através do projeto de teatro legislativo. Das leis promulgadas, contavam-se tópicos como o funcionamento dos hospitais, a discriminação em relação à orientação sexual ou a proteção de testemunhas (ibidem: 81–82). Em 1996, Boal já não foi reeleito, para seu desânimo. Continuou a dinamizar projetos e oficinas por todo o mundo e os últimos anos de pesquisa foram dedicados à *estética do oprimido*, um programa de experimentação e alfabetização estética que visava combinar a palavra, imagem e o som na construção de metáforas, combatendo o que chamava de “invasão dos cérebros”.

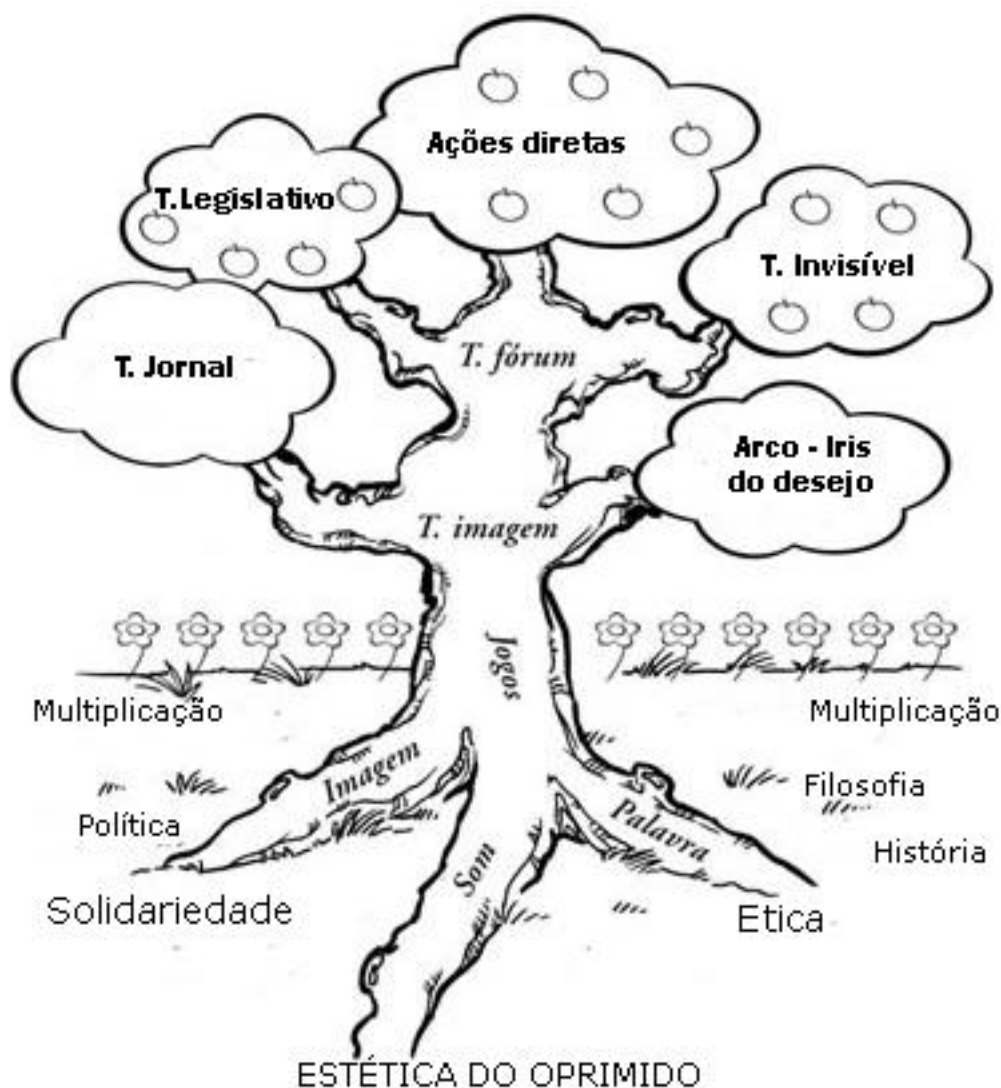
Reconhecido internacionalmente, Augusto Boal publicou dezenas de livros, traduzidos nas mais variadas línguas. Entre os títulos e prêmios recebidos, destaca-se o *Officier de l’Ordre des Arts et des Lettres*, outorgado pelo Ministério da Cultura e da Comunicação da França, em 1981; a Medalha Pablo Picasso, atribuída pela Unesco em 1994; a sua nomeação como “Embaixador Mundial do Teatro” pela Unesco e a indicação do seu nome para Prémio Nobel da Paz, em 2008. Quem o conheceu destaca a sua alegria e entusiasmo, a permanente inventividade; o humanismo e a capacidade de diálogo, a sua recusa de dogmas (Jackson, 2002; Kehl,

2012; Ganguly, 2010). Para Sérgio de Carvalho, Boal foi um “aprendiz e mestre da dialética”, “um formulador de projetos, um mobilizador da imaginação coletiva”, “sua obra é um conjunto de processos de autocrítica”, “a todas as tarefas ele tentava aplicar seu “espírito de contradição organizado”, animando “os artistas à prática laboratorial” (2015:12; 2012: 4). Inquieto artística e politicamente (Matsunaga, 2012: 10), “Boal nos deixou, mas certamente já está montando um grande espetáculo no plano metafísico. Como aqui, lá ele deve estar mexendo com as estruturas mais profundas” (Goés, 2009: 3). A par desse reconhecimento, Boal e o TO têm sido também alvo de críticas, seja questionando o conceito e realidade de opressão na atualidade (Grosjean, 2013); seja apontando a figura autoritária do curinga (Nunes, 2004); lamentando o psicologismo a que tem sido votado (Dort, 1999); acusando Boal de populismo autoritário (George, 1995) ou de ter abandonado os princípios marxistas (O`Sullivan, 2001). Deixaremos esse debate para o final desta tese. Por ora, expliquemos em que consiste o projeto inicial do TO.

2.5. A árvore do Teatro do Oprimido: jogos, exercícios, técnicas

A árvore foi a metáfora escolhida por Boal para simbolizar o Teatro do Oprimido nas suas várias vertentes. Por um lado, é firme e resistente, estando as suas raízes bem presas ao chão, por outro, expande-se e está permanentemente em mutação. Para Bárbara Santos, a imagem da árvore significa essa “constante transformação” e a “capacidade de multiplicação” que o método possui, assim como as “ramificações coerentes e interdependentes” que o estruturam (2009: 10). Ao longo de cerca de três décadas, a metodologia foi crescendo e adaptando-se aos diferentes objetivos e conjunturas, constituindo-se num corpo de jogos, exercícios e técnicas coerente e maleável. Ressalve-se, com o próprio dramaturgo salientou que o TO “não foi inventado por uma só pessoa”, “não nasceu num determinado momento ou num determinado país”, sempre existiu “em matizes diferentes”, o que é

realmente novo” é “ampla sistematização”, o “inter-relacionamento” e a “pesquisa” (1980: 23).



Boal definiu o TO como “sistema de exercícios físicos, jogos estéticos e técnicas especiais cujo objetivo é restaurar e restituir ao seu justo valor essa vocação humana que faz da atividade teatral um instrumento eficaz para a compreensão e a busca de soluções a problemas sociais e intersubjetivos”, desenvolvendo-se através de “quatro aspectos fundamentais: artístico, educativo, político-social e terapêutico” (Boal, 2003: 12). A sua plasticidade, a diversidade de técnicas e suas aplicações revestem-se de coesão na medida em que o método não é feita de técnicas isoladas, mas antes assente em raízes fortes. A ética e a solidariedade são a base - a parte medular de qualquer trabalho com TO: a ética que nos coloca do lado dos grupos e

indivíduos oprimidos; e a solidariedade que nos faz fazer parte de uma mesma luta. Ambas são alimentadas pelos conhecimentos humanos (política, história, filosofia...), o mesmo solo fértil onde a “árvore vai buscar a sua nutriente seiva” (Boal, 2010: 15–16). A estética do oprimido (palavra, som, imagem) é a seiva que alimenta a árvore e que atravessa galhos e folhas, expandindo-se plenamente. No tronco, estão as centenas de exercícios e jogos e o teatro–imagem, base para qualquer tipo de trabalho com TO; dele partem as folhas, representando as várias técnicas que foram criadas e desenvolvidas ao longo do tempo; os frutos que vão caindo no solo servirão para se reproduzir através da multiplicação: a estratégia de expansão do método nos mais variados contextos; no topo da árvore estão as ações diretas – ações sociais concretas e continuadas – que se realizam, em conjugação com as várias técnicas, na luta pela superação das realidades opressivas (Santos, 2009).

O processo de conversão do espectador em ator – de objeto a sujeito, de testemunha a protagonista – é configurado do seguinte modo: 1ª etapa: *conhecimento do corpo*, em que os participantes tomam percepção dos seus limites e possibilidades; 2ª etapa: *tornar o corpo expressivo*, onde experimentam outras formas de expressar sentimentos e pensamentos; 3ª etapa: *o teatro como linguagem*, em que se utilizam formas como a dramaturgia simultânea, o teatro–imagem ou o teatro–debate; e, por fim, 4ª etapa: *teatro como discurso*, onde são mobilizadas técnicas como teatro–jornal, teatro–invisível, etc. (Boal, 2010: 188–189).

Jogos/exercícios: Boal distingue os *exercícios* (monólogos corporais, refletindo sobre nós próprios) de *jogos* (diálogos corporais, onde existe um interlocutor), mas na verdade considera que a maioria dos que propõe são a combinação de ambos, *joguexercícios* (2009b: 87). O seu primeiro objetivo é o de desmecanizar e desespecializar, tornar conscientes as possibilidades e deformações provocadas pela alienação do trabalho e no restante mundo social: analisar – para desconstruir – as estruturas musculares, o modo como andamos, como nos sentamos, como olhamos, como cumprimentamos os outros. Perceber que papéis sociais nos são atribuídos e de que forma é que estes afetam o modo como interagimos com os outros. Esses

jogos e exercícios permitem um “melhor conhecimento do corpo, seus mecanismos, suas atrofias, suas hipertrofias, sua capacidade de recuperação, reestruturação, reharmonização”, na medida em que “escutamos, sentimos e vemos segundo nossa especialidade” (Boal, 2009b: 87-89). Esses jogos possuem regras tal como a sociedade possui leis que “são necessárias para que se realizem, mas necessitam de liberdade criativa, para que o Jogo, ou a vida, não se transforme em servil obediência.” (Boal, 2010: 16). Essa liberdade é também transposta para a adaptação e recriação dos jogos: procurando-se “manter uma atmosfera criadora: todos estão criando, os que ensinam e os que aprendem. Todos devem inventar” (ibidem: 195).

Teatro-Jornal: esta técnica surge com o propósito de desmistificar a aparente neutralidade dos meios de comunicação. Utiliza jornais, discursos políticos, jingles publicitários e também manuais escolares, atas, capítulos de livros, documentos legais, que são teatralizados como forma de evidenciar formas de manipulação mediática. Boal sistematiza onze técnicas: leitura simples (sem ter em conta a diagramação da notícia); leitura complementada (acrescentar factos ausentes); leitura cruzada (cruzar notícias que se desmentem ou contradizem); leitura com ritmo (utilizar refrões, repetições que ponham em evidência determinado propósito da notícia); leitura com reforço (intercalar a leitura com slogans publicitários); ação paralela (demonstrar mimicamente ações que entram em contradição ou complementam o que está a ser lido); histórico (relacionar a notícia com factos históricos); improvisação (dramatização livre); concreção da abstração (tornar visível o que é abstrato); texto fora do contexto (ler num estilo diferente e/ou fora do contexto); e inserção dentro do verdadeiro contexto (inserir os fatos necessários à compreensão *real* da notícia) (Boal, 1977b: 56-74). Essas diferentes técnicas são, frequentemente, combinadas e o resultado final apresentado em formato de pequenos *sketches*, fazendo uso do humor, da sátira, da ironia, da música, entre outras linguagens. As técnicas podem ser utilizadas para criar uma peça integral ou para complementar uma peça de teatro-fórum, dando a sua contextualização histórica, política ou social.

Exemplo: no dia 8 de Março de 2014, o município de Braga publicou a programação para o Dia Internacional da Mulher: as lojas estarão abertas até mais tarde, decorrerão workshops gratuitos de maquilhagem e manicura; haverá sessões de empreendedorismo feminino e todas as mulheres são convidadas a comparecer de vestido de noiva para a realização de um desfile. Durante uma oficina dinamizada pela Krizo, a notícia foi lida e dramatizada intercalando com dados históricos sobre o movimento de resistência feminista, com factos sobre a desigualdade de género no trabalho; com estatísticas sobre a violência e o assédio, etc.

Teatro-imagem: esta técnica assenta na retirada da palavra e na utilização da linguagem não-verbal (corporal, facial, simbólica) para evidenciar, interpretar e analisar sentimentos, pensamentos, conceitos, relacionados com determinado tema partilhado pelo grupo. Para essa análise são convocadas observações *objetivas*: aquilo que todos podem ver; e *subjetivas*: aquilo que faz lembrar, o que parece (Boal, 2003: 54). A construção dos significados parte assim da mobilização das experiências individuais na realidade social, mas também da criação e discussão coletiva, num processo permanente de readaptação e reinvenção. Parte-se do pressuposto de que toda a imagem é polissémica, comportando todos os significados que lhe queiramos dar: a sua definição está nos olhos de quem vê e não no objeto. No entender de Boal, cada palavra utilizada possui uma denotação (mesma para todos) e uma conotação (única para cada um), ao criar uma imagem estática para determinado conceito deixa de existir a “dicotomia denotação-conotação. A imagem sintetiza a conotação individual e a denotação coletiva” (Boal, 2010: 209). As técnicas de teatro-imagem podem revelar aspetos ocultos, através do que Boal chamou de “espelho múltiplo do olhar dos outros” (Boal, 2002b: 208), nesse sentido, é um poderoso auxiliar da desconstrução de padrões sociais e rituais.

Exemplo: o curinga pede a dois voluntários que deem um aperto de mão e fiquem em estátua. Solicita aos restantes participantes que observem e imaginem o que poderá ser aquela situação: quem serão aquelas personagens; onde estarão; o que que deseja cada uma delas; quem parece ter mais poder. De seguida, pede a uma das estátuas

que saia e um outro participante toma o seu lugar, assumindo outra posição, interagindo (estaticamente) com a que permanece, mas sem a modificar, p.ex. uma pessoa ajoelhada a beijar a mão da outra, as perguntas repetem-se consoante a imagem criada. Seguem-se outras tantas improvisações, trocando os participantes. (Boal, 2009b: 186)

Teatro-fórum: esta é provavelmente a mais democratizada das práticas de TO. É preparada uma cena que represente uma situação de opressão vivenciada e apropriada pelo grupo. Na preparação da dramaturgia da peça, é visibilizada a *ascese*: parte-se de uma história individual para chegar ao contexto meso e macro, ou seja, às instituições e estruturas que permitem que tal aconteça. Nessa cena, a protagonista (personagem oprimida) tem um desejo, vontade, necessidade que não consegue concretizar, enfrentando um ou mais antagonistas (opressores ou agentes de opressão). Depois de algumas tentativas, a protagonista fracassa e a peça termina, seguindo-se o momento de fórum. Como Boal frisava, o debate não é o momento final, mas sim o espetáculo (2002: 9). Assim, no final do anti-modelo, o curinga dialoga com a plateia procurando ativar os espect-atores – espectadores na expectativa de atuar – que irão ao palco, substituir a personagem oprimida e propor novas soluções e alternativas. O teatro-fórum é, por isso, “uma pergunta sincera que se faz à plateia em forma de cena teatral” (Boal, 2003: 187). Depois de algumas intervenções dos espect-atores, a sessão termina com a expectativa de que as aprendizagens, reflexões, sugestões discutidas sejam transportadas para fora do espaço estético por cada um dos presentes. “Se o espetáculo começa na ficção, o objetivo é se integrar na realidade, na vida” (idem, 2010: 347).

Exemplo: A cena (preparada durante o Óprima 2014!), mostra várias pessoas dentro de um metro, um homem senta-se em frente a uma mulher e começa a assediá-la, primeiro subtilmente, depois de modo cada vez mais invasivo. A mulher procura defender-se: ignora, encolhe-se no banco, confronta-o, por fim, tenta obter ajuda dos restantes passageiros, mas ninguém intervém. A cena termina com o homem a sair do metro satisfeito e a mulher indignada. No final da peça são lançadas perguntas

à plateia: conhecem situações semelhantes? Já as viveram? Porque é que isto acontece? Não há mais nada que ela pudesse fazer? Ativados, os espect-atores discutem as razões, sugerem alternativas e ensaiam ações concretas em cima do palco.

Teatro-invisível: nesta técnica “provoca-se a interpenetração da ficção na realidade e a da realidade na ficção” (Boal, 2010: 20). É preparada uma pequena cena do quotidiano que evidencia uma situação de opressão ou conflito, num espaço público de grande afluência (rua, praça, supermercado, fila para o cinema, etc.). Os espectadores, ou seja, as pessoas que estão presentes durante a “atuação”, vão reagindo, dando opiniões, intervindo na cena, de forma espontânea, acabando por ser participantes sem o saber, pois nem durante, nem depois de uma cena de Teatro-Invisível é “denunciado” que se trata de teatro. “Todas as pessoas próximas devem ser envolvidas pela explosão, e os efeitos desta muitas vezes perduram até depois de muito tempo de terminada a cena” (ibidem: 219). O teatro-invisível pode servir como ação direta (p. ex. interromper um momento solene); como forma de provocar ou lançar determinado tema no espaço público; ou como forma de investigação, tentando perceber como pensam ou reagem as pessoas sobre um assunto. “No teatro invisível, os rituais teatrais são abolidos: existe apenas o teatro, sem as suas formas velhas e gastas. A energia teatral é completamente liberdade e o impacto que esse teatro livre causa é muito mais violento e duradouro” (Boal, 2010: 223-224).

Exemplo: Numa praça, duas pessoas do mesmo sexo pedem a um transeunte que lhes tire uma fotografia em frente a um monumento. No momento em que a pessoa dispara a máquina, o casal dá um beijo na boca. Numa outra, dinamizada num café, um casal heterossexual beija-se e apalpa-se de forma exuberante; um outro casal do mesmo sexo troca carícias discretamente, um dos atores faz um escândalo - “que pouca vergonha, estes gays, à frente de toda a gente” - levantando a discussão por todo o café. Nas duas cenas, testemunhas (membros da Krizo, que não entravam na cena) observaram, anotaram e comunicaram posteriormente as reações ao grupo.

Arco-Íris do Desejo: também apelidado de Método Boal de Teatro e Terapia, é um conjunto de exercícios que procura trabalhar com opressões internalizadas, subjetivas e “invisíveis” externamente, tendo em vista a sua consciencialização e transformação. Partindo da metáfora do “polícia na cabeça”, Boal considera que, ainda que os polícias estejam lá dentro - impedindo-nos de fazer determinada ação, obrigando-nos a pensar de certa forma - os quartéis estão lá fora, ou seja, há razões estruturais, pessoas e situações concretas que os colocaram na nossa cabeça. Nesta técnica fica particularmente evidente a explicação que Boal concebe em torno dos “rituais e das máscaras”: cada sociedade tem os seus códigos sociais (costumes, regras, normas de comportamento...), quando estes já não correspondem às necessidades e desejos das pessoas, quando as pessoas praticam ou deixam de praticar determinados atos por causa deles, podemos afirmar que o código se transformou num ritual (Boal, 2002a: 87). Na vida quotidiana, para lidar com as contradições e divergências que existem entre os rituais e os desejos/necessidades, as pessoas utilizam máscaras - assumem determinados papéis sociais - que são uma forma de adaptação, mas também de resistência. No arco-íris do desejo, procura-se desmontar essas máscaras e os rituais da sociedade.

Exemplo: uma mulher conta que passou por uma montra e viu um vestido vermelho pelo qual se apaixonou. Tinha uma festa daí a umas semanas e juntou dinheiro para o comprar. Quando o adquiriu ficou muito feliz e no dia marcado vestiu-o, viu-se ao espelho e achou-se bonita. Porém, no momento de sair de casa, não foi capaz de o levar, despindo-o e colocando outro, preto e mais discreto. As técnicas de arco-íris do desejo procurariam fazer uma ponte entre o ato isolado daquela mulher e a sociedade patriarcal, através de exercícios de arco-íris do desejo¹³.

Teatro-Legislativo: mais do que uma forma teatral, o teatro-legislativo é a utilização de todas as técnicas e princípios do TO com o propósito de transformar a vontade da população em lei, servindo o teatro como forma de auscultação dos problemas de

¹³ Esse exemplo foi dado por Bárbara Santos, durante uma oficina de Teatro do Oprimido, no ESMAE, Porto.

uma comunidade e de procura coletiva de alternativas aos mesmos. Contatando direta e proximamente com a população, a apresentação das peças permite que espect-atores façam propostas legislativas que são “analisadas, sistematizadas, votadas pela plateia” (Santos, 2009: 10), através da mediação e participação de especialistas quer da área específica que se trata, quer do Direito. Se, inicialmente, a experiência decorria da posição de Boal como vereador no Rio de Janeiro, depois passou a ser utilizada independentemente de o grupo ter ou não um representante institucional. Hoje, o teatro-legislativo é utilizado por grupos que procuram influenciar ou ampliar o espaço público e mediático e o poder político em torno de questões específicas. A aspiração de Boal era de que esse formato pudesse “canalizar toda aquela energia criativa acordada” por uma sessão de TO (2005: 7). Assim o teatro legislativo é o que mais se aproxima daquilo que o dramaturgo colocou no topo da árvore: a promoção de “ações sociais concretas e continuadas”.

Exemplo: “Estudantes por Empréstimo” foi um projeto de teatro legislativo - o primeiro a ser realizado em Portugal - que durou cerca de três anos, entre 2009 e 2012. Um grupo de estudantes do ensino secundário e superior criou uma peça de teatro-fórum sobre a falta de bolsas de estudo na universidade e os consequentes empréstimos bancários. A peça circulou por vários pontos do país, tendo inclusive sido levada à Assembleia da República. O grupo DRK (GTO Lisboa) tem atualmente uma peça sobre as dificuldades dos descendentes de imigrantes de origem africana no acesso e manutenção do seu estatuto legal em Portugal e a luta ao direito à nacionalidade. As peças de teatro-fórum têm estado associadas à recolha de assinaturas para propor uma mudança na lei.

Ainda que não sejam consideradas técnicas, podemos ainda referenciar o que Boal chamou de “ações diretas” e de “estética do oprimido” que, idealmente, ocupam um lugar transversal em qualquer projeto de TO.

Ações diretas são ações coletivas organizadas em torno de um tema, complementando ou consolidando os objetivos do grupo. “Teatralizar manifestações de protesto, marchas de camponeses, procissões laicas, desfiles, concentrações operárias ou de

outros grupos organizados, comícios de rua” “usando todos os elementos teatrais convenientes, como máscaras, canções, danças, coreografia, etc.” (Boal, 2010: 20). Podem ser também exemplos de ações diretas o impulsionamento ou divulgação de petições ou de iniciativas legislativas cidadãs, campanhas, atos de desobediência civil, entre tantos outros. A ideia-base destas ações é que o TO não se esgota entre quatro paredes e que, para que a luta contra determinada forma de opressão seja eficaz, é necessário agir em várias frentes, utilizando diferentes recursos, prolongados no tempo.

A **Estética do Oprimido** parte de uma crítica feroz aos meios de informação e comunicação e também às instituições educativas e culturais a quem Boal acusa de promoverem a “invasão de cérebros”. “Com o claro objeto de analfabetizarem o conjunto das populações, os opressores controlam a palavra (jornais, tribunais, escolas...), a imagem (fotos, cinema, televisão...), o som (rádios, cds, shows musicais...), monopolizando esses canais” e produzindo uma “estética anestésica”. “Conquistam o cérebro dos cidadãos para esterilizá-lo e programá-lo na obediência, no mimetismo e na falta de criatividade. Mente erma, árida, incapaz de inventar (Boal, 2009a: 17) Esses três canais - palavra, som e imagem - devem ser democratizados, apropriados e utilizados pelos oprimidos como “formas de rebeldia e ação, não passiva contemplação absorta” (ibidem: 19). A Estética do Oprimido torna-se assim numa espécie de programa de reeducação artística/cultural, possibilitando aos participantes desenvolver suas capacidades de “simbolizar, fazer parábolas e alegorias que lhes permitam ver, à distância, a realidade que devem modificar” (ibidem: 122). Criar ritmos e músicas, compor poemas, pintar murais, construir esculturas a partir do lixo, são alguns dos exemplos propostos. O objetivo é combater a “invasão de cérebros” através da deslocação do papel de recetor, fruidor, consumidor de arte, para o papel de criador e produtor.

2.6. O teatro-limite: Teatro do Oprimido em três transgressões

Podemos sintetizar a obra de Augusto Boal em dois princípios: transformar o espectador de um ser passivo, em protagonista da ação dramática e não se contentar em refletir sobre o passado, mas se preparar para o futuro (2009b: 12). A partir deles é possível perceber as influências marxistas, o legado brechtiano e a sintonia com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Citando Marx, o pedagogo brasileiro lembra: “A história não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isto, quem possui e luta é o homem (...) real, vivo”, “a história não é senão a atividade do homem que persegue os seus objetivos. (Freire, 1975: 9). Assim, também no TO o ser humano, em vez de ser coisificado, é visto como criador e construtor da sua própria história e da História do mundo; é a partir da sua intervenção que transforma o entorno numa relação dialética entre ação e reflexão, *práxis*. “Se o homem é produto objetivo da realidade social, é também, por seu turno, o sujeito que modela essa realidade à sua imagem” (Brohm, 1979: 44).

Esses princípios materializam-se a partir de três transgressões: a do palco e plateia; a do espetáculo teatral e da vida real; e a dos artistas e não-artistas (Boal, 2009c: 185). Começamos pela última. Replicando a crítica marxista à divisão social do trabalho, Boal refuta as hierarquias estabelecidas entre aqueles que podem produzir cultura e aqueles a quem é dada ‘oportunidade’ de a consumir. Quebrando essa barreira, acaba também o monopólio dos profissionais que separa agentes ativos e passivos no mundo da intervenção política (Bourdieu, 1989: 163-164). Os jogos, exercícios e técnicas concebidos por Boal têm assim o objetivo de desmecanizar os indivíduos para que estes - procurando desalienar-se e libertar-se papel social que lhes foi atribuído - possam encetar um projeto de transformação social a partir do diálogo horizontal. O principal objetivo do TO é, por isso, a devolução dos meios de produção cultural, social, política e artística para que o povo possa fazer uso deles. Como refere Boal, tal como a religião não pode ser propriedade dos padres e da igreja, “o teatro não pode ser aprisionado em edifícios teatrais”, a sua linguagem e as suas “formas de expressão não podem ser propriedade dos atores” (2005: 15). A

famosa frase de Boal “todos são atores até os atores” exige por isso a desespecialização. Neste excerto de um poema, Brecht diz o mesmo: “senhores não digam, *este homem não é um artista!* Porque se vocês puserem tamanha barreira entre vocês e o mundo, vocês ficarão fora do mundo; Se vocês não lhes derem o título de artista, talvez ele a vocês não lhes dê o título de homens”, “É um artista porque é um ser humano¹⁴”.

Essa postura, bem como o método dialógico no sentido freiriano, são transportados para a relação entre palco e plateia, entre atores e espectadores.¹ O neologismo criado por Boal - *espect-ator* - remete assim para a dissolução da divisão entre os que atuam e os que veem. A premissa do TO é “democratizar o espaço cénico - não destruí-lo! - tornando transitiva a relação entre ator e espectador, criando o diálogo, ativando o espectador e permitindo que se transforme em “espect-ator”. (Boal, 1996: 96) O *espect-ator* é um espectador na expectativa de atuar, é um investigador ativo dos problemas trazidos pelo grupo, embrenhando-se numa procura socrática dos vários *ses*: e se fizéssemos assim? O que Boal classificava de *teatro subjuntivo*¹⁵ é “a instauração da dúvida como semente das certezas”, “a comparação, a descoberta e a contraposição de possibilidades”, “a construção de diversos modelos de ação futura”, permitindo a “sua avaliação e estudo” (Boal, s/d: 28). É no diálogo estabelecido entre uns e outros que se procuram as alternativas de resolução para uma situação que - ainda que traduzida na linguagem teatral - tem repercussões e evidências no mundo real.

Consciente dessa limitação, o dramaturgo concebe o TO como um “ensaio da revolução”, um laboratório onde se experimentam e testam as resistências e as formas de luta. Uma peça de TO não termina em repouso, mas no desequilíbrio *brechtiano* que, agitando os presentes, dará o impulso a “ações sociais, concretas e continuadas”: o fim é o começo. A meta do TO não é chegar a um equilíbrio tranquilizador, mas a um desequilíbrio que conduz à ação (Boal, 2010: 19). O TO define-se assim como um “teatro-limite” entre pessoa e personagem, ficção e a

¹⁴ Excerto do poema “Sobre o teatro de todos os dias”, escrito em 1930.

¹⁵ No português de Portugal, seria “teatro conjuntivo”.

realidade, “o teatro no qual cada um, sendo quem é, representa seu próprio papel”, como se “estranhasse a si mesmo”, sendo “ao mesmo tempo o analista e o objeto analisado” (Boal, 1980: 23–25). O objetivo do TO é “ultrapassar esse limite”: “se o espetáculo começa na ficção, o objetivo é o de integrar na realidade” (ibidem: 163). Quebrar limites, invadir, transgredir estaria, no entender de Boal, na origem da libertação e da transformação das opressões com que lidamos no cotidiano. “Sem transgressão - não necessariamente violenta! - sem transgressões dos costumes, da situação opressiva, dos limites impostos, ou da própria lei que deve ser transformada - sem transgressão não há libertação. Libertar-se é transgredir, transformar (Boal, 2009c 38). O TO transita assim constantemente “entre a vida e a ficção, entre a realidade viva e a que podemos inventar, entre o passado e o presente, mas sobretudo invade o futuro” (Boal, 2009c: 77).

Para Augusto Boal, o TO não é “teatro político”, primeiro porque “políticas são todas as atividades do homem” (2010: 11) e, segundo, porque toda a arte “é uma representação da realidade, não é realidade. Se é uma representação, tem de ter um ponto de vista. E se apresentar um ponto de vista, é político. Mais político ainda é o teatro que diz não ser político” (Boal, 2004).

2.7. Opressão, diálogo, conscientização: (des)encontros entre Boal e Freire

Augusto Boal e Paulo Freire, contemporâneos no tempo e no espaço, têm vários aspectos em comum: estiveram envolvidos num mesmo projeto - Programa ALFIN (Alfabetização Integral) - embora em cidades distintas; contribuíram ambos para o Partido dos Trabalhadores e travaram lutas semelhantes contra a ditadura brasileira, tendo estado em exílio durante vários anos; partiram de um chão filosófico, educativo, político similar e elaboraram propostas muito próximas; foram os dois propostos para o Nobel da Paz e, coincidentemente, morreram no mesmo dia: 2 de Maio, Freire em 1997 e o dramaturgo em 2009. Porém, raramente os seus caminhos se cruzaram.

Em 1996 estiveram pela primeira vez juntos numa mesa-redonda, durante o Pedagogy and Theatre of the Oppressed Conference. Confrontados com a pergunta sobre quando se tinham conhecido, nenhum deles soubera responder: “éramos amigos há tanto tempo que parecia desde sempre”, escrevia mais tarde Boal. Teria sido algures nos anos sessenta, quando o Teatro de Arena fora ao Recife, onde vivia e trabalhava Paulo Freire (Boal, 2005: 100). Apesar de acompanharem as atividades e as vidas um do outro¹⁶, estiveram apenas duas vezes juntos no Brasil e algumas durante o exílio e nunca realizaram uma atividade comum. (Teixeira, 2007: 119) Na Quando Freire faleceu, Boal comparou-o a génios como Arquimedes e Newton, cujas descobertas aparentemente simples revolucionaram o mundo:

“Paulo Freire inventou um método, o seu, o nosso”, “que ensina ao analfabeto que ele é perfeitamente alfabetizado nas linguagens da vida, do trabalho, do sofrimento, da luta, e só lhe falta aprender a traduzir em traços, no papel, aquilo que já sabe, no seu quotidiano”, e “nesse processo, aprendem o professor e o aluno”. (...) “para que se escreva em uma página branca é necessário um lápis negro; para que se escreva num quadro negro é necessário que o giz tenha outra cor. Para que eu seja, é preciso que sejam. Para que eu exista é preciso que Paulo Freire exista. (...) Com Paulo Freire, morreu meu último pai. Agora só tenho irmãos e irmãs” (1997: 50).

Anos antes, o educador declarava ter conhecido Augusto Boal “ainda muito jovem. Já naquela época tinha grande admiração pela genialidade que anunciava no teatro, pela seriedade que já vivia, pela coerência com que diminuía a distância entre o que dizia e o que fazia” (Freire, 2000; in Teixeira, 2007: 118).

As propostas de Freire e Boal são similares assentando na “permanente interação e ação cultural na linha de Gramsci”. “Os três estão interessados em analisar e desvelar estratégias e experiências de subalternidade, marginalidade e dominação para estabelecer propostas de resistência, emancipação e libertação”

¹⁶ Na epígrafe da edição portuguesa do livro “Técnicas Latino Americanas de Teatro Popular” (1977), Boal utiliza esta frase “Ensinei a um camponês como se escreve a palavra arado e ele ensinou-me como usá-lo”, atribuindo-a a um trabalhador rural.

(Vieites, 2003: 83). Freire escreveu a *Pedagogia do Oprimido* em 1970, Boal edita o “Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas” em 1975, claramente na perspectiva da obra freiriana, com a qual tinha contactado durante o exílio. Para além da palavra “oprimido” muitas outras se cruzam no universo de ambos: liberdade, diálogo, práxis. Aqui destacamos três conceitos nucleares para compreensão das suas propostas: *opressão, diálogo e conscientização*.

Para o dramaturgo, oprimidos serão todos aqueles “cidadãos aos quais se subtraiu o direito à palavra, ao diálogo, ao seu território, à sua livre expressão, à sua liberdade de escolha” (2003: 173-174). Julian Boal, filho de Augusto Boal e também curinga e investigador, tem vindo a aprofundar o conceito de opressão, definindo-o como: “uma relação concreta entre dois grupos sociais em que um tira vantagem sobre o outro” (NF, 2013)¹⁷, ou seja, é uma relação de poder. Como não pertencemos a um só grupo social - mas também àqueles que definem o nosso género, etnia, classe de origem, etc. - existem intersecções numa determinada situação de opressão que, podem agudizá-la, como camadas sobrepostas (por exemplo, uma mulher negra de classe baixa); ou torná-la contraditória (um operário explorado pelo patrão, mas machista em relação à sua mulher). Opressão ou oprimido não é por isso uma essência ou uma questão identitária. Quando Augusto Boal escreve, “a melhor definição para o teatro do oprimido seria a de que se trata do teatro das classes oprimidas e de todos os oprimidos, mesmo no interior dessas classes” (1980: 25), está a recusar a ortodoxia marxista e a apontar para todas essas intersecções. “Oprimidos e opressores não podem ser candidamente confundidos com anjos e demónios. Quase não existem em estado puro, nem uns nem outros” (Boal, 2010: 23). Freire salienta que a “tendência inicial, na luta de um oprimido pela liberdade é tornar-se opressor ou subopressor, pois o seu ideal é ser homem e no seu modelo de humanidade, ao qual foram sujeitos, ser homem é ser opressor (1979:31). “Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora” (idem, 2007: 34). Boal dizia existirem “opressores não

¹⁷ Algumas destas reflexões sobre o conceito de opressão, provém de discussões durante a Oficina de Dramaturgia, dinamizada por Julian Boal, no Óprima 2013. A sigla utilizada é NF - nota de formação.

antagónicos” com os quais era possível estabelecer diálogo. Referindo-se a alguns exemplos - guardas prisionais que ao bater pensavam estar a educar os presos; pais que agrediam os filhos, etc. - considerava que estes “eram opressores não conscientes e, em parte deixaram de sê-lo. Trabalhar com estes vale a pena e pode ser transformador (···) O Espaço Estético é um Espelho de Aumento que revela comportamentos dissimulados, inconscientes ou ocultos” (...) Mas temos de ter muito cuidado... e saber escolher nosso lado” (Boal, 2010: 30-31).

Outro aspeto essencial quando se aborda o conceito de opressão é que este não pode ser confundido com o de *vítima* ou *excluído*. Em ambos, a capacidade de agência é anulada, o indivíduo torna-se objeto e não sujeito. Escondendo a relação causal entre os privilégios de um grupo e a opressão do outro, faz com que, em última análise, a culpa da vitimização e da exclusão seja do indivíduo: porque se mantém com o marido agressor, porque não consegue arranjar emprego, porque não consegue gerir o seu dinheiro. Em vez da oposição alto-baixo, característica da abordagem das classes sociais, é utilizada a perspetiva in-out: de um lado (dentro) os incluídos na sociedade; do outro (de fora) os excluídos. Só que esta perspetiva, ao fazer da exclusão um “problema social” e não resultado da “exploração” da classe, poder ou sociedade dominante, considera-a um mal do indivíduo, da sua inteira responsabilidade, um destino contra o qual cada um tem que lutar e não produto de uma assimetria social da qual alguns homens tiram lucro em detrimento de outros. (Boltansky & Chiappello, 2009: 362) A exclusão é vista, assim, como fazendo parte de um conjunto de “problemas pessoais e técnicos que fazem apelo à “implicação” do indivíduo e à intervenção dos “profissionais de ajuda” e não como problemas estruturais de natureza económica, social e política (Ferreira, 2003: 34). A “questão social” tem a sua história ligada às margens da vida social - os “vagabundos” antes da revolução industrial, os “miseráveis” do século XIX, os “excluídos” de hoje. (Castel, 2003) No entanto, Freire questionava: “se se admite a existência de homens “fora de” ou à “margem” da realidade estrutural, parece legítimo perguntar-se quem é o autor deste movimento do centro da estrutura para a sua margem. São aqueles que se dizem marginalizados (···) que decidem deslocar-se para a periferia da

sociedade? (...) Se a marginalidade não é uma opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema e é mantido fora dele, quer dizer, é um objeto de violência” (1979a: 38). Porém, Boal não se cansava de salientar, oprimido não é deprimido, é alguém que luta, que procura estratégias, mas que está numa situação de vulnerabilidade em relação a outro(s) que têm mais poder. Opressão também não é um sentimento. Julian contava que numa sessão de TO na Suíça uma mulher dizia sentir-se “terrivelmente oprimida” pelos mendigos e vários abanaram a cabeça concordando; na Índia por exemplo, sobre a violência doméstica, uma pessoa dizia: “não, o meu marido só me bate quando é preciso”. Ora, opressão não pode ser algo dependente do que as pessoas sentem. Também não pode ser sinónimo de violência: uma criança palestina que atira pedras ao soldado israelita não pode ser considerada opressora. Por fim, opressão não é a exceção, mas a regra pela qual as relações se regem numa sociedade. (NF, 2013)

Referindo-se ao conceito de diálogo, Boal contava uma história que observara num hospital psiquiátrico: um educador tentava explicar aos pacientes o que era um monólogo: “quando uma pessoa está a falar consigo própria” e, para ajudar à compreensão, levantou um dedo. Depois, retomou: e um diálogo, o que será? E dessa vez levantou dois dedos. Um paciente respondeu: “Já sei, é quando duas pessoas estão a falar consigo próprias”. (Boal, 2005: 3) Com essa “anedota”, Boal explicava que diálogo pressupõe igualdade e uma relação transitiva entre pelo menos dois interlocutores: “a obscenidade começa quando o diálogo se transforma em monólogo, quando um interlocutor se especializa em *falar* e o outro em *ouvir*, um se especializa em *emitir* mensagens e o outro, em *recebê-las* e em *obedecer-lhes* - um se transforma em *sujeito* e o outro em *objeto*.” (Boal, 1980: 26). Por isso, para o dramaturgo, na antítese da opressão está o diálogo. Todas as relações humanas deveriam ser *diálogos*. Quando “apenas um dos interlocutores tem direito à palavra: um género, uma classe, uma raça, um país”, “outros são reduzidos ao silêncio, à obediência (...). Esse é o conceito Paulo Freireano de opressão: o diálogo que se transforma em monólogo.” (Boal, 1997).

É no processo dialógico em que a realidade é analisada e problematizada que os oprimidos tomam consciência do seu estado de opressão, saindo do seu estado de alienação. Porém, esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, pois esta consiste no “desenvolvimento crítico da tomada de consciência”. É um compromisso histórico, “é inserção crítica na história, implicando que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.” (Freire, 1979a: 15). Refletindo sobre o percurso brechtiano, o dramaturgo considerava que este representava uma “poética de conscientização” que, por si só, não seria suficiente para alcançar a transformação. O Teatro do Oprimido seria essencialmente uma “poética de libertação”, “o espectador se libera: pensa e age por si mesmo! Teatro é acção!” (Boal, 2010: 182)

Tal como em Freire, a libertação está associada ao desmantelamento entre os papéis sociais, entre educador e educando. Quando Boal escreve “todos podem fazer teatro, até os atores” - uma das suas expressões mais difundidas - o que se coloca em causa é a especialização, a divisão dos papéis sociais, que dá a uns o direito de eleger e dirigir e a outros a possibilidade de seguir. A emancipação começa assim, quando se questiona a oposição entre ativo e passivo, olhar e agir, quando se desmantela a “fronteira entre os que agem e os que vêem, entre indivíduos e membros de um corpo colectivo” (Ranciére, 2010: 31). “Não seria maravilhoso ver um espetáculo de dança onde os dançarinos dançassem o primeiro ato, e no segundo mostrassem aos espetadores como dançar?”, “Um espetáculo musical onde os atores cantassem a primeira parte, e na segunda cantássemos todos?”, “Um espetáculo teatral onde no primeiro ato os artistas nos mostrassem sua visão do mundo, e no segundo a plateia pudesse inventar um mundo novo. Eu penso que é assim como os mágicos devem ser: primeiro, fazem sua mágica, encantando todos com sua arte; depois, nos ensinam seus truques. Ensinar é um segundo prazer estético” (Boal, 2009b: 43).

É este projeto educativo emancipatório, baseado em conceitos como diálogo e conscientização, que mais parece convergir em Freire e Boal. No caso do Teatro do Oprimido, que interessa particularmente à presente investigação, este projeto

tem alimentado inúmeras iniciativas, em Portugal e no mundo, das quais damos conta apenas de algumas na secção seguinte.

2.8. Grupos e projetos: panorama do TO em Portugal e no mundo

Não é de fácil empreitada elencar as inúmeras iniciativas de TO pelos vários cantos do mundo. O site da Associação Internacional de TO¹⁸ poderia ser um bom ponto de partida, porém, apresenta várias fragilidades – uma “categorização deficiente, critérios de seleção pouco claros e rigorosos e desatualização” (Carmo, 2014: 169) que dificultam a sua utilização. Optámos, por isso, por frisar a “pluralidade” do TO, a partir de projetos que conhecemos de perto, de festivais onde já estivemos, ou de grupos que se têm destacado nos últimos anos. Damos, contudo, visibilidade ao contexto português, onde se desenrola esta investigação.

Em Portugal os grupos mais consistentes – em termos de durabilidade – são o Núcleo de TO do Porto e o GTO de Lisboa. O GTO Lisboa¹⁹ iniciou o seu trabalho em 2002 a partir do impulso de Gisella Mendonza. O enfoque foi desde o início na multiplicação de grupos comunitários e na criação de espetáculos de teatro-fórum nos bairros da área metropolitana, trabalhando com temas como o racismo, a sexualidade, a doença mental, etc. Desses grupos, salienta-se o DRK da Cova da Moura, existente desde 2007, cujo último projeto se relaciona com a legalização de portugueses filhos de imigrantes. Para além de cursos e formações, promovem o MUDA! Encontro Internacional de TO. O grupo do Porto faz parte integrante da PELE - Espaço de Contacto Social e Cultural²⁰, existente desde 2007 e dirigido por Hugo Cruz. Desenvolvem projetos de intervenção e desenvolvimento comunitário a partir da linguagem artística, trabalhando não só com TO, mas com outras metodologias, com públicos diversos: jovens institucionalizados, reclusos, surdos, etc. Têm dois grupos de TO a funcionar desde 2011: o AGE com jovens de contextos

¹⁸ <http://www.theatreoftheoppressed.org/en/index.php?useFlash=0>

¹⁹ <http://www.gtolx.org>

²⁰ <http://www.apele.org>

vulneráveis e as Auroras, um coletivo de mulheres de um bairro social do Porto. Organizam o MEXE - Encontro de Arte e Comunidade que vai na sua terceira edição. Para além dessas duas organizações, existem grupos mais recentes em Guimarães (F21 Fermentões) e no Algarve (GTO). Os grupos organizadores do Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo²¹ – sobre os quais versará o trabalho empírico – são: KSK Arrentela, a Tartaruga Falante, o NTO Braga/Krizo e Marcha Mundial das Mulheres, que apesar de não ter um grupo de TO instituído utiliza regularmente a metodologia.

Podemos localizar projetos de TO em todos os continentes do globo²². Apesar disso, o mundo do TO assemelha-se, por vezes, a uma “grande família”, na medida em que curingas e grupos se cruzam frequentemente em projetos ou iniciativas comuns. Normalmente, os coletivos aliam a formação externa, a promoção de espetáculos, a organização de festivais e a intervenção social e comunitária. As lideranças são fortes e muitas vezes perenes: os indivíduos que fundam as organizações são recorrentemente os mesmos, passados anos ou mesmo décadas.

O maior movimento de TO situa-se na Índia – o *Jana Sanskriti*²³, dirigido por Sanjoy Ganguly – cuja dimensão, em número de participantes e em extensão geográfica, é de tal forma elevada que “o que começou por ser um grupo de teatro tornou-se na maior força política no Estado de West Bengala na Índia” (Boal, J. 2010: 145–153). Foi criado em 1985, por um grupo de jovens saídos do Partido Comunista na Índia que, rompendo com a instituição que consideravam anti-democrática, decidira deslocar-se para as zonas rurais. Atualmente terá cerca de seiscentos membros diretos, subdivididos em dezenas de organizações. O grupo tem peças de teatro-fórum sobre casamento forçado, alcoolismo, as condições laborais das mulheres que foram apresentadas milhares de vezes, sendo um verdadeiro

²¹ <https://oprima.wordpress.com>

²² Para além destas organizações e de seus respetivos festivais, podemos destacar o Festival PULA Forum, que se realiza anualmente na Croácia; o Encontro Latino-Americano de Teatro do Oprimido, que decorre a cada dois anos, desde 2010 em diferentes países da América Latina ou o Pedagogy and Theatre of the Oppressed Conference, nos Estados Unidos da América, que conta já com vinte e uma edições. Destaque também para o projeto TOgether que reúne seis organizações internacionais e o programa de capacitação para o Teatro do Oprimido “Raizes e Asas”, promovido por Bárbara Santos.

²³ <http://www.janasanskriti.org>

exemplo de militância insistente. Organizam bianualmente o Mukthadara – Festival Internacional de Teatro–Fórum no qual participam dezenas de milhares de pessoas.

Há grupos que só trabalham com determinado tema, como é o caso do *Femmnisme Enjeux*²⁴, uma associação feminista parisiense, criada em 2009, pela mão de Muriel Naessens. Dedicam-se unicamente às questões de género, na luta e prevenção contras as várias formas de desigualdade e violência sexista. Trabalham com profissionais da educação, da justiça, trabalhadores sociais, polícias, em vários contextos, colaborando com movimentos sociais, instituições, partidos e sindicatos. O mesmo acontece com os *Cardboard Citizens*²⁵, uma organização sediada em Londres, fundada por Adrian Jackson (encenador, dramaturgo e um dos principais tradutores dos livros de Boal) em 1991 e que se dedica especificamente ao problema dos sem-abrigo, trabalhando com pessoas que vivem na rua ou que estejam em situação de risco. Outros coletivos trabalham com uma imensidão de áreas, respondendo aos apelos das instituições que os contacta. É o caso, por exemplo, do *CTO do Rio de Janeiro*²⁶, criado em 1986 e atualmente coordenado por Helen Sarapect e Geo Britto. Para além de laboratórios, seminários, cursos de curta e longa duração, residências internacionais, programas de capacitação de multiplicadores, o CTO participa e dinamiza projetos relacionados com a educação, instituições prisionais, saúde mental, trabalho doméstico, racismo, etc.

Há coletivos que trabalham exclusivamente com TO, como é o caso do Grupo de TO de Maputo²⁷, coordenado por Alvim Costa, existente desde 2003 e que envolve 3000 praticantes, em noventa e oito distritos de Moçambique. Para além de oficinas e seminários, desenvolve projetos comunitários com crianças, jovens e adultos, para prevenção de HIV–Sida, para melhoria do acesso aos serviços de saúde, água, terra e educação; para a igualdade de género, etc. Outros coletivos, apesar de privilegiarem a metodologia, desenvolvem projetos mais abrangentes. É o caso do NTO Porto/PELE e também, por exemplo, do *Forn de Teatre Pa`tothom*²⁸ em

²⁴ <http://feminisme-enjeux-theatre-opprime.over-blog.com>

²⁵ <http://cardboardcitizens.org.uk>

²⁶ <http://ctorio.org.br>

²⁷ <http://gtomaputo.org.mz>

²⁸ <http://www.patothom.org>

Barcelona, fundado por Jordi Forcadas, em 2000. Têm uma Escola Popular para formação de atores, trabalham em projetos de interculturalidade, com consumidores de metadona, jovens em risco de exclusão social; crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, etc. Este ano criaram o projeto “Teatro contra os poderes financeiros” que junta regularmente um grupo para discutir e analisar as dinâmicas ocultas do sistema político e financeiro. Para além disso dinamizam debates, organizam exposições, seminários, entre muitas outras iniciativas.

Outras organizações não se definem como um “grupo de TO”, mas antes como movimentos que utilizam o TO como parte de um repertório mais vasto de luta. Exemplos emblemáticos são o *Movimento dos Sem Terra*²⁹, no Brasil, que há vários anos trabalha com várias técnicas de Boal (teatro-invisível, teatro-procissão, teatro-jornal), mas também com o agit-prop, o teatro-épico de Brecht. O MST tem inclusive uma Brigada Nacional de Teatro que utiliza essas ferramentas em manifestações, ações diretas, mas também no espaço interno do movimento, em formações e reuniões; e o *Combatants for Peace*³⁰, um movimento criado em 2005, por ex-combatentes do lado palestino e israelita. Adepto de uma solução pacífica entre os dois Estados, o movimento promove o diálogo e a ação não-violenta, nomeadamente através do TO. Chen Alon, *refusenik* israelita, responsável pela atividade teatral, utiliza frequentemente as técnicas de teatro-fórum nos checkpoints, incitando os israelitas a colocarem-se no lugar dos palestinos e a experimentar o que é estar no papel do outro³¹. Outras organizações mantêm alguma distância relativamente às mobilizações e movimentos sociais, optando por vias mais institucionalizadas, através de programas de financiamento europeus, por exemplo. O *Giolli Cooperativa Social*³² é um desses casos. Define-se como um centro permanente de pesquisa e experimentação teatral sobre os métodos de Boal e Freire, foi criado em 1992 em Parma, Itália, e é coordenado por Roberto Mazzini. Promovem oficinas, cursos, seminários em universidades e projetos de desenvolvimento

²⁹ <http://www.mst.org.br>

³⁰ <http://cfpeace.org>

³¹ <http://www.publico.pt/mundo/noticia/imitar-a-violencia-para-promover-a-paz-entre-israelitas-e-palestinos-1626939>

³² <http://www.giollicoop.it>

comunitário, participam em festivais e congressos e trabalham com diversos temas e públicos em escolas, centros sociais, prisões, comunidades terapêuticas, etc. Os grupos CTO Lisboa e NTO Porto/PELE também se enquadram nessa categoria. Em alguns casos, o grau de institucionalização e dependência em relação a financiamentos públicos ou privados é evidente: o *CTO Rio*, por exemplo, é patrocinado pela Petrogas e os *Cardboard Citizens* para além de vários mecenas e apoios privados, instituíram a figura de “embaixador da organização”, atualmente a atriz Kate Winslet.

Outro fator distintivo refere-se à pertença e envolvimento direto dos grupos no trabalho com as suas *próprias* opressões. Na maioria dos casos, como refere Carmo, vemos praticantes de TO “que trabalham junto de comunidades e grupos marginalizados e desfavorecidos a que não pertencem” o que “não deixa de ser ironicamente perverso” (2014: 188) Como o investigador refere existe mesmo uma “tendência para a neutralização” e uma fronteira “entre a arte-ONG e a arte social e política, entre a institucionalização e o formalismo e entre o movimento cidadão autónomo, comunitário e plural”. (ibidem: 301)

A investigação empírica aqui apresentada incidirá na experiência de um grupo criado em finais de 2011 - NTO Braga/Krizo - no contexto da crise social e política em Portugal e como resposta às sucessivas mobilizações sociais contra a austeridade. Com uma dimensão reduzida, sem financiamento público ou privado e uma organização informal, o grupo tem vindo a trabalhar suas próprias opressões (desigualdade de género, precariedade/desemprego, discriminação LGBT), articulando-se com outros coletivos e movimentos sociais.

O capítulo que se segue procura mostrar as bases fundacionais e metodológicas que fizeram deste grupo o contexto desta investigação: que percurso foi feito? Que opções foram tomadas? Que objetivos foram construídos? Porquê esta pesquisa?

3. UMA INVESTIGAÇÃO MILITANTE NO QUADRO DE UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA

“Os sociólogos não orbitam em um espaço vazio além da economia, mas cumprem suas missões em terrenos ideológico e político” (...) “reconhecer esses terrenos é a primeira tarefa para qualquer engajamento crítico ou projeto político” (Burawoy, 2008: 220)

No outono de 2014, chegava às páginas dos jornais portugueses e às redes sociais, a notícia sobre um alegado ato de censura por parte do diretor da revista *Análise Social*, do Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa. Em causa estava um ensaio fotográfico - “A luta voltou ao muro” - da autoria do sociólogo Ricardo Campos, que expunha graffiti com palavras de ordem contra o Governo, a Troika, empresários e banqueiros. O diretor classificava as imagens de “linguagem ofensiva”, “mau gosto”, de “ofensa a instituições e pessoas”, que “não podia tolerar”³³ e mandava destruir os exemplares já impressos e suspender a sua publicação. O desenlace da história foi favorável ao sociólogo, o Conselho Científico do ICS aprovou, por unanimidade, colocar novamente a revista em circulação.

Este caso - inédito, tanto quanto se sabe - levantou, nem que tenha sido por algum período, a discussão na esfera pública sobre os limites entre o ativismo e a ciência, entre aquilo que são as convicções político-ideológicas dos investigadores e aquilo que é passível de ser traduzido ou transportado para o meio académico. Nos últimos quatro anos, multiplicaram-se os artigos e livros científicos sobre o impacto das medidas de austeridade no campo da educação, da cultura, da economia, nos modos de organização da sociedade portuguesa e nas subjetividades individuais (Reis e Rodrigues, 2011; Ferreira, 2012; Abreu et al, 2013; Soeiro et al, 2013; Benavente et al, 2015). Nessas produções científicas, o ofício de investigador tem balançado entre a *denúncia* e o *anúncio* (Freire, 1997), entre a crítica às políticas de austeridade e o enunciar de alternativas, sempre partindo da escolha de um lado: dos que lutam

³³ <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/ics/revista-analise-social-suspensa-devido-a-linguagem-ofensiva>

contra a neoliberalização do Estado, ainda que de formas diversas. Em 2011, um conjunto de cientistas sociais portugueses lançava mesmo um Manifesto para um Mundo Melhor³⁴ realçando a responsabilidade destes no desvelar das ideologias e do consenso neoliberal.

Os danos provocados pela austeridade no campo educativo foram devastadores. No domínio da investigação, a face mais visível da contestação deu-se com a redução acentuada do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento e a avaliação dos centros de investigação que eliminou os apoios públicos para quase metade dos centros e laboratórios³⁵. Contudo, essa é apenas a ponte do iceberg. Já em 2004 Boaventura de Sousa Santos traçava um diagnóstico crítico do rumo que a universidade estava a tomar: descapitalização, mercantilização, elitismo, corporativismo, eram alguns dos fatores que, interna e externamente, a colocavam numa crise grave. Segundo o sociólogo, a partir do momento em que se transformasse “a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado” falar dela como “bem público” seria “uma questão retórica” (2004: 12). Invocando a necessidade de uma “reforma criativa, democrática e emancipadora” da universidade pública, Boaventura lançava algumas pistas, entre elas, a “pesquisa-ação” e a “ecologia dos saberes” que se situavam na procura de uma “reorientação solidária da relação universidade-sociedade.” (ibidem: 56-57) A “autonomia universitária” e a “liberdade académica” seriam o composto indispensável para “garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social” (ibidem: 68)

Já este ano, António Nóvoa e Ana Benavente, formulavam propostas críticas para a investigação em educação. Nóvoa criticava a “universidade empresarial”, o “deus da excelência”, a mercantilização e produtivismo, enquanto novos “dispositivos de controlo e vigilância” (2015: 21). Benavente realçava a dependência em relação aos financiamentos, a sobrecarga, a “competição individual e institucional”, inibidoras de espaços para “diálogo, reflexão e pesquisa crítica.”

³⁴ <http://www.publico.pt/politica/noticia/manifesto-para-um-mundo-melhor-1492121>

³⁵ <http://www.publico.pt/portugal/noticia/como-crato-mudou-quase-tudo-o-que-podia-mudar-1707387>

(2015: 19). Nos dois, a liberdade é o valor mais enfatizado. Para o investigador, o importante é “arriscar e transgredir as regras: sem transgressão não há descoberta, não há criação, não há ciência”; considerando fundamental dar ao trabalho científico uma “dimensão coletiva, colaborativa” e conhecer com “a responsabilidade da ação”, num compromisso com o país - em particular no “período negro” que atravessamos, “com liberdade e pela liberdade” (Nóvoa, 2015: 14-20). Benavente aponta a investigação na educação como um lugar de “luta ideológica”, enfatizando o papel de “investigadores mais rebeldes, que não fazem carreiras, mas sim percursos.” Entre outros caminhos apontados, a autora salienta a “investigação multidisciplinar, nomeadamente na investigação-ação”, assim como a abertura das ciências sociais em projetos “na linha da sociologia pública”. (Benavente, 2015: 18-21)

Os dois autores - não sendo únicos, nem tão pouco os mais radicais - são bons exemplos das relações que se podem estabelecer entre a universidade e a política e sociedade, em Portugal: Nóvoa foi reitor da Universidade de Lisboa e candidato às eleições presidenciais de 2016; Benavente esteve envolvida nos projetos de educação popular durante o PREC, esteve no lançamento das Ciências da Educação em Portugal e foi secretária de Estado no Governo do PS liderado por António Guterres. Muitos outros nomes podiam ser citados, no contexto atual e no campo das ciências sociais: Manuel Carlos Silva, Maria de Lurdes Rodrigues, João Teixeira Lopes, Elísio Estanque, Conceição Nogueira, Augusto Santos Silva, cientistas sociais cujo compromisso político explícito (mais ou menos situado à esquerda) vai a par com o seu percurso académico. Os exemplos expandem-se no tempo, no espaço geográfico e no estatuto que granjearam, desde Karl Marx a Judith Butler.

Ainda assim tem prevalecido a ideia de que o trabalho científico, mesmo no campo social, deve ser rigorosamente conduzido por investigadores neutros e imparciais. Deve ser despedido de um posicionamento do investigador, como se disso dependesse o rigor e a objetividade da pesquisa. Como refere Santos (2000) o conhecimento emancipador deve maximizar a objetividade e minimizar a neutralidade. A objetividade científica não decorre de uma suposta imparcialidade do investigador,

mas essencialmente da explicitação teórico-metodológica de questões como as enunciadas acima: o quê, como, quando, porquê do processo de pesquisa. De que forma é que pode ser problematizada a interação entre aquilo que é desenvolvido no campo acadêmico e aquilo que pode ser transportado (e transformado) para intervir no mundo político-social? E vice-versa. Qual é o papel do ou da investigadora nesse processo? Que dilemas enfrenta? Estas são algumas das questões que grassam as perspectivas da “sociologia pública” e as metodologias de investigação participante, militante ou ativista.

Trazemos para o centro da análise uma experiência de investigação sobre Teatro do Oprimido realizada no âmbito de um doutoramento em Ciências da Educação - especialidade de Sociologia da Educação, iniciado em finais de 2011, na Universidade do Minho. Da criação do grupo à constituição enquanto associação Krizo, passando pelo período mais quente de mobilizações de rua (2012-2013) até ao período de aparente estagnação, a pesquisa foi dando corpo à experiência objetiva e subjetiva do coletivo: as aprendizagens, as criações, as articulações, as hesitações, os recuos. Neste capítulo é feito um enquadramento metodológico, apontando as principais características e modos de ação; é (re)construído o percurso de investigação, apontando-se os objetivos, questões de pesquisa e instrumentos e técnicas utilizadas; constituindo-se como uma investigação implicada e desenvolvida no quadro de uma sociologia pública.

3.1. Investigação participativa militante

O risco de classificarmos determinado projeto de investigação é o de nos equivocarmos, omitindo influências e aproximações, reduzindo a possibilidade de interpenetrações frutíferas. O risco de colocarmos tudo num mesmo saco é o de nos dispersarmos, omitindo diferenças e divergências, reduzindo a possibilidade de reflexões profundas. *Investigação-ação* (Elliot, 1991; Berg, 2004) *investigação-ação participativa* (Fals Borda & Rahman, 1991; Brydon-Miller, 2001); *pesquisa participante* (Freire, 1981; Brandão, 1981), *investigação radical* (Schostak &

Schostak, 2008), *investigação ativista* (Hale, 2008; Azad & Fuentes, 2009), *investigação-ação emancipatória* (Carr & Kemmis, 1986; Boog, 2003; Ledwith, 2007), *etnografia militante* (Juris, 2007); *intervenção sociológica* (Touraine, 1982); *investigação militante* (Darcy Oliveira, 1981); entre outras ainda, são alguns dos métodos que, pelo menos na última metade do século, têm vindo a ser construídos, apropriados – às vezes mesmo adulterados – para responder a uma mesma angústia e desafio: como é que o trabalho de investigação científica pode contribuir para a transformação social, libertando-o das gavetas e prateleiras a que está, geralmente, destinado e não servir apenas para uma carreira académica meramente individual? Como assegurar a relevância científica e social da investigação? Como podemos contribuir para quebrar a divisão entre o mundo social e o mundo académico e permitir que se influenciem mutuamente?

A história das origens deste paradigma é usualmente associada a alguns nomes e experiências. John Dewey e o Movimento da Escola Moderna, no final do século XX, com a sua filosofia educativa experimentalista, atribuindo ao professor um papel de investigador; Kurt Lewin, que em 1946 apadrinou o termo “investigação-ação” para se referir a um processo democrático de resolução de problemas através de espirais cíclicas de ação-reflexão; Paulo Freire e a sua Pedagogia do Oprimido que, a partir dos anos 1970, teve uma grande influência na formulação de propostas educativas libertadoras; Fals Borda e as experiências colombianas de “pesquisa participante” (1978); noutras partes da América Latina, a observação militante de Rosiska e Miguel Darcy Oliveira (1981) que implicava diretamente os investigadores no seu objeto de análise. A influência positivista nas ciências sociais e a cooptação instrumental da investigação-ação por parte de ONGs e pelos poderes locais e nacionais, levaram Carr e Kemmis (1986) a aprofundar a sua função crítica e emancipatória, apoiando-se nos fundamentos da Escola de Frankfurt. Na última década, tem-se assistido ao que parece ser um ressurgimento das preocupações com metodologias que, unindo a teoria e a prática, possam servir de instrumento de resistência às investidas neoliberais, como são exemplos as perspectivas anti-opressivas (Brown & Strega, 2005), radicais (Schostak & Schostak, 2008) e ativistas

(Hale, 2008; Azad & Fuentes, 2009; Lopez & Fernandez, 2012) de investigação. Apesar desse renovado interesse por estas perspectivas, a verdade é que a investigação-ação participante continua a ser tratada com desconfiança e ceticismo, o seu “estatuto permanece indefinido e de certa forma marginal”, devido a uma certa “instabilidade terminológica e conceptual” (Silva, 2006: 2-3)

Antes de mais, não podemos deixar de sublinhar que os qualitativos acompanham determinadas metodologias - *pesquisa-ação crítica, investigação-ação participativa, investigação-ação emancipatória* - são, de certa forma, redundantes, na medida em que uma investigação que visa a transformação social será, forçosamente, crítica, participativa e emancipatória. Outro aspeto importante a realçar é que há em todas estas metodologias diferenças relevantes. Destacamos três: a *relação do investigador com o contexto/grupo* de pesquisa que pode ser mais ou menos implicada; o *grau de “instrumentalização” da investigação*, ou seja, até que ponto os objetivos e estratégias estão definidos aquando da entrada no terreno ou são construídos à medida que decorre a pesquisa; e o *nível de participação dos atores* na investigação pois, em alguns casos, atravessa todos os processos (do desenho à avaliação) e noutros é remetida a um papel meramente formal. Contudo, mais do que procurar o que separa todas estas variantes - em termos epistemológicos, ontológicos e metodológicos - procuramos esboçar nesta secção as características que as aproximam: que valores lhes subjazem, que processos valorizam, que investigador(es) preconizam, que ciência social defendem.

a) *Baseia-se na experiência e na reflexão sobre a experiência:*

Por ser radicada na ação de seres humanos sobre o mundo e na reflexão destes sobre o mundo e sobre a ação social, estas perspectivas de investigação coloca a tónica na experiência objetiva e subjetiva dos sujeitos. Paulo Freire, num texto sobre pesquisa participante (1981), salientava que, para muitos a “realidade concreta” se reduz a “um conjunto de dados materiais ou de fatos.” Para ele, a realidade é “todos esses fatos e dados”, “mais a percepção” que deles se tenha, numa “relação dialética entre objetividade e subjetividade”. Assim, na perspectiva libertadora, “a pesquisa, como

ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta” (Freire, 1981: 35). A transformação de objeto de pesquisa em sujeitos – e “companheiros” – de investigação, para além de contribuir para a democratização dos poderes e da prática científica, vai centrar a investigação nas experiências dos sujeitos, nas realidades que os compõe (e que estes compõe) e na percepção que de tudo isto eles tenham. Em vez de uma relação objeto - sujeito há um diálogo científico com a realidade. Essa tônica na resignificação das subjetividades não é desvinculada de uma contextualização que envolve a análise objetiva e cuidadosa das estruturas e uma dimensão histórica, integrando-as dialeticamente. Há um “reconhecimento da realidade e das experiências como possibilidade de ampliação e horizonte teórico para a ação” (Botero, 2012: 37).

b) Quebra fronteiras e dicotomias rígidas

“Não nos damos bem com limites” e não somos “os melhores seguidores de regras do mundo” (Brydon-Miller et al, 2003: 20) são duas expressões que resumem bem este tipo de métodos. De facto, em investigações com estas características não só se procuram esbater os limites entre sujeito e objeto, como entre teoria e prática: “Separada da prática, a teoria é puro verbalismo imperante; desvinculada da teoria, a prática é activismo cego. Por isto mesmo é que não há práxis autêntica fora da unidade dialética acção-reflexão, prática-teoria.” (Freire, 1975: 11) São também investigações que quebram barreiras entre processo e resultados, observação e ação, universal e particular, individual e social, tentando interpelá-los e identificar possíveis complementaridades, não no registo de consenso, mas de controvérsia (Correia, 1998). Há um “reconhecimento das limitações e fragilidades de sistemas de conhecimento”, quando tomados de forma isolada, favorecendo a integração dialética das várias áreas disciplinares e também a articulação com “parceiros não-acadêmicos” (Brydon-Miller et al, 2003: 21). Tal implica uma “interação fecunda e não hierárquica” entre os vários saberes científicos, bem como entre o senso comum conservador e o saber produzido na academia (Brandão, 2003: 45).

c) Desenvolve-se dentro (e através) de organizações coletivas

Referindo-se a diversas formas de pesquisa participante, que decorreram no Brasil e na América Latina, entre 1960 e 1980, Brandão e Borges referem que um dos principais traços é o facto de terem decorrido dentro dos movimentos sociais, “projetos de envolvimento e mútuo compromisso”, no âmbito dos quais é atribuído aos “agentes populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo da pesquisa. (2007: 53) A investigação militante partiria dos “entendimentos, das experiências e das relações geradas através da organização coletiva”, “como método de ação política e forma de conhecimento” (Shukaitis & Graeber, 2007: 8). Brandão difere “participação na pesquisa” e “pesquisa participante” e entre esta e a “pesquisa ação”. Na primeira, há um “compromisso e participação” nos “projetos de luta do outro”; na segunda, o outro torna-se um “companheiro de um compromisso”. Na “pesquisa participante” os “grupos investigados não são mobilizados em torno de objetivos específicos e sim deixados às suas atividades comuns”; a pesquisa-ação supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma ação planeada (1985: 12-13). Em todo o caso, este tipo de pesquisa envolve a produção de conhecimento, reflexão e aprendizagem colaborativa.

d) Revela um carácter pedagógico e formativo

Paulo Freire referia-se ao ato de “pesquisar e educar” como um permanente e dinâmico movimento: “fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares” (1981: 36). Numa investigação de cariz participativo, a construção de gramáticas coletivas é feita numa lógica de emancipação do conhecimento sobre a realidade. A “investigação, a educação e a ação social” convertem-se, através da participação comunitária, em “momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social. (Brandão & Borges, 2007: 56) Pesquisas participantes pretendem ser assim “instrumentos pedagógicos e dialógicos de aprendizado partilhado; possuem organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora”, estando por isso, grande parte das vezes vinculadas à educação popular. (Brandão & Borges, 2007: 57), contribuindo para a formação de “sujeitos

pesquisadores, críticos e reflexivos” (Franco, 2005: 501).

e) *Envolve um processo aberto, fluído e flexível*

Complexidade, paradoxos, puzzles, trabalhar com investigação-ação participativa implica uma “visão do mundo demasiado dinâmica, instável, caótica para ser aceitável” (Brydon-Miller, 2003: 13). Normalmente associados a espirais cíclicas de investigação-ação-reflexão, os processos desenvolvem-se de forma fluída e flexível, aberta a revisões e reestruturações constantes. “As questões e os desafios surgidos ao longo de ações sociais definem a necessidade e o estilo de procedimentos de pesquisa participante. O processo e os resultados de uma pesquisa interferem nas práticas sociais, e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações participativas”. (Brandão & Borges, 2007: 54-55) Um investigador que assuma esse papel precisa “aceitar viver na incerteza e instabilidade, inerentes a toda situação dinâmica, na qual é impossível a previsão de tudo” (Franco, 2005: 495), apreciar “a beleza do caos” e ser resistente, paciente, prático e otimista (Byrdon-Miller, 2003:11-12).

e) *Pressupõe um posicionamento político e ideológico*

Pesquisar desta forma implica reconhecer e “aprender a lidar com o caráter político e ideológico de toda e qualquer atividade científica e pedagógica. (...) Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social. (Brandão & Borges, 2007: 54-55) Implicando, da parte dos “ativistas da investigação-ação-participativa” um “compromisso, uma postura ética e persistência a todos os níveis” (Rahman & Borda, 1981: 16). É, portanto, uma metodologia simultaneamente científica, política e pedagógica de produção partilhada de conhecimento social”. (Marques, 2005: 210) Possibilita pôr em prática a tese marxista de que as “circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”. É um convite à ação transformadora, reflexiva e construtiva e empenhada no saber e fazer coletivo. Porém, como alerta Freire, “quanto mais crítico e engajado, mais rigoroso” tem de ser o investigador (1975: 15).

Ao contrário do ativista que “mergulha na realidade em movimento e se faz levar pela correnteza, ao invés de se sobrepor a ela”, “limitado a um nível de *percepção sensível da realidade*” que só permite ver a sua forma aparente, um investigador engajado precisa recorrer constantemente a “instrumentos teóricos de leitura da realidade”. (ibidem: 25–26)

A investigação aqui apresentada procura reunir essas características. Intitulamo-la de investigação participativa militante porque parecem ser estes os qualificativos que melhor traduzem o papel vivido e assumido pela investigadora. É uma investigação baseada na experiência de um grupo de Teatro do Oprimido, acompanhando as ações realizadas e as reflexões que se fizeram sobre as mesmas. A investigadora faz parte do coletivo, compartilhando as suas preocupações e dilemas e a mesma situação do ponto de vista social, cultural e económico. Nesse sentido, a igualdade está salvaguardada, à exceção do privilégio que advém do facto de poder ter tempo (e uma remuneração mensal) para realizar esta pesquisa (Calhoun, 2008). Analisando a sua “própria prática de luta contra a opressão”, a investigadora, é “objeto da reflexão que é feita por todo sobre sua acção comum”, mas é também “sujeito consciente e criador” (Freire, 1975: 29–30). A investigação envolveu um processo flexível de formulação e reformulação de perguntas, quebrando fronteiras metodológicas e epistemológicas. Os processos de ação - reflexão despoletaram aprendizagens constantes, pois, é “tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o carácter educativo do ato político” (Freire, 1989: 15). O posicionamento ideológico é claro, sem descurar de uma análise rigorosa e ampliada da realidade. É por isso que, mais do que um método uma investigação participante e militante é “um desafio epistemológico radical à tradição das ciências sociais” (Fine, 2012: 215).

3.2. Hansel e Gretel: reconstruindo os percursos de uma investigação

A fluidez, imprevisibilidade e o movimento gingado que caracteriza esta investigação faz com que seja necessário retroceder e reconstruir cuidadosamente o percurso seguido até aqui, como Hansel e Gretel recolhendo as migalhas de pão para regressar a casa. A sensação de se estar perdido é aliás uma constante deste tipo de metodologia: os objetivos não são constituídos à partida, as estratégias e ferramentas vão sendo mobilizadas à medida que surgem novos desafios e as questões são elaboradas e reelaboradas continuamente. O que fazemos nesta secção é explicar o que percurso que fizemos com a racionalização que a distância permite. A distinção que Marx faz entre “modo de exposição” e método de investigação” é reveladora disso mesmo. Como Brohm explicita, “o método de investigação consiste em partir do todo caótico e sincrético e, portanto, confuso. Depois por aproximações sucessivas, acedemos a extractos cada vez mais abstratos. A exposição prossegue da frente para trás, ao arrepio da investigação: parte das abstrações já descobertas e expõe-nas como se fosse uma construção lógica e racional” (1979: 69). Por isso, “a história de um método (= caminho) só pode ser contada ao finalizar a pesquisa. A direcção tomada inicialmente é sempre provisória (Gadotti, Freire e Guimarães, 1995: 14).

Como referido na introdução, o contexto de mobilizações sociais que despontara em Portugal e várias partes do globo, em 2011, foram o motor de arranque para as primeiras perguntas da investigação. A intervenção da Troika sentia-se de forma cada vez mais aguda; o protesto da Geração à Rasca, que trouxera à rua centenas de milhares de pessoas, estava ainda muito fresco; o primeiro-ministro havia-se demitido e tinham decorrido novas eleições que punham um governo de direita no poder. Em Braga, ainda que timidamente, despontavam algumas mobilizações de protesto, mas reconhecia-se a falta de espaços para reflexão e intervenção política. O primeiro passo foi, portanto, a constituição de um grupo de TO. Em Dezembro de 2011, contactei alguns amigos com os quais tinha afinidades, esses trouxeram outros e decidimos criar o Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga.

Dada a proximidade do Dia Internacional das Mulheres direccionámos o nosso foco para uma primeira intervenção, no dia 8 de Março de 2012. Com o intensificar da crise social, política e económica, e o sucedâneo de mobilizações, rapidamente deslocámos o nosso olhar para o papel que a metodologia podia desempenhar nesse contexto. Como é que o TO poderia auxiliar na compreensão e leitura dos acontecimentos? De que forma poderia ampliar a nossa voz, revelando as nossas inquietações e reivindicações? Que papel poderia a metodologia desempenhar nas intervenções de rua?

O grupo participante na pesquisa é composto por um número variável. Para além de um núcleo duro (cerca de seis elementos) do NTO Braga, várias pessoas participaram nos momentos de ação e reflexão, quer pertencentes à associação Krizo, quer de outros coletivos, como a associação Tartaruga Falante (Porto) ou outros que pertencem à organização do Óprima - Encontro de TO e Ativismo, como o KSK Arrentela e Marcha Mundial das Mulheres. Muitos outros contribuíram para as reflexões que serão aqui expostas: espect-atores nas sessões de teatro-fórum, curingas com quem pude trabalhar, participantes nas oficinas de TO; e um sem número de pessoas que colocaram questões, fizeram comentários, partilharam experiências nos debates, intervenções de rua ou encontros políticos.

Durante o primeiro período (entre 2012 e 2013) a tónica da investigação foi na ação e no terreno. As intervenções eram registadas em vídeo e fotografia, os cartazes e notícias eram guardadas; e utilizava o diário de bordo e notas de campo nas reuniões e manifestações. Foi também um período de formação, quer em relação ao Teatro do Oprimido - participando em oficinas e festivais nacionais e contactando informalmente com curingas e grupos -, quer em relação ao contexto político, participando em conferências, palestras e debates sobre a crise e as mobilizações sociais e acompanhando atentamente a situação através dos jornais, blogues e redes sociais. Em Fevereiro de 2012 cheguei a fazer uma entrevista, de caráter exploratório, a um curinga italiano, Roberto Mazzini, porém o facto de ter sido numa fase precoce da investigação levou a que esta fosse praticamente descartada. Nessa altura, ia procurando referências bibliográficas que de alguma forma auxiliassem na

compreensão da conjuntura, consagradas sobretudo à temática dos movimentos sociais. Só no final de 2013 - correspondente ao período de abrandamento dos protestos de rua - as questões de investigação se tornaram mais concretas, aproximando-se dos temas e preocupações apresentadas nesta tese. As ações mantiveram um ritmo acelerado, já não tanto na rua, mas através da organização de debates, encontros e da dinamização de oficinas, muitos deles registados em vídeo ou gravação sonora.

No início de 2014 dinamizei dois grupos focais, um com cinco dos membros mais ativos do grupo do NTO Braga/Krizo, e outro com sete elementos do grupo do Porto³⁶, Tartaruga Falante, com quem partilhávamos grande parte dos projetos. Comecei também a realizar entrevistas a curingas de várias nacionalidades com quem me ia cruzando e que me pareciam poder responder às questões da investigação: Bárbara Santos, que divide a sua ação entre a associação Kuringa, em Berlim e o CTO do Rio de Janeiro; Adrian Jackson, fundador dos Cardboard Citizens, em Londres; Doug Paterson e Kelly Howe, organizadores do Pedagogy and Theatre of the Oppressed Conference, nos EUA; Julian Boal, investigador e curinga internacional; Muriel Naessens, fundadora do Féminisme Enjeux, em Paris e José Soeiro, promotor da primeira experiência de teatro legislativo em Portugal. Gravei ainda a intervenção de Chen Alon, membro dos Combatants for Peace, quando este veio a Lisboa participar num congresso. Dessas entrevistas apenas quatro³⁷ (Kelly, Julian, Muriel e José) foram analisadas e integradas na tese pelo facto de com estes ter havido uma colaboração ativa, nomeadamente através da participação no Óprima - Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo. Em 2015, realizei um debate-conversa com dois elementos do grupo, fazendo um balanço das experiências de aprendizagem; e três retratos sociológicos a membros do NTO/Krizo e da Tartaruga Falante.

³⁶ Para distinguir, as siglas utilizadas são GF-K referente ao grupo focal com o NTO/Krizo; as siglas GF-T foram feitas com elementos da Tartaruga Falante.

³⁷ Fica desde já o agradecimento aos curingas Bárbara Santos, Adrian Jackson, Doug Paterson e Roberto Mazzini, pela disponibilidade que demonstraram durante a entrevista.

Ao longo destes quatro anos fui apresentando alguns resultados desta investigação em congressos nacionais e internacionais e também em oficinas, debates e encontros que organizei ou nos quais participei. Escrevi artigos e capítulos científicos, mobilizando alguns desses registos (diários, fotografias, vídeos, gravações, entrevistas, etc.) mas também jornais, revistas, discursos políticos e guíões educativos.

3.3. Objetivos, questões e instrumentos de investigação

Qualquer investigação implica a formulação de objetivos, mas que podem ser adaptados e reformulados à medida que se vai avançando nos terrenos teórico e prático. Dada a natureza das pesquisas participativas, esse aspeto foi mais acentuado, sendo o projeto desenhado e redesenhado numa espiral dialética. O contexto social e político impulsionava determinada ação; por sua vez, essa intervenção e o seu processo de criação despoletavam um conjunto de indagações e caminhos novos, que levavam a determinadas leituras e reflexões teóricas e a outras ações, e assim continuamente. Ainda assim, o principal objetivo desenhado em inícios de 2012 não se alterou substancialmente: refletir sobre o papel do Teatro do Oprimido (TO) no quadro dos movimentos e mobilizações sociais contemporâneas enquanto ferramenta de ação coletiva crítica e instrumento para uma educação crítica, focando-nos sobretudo no contexto português e na experiência do NTO Braga/Krizo.

Outros objetivos particulares foram sendo delineados, os quais serão apresentados ao longo dos capítulos da tese. Em torno destes, foram definidas questões de investigação, de carácter mais amplo ou mais específico, consoante o tema ou ação que as despoletava. Aqui debruçamo-nos apenas naquelas que gozam de um carácter mais transversal:

- Qual a atualidade do Teatro do Oprimido diante das mudanças que ocorreram nas últimas décadas, expressas em metamorfoses de noções como dominação,

exploração e opressão, e considerando tanto os seus princípios fundadores como os seus desvios e fragilidades?

- Como se geram as disposições dos jovens para o ativismo, o protesto e a procura de espaços de politização no contexto da precariedade, da crise e das políticas de austeridade?
- Qual o lugar da cidadania, face aos avanços de uma ideologia do empreendedorismo disseminada no espaço escolar e, de um modo geral, no campo da educação, da formação e do trabalho?
- De que modo a experiência de participação ativista se constitui em fonte de aprendizagem crítica, no contexto dos protestos e mobilizações sociais contra a crise e a austeridade e através da ação coletiva e associativa?

À medida que se ia avançando na pesquisa, foi possível agrupar a investigação em cinco questões referentes ao grupo/associação: *Qual é o contexto em que agimos? Quem somos? O que fizemos? Porque o fizemos? O que aprendemos?* Embora as perguntas estivessem frequentemente combinadas, foi a partir delas que se mobilizaram instrumentos de investigação, que se procuraram referências bibliográficas e se organizaram os dados e as reflexões emergentes. Para a primeira pergunta, utilizou-se sobretudo o diário de bordo, manifestos e convocatórias, que pudessem dar conta da conjuntura política, social e económica do país. Para responder à questão “Quem somos?” realizaram-se dois grupos focais e três retratos sociológicos, de modo a discutir a identidade e dinâmicas do grupo, mas também percursos individuais no campo da ação coletiva. “O que fizemos?” foi respondida igualmente a partir do diário, mas também de vídeos, fotografias, notas de campo, gravações de debates, guiões de peças de teatro e notas de oficinas, capazes de descrever os processos de criação. “Porque o fizemos?” e o “Que aprendemos?” foram também respondidas através de grupos focais e do debate-conversa,

procurando perceber as motivações e as percepções coletivas sobre a experiência ativista. Foram feitas ainda entrevistas a curingas de TO que respondessem a aspetos que não estavam contemplados de nenhuma outra forma.

Entretanto, as experiências que se foram dando no seio do grupo e no decorrer das mobilizações foram clarificando os temas a que dedicávamos mais atenção: a austeridade, a crise, o empreendedorismo e a precariedade, sendo possível inserir as diferentes ações nesses núcleos. Para além de uma reflexão sobre as iniciativas, utilizando material referente às cinco questões, os temas foram analisados a partir de determinados objetivos (que serão explicitados posteriormente em cada capítulo) que visavam compreender o panorama atual e as razões pelas quais nos envolvemos na sua crítica e em ações coletivas. Para tal foi necessário recorrer à *análise crítica de discurso* de notícias, discursos políticos, guiões educativos, revistas, etc.

Revisão bibliográfica/análise documental: a pesquisa bibliográfica orientou-se inicialmente para os conceitos de opressão, exploração, dominação, poder e algumas das suas antíteses: liberdade, participação, cidadania, emancipação. Foi dado destaque também à análise da crise e austeridade e das mobilizações sociais a que deram origem, atentando sobretudo o caso português, bem como ao papel da juventude nesses processos. As transformações no mundo do trabalho (precariedade generalizada, desemprego massivo, discurso do empreendedorismo) foram outros dos principais alvos das análises teóricas. Foi também pesquisada a história, origem e características do Teatro do Oprimido, a partir da leitura das obras de Augusto Boal e de investigadores na área, bem como da sua ligação à educação crítica, em particular com Paulo Freire. Embora se trate de uma investigação sociológica em educação, colheu também contributos de outras sociologias - do trabalho, da juventude, dos movimentos sociais - e de outras áreas científicas, como filosofia, ciências políticas ou economia. Aliada à pesquisa bibliográfica foi também necessário recorrer a notícias de jornais, blogues, revistas ou documentários.

Observação participante/participação observante: ao longo da investigação existiram, por parte da investigadora, graus diferentes de participação e envolvimento. Podemos falar de *observação participante* nos momentos em que a minha presença era mais passiva, assistindo aos acontecimentos sem interferir: enquanto espect-atriz em sessões de TO, em debates, reuniões ou manifestações nos quais não tive/tivemos um papel organizativo. Muitas mais vezes, tratou-se de *participação observante*, intervindo ou liderando reuniões, impulsionando ações, organizando e moderando debates, participando como atriz ou curinga em sessões de teatro-fórum, etc. Para recolha de dados, foram utilizadas notas de campo e o diário de bordo. As primeiras foram utilizadas de forma recorrente, como descrição do que era “visto, ouvido, vivido e pensado” (Léssard-Hebért et al, 2008: 154) em todas essas circunstâncias. O diário de bordo surgia retrospectivamente, expondo algumas das minhas perceções, interrogações, expectativas ou receios. Assim, se as notas de campo eram curtas, espontâneas e descritivas, no diário de bordo, essas notas geravam um outro tipo de descrição, mais narrativo, de compreensão e reflexão. A principal utilidade dessas ferramentas é permitir uma “releitura” distanciada, possibilitando perceber as mudanças de sentido e interpretação (Beaud & Weber, 2007: 68).

Grupo focal/debate-conversa: Histórica e tradicionalmente ligado aos estudos de mercado e à investigação sobre os efeitos da comunicação de massas, a técnica do grupo focal foi sendo adotada por investigadores de várias áreas do conhecimento, tendo ligações fortes à sociologia e à psicologia crítica. O sociólogo americano, Robert Merton, considerado por muitos como “o pai do grupo focal”, distingue-o doutras formas de entrevista de grupo: num “focus group”, os participantes estão envolvidos numa situação concreta particular, os elementos de investigação são examinados previamente, servindo de base à construção de um roteiro de questões e a atenção é dada às experiências subjetivas das pessoas. (Merton & Kendall, 1946: 541). Esta técnica de pesquisa coleta dados por meio de interações grupais, discutindo-se um determinado tópico ou tópicos sugeridos pelo pesquisador, como

recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Morgan, 1997). Como refere Kitzinger (1995: 299), a ideia por detrás deste método é que esta discussão em grupo possa ajudar as pessoas a explorar e a clarificar os seus próprios pontos de vista, baseadas nas suas próprias experiências e usando a sua própria linguagem. O objetivo, portanto, não é chegar a um consenso, nem construir generalizações. Não se procura descobrir os pontos de vista reais das pessoas, porque as ideias não são estáticas, elas são construídas e emergem dentro de um grupo, num determinado contexto (Smithson, 2000:114-116; Krueger & Casey, 2001: 19-20). Os procedimentos para um grupo focal implicam que o grupo envolvido tenha testemunhado um evento comum; que os elementos envolvidos na investigação tenham sido examinados antecipadamente; que seja previamente formulado um roteiro; que a atenção seja dada às experiências subjetivas das pessoas. (Gomes, 2005: 280). No caso desta investigação, as condições estavam reunidas. Os grupos focais serviram sobretudo para identificar alguns aspetos ocultos da observação participante e da análise das intervenções: porque é que se tinham envolvido no grupo, que percepções tinham acerca do TO e das intervenções desenvolvidas, o que pensavam acerca dos assuntos sobre os quais nos debruçávamos nas nossas ações, etc. Ou seja, o grupo focal permitiu aceder ao balanço reflexivo e crítico, através da geração de discussões e do levantamento de contradições. Assumindo uma posição de facilitadora desse processo, ia prestando atenção aos “processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de influências da formação de opiniões sobre um determinado tema” (Gondim, 2003: 151). Ainda que existisse uma relação entre a investigadora e os entrevistados, foi possível estabelecer algum distanciamento, até porque o guião permitia um “aprofundamento progressivo” e a “fluidez da discussão” sem que precisasse de intervir muitas vezes (idem, ibidem: 154). Já no debate-conversa, realizado com as duas dirigentes da associação mais ativas, o processo foi diferente, o guião foi elaborado conjuntamente e a investigadora participou ativamente na discussão.

Entrevistas semi-estruturadas: os guiões de entrevista realizados aos curingas tinham uma estrutura muito simples e flexível, possibilitando a sua adaptação no decorrer da mesma, consoante as respostas e também as suas vivências e aquilo que podiam acrescentar ao debate. O guião estava dividido em módulos e respetivos itens de discussão, mas de modo geral, a fluidez imperava: primeiro contacto/experiência com o TO; temas que privilegia no seu trabalho; que importância atribui ao TO, especificamente em contexto de crise; que fragilidades observa; e que caminhos gostaria que a metodologia seguisse. Ainda que existissem graus diferentes de confiança e intimidade entre a investigadora e os entrevistados, as entrevistas tiveram todas um carácter bastante aberto e espontâneo. Como já foi referido, das sete entrevistas realizadas, só quatro foram utilizadas nesta dissertação e mesmo essas, apenas de forma parcial: os percursos que os levaram ao TO ou os temas com que mais trabalham nos seus contextos foram omitidos por não responderem aos objetivos e questões da investigação.

Registos audiovisuais/documentais: tratando-se de uma investigação que lida com formas artísticas, a utilização de fontes visuais, como ferramenta de análise e reflexão, afigurou-se de bastante importância. Apesar de vivermos num mundo hipervisual, em que somos recetores permanentes de imagens, o icónico tem merecido pouca atenção no campo da investigação. As ciências sociais são disciplinas impregnadas de palavras, ignorando o mundo visual-gráfico, possivelmente por desconfiança na habilidade que as imagens têm de expressar ideias abstratas. Quando são utilizadas servem normalmente para ilustrar ou adornar textos e não como material para analisar e interpretar (Idanez, 2011). No decorrer desta investigação foi recolhido, produzido e registado muito material audiovisual (fotografias, vídeos, gravações sonoras), bem como flyers, cartazes, material publicado nas redes sociais, guiões das peças teatrais, etc. Na tarefa da escrita, procurou-se que estes registos fossem mais do que ilustrações descritivas do que se fez, atribuindo-lhes uma dimensão analítica.

Análise crítica do discurso: há três conceitos fundamentais nesta perspetiva: poder, ideologia e crítica (Wodak & Meyer, 2009: 1), sendo a partir deles que se constrói a análise dos discursos. O discurso é visto como uma prática social, implicando uma relação dialética entre o evento discursivo e as situações, instituições ou estruturas sociais que a envolvem. O evento discursivo é moldado por elas, mas também as molda. Nesse sentido ajuda a compreender como as estruturas discursivas decretam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder (Van Dijk, 2009). Como paradigma, a análise crítica do discurso implica uma abordagem “orientada para a problematização” sendo, por isso, necessariamente eclética e interdisciplinar. Os investigadores assumem as suas posições explicitamente, não descurando, contudo, do rigor e de uma permanente autorreflexão (Wodak & Meyer, 2009: 3). Ao longo da investigação, a *análise crítica de discurso* de notícias, revistas, intervenções políticas, guiões educativos (de empreendedorismo), entre outros materiais, foi realizada de forma isolada, mas também de forma coletiva, em particular através das práticas de teatro-jornal.

Retratos sociológicos: o retrato sociológico é um procedimento metodológico cuja origem é atribuída a Bernard Lahire (2002; 2013). João Teixeira Lopes, um dos sociólogos que mais se tem dedicado, em Portugal, à aplicação da técnica, refere que Lahire construiu um dispositivo metodológico capaz de captar a “subjetividade plural em situação”, ancorado numa “sociologia da complexidade disposicional e contextual”, através de “prolongamentos críticos” às teorias de Pierre Bourdieu (Lopes, 2012b, 81). Com os retratos sociológicos o que se procura perceber é de que forma “as disposições individuais se formam e encarnam nos diferentes papéis sociais do actor, nos múltiplos “mundos de vida”. Para além das “grandes regularidades sociais”, exploram-se as “contratendências”, “contradições e excepções correlativas à regra sociológica.” A trajetória dos indivíduos é feita assim de forma “multifacetada, através do trânsito pelos vários agentes de socialização e domínios de existência” (ibidem: 83- 84) Nesta perspetiva, foram feitos no final desta investigação três retratos sociológicos de membros dos grupos de Braga e do Porto

procurando dar conta dos percursos e motivações ativistas e da sua relação com a precariedade laboral.

3.4. Sociologia pública e o investigador militante

Além da inscrição disciplinar, o que é mais distintivo de um trabalho de investigação social e politicamente comprometido é o seu posicionamento epistemológico e metodológico (Ferreira, 2005), o que implica a mudança de um registo da adaptabilidade para um registo da ação e da comunicação, que é simultaneamente estratégico, porque conduz à ação, e comunicacional, porque se constrói na intercompreensão imprescindível à ação (Correia, 1998). Aspirando tornar-se um “conhecimento-emancipação”, não visa a construção de uma grande teoria, mas de “uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias” (Santos, 2000: 30).

A preocupação com a democratização e a difusão do conhecimento académico está na génese da chamada “sociologia pública” (Burawoy, 2006). Embora a sua prática seja tão antiga quanto a da sociologia propriamente dita, foi o autor norte-americano quem esboçou as suas bases teóricas, ao defender a existência de quatro formas de fazer sociologia – profissional, política, crítica e pública – cujas funções e aspirações seriam diferentes, mas que se complementariam em múltiplas ocasiões. A sociologia pública surge da crítica ao estado atual do mundo e do desafio de intervir nele: “à medida que a sociologia move-se à esquerda e o mundo move-se à direita”, em reação e “resposta à privatização de tudo.” (2006: 12-14) Se a “matéria-prima básica da sociologia é o estudo de todas as formas de resistência às transações e instituições carregadas de poder” (Touraine, 2009: 248), a sociologia pública seria assim a partilha e aprendizagem coletiva dessas mesmas resistências, preocupando-se com o fornecimento de ferramentas de análise da realidade e desconstrução de ideologias ao conjunto de cidadãos e cidadãs (Casanova et al, 2012). Dentro da sociologia pública, Burawoy distingue dois modos: *tradicional*, dirigida a um público invisível (escrever para jornais, comentar notícias, etc.) e *orgânica*, em que o

sociólogo “trabalha em estreita conexão com um público visível, numeroso, ativo, local e frequentemente um contra-público”, como associações, movimentos ou organizações sociais. Na base dessa relação estaria um “diálogo, um processo de mútua educação” (2006: 15-16). Ruy Braga aponta para um “fecundo diálogo entre aqueles que reivindicam o marxismo aberto” - não ortodoxo - e “aqueles que se inscrevem no campo das sociologias públicas”, falando mesmo de uma “sociologia pública marxista” (2011). Nesse sentido, um dos grandes contributos do marxismo é o facto de ser crítica “tanto em face da realidade social estabelecida” quanto “ante ele próprio”, num constante questionamento e reformulação em função dos seus objetivos emancipadores (Lowy, 1997: 22).

Um dos eixos fundamentais desta teoria reside, portanto, na conceção do investigador/sociólogo como “intelectual orgânico” (gramsciano) e como “ser da práxis” (marxista): um intelectual simultaneamente “cientista, crítico e revolucionário”, que não se esconde “atrás da neutralidade científica”, alheio “às contradições do seu tempo”, mas que se vê impelido a “se definir nos conflitos da história e a tomar partido”, conectado às organizações políticas, sociais e culturais, fazendo assim parte de um “organismo vivo e em expansão” (Semeraro, 2006: 374-377).

Num tempo de ascensão do “pensamento único” e em que abundam “gestores, intelectuais céticos e políticos pragmáticos” (Samararo, 2006: 282), fazer investigação participante e militante, enquadrada numa *sociologia pública*, estará em contracorrente e será, certamente, um risco. As críticas a esta perspetiva de investigação têm-se feito ouvir: desde a suposta falta de rigor à possibilidade de representar “uma espécie de ideologia marxista disfarçada de ciência social” (Braga & Santana, 2009: 226). Porém, mais do que *objetividade*, *distância* e *controlo* a sua pertinência científica e social reside em grande medida na procura de possíveis, no fito de transformação social, por parte dos grupos oprimidos (Ozanne & Saatcioglu, 2008). Além disso, uma “sociologia que se pretenda pública, crítica e reflexiva lida, como nenhuma outra, com exigências acrescidas de rigor” (Lopes, 2012a: 27). A crítica que estas abordagens propõe ao monopólio do saber e da política; à pretensa

neutralidade científica; à concepção compartimentada do conhecimento; ao elitismo acadêmico, poderá também servir como modo de resistência ao processo de mercantilização da universidade e fonte de uma renovada relação entre esta e a sociedade. (Byrdon–Millher, 2003: 15) Consciente das suas limitações e fragilidades, trabalhando conjuntamente com académicos e ativistas, fará sentido pôr em marcha uma “sociologia pública de matriz crítica”, praticando-a como um “movimento social para além da academia” (Burawoy, 2006: 43–44).

Estamos em crer que o trabalho que aqui se dá a ver, ao conjugar a investigação participante com a “sociologia pública orgânica” poderá contribuir para essa discussão e para a constituição desse movimento. Ter como núcleo o Teatro do Oprimido, uma metodologia criada na América Latina, com raízes marxistas aparentemente datadas, poderá dar-lhe uma importância acrescida. E o facto de partir de uma experiência concreta no âmbito das mobilizações sociais contemporâneas também. A investigação compartilha assim as ideias de Boaventura Sousa–Santos sobre o “desperdício da experiência” e a reivindicação de uma sociologia das ausências e das emergências, que alie a imaginação sociológica à imaginação epistemológica. É na partilha de experiências que já existem (como também as que estão em potência) que se reinventa o presente e se pode imaginar um futuro melhor, contrariando a ideia fatalista de que não há alternativas (Santos, 2007).

PARTE 2_ CONTEXTOS, NARRATIVAS E ATORES

Qual é o contexto social, político e económico desta investigação? Quem são e onde se movem os seus protagonistas? O que fizeram e porquê? Este bloco centra-se no contexto global, nacional e local desta investigação e nos “atores” que a experienciaram. Do ciclo de protestos na Europa e no mundo, ao Portugal da “Geração à Rasca”, passando pela formação da associação Krizo em Braga, contam-se histórias de insurgências e derrotas, traçando-se uma narrativa que percorre os anos 2011 a 2014. O primeiro capítulo começa por interpretar as energias cívicas que despoletaram em 2011 em vários pontos do globo, procurando perceber os seus antecedentes e suas principais características; centramo-nos de seguida no caso português, cuja primeira explosão se deu no dia 12 de Março de 2011. Depois, apresenta-se a associação Krizo, nascida ainda no final desse mesmo ano e principal palco desta investigação: como surgiu, quem são, como se organizam e o que fizeram. Mobilizando o diário de bordo, os manifestos, convocatórias, fotografias e outras fontes de dados, traça-se uma cronologia e uma “análise narrativa” (Becker, 1992) do período mais agitado e de intervenção de rua, debatendo-se os processos de organização e ação e as suas fragilidades e limitações. No segundo capítulo, discute-se mais aprofundadamente a “Geração à Rasca”³⁸ partindo do individual para o geral, das histórias particulares ao fenómeno nacional e global. A partir de três retratos sociológicos, são discutidos os percursos singulares e complexos de uma geração académica e profissionalmente qualificada, que traz ainda na memória as conquistas do 25 de Abril, transmitidas pelos pais, e que se debate agora com expectativas frustradas e com a necessidade de lutar por direitos que considerava adquiridos. A juventude enquanto conceito complexo, fluído e potencialmente manipulável, assim como “precariedade como modo de vida” (Alves, 2011); e a dificuldade de perspetivar o futuro são examinados como forma de entender o impulso para a ação coletiva num contexto de crise económica, social e política.

³⁸ A expressão “Geração à Rasca” é um trocadilho para descrever a geração que protestou durante os anos 1990 contra o aumento das propinas, apelidada de “geração rasca” por Vicente Jorge Silva.

4. “A INDIGNAÇÃO É UM COMEÇO”: crónica de um despertar anunciado

A indignação é um começo. Uma maneira de se levantar e de entrar em ação. É preciso indignar-se, insurgir-se e só depois ver no que dá. É preciso indignar-se apaixonadamente, antes mesmo de descobrir as razões dessa paixão. Estabelecer-se os princípios antes de serem calculados os interesses e as oportunidades” (Bensaid, 2008:97).

Da cidade tunisina onde um jovem se imolou em protesto, dando impulso à Primavera Árabe; ao movimento Occupy nos EUA que encheu as praças com manifestações contra o capitalismo, as desigualdades e a corrupção; passando pelos Indignados espanhóis, gregos, portugueses unidos numa mesma luta contra as políticas de austeridade de combate à crise; ou pelos tumultos ingleses de quem nada tem a perder e numa “resposta irónica à ideologia consumista” (Zizek, 2012: 88), o ano de 2011 ficará para a história como aquele em que para milhares de mulheres e homens a “indignação foi um começo”. Despertando em tempos ligeiramente diferentes e com intensidades distintas, ocuparam-se ruas e praças, sonhando-se perigosamente “sonhos de emancipação” e “sonhos de destruição”. (Chomsky, 2012; Zizek, 2012).

Esse “tsunami de mobilização social” (Antentas e Vivas, 2013: 45) levaria a revista Times a escolher a figura do manifestante como “personalidade do ano”. Em vez de um só rosto, como habitual, uma imagem coletiva “dos anónimos” que foram para a rua erguer as bandeiras da “democracia e da dignidade”: “as pessoas que já estão a mudar a história e que vão mudar a história no futuro”³⁹, diria o diretor da revista. No ano anterior, a figura escolhida era Mark Zuckerberg, fundador do *facebook*, símbolo de uma transformação da sociedade baseada na imagem, no culto do indivíduo e da performance e, paradoxalmente, uma das redes sociais que mais

³⁹ http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html

importância teve na disseminação e contágio dos protestos globais. Entretanto, o livro de Stéphane Hessel (2011)⁴⁰, “Indignai-vos” batia todos os recordes de vendas: cinco milhões de exemplares e a sua tradução para cerca quarenta línguas, em poucos meses.

Podemos localizar o anúncio desse despertar - ou pelo menos os seus antecedentes - no movimento altermundialista, do final dos anos de 1990 e início de 2000 que, depois de quase duas décadas de silenciamento e naturalização, alimentadas na crença do “fim das ideologias”, retomara a crítica ao capitalismo enquanto veículo de desigualdade, exploração e dominação dos seres humanos. O movimento, que teve a sua face principal no Fórum Social Mundial (FSM), alimentava a ideia de “Um outro mundo possível” promovendo uma “globalização contra-hegemónica”, através de “um conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e ONGs”, procurava de forma “radicalmente democrática”, ensaiar estratégias de luta “contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal” (Santos, 2005: 23-26). O FSM e o movimento altermundialista - disseminados em encontros por grande parte do globo - geravam então a esperança em alternativas, reunindo apoios de ativistas, militantes partidários e académicos como Boaventura Sousa Santos ou Noam Chomsky (2001). Apesar de na prática subsistir muito pouco desse movimento nos dias de hoje, a “rebelião dos indignados” vai beber desse “acordar do internacionalismo das resistências do movimento antiglobalização”, manifestando-se “sob outras formas e em novos cenários e sem referência a experiências passadas.” (Antentas e Vivas, 2013: 104).

Entre um período e outro, e apesar da sua diversidade, é possível encontrar algumas continuidades: a) crítica ao capitalismo neoliberal e a denúncia das suas consequências sociais e económicas, numa perspetiva transnacionalista; b) a relevância do papel de jovens qualificados na organização dos protestos e a emergência de uma nova geração militante; c) a utilização da internet e das redes sociais como plataforma de organização, informação, denúncia e mobilização cidadã,

⁴⁰ <http://www.publico.pt/mundo/jornal/stephane-hessel-resistente-ate-a-morte-26137908>

articulando-se com as ações de rua; d) a exigência de uma *democracia real* combinada com a procura de novas formas de intervenção política, assentes na organização horizontal e na participação democrática e deliberativa; e) a experimentação de novos repertórios de ação maioritariamente pacifistas e, frequentemente, de carácter performativo. (Castells, 2012; Pampols, 2014; Antentas & Vivas, 2013; Della Porta, 2014; Fominaya, 2013; Lima & Artiles, 2014; Estanque et al, 2013; Ion, 2012)

Contudo, existem também diferenças marcadas, a começar pelo cenário em que essas movimentações se dão. O pano de fundo e principal fator de ignição do ciclo de contestação foi a crise financeira despoletada com o rebentamento da bolha imobiliária em 2008. Crise que depressa passou de económica a política e social. Por isso, Della Porta (2014) apelida-os de “movimentos da crise” referindo-se à forma como os protestos se espalharam seguindo os “ritmos e curvas” da crise, atravessando de forma diferenciada e em tempos distintos os países afetados por ela. Ou seja, estes protestos foram despoletados por fatores locais que deram origem a movimentações globais, através de movimentos e processos de inspiração, contágio, aliança e aprendizagem (Della Porta, 2014; Fominaya, 2013). Apesar de a crise ser global, a contestação popular tem vindo a colocar em primeiro plano os governos locais e as suas políticas. Esse carácter localizado permitiu a expansão a um maior número de pessoas, sem “filiações anteriores” ou mesmo uma “cultura política definida” que foram despertando para a política em “espaços públicos híbridos”: nas ruas e nas redes sociais (Castells, 2012). Outra grande novidade deste ciclo de protestos foi o facto de, devido às transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, se ter regressado às questões materialistas, ocupando o desemprego e a precariedade laboral a centralidade da contestação (Estanque et al, 2013). Sendo os jovens um dos grupos etários mais afetados pelas mutações laborais residiria neles o papel de impulsionadores da ação coletiva. Zizek diria mesmo, em 2012, que essa juventude “inempregável” ou precária estaria predestinada a “desempenhar um papel organizador nos futuros movimentos emancipatórios”, o que combinado “com a moderna tecnologia digital amplamente disponível”, ofereceria a “perspetiva de uma situação propriamente revolucionária” (2012: 18-19).

No caso dos países mais afetados pela crise económica, como Grécia, Espanha, Irlanda ou Portugal, e em situação de *resgate financeiro*, a imposição de políticas austeritárias, através de instituições não eleitas (i.e. a Troika) e as medidas anticonstitucionais que lhes estão associadas agravaram quer as condições sociais e económicas desencadeadoras das mobilizações; quer o descrédito democrático, agudizando-se as críticas generalizadas à classe política, acusada de corrupção e usufruto de privilégios (Della Porta, 2014). À denúncia de uma “democracia sequestrada pelo poder financeiro, os mercados, as agências de rating” (Antentas e Vivas, 2013: 19) juntava-se a reivindicação de uma “democracia real”. Os slogans gritados nos megafones “Não nos representam” denunciavam o estado débil da democracia parlamentar e representativa; um mal-estar profundo em relação ao sistema político atual e ao modelo de democracia existente.

Tal como nos anos 1980, 1990 e 2000 nos países do Sul – sobretudo na América Latina –, os programas de ajustamento estrutural foram usados como pretexto para a destruição do Estado Social e para a violação das liberdades individuais e sociais; e a dívida utilizada como instrumento de controlo, chantagem e dominação. A história repetia-se, numa “mesma lógica e submissão, centro-periferia”, agora no seio da Europa (Antentas e Vivas, 2012: 113-114). Foi precisamente nos países mais afetados pela crise, pelo desemprego e pela intervenção externa da Troika que se registaram as mobilizações mais intensas e de maior amplitude (Lima & Artiles, 2014: 144), revelando-se acima de tudo como “protestos anti-austeridade e pró-democracia”. (Della Porta, 2014: 278). Sugere-se assim uma relação entre as “metamorfoses do trabalho na globalização capitalista, o aprofundamento qualitativo do ritmo e do escopo da precarização do modo de vida dos trabalhadores, e o início de um novo ciclo de rebeliões sociais no chamado “Sul global”, entendido como “regiões capitalistas periféricas e semiperiféricas do atual sistema internacional estratificado e hierarquizado” (Braga, 2015: 11). E Portugal, país periférico, no contexto europeu, não foi exceção.

4.1. Portugal: o impulso da “Geração à Rasca”

Em Portugal, o ciclo de protestos inaugurou-se com a manifestação da “Geração à Rasca”, no dia 12 de Março de 2011. Levando às ruas cerca de 500000 pessoas em vários pontos do país, o protesto “laico, apartidário, pacífico”, convocado por quatro jovens nas redes sociais, “abria um novo capítulo da luta social em Portugal” (Camargo, 2014), tornando-se o ponto de partida para um conjunto de mobilizações e para a criação de novas estruturas de organização (Soeiro, 2012 e 2014; Baumgarten, 2013; Campos & Marques, 2012, Estanque et al, 2013).

Acompanhando a contestação global e, em particular, as mobilizações e “movimentos da crise” que ocorreram em vários países do sul da Europa, Portugal protagonizou, entre 2011 e 2013, um ciclo de protestos intensos e continuados contra uma dívida, por muitos considerada ilegítima; pelo cancelamento do memorando da Troika que se convertera num “autêntico programa de governo não sufragado pelo povo português” (Abreu et al, 2013: 75); e por uma democracia mais participativa, direta e horizontal. Ainda que histórica e tradicionalmente frágil na sua organização e mobilização, apresentando índices baixos de participação e envolvimento cívico e político (Nunes, 2013), o país tantas vezes apelidado de “brandos costumes”⁴¹ viu-se atravessado por greves, manifestações, ações diretas, ocupações protagonizadas por coletivos que se sucediam uns aos outros – Movimento 12 de Março, Plataforma 15 de Outubro, Que se Lixe a Troika – e também por sindicatos, partidos de esquerda, associações e movimentos sociais.

O período de contestação intensa agregou diferentes gerações (jovens, idosos); condições (estudantes, reformados, funcionários públicos e privados); grupos sectoriais (professores, estivadores, enfermeiros, bolseiros de investigação); formas de organização (partidos, sindicatos, movimentos sociais, mobilizações espontâneas) e estratégias de protesto (greve, manifestação, vigília, ação direta, petição. Os números do Relatório Anual de Segurança interna são claros: em 2012 as forças de

⁴¹A expressão “brandos costumes” é atribuída a Salazar (mais concretamente, “a conhecida doçura dos nossos brandos costumes”) para se referir ao portugueses enquanto povo sereno e pacato.

segurança contabilizaram 3012 manifestações, quatro vezes mais do que no ano anterior. Em 2013, o mesmo relatório referia uma diminuição de seis por cento, menos 153 protestos do que em 2012⁴². Em quase todas elas, a reivindicação era a mesma: o término das políticas de austeridade, promovidas pelo governo português e decorrentes do resgate financeiro perpetrado pela Troika.

Desse período, destacam-se algumas datas e momentos relevantes: a manifestação de 15 de Setembro de 2012 do “Que se lixe a Troika”, que terá atingido números ainda maiores do que na “Geração à Rasca” e que se saldou numa vitória: o recuo do governo em relação à Taxa Social Única; as greves de longa duração dos estivadores, seis meses em 2012 e três meses no ano seguinte; as três greves gerais da CGTP/UGT - facto absolutamente inédito na história da democracia portuguesa; a violenta carga policial durante o protesto do dia 14 de Novembro de 2012; o período das *grandoladas*, entre Fevereiro e Março de 2013, em que vários ministros foram interrompidos por manifestantes cantando a Grândola Vila Morena⁴³; as mobilizações gerais de professores contra a prova de avaliação e os cortes na educação; a concentração de militares a 20 Março de 2013 que pôs em cheque a credibilidade e força do governo; as marchas e manifestações contra a privatização dos Estaleiros de Viana do Castelo, também durante esse mês; a demissão do ministro das finanças Vítor Gaspar e a “quase demissão” de Paulo Portas, que acabou promovido a vice-presidente; o episódio da ponte do 25 de Abril, cuja concentração da CGTP fora proibida, originando um embate tenso entre uma das mais importantes confederações sindicais e o governo português.

Este período foi marcado por protestos, mas também pela enunciação de alternativas. O Congresso Democrático das Alternativas, instituído em 2012, uniu vários quadrantes da esquerda e do meio académico no diagnóstico dos problemas e na discussão de alternativas à austeridade; mais tarde, em Maio de 2013, a conferência “Libertar Portugal da Austeridade”, promovida pelo ex-Presidente da

⁴² consultar: http://economico.sapo.pt/noticias/realizaramse-mais-de-3-mil-manifestacoes-em-2012_165905.html; <http://www.ionline.pt/314566/Número-de-manifestações-está-a-diminuir#close>

⁴³ Exemplo de uma grandolada: <http://expresso.sapo.pt/politica/grandolada-ao-ministro-da-saude-na-universidade-do-porto=f788437>

República, Mário Soares, ainda que com um carácter mais pontual surgiu com o mesmo propósito de juntar as esquerdas em Portugal; a criação do CENA - Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual (2011) e do Sindicato dos Aposentados, Reformados e Pensionistas - APRE! (2012), preenchia lacunas importantes na organização civil; ou a Lei Contra a Precariedade, promulgada em 2013, são alguns dos exemplos.

A Lei contra a Precariedade é aliás, uma das poucas vitórias concretas que restou do ciclo de protestos portugueses. Na sequência da manifestação da “Geração à Rasca”, cinco coletivos - M12M, Ferve, Precários Inflexíveis, Geração à Rasca - Porto e Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual - juntaram esforços para o lançamento de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos⁴⁴, assente em três vetores fundamentais: os falsos recibos verdes, a contratação a prazo e o trabalho temporário. Implicando a recolha de 35000 assinaturas de cidadãos eleitores para poder ser discutido na Assembleia da República, o processo apesar de “difícil e exigente”⁴⁵, operou como uma “grande campanha de contacto e adesão à iniciativa”. A campanha não só conseguiu ressignificar e inscrever publicamente o conceito de precariedade enquanto fenómeno social e não como problema individual (Fonseca, 2011: 5) como, efetivamente, conseguiu fazer aprovar parte da lei - referente aos falsos recibos verdes - tendo entrado em vigor no dia 1 Setembro de 2013.

Depois desse período de ebulição sucederam alguns “fracassos”, os protestos foram-se tornando mais espaçados, a adesão mais reduzida, e os coletivos foram desaparecendo (Camargo, 2014: 147-148). Em finais de 2013 e, sobretudo, a partir de 2014 a sensação geral era de que a contestação estagnara, que a resposta popular estava adormecida (idem, ibidem: 153) e que tínhamos perdido a batalha. Muitos fatores foram sendo apontados: “o imprevisto, a desorganização e o defensismo” dos movimentos (idem, ibidem: 151); a falta de concretização, alternativas e de um “plano de continuidade”, sendo as mobilizações “expressão de puro descontentamento”,

⁴⁴ A possibilidade de grupos de cidadãos eleitores apresentarem projetos-lei e participarem no procedimento legislativo a que derem origem é regulamentado pela Lei nº 17/2003 de 4 de Junho e previsto no artigo 167º da Constituição Portuguesa. Estes projetos-lei devem ser subscritos por um mínimo de 35 000 cidadãos eleitores e posteriormente apresentados por escrito ao Presidente da Assembleia da República

⁴⁵ Entrevista a elementos dos PI: <http://www.esquerda.net/en/node/28797>

cujo objetivo era “apenas *explodir*” (Fonseca, 2012: 127–128); ou as próprias características históricas e sociais do país, cuja “tardia industrialização, aliada às experiências traumáticas” de um estado ditatorial impediram que instituições e movimentos “pudessem fluir e acompanhar as tendências dos países mais avançados”. (Estanque, 2012: 4–5) De acordo com sociólogo, o processo de democratização portuguesa assumiu características de uma “compressão do tempo histórico”, produzindo um Estado Social e um “quadro institucional tão avançado como o das sólidas democracias europeias”, num espaço de uma década (1975–1986), criando “paradoxalmente as condições para a sua negação” (idem, *ibidem*). Em Portugal, os “velhos e novos movimentos” e os direitos – civis, políticos, económicos – surgiram praticamente ao mesmo tempo, com a revolução de Abril de 1974 (Soeiro, 2014: 76). Outros fatores podem ser apontados: as eleições autárquicas em 2013, que “distrairam” a opinião pública e desviaram importantes elementos dos coletivos ativistas para as respetivas campanhas; o aumento do desemprego e da condição precária, muitas vezes, “hostil à militância” (Soeiro, 2012: 8) ou fatores subjetivos como o medo das consequências do envolvimento político; a sensação de inevitabilidade provocada pelo discurso do “não há alternativa”; as sucessivas derrotas e a aparente “indestrutibilidade” do governo, impermeável às manifestações públicas, são algumas deles.

Se surgiram ou não novos movimentos sociais em Portugal contra a austeridade é uma questão discutível. Ainda que para alguns investigadores (Camargo, 2014; Soares, 2013; Mourão, 2013), coletivos como “Que se lixe a Troika” ou a “Plataforma 12 de Março” se configuram como movimentos sociais, a tese que defendemos neste trabalho é de que nenhum destes grupos se constituiu num movimento social, tratando-se antes de coletivos organizadores ou impulsionadores de mobilizações sociais, dinâmicas, movimentações ou “acontecimentos contestatários” (Soeiro, 2014: 66). Esta posição não reduz a importância que essas expressões reivindicativas tiveram durante o período de 2011–2013 e nos anos posteriores. Pelo contrário, contribuíram para instaurar e alargar a crítica às políticas de austeridade; para contrariar as inevitabilidades e os fatalismos;

para redimensionar o espaço público; para revitalizarem a sociedade civil (Fonseca, 2012: 129). Estanque frisava o papel que estas “novas dinâmicas associativas emergentes” poderão ter nas “atuais estruturas sindicais”, seja porque “podem, a prazo, vir a miná-las por dentro, seja porque podem oferecer-se como um potencial concorrente na mobilização dos precários” (2012: 8). Outros investigadores sustentam que o sindicalismo “só terá a ganhar se, contra a deriva burocrática”, integrar as experiências de organização flexível, de abertura à auto-organização popular, a “capacidade de articular múltiplas agendas” bem como o local e o global, que essas mobilizações demonstraram. (Lima & Artiles, 2014: 166). Esses coletivos, “cuja composição social é inversa à do movimento sindical (mais jovens, mais escolarizados, forte presença de mulheres) tem combinado formas mais clássicas de intervenção política (a petição, a manifestação de rua) com formas mais criativas e transgressivas de ação (invasão de call-centers, interrupção de eventos) tentando articular luta e festa, horizontalidade e organização” (Soeiro, 2012: 9).

As secções seguintes focam precisamente uma dessas dinâmicas associativas, a partir do olhar microscópico de um coletivo nascido em Braga, no final de 2011. Da caracterização do grupo às iniciativas que realizaram na sequência dos protestos contra a austeridade, muitos desses aspetos ficam em evidência: a abertura e organização flexível, o imprevisto e desorganização, as formas transgressivas de ação, as alianças que se foram construindo, a descrença relativamente às formas tradicionais de intervenção política, a “cooperação tensa” entre os diferentes atores, são alguns deles.

4.2. Krizo: uma associação nascida da crise e da crítica

A Krizo é uma associação juvenil surgido na sequência de um núcleo informal de Teatro do Oprimido (NTO Braga), criado em finais de 2011. Nestes quatro anos de existência, o núcleo/associação tem dinamizado projetos de intervenção política, social e cultural, trabalhando sobretudo com temas relacionados com a igualdade de género, os direitos LGBT, a austeridade, a precariedade e o desemprego, em parceria

com associações, movimentos sociais, escolas, universidades, maioritariamente de âmbito local. As secções que se seguem têm como principal material empírico um grupo focal (GF-K) realizado com cinco membros do coletivo, realizado no dia 26 Fevereiro de 2014, com a duração aproximada de 4 horas e meia, organizado nos seguintes blocos: motivação para integrar o grupo; avaliação das iniciativas realizadas; perceção de conceitos como juventude, precariedade e democracia; e reflexão sobre a importância do TO na atualidade. Mobilizam-se também excertos de um debate-conversa (DC) realizado no dia 20 de Maio de 2015 com três elementos (incluindo a investigadora) com a duração de 3 horas, cujo guião se organizava pelos seguintes itens: história/percurso da associação; caracterização do grupo; modo de organização; cronologia das atividades; objetivos; estratégias.

A opção pelo grupo focal deriva de este poder proporcionar um momento de debate retrospectivo, permitindo ao mesmo aceder às experiências subjetivas – individuais e coletivas – decorrentes dos vários processos. Enquadrada numa “sociologia da pós-linearidade” (Pais, 2003), a análise que se faz do grupo focal procura não separar os discursos que são produzidos de quem os produz. Ou seja, ao que cada um diz e ao que o grupo fez, não é alheio todo um quadro social, cultural e político, muitas vezes divergente. A investigadora assumiu um papel de facilitadora/mediadora dos processos de construção coletiva, encarando os elementos do grupo como parceiros e sujeitos de investigação que criam, recriam e transformam o conhecimento (Muslera, 2012). Não excluindo a investigadora que é parte do grupo, são as vozes do coletivo que conduzirão esta reflexão.

As cinco vozes que aqui se apresentam (para além da investigadora) representam o núcleo fundador da associação: João tem 28 anos. Já esteve no Brasil, onde foi estudar teatro e regressou a Braga em 2011, encontrando-se, neste momento, a fazer uma licenciatura em Filosofia, onde é delegado de curso e membro da associação de estudantes. Retomou recentemente a casa dos pais, por não ter como suportar uma renda mensal. Alexandra, 29 anos, foi voluntária num projeto educativo em S. Tomé e Príncipe e na Associação Humanitária Habitat. Já trabalhou em call-centers, restaurantes, distribuição de publicidade e faz agora,

ocasionalmente, transcrições de entrevistas. Estava no último ano do mestrado em Sociologia da Educação e Políticas Educativas, mas teve de interromper por não ter como pagar as propinas. Tatiana, 33 anos, psicóloga de formação e professora de dança, vai intercalando períodos de desemprego com trabalhos precários. É ativista da UMAR, no âmbito do qual conseguiu um emprego a tempo parcial, participando num projeto de prevenção da violência de género. Quintas tem 36 anos, é licenciado em Artes Plásticas e pai de um menino de oito anos. Representa em Portugal o Movimento Krishnamurti e no ano letivo passado foi tutor e responsável de uma escola livre (ensino doméstico) que ajudou a fundar. Agora dá aulas de teatro numa escola de 1º Ciclo, mas o seu rendimento mensal não chega aos 600 euros. Ângela, 39 anos, é a mais velha do grupo. Trabalhou muitos anos na restauração, ingressou na licenciatura em Educação, mas acabou por congelar a matrícula. Foi voluntária numa instituição de reabilitação de toxicodependentes onde dinamizava um grupo de teatro e gere informalmente uma casa comunitária - Sol em Movimento - que se transformou num espaço artístico e cultural, sendo atualmente a sede da nossa associação.

Os pontos que se seguem têm por finalidade explicar o contexto de criação da associação, a perceção do grupo quanto à sua identidade e forma de organização, bem como os objetivos que os movem - como surgiu, quem somos e como nos organizamos? - são as perguntas de partida.

4.2.1. Uma cidade conservadora, um país em crise: como surgiu a associação?

Inês: Tinha necessidade de ter um espaço para intervir politicamente, para suscitar debate. As questões de género, a austeridade, a crise, se não fosse a associação onde discutíamos isso tudo?

Tatiana: Para mim, foi sobretudo a procura de um espaço de reflexão...

Inês: Sim, é reflexão mas também intervenção, nunca foi um sítio só para falar dos problemas do país. Discutimos e queremos produzir alguma coisa, artística ou não. (DC, 2015)

O Núcleo de Teatro do Oprimido (NTO) de Braga surgiu por iniciativa da Inês que depois de um intercâmbio de Teatro do Oprimido na Estónia, vinha “cheia de vontade de ter um grupo”, desde logo, para preparar uma intervenção para o Dia

Internacional da Mulher. Convidou alguns amigos que, por sua vez, trouxeram outros e no dia 7 de Março de 2012 faziam a primeira intervenção: uma performance de rua e uma sessão de teatro-imagem sobre as opressões vividas pelas mulheres, em parceria com quatro associações da cidade. Dias depois preparava-se nova ação de rua, celebrando o Dia Internacional do TO, no dia 16 de Março. Desafiaram alguns membros do Projétil - um coletivo artístico informal - para animarem a rua e, partindo da pergunta “o que é preciso transformar?”, o grupo entrevistou pessoas, montando uma espécie de estendal colorido numa praça central da cidade de Braga, com as respostas que estas davam.

Fruto do impacto que as iniciativas tiveram junto dos meios de comunicação social locais, mas também das parcerias que se iam formando, o NTO foi convidado pela Civitas a criar e apresentar uma peça que pudesse integrar as celebrações do 25 de Abril, em 2012. Seguiram-se muitas outras iniciativas - ações de protesto nas manifestações contra a Troika, oficinas, debates, performances - e, rapidamente, o grupo foi ganhando reconhecimento. No início de 2013 o Núcleo foi confrontado com a decisão de se constituir como associação, inicialmente, por dois motivos: a hipótese de receber uma pequena quantia em dinheiro pela participação num dos eventos; e a possibilidade de integrar um espaço partilhado com outras coletividades. Em ambas as situações, era necessário “legalizar” o grupo. Em Maio de 2013 foi constituída a Krizo: Educação, Arte e Cidadania. A *Krizo*, cuja designação em esperanto significa, simultaneamente, *crise* e *crítica*, surge, portanto, num período de grave crise - económica, social, cultural, política - que convoca a necessidade de um olhar e de uma ação crítica sobre a realidade.

O principal palco de intervenção, Braga, é percecionado pelo grupo como uma cidade com uma “forte tradição católica” e “conservadora” ao nível dos costumes. A governação municipal foi presidida pela mesma pessoa durante trinta e sete anos (até às últimas autárquicas, em 2013). No período em que o núcleo nasceu, as únicas associações feministas e LGBT - UMAR Braga e Rede Ex-Aequo - estavam inativas (Magalhães & Cerqueira, 2015: 41) e não havia muitos espaços de formação ou fruição artística. A reduzida atividade cultural e artística da cidade e a carência de

oportunidades de participação política e cívica são apontados pelo grupo como fatores que terão influenciado a criação e o desenvolvimento da associação neste contexto espacial e temporal específico. Outro fator, de âmbito nacional, despoletou o surgimento da *Krizo*. A crise económica, política e social, agravada pela intervenção da Troika, não só agudizava esses dois fatores – devido aos cortes nos orçamentos da cultura e educação, à perda de direitos e ao estender da vulnerabilidade social, ao aumento do desemprego juvenil e da emigração “forçada”, à descrença na democracia representativa – como provocava o impulso de intervir politicamente, enquanto coletivo e fazendo uso de ferramentas críticas de análise da realidade.

4.2.2. “Jovens”, precários, inconformados: quem somos?

João: A nossa essência é sermos um grupo de pessoas com sentido crítico. Quando algo se passa e o tema nos diz alguma coisa, nós vamos lá e entramos em ação.

Quintas: Acho que há um denominador comum em todos os elementos que é esse inconformismo. Inconformidade com as coisas como estão. Estamos em crise total e é pensar: o que podemos fazer pra mudar isto (GF-K, 2014).

Desde o início de 2012, o núcleo/associação já integrou quase cinquenta membros, muitas vezes de forma pontual. Há um núcleo duro que se mantém praticamente desde o início, que não excede os seis elementos, mas atualmente a responsabilidade recai sobretudo sobre três raparigas que vão “conduzindo” a associação e impulsionando outros e outras a participar. Em geral, as pessoas que se aproximam e intervêm na associação têm entre 20 e 40 anos; são estudantes, desempregadas ou em situação de trabalho precário; possuem qualificações de nível superior e ligadas às áreas da educação, artes ou ciências sociais e humanas.

Dizem que o que os juntou foi o “sentido crítico” e o “inconformismo”, a associação surgiu como uma oportunidade para pôr esse “espírito crítico em prática”. Ângela diz que vê o grupo a partir de três metáforas: uma “casa de espelhos” que reflete a sociedade; uma caixinha de surpresas, “daquelas que se abre e ui! O que vai sair daqui?”; e uma caixinha de música, “que é dançar sobre o tema e colocar

outras pessoas a acompanhar a música.” O NTO Braga/ Krizo surgiu com o intuito de “pôr o dedo na ferida⁴⁶”. Os membros consideram-se “subversivos, porque não estão de acordo com a lógica dominante, e insistentes, pois não desistem facilmente”. Movem-se pela “procura coletiva de alternativas”: “pesquisar, refletir, consciencializar, debater a fundo e com muita gente.”⁴⁷

Apesar de oficialmente ser uma associação juvenil, os cinco membros do grupo não conseguem definir se se encaixam ou classificam como “jovens”, porque a esse conceito estão atreladas determinadas condições de vida e de trabalho que ainda não têm e porque o futuro é difícil de perspetivar. “Ainda continuo à procura, ainda não estou com uma formação definida” diz Ângela. João concorda com essa ideia de “procura” associada à condição de jovem, em contraste com a “estabilidade” e a “qualidade de vida” do adulto. Tatiana remata: “a palavra jovem, tal como voluntariado ou empreendedorismo, faz-me confusão. Porque às vezes tem uma lógica por detrás, tipo: ah porque és jovem e não te podes acomodar! Não podes ficar confortável”, “eu acho que sou jovem, mas já queria estar noutra condição que não esta”. E continua: “É muito o *agarra-te ao que tens*, é a única coisa que nos resta, porque não sabemos o dia de amanhã”, “tem tudo a ver com um discurso que nos foi implantado antes, fazes isto e obténs aquilo, consumir isto, aquilo...” Alexandra, completa: “consumir licenciaturas e mestrados”, “para chegar a determinado objetivo... e isto, esta realidade que vivemos agora, abalou completamente com essa ideia”, conclui Tatiana.

O facto de todos terem dificuldades financeiras faz com que, muitas vezes, a participação nas intervenções do grupo “gere conflito”, como confessa Quintas. “É o dinheiro, o tempo que gastas e às vezes questionamo-nos se há realmente retorno”, acrescenta João. Para além dos conflitos internos, os pais são quem aponta mais para essa questão. “Nem sequer recebes”, “estás a trabalhar para aquecer,” ouvem frequentemente. Ângela diz que esse confronto vinha mais por parte da entidade patronal: “Tenha cuidado. Não se meta nessas coisas. Olhe o seu trabalho.” A

⁴⁶ reportagem sobre a Krizo: <http://www.comumonline.com/?p=2695>

⁴⁷ reportagem sobre a Krizo: <http://www.comumonline.com/?p=1240>

condição precária dos elementos do grupo é simultaneamente um fator perturbador e um elemento aglutinador, gerando a energia propulsora de grande parte das ações. Por um lado, “gera disponibilidade” por outro, a precariedade é algo que “te obriga a questionar”, porque “não estás confortável”, salienta a Ângela. Para Quintas “a precariedade é terrível porque advém de toda esta lógica global de fazer com que as pessoas se sintam frágeis”. E salienta a capacidade que “a nossa geração” tem de, “dentro dessa agitação ter alguma tranquilidade, que temos de ir vivendo e fazendo alguma coisa”. Tatiana lamenta “vejo-me a submeter a coisas”, “há um discurso que nos amedronta: agarra-te ao que tens” e “isso dispara um alarme.” “Há uma necessidade que eu tenho de tentar sair desta situação. Mas eu sei que não consigo sair desta situação sozinha.”

4.2.3. A procura de espaços de politização: como nos organizamos?

Alexandra: Eu tenho uma palavra que é: ambiguidade. Ambiguidade no sentido da associação enquanto organização. Estou a fazer um trabalho sobre análise organizacional (...) e o único modelo possível para conseguir compreender a nossa dinâmica é a anarquia organizada. (GF-K, 2014)

Inês: o planeamento segue mais ou menos uma ordem muito simples: alguém tem uma ideia, discutimos, vemos entre nós o que precisamos e vamos chamando as pessoas. (DC, 2015)

Apesar de existirem dispositivos legais - atas, assembleias, órgãos sociais, relatórios - a organização do grupo e as atividades que se vão desenvolvendo regem-se sobretudo pelo imprevisto e pela espontaneidade. Normalmente estas partem de uma vontade partilhada pelo grupo relacionada com a sua própria experiência, por isso, tem havido um predomínio das questões que mais preocupam o coletivo: desigualdade de género; direitos LGBT; precariedade e desemprego; e políticas de austeridade. Mesmo quando nos convidam a participar em algum evento, raramente nos afastamos destes temas. Debates, oficinas, encontros, performances, instalações, sessões de TO, ciclos de cinema, concertos, exposições, tertúlias, atividades com crianças, o repertório de ação da Krizo tem sido bastante eclético. A dinâmica da associação guia-se por um certo “sentido de urgência” e ao sabor dos

acontecimentos – um tema debatido no espaço público, uma polémica política, uma manifestação -, o grupo decide encontrar-se, chamar outras pessoas e preparar algo.

Durante o período de 2012–2013, as intervenções tinham lugar sobretudo na rua e em momentos de protesto preparando-se performances ou ações diretas, em articulação com coletivos como o *Que se lixe a Troika*. Mais ou menos institucionais, as parcerias têm sido uma forma de canalizar e rentabilizar recursos humanos ou materiais, garantir uma ampla divulgação e permitir a continuidade das atividades ou projetos. Desde a Universidade do Minho, a coletivos informais, associações ou escolas, a um nível local, mas também nacional e internacional, procuram-se parceiros para todas as iniciativas, muitas das vezes de carácter simbólico, ou seja, sem qualquer tipo de troca material associada. Em muitas ocasiões, essa parceria tem servido não só para fortalecer determinada ação ou conjunto de ações, mas também como forma de evitar a sobreposição de eventos numa cidade onde apesar da carência de oferta cultural, não é fácil mobilizar as pessoas.

O facto de nenhum ser membro de partidos políticos e, nalguns casos, nem se rever ideologicamente em termos de direita e esquerda, fez com que o NTO/Krizo se tornasse o espaço privilegiado de atuação. Em alguns casos, a relação com a democracia representativa é visivelmente crítica: “visões direcionadas”, “circo”, “mentira”, “retórica”, “influência”, “condicionamento”, “falta de liberdade” são algumas das expressões que utilizam. Para Alexandra, não há uma “relação dialógica” entre partido e população, é “mais uma propaganda ideológica no sentido de difundir ideias, mensagens e pontos de vista unidirecionais”. Para ela, “alguém mesmo mais situado à esquerda ouvir pontos de vista de direita, pode ser enriquecedor”, não no sentido de “concordar com eles”, mas de aprofundar as “nossas visões”. Para João, no “processo de defender aquele ideal daquele partido, deixam de o questionar”, no “caso do NTO, como não temos nenhum ideal definido, podemos ouvir toda a gente.” Quintas diz que há sobretudo uma “falta de relação com o povo”, “vivem para dentro, hermeticamente” e que há uma distância abismal entre o “que são e o que fazem, entre o que dizem e o que são”. No seu entender, vivemos numa “ditadura camuflada de democracia, achamos que estamos livres”, Alexandra concorda dizendo que a

partir do 25 de Abril, se “desenvolveu uma certa apatia, porque já garantimos uma democracia. Como se não fosse preciso mantê-la viva”. E “trabalhá-la”, completa Tatiana. A percepção de que é necessário encontrar “espaços de politização” em que se estimule um “pensamento permanentemente crítico e refletivo” e em que se contrarie o “conformismo” é o que parece unir o grupo.

O modo como esses “espaços de politização” foram construídos é o que iremos analisar na secção seguinte. A partir de uma cronologia detalhada das intervenções – performances de rua, ações diretas, vídeo-ativista, debates, encontros – a ação da associação é passada em revista, numa relação dialética entre o contexto local e o panorama nacional e internacional, entre as razões objetivas das mobilizações e as subjetividades que nelas se jogaram.

4.4. Máquinas, monstros e pipocas: cronologia de um processo

Através da experiência singular do NTO/Krizo, numa cidade onde as manifestações dificilmente ascendem as 7000 pessoas, é possível discutir alguns dos dilemas e limitações que atravessam os coletivos ativistas: a espontaneidade e imprevisto; as dinâmicas de organização e mobilização; as formas informais de liderança; o modo como se construíram as alianças; ou o contexto que impulsionava as ações.

Nesta secção analisaremos em detalhe o período entre Março de 2012 e Fevereiro de 2014, correspondente ao pico e decréscimo das mobilizações contra a austeridade. Num primeiro momento, é apresentada uma cronologia das iniciativas realizadas pelo grupo, onde é possível perceber o modo como as atividades e as parcerias foram alimentando e provocando o surgimento de outras. Intercalando diários de bordo, manifestos e convocatórias, notícias e excertos do grupo focal, a cronologia permite também aceder às oscilações emocionais que se viviam na altura, dentro e fora das organizações ativistas. Num segundo momento, interpretamos alguns dos aspetos mais significativos: a importância das intervenções realizadas em espaço público; a influência do contexto político e social nas “oscilações” de

motivação; o lugar das emoções e dos afetos na ação coletiva; e a difícil relação com a linguagem partidária e sindical.



Dia Internacional do Teatro do Oprimido

16 de Março de 2012, Avenida Central

“Estamos a perder cada vez mais direitos sociais (...) Queremos dar voz e expressão a todos os cidadãos e lembrar que a cidade também é nossa” (...) Perguntamos às pessoas o que é preciso transformar, porque temos de acreditar que é possível mudar”. (declarações do NTO ao Correio do Minho, 16.03.12)

Ainda não tinha decorrido uma semana desde a primeira intervenção – também na Avenida Central – quando o grupo decidiu concretizar outra iniciativa. O dia internacional do TO era só um pretexto para voltar à rua. A ideia – esboçada dois dias antes – era simples: montar um estendal na praça e fazer uma espécie de inquérito popular, perguntando às pessoas o que achavam que era preciso transformar. No dia anterior, criamos um evento no *facebook* convidando artistas a juntar-se ao grupo nessa performance: “porque é também pela arte que se vive a

cidadania, queremos invadir a rua com música, artes plásticas, dança, malabarismos, cuspidores de fogo, juggling, balões, o que quiserem!”⁴⁸ O mote estava lançado e alguns amigos juntaram-se à comemoração, em particular, membros de um coletivo artístico informal, Projétil. Circulando pela rua, abordávamos as pessoas que nos iam transmitindo preocupações e desejos. Muitas respostas eram individualizantes: “mudar o carácter das pessoas”, “as mentalidades”, “a nós próprios”; outras referiam-se à “corrupção”, “à discriminação”, ao “preconceito”, “à justiça”; umas mais pragmáticas “é preciso mudar o preço do pão. Está muito alto!”, outras mais filosóficas “o olhar”, “consciência e coração”; umas referiam-se à “participação na sociedade” e à “ocupação do espaço público”, outras eram mais radicais: “é preciso mudar tudo!” Os papéis iam sendo pendurados nas cordas e as pessoas paravam, observando, sorrindo, fazendo comentários. Essas questões foram depois transcritas para a nossa página de *facebook*. Num jornal da Universidade do Minho lia-se em cabeçalho: “Teatro do Oprimido “agita” a cidade dos arcebispos”⁴⁹.

“Dentro de ti ó Cidade” – Celebrações da Revolução dos Cravos

24 de Abril 2012, Avenida Central

João: Agora que eu paro para pensar, olha o público que nós tínhamos, tinha muita gente (...) Era de noite e estava frio e foi das únicas intervenções que teve realmente *público*, ficaram, assistiram até ao fim e refletiram connosco (...) falámos de assuntos sérios, mas de uma forma cómica...

Ângela: Pusemos as pessoas a rir, a pensar, a manifestarem-se, de uma forma bonita!

Foi precisamente durante a intervenção anterior que tivemos o primeiro contacto informal com a Civitas - Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, uma associação composta, quase na sua totalidade, por elementos entre os cinquenta, sessenta anos. Aproximando-se as celebrações do 25 de Abril de 1974, propuseram-nos que apresentássemos uma criação teatral. “Troka o salazar pela Troika” - uma peça de teatro-jornal - foi preparada especificamente para responder

⁴⁸ <https://www.facebook.com/events/837990862903869/>

⁴⁹ Cidade dos Arcebispos” é o nome pelo qual Braga é conhecida, dada a forte presença e influência da igreja católica na cidade e no país. <http://www.comumonline.com/cultura/item/844-teatro-do-oprimido-de-braga-agita-a-cidade-dos-arcebispos>;

a esse apelo, integrando a programação “Dentro de ti ó cidade”, organizada pela Civitas, pela Associação Francisco Sá de Miranda e pela Casa do Professor⁵⁰. Desenrolando-se num conjunto de cenas satíricas, a peça criticava as políticas de austeridade, o desrespeito aos direitos sociais e políticos consagrados na Constituição da República Portuguesa e as estratégias de manipulação mediática e governamental, traçando o paralelo com alguns recursos do discurso salazarista: dos “sacrifícios” aos “brandos costumes”. A apresentação decorreu na noite de 24 de Abril de 2012, na Avenida Central, no centro histórico da cidade. Pela primeira vez tínhamos *público*, gente que vinha especificamente para ver e não pessoas desprevenidas. O ambiente era sereno e um pouco solene, apesar do frio e vento intenso, as pessoas que se dispuseram à volta da cena mantiveram-se do princípio até ao fim. No final da apresentação, fomos convidados a encabeçar a vigília pela cidade com velas e bocas tapadas com lenços, terminando com a atuação de grupo musical “As braguesas” e o discurso do professor universitário Manuel Sarmento. Do balanço positivo dessa experiência ficava a vontade de continuar a fazer intervenções teatrais na rua e de prolongar o debate sobre esses assuntos. O contexto político e social dava-nos a oportunidade para o fazer.



⁵⁰ A descrição desta experiência integrou o livro italiano “*Quarto potere, quarta parete: esperienze e idee di teatro giornalistico*”, Barbosa (2014)

May Day/ Primavera Global

12 de Maio de 2012, Avenida Central

“A nossa consciência despertou, e juntámo-nos a uma onda de consciencialização colectiva que chega velozmente a todos os cantos do mundo. Da Tunísia à Praça Tahrir, de Madrid a Reikiavik, de Nova Iorque a Bruxelas, as pessoas levantaram-se em apoio da Primavera Global, da dignidade da Islândia, da indignação do 15M ou da Ocupação de Wall Street. Juntos denunciámos a situação atual do mundo. O nosso esforço serviu para mostrar que já basta, e começou a motivar a mudança por todo o lado”.
(convocatória internacional do May Day)

A convocatória para a Primavera Global estava lançada⁵¹. Concentrações, manifestações e outras iniciativas estavam previstas em várias cidades do país e do mundo. O manifesto internacional terminava com o apelo: a “12 de Maio a rua é nossa!” Revendo-nos nessa vontade de ocupar o espaço público e, movidos pela imagética do movimento *altermundialista*, decidimos preparar uma ação direcionada para crianças, novamente no centro da cidade. Ao chegarmos ao local, deparámo-nos com o vazio. Vimos que um grupo de dez elementos se concentrava junto às pirâmides da Avenida Central, organizadores e/ou participantes do protesto. Perante uma adesão tão baixa, decidiram cancelá-la no próprio momento, retirando-se com as suas pancartas e megafones. O NTO optou por se manter. Estendemos as folhas de papel de cenário no chão e a partir da frase “Um mundo melhor é possível” convidámos crianças a pintar de acordo com aquilo que julgavam poder ser um “mundo melhor”. Em pouco tempo tínhamos uma boa dezena de crianças e pais em redor do painel que ia ganhando cores e formas. Aproveitando a presença dos adultos, entabulávamos conversa, perguntando-lhes o que pensavam sobre a situação do país, sobre a austeridade, a democracia. Face à desmobilização do grupo promotor da manifestação, sentimos necessidade de passar a ter uma voz e participação crítica dentro da organização. A partir daí, alguns de nós, representando o NTO, passaram

⁵¹ <http://5dias.net/2012/05/08/faltam-quatro-dias-para-a-primavera-global/>

a estar presentes nas reuniões do “movimento” que, entretanto, passara a utilizar o nome “Que se lixe a Troika”.



Manifestação do “Que se lixe a Troika”: Queremos as nossas vidas!

15 de Setembro de 2012, Avenida Central

O resto das pessoas foram-se juntando, grande parte jovens e homens. Seríamos cerca de vinte. (...) Em termos de formas de atuação e divulgação é decidido criar um mail para o “movimento”, um evento no *facebook*, distribuir cartazes e flyers, criar stencils, enviar sms em cadeia e fazer uma assembleia popular após a manifestação. Fiquei admirada e mesmo entusiasmada com o facto de estarmos reunidos à noite (22h-24h), sentados no chão, em plena praça pública. (DB, 12.09.12)

Nos meses anteriores, tínhamos estado ocupados com a promoção de uma oficina de teatro-fórum com José Soeiro e na dinamização de ações diretas sobre os direitos LGBT. No início de Setembro, surgia uma convocatória nacional lançada por vinte e nove individualidades ligadas a vários sectores da sociedade e de diferentes segmentos políticos e associativos: ATTAC (economia); Precários Inflexíveis,

Professores Contratados e Desempregados (trabalho); SOS Racismo, Plataforma Gueto, Panteras Rosa (anti-discriminação); UMAR (feminismo); Habita (pobreza e habitação). O apelo convocava “todas as pessoas, coletivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias”⁵². Em Braga, possivelmente como em muitas outras cidades, o núcleo que organizara as manifestações antecedentes passara a intitular-se “Que se lixe a Troika”. Era um grupo relativamente reduzido, pontuado por militantes do BE e do MAS e por indivíduos sem filiação partidária que, desde o início, funcionara de forma aberta: qualquer pessoa podia entrar e tomar a palavra, em qualquer fase da sua atividade. O NTO passou a estar representado dentro do coletivo, participando nas diversas tarefas: distribuição de flyers, convocação da imprensa, etc. Para a manifestação, o grupo decidira fazer uma performance muito simples, numa crítica aos incentivos à emigração por parte de representantes do governo. Nessa altura, já alguns elementos do NTO tinham saído do país. Colocámos um balcão no centro da praça com a inscrição “vaga de emprego” e quando as pessoas se aproximavam, entregávamos-lhes uma réplica de um bilhete de avião. O imprevisto e a desorganização com que preparámos a performance, mas também a dimensão invulgar da manifestação acabaria por retirar por completo o impacto da mesma. Poucas vezes em Braga se vira manifestação com semelhante dimensão: cerca de 7000 pessoas (JN, 15.09.12). Na semana anterior à manifestação, o governo lançara uma nova medida de austeridade: a taxa social única, que beneficiava os patrões e retirava quase um mês de salário aos trabalhadores. Tal como no resto do país, era a gota que faltava para transbordar o copo e as ruas encherem-se de gente indignada.

Manifestação Cultural “Que se lixe a Troika”: Cultura é resistência!

13 de Outubro de 2012, Avenida Central

Nessa reunião estariam presentes umas vinte e duas pessoas (...) uma parte andaria pelos 50 anos - os militantes de Abril - e outra pelos 25-30 anos. Parecia haver pequenas divergências, não no sentido

⁵² Convocatória: <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt>

de conflitos, mas de visões diferentes. Os mais velhos propunham música popular e de intervenção, os mais novos falavam de rock e punk. (DB, 01.10.12)

As discordâncias não se limitavam aos gostos musicais. Apesar da escassa participação, a diversidade que compunha as reuniões era muita: idade, escolaridade, origem social e também modos de “fazer política”. As diferenças de pontos de vista entre militantes de partidos de esquerda e sindicatos ou pessoas a título individual, membros de associações ou movimentos eram claras. Na preparação desta manifestação



tínhamos, pela primeira vez, presença explícita do BE e do MAS – até aí relativamente “camuflados” – e também do PCP, que nunca havia estado presente. As discussões eram longas, as estratégias não reuniam consenso, as lideranças não eram evidentes e, frequentemente, à saída das reuniões sobressaía o cansaço e alguma irritação. O texto da convocatória⁵³, assinado por um “conjunto alargado de profissionais do mundo da cultura”, com o lema: “cultura é resistência”, motivava a participação popular, chamando “todas as formas de arte que materializem o espírito de insubmissão que se sente em todo o país”, levando “da rua para a arte e da arte para a rua toda a energia que as percorre”. Identificando-se com esse apelo, o NTO decidiu participar na manifestação, não só com a peça “Troca o Salazar pela Troika” (numa versão encurtada) mas também na definição da programação e do alinhamento, na convocação da imprensa, na distribuição de folhetos e em tudo o mais que fosse necessário. O arranque da Manifestação Cultural em Braga foi dado por Adolfo Luxúria Canibal, vocalista dos Mão Morta e uma das “figuras míticas” de Braga: “Sem cultura o homem transforma-se num cão” (...) “quando se chega ao ponto em

⁵³ Convocatória “Que se lixe a Troika” – Manifestação Cultural: <http://www.precarios.net/?p=167>

que se está, em que até no estômago já se sente a crise é porque já passámos por muitos lados. É nesta altura em que o homem se transforma em cão” (DN, 13.10.12). Da programação da manifestação - que contou com a presença de cerca de 1000 pessoas - constaram momentos musicais, poesia, intervenções políticas, performances. Durante a apresentação da nossa peça, centenas de pessoas formaram uma clareira à nossa volta, participando com comentários, gargalhadas, assobios e apupos. No final, pusemos em prática uma ideia que havíamos tido no dia anterior: uma instalação plástica com cartões e grafiti: o “Monstro da Crise” que engolia os sonhos das pessoas. Apesar de não ter sido um protesto particularmente participado, o diário de bordo refletia as emoções do grupo: “É sempre comovente fazer algo no meio da rua, com pessoas a circundarem-nos, a rirem connosco, a comentar”. A construção do Monstro ainda tinha dado mais prazer “por ter sido mais espontâneo e termos tido a ajuda de amigos que se começam a juntar a esta luta (...) aos poucos vamos *arrastando* mais alguns”. “Acima de tudo foi um evento bonito”, terminava. (db.14.10.12)



Concentração/Greve Geral da CGTP

14 de Novembro de 2012, Avenida Central

A rua tem uma energia incontornável. As cerca de trezentas pessoas presentes concentraram-se com bandeiras e faixas, em frente aos microfones, para ouvir os discursos dos dirigentes sindicais. Apesar de não nos interessar minimamente o que apregoavam (nem possivelmente a muita gente que lá estava) esgueirámo-nos para um lugar relativamente afastado, formando uma fila de dez pessoas para a performance dos “representantes da crise. (DB, 14.11.12)

Ao contrário de manifestações anteriores, o NTO não tinha sido convidado a participar, como tal a nossa intervenção residia numa espécie de invasão do espaço público. Também o ambiente que se vivia era tudo menos de festa. O protesto era convocado pela CGTP, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, “contra a exploração”, o “empobrecimento” e o “programa de agressão”⁵⁴, enquadrado num protesto internacional. Juntaram-se vários grupos, em Braga, representados pelo movimento “Que se lixe a Troika”. Não estaria muita gente presente, os números divulgados oscilam entre 300 pessoas na concentração e 1500 na marcha que se seguiu. Apesar disso a adesão à greve chegava a 100% em alguns sectores.⁵⁵ Quando chegámos ao local da concentração a impressão de estarmos a invadir acentuou-se, para mais porque sabíamos que estaríamos a distrair as pessoas presentes dos discursos da CGTP. Ainda assim, decidimos apresentar aquilo que tínhamos preparado. Uma fileira de precários de “Mãos atadas” e um exercício que culminava na criação de uma “Estátua da Crise”. No final da manifestação, a adrenalina era muito e decidimos levar a performance das “Mãos atadas” à Loja do Cidadão. Em menos de cinco minutos fomos abordados por um segurança que nos obrigou a cessar a performance. A saída foi entre “risadas nervosas”, “com vontade de repetir”, mas com a consciência de que nos teríamos de “informar relativamente às questões legais, o que é ou não permitido, de forma a que nos possamos defender” (DB, 15.09.12). Em Lisboa, as notícias eram de violência⁵⁶: “há uma tensão que tem vindo a crescer, parece que estão todos à espera que as coisas se descontrolem, para poderem

⁵⁴ Pré-aviso de Greve Geral, CGTP: <http://www.cgtp.pt/materiais-greve-geral-14-11-2012>

⁵⁵ <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/manifestacoes/greve-geral-retrato-de-um-pais-em-manifestacao/>

⁵⁶ <http://www.publico.pt/economia/noticia/greve-ao-minuto-1572391>

demonstrar o seu poder”, “violência subiu de tom, violência gratuita e indiscriminada. Ver o varrer de agressão policial pela escadaria da Assembleia da República foi absolutamente arrepiante”, “o desespero e a raiva estão a tomar conta da vida de muitas pessoas.” O diário terminava nesse dia com um poema de Brecht “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem” (DB, 15.09.12). Condenando a carga policial excessiva, representantes dos movimentos em Lisboa denunciavam o objetivo de “pôr em causa o direito de manifestação, criminalizar a contestação social e fazer esquecer as medidas de austeridade impostas”, apelando às pessoas que “não tenham medo” e participem na próxima manifestação. (TVI, 20.11.12)

Debate “Velhas e novas lutas: um diálogo entre gerações”

28 de Dezembro de 2012, INATEL

Mal me sentei na cadeira, o Dr A. perguntou-me, “O que é isso do Teatro do Oprimido”, comecei a explicar e minutos depois comentou “hum, é algo subversivo, então...” Fiquei sem saber o que dizer, pensei, *ui estou tramada*, ia começar a justificar “bem, não é assim tão...” quando ele me interrompeu “subversivo é bom”(…). Falámos durante mais de uma hora (...) apesar do INATEL ser uma entidade conservadora, ele queria revolucionar aquilo, “não pode ser só cavaquinhos e folclore!”, “gostava que fizessemos aqui qualquer coisa que fosse suficientemente polémico para agitar as mentalidades, mas não tanto que fosse despedido”. (...) no final, quando me ia embora, pediu-me que não comentasse as suas ideias a ninguém, porque tinha medo (DB, 08.11.12).

No final de 2012 a atmosfera combinava medo e agitação. O grupo sentia que o TO não chegava, tinha vontade de experimentar outras estratégias e decidiu organizar um debate público. Para estimular a discussão, decidimos começar por apresentar três curtas-metragens documentais: “Cheap tickets” (Konstatinou Iourdanou), um filme passado num comboio na Grécia onde a crise atingia já níveis muito elevados, “Classe de Lutte” (Grupo Medvekin de Besançon), sobre os dilemas do ativismo e participação política durante o Maio de 68; e “12 de Março”, um documentário realizado pelos Precários Inflexíveis sobre a manifestação “Geração à Rasca”. O objetivo da mesa-redonda era fazer uma análise crítica e comparativa acerca das

lutas sociais nas últimas quatro décadas: do Maio de 68 aos movimentos dos Indignados. Na mesa estava Rui D`Espiney, membro do Instituto das Comunidades Educativas e ativista no período do fascismo, tendo estado preso por vários anos; Maria José Magalhães, presidente da UMAR, militante feminista desde a adolescência; Adriano Campos, ativista dos Precários Inflexíveis e membro do BE e Eduardo Velosa, representante do AGIR (um coletivo de luta académica na Universidade do Minho) e também do MAS. O debate foi longo, tendo ultrapassado as três horas, tendo estado presentes cerca de cinquenta pessoas. Exploraram-se as transformações nos movimentos e nas lutas sociais, apontando-se diferenças e denominadores comuns, formas de militância e de organização, aprendizagens, fragilidades e desafios, perpassando a ideia geral de que era necessário combater a fragmentação social (velhos e novos; movimentos e partidos; funcionários públicos e privados) e lutar em várias frentes, aprendendo com as derrotas do passado e do presente. O Dr. A não compareceu no debate.



Óprima 2013! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo

7-12 de Fevereiro de 2013, vários espaços da cidade

É uma honra estar nesta mesa com tanta gente tão envolvida nos diferentes movimentos sociais e por me associar também aos encontros do Teatro do Oprimido que têm em Braga marcado bastante a agenda da luta cívica. Hoje não se consegue fazer nada em Braga no âmbito dos diferentes momentos e no afloramento de uma consciência cívica crítica contra o atual capitalismo, que não tenha a participação muito ativa do NTO e, portanto, ainda bem que isso assim é e eu agradeço a oportunidade de retribuir que o NTO tem feito nesta cidade. (Manuel Sarmento, 07.02.13)

Fruto da atividade que o grupo ia acumulando e fruto também do contacto com alguns membros do grupo do Porto, Tartaruga Falante, que vieram a Braga dinamizar um workshop de teatro-fórum no Verão anterior, foi-nos proposto que a segunda edição do Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo fosse realizada na nossa cidade, passando o NTO a fazer parte da organização. O encontro abria com a palestra “Europa em Crise: a palavra aos movimentos, campanhas e coletivos ativistas” no Instituto de Educação, da Universidade do Minho, com a participação e comentários de Manuel Sarmento, professor universitário, e com representantes de vários coletivos: UMAR e Campanha Feminista Anti-austeritária, GIP - Grupo de Intervenção nas Prisões; Precários Inflexíveis; Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Coletivo Habita - Direito à Habitação; Associação Khapaz e Plataforma Gueto. O debate ilustrava aquilo que foi o Óprima em 2013, uma discussão - intensa, efusiva, contagiada pelas lutas que se sucediam no espaço público - sobre o contexto de austeridade, a partir da intersecção e congregação de forças dos vários protagonistas e das diferentes causas.



Para além de debates, a programação do Óprima, espalhada por vários espaços da cidade, incluiu sessões de teatro-fórum, cinema comentado, oficinas e uma exposição coletiva “Um outro mundo é possível (?)” que juntou quarenta participantes de várias áreas artísticas. Foi durante o Óprima que se construiu a “Máquina do Empreendedorismo” e a peça de teatro-fórum “MET2” – sobre precariedade, exploração laboral e o discurso do empreendedorismo em tempos de crise – dois projetos que se prolongaram durante o período seguinte.

Manifestação “Que se lixe a Troika”: o povo é quem mais ordena!

2 de Março de 2013, Avenida Central

Mal entrámos, um senhor disse: “Olha ainda bem que chegaram os companheiros do TO, para decidirmos qual a melhor altura para fazerem a ação”. Parece que já começamos a ser uma entidade reconhecida publicamente (...) Outro pormenor engraçado foi quando um dos técnicos de som se referiu ao NTO dizendo “temos de cuidado com os tempos e espaço onde o NTO vai fazer a apresentação, já sabem como é a sensibilidade dos artistas”. Eu, que estava ao seu lado, fiquei ofendida. Resmunguei qualquer coisa tipo: “nós não somos artistas, somos ativistas”, mas ficou por aí que não era hora nem local para discussões filosóficas. (DB, 01.03.13)



Na altura da manifestação do 2 de Março, o NTO já tinha participado em cerca de uma dezena de iniciativas de rua e, em Braga, começávamos a ter alguma

notoriedade. Provavelmente por esse motivo pediram-nos que abrissemos a manifestação com uma intervenção. Esse reconhecimento era dúbio, pois não queríamos ser vistos como um grupo de teatro, mas sim como ativistas políticos. Marcar essa diferença parecia-nos importante. Optámos por apresentar uma performance que havíamos criado durante o Óprima, decorrido dias antes, em Braga: “A Máquina do Empreendedorismo”, uma crítica teatral ao discurso do empreendedorismo, particularmente, em tempos de crise. O texto da convocatória⁵⁷ da plataforma “Que se lixe a Troika” refletia o clima vivido na época, com o desespero a subir de tom – “não aguentamos mais o roubo e a agressão”. As palavras repetiam-se no plural – *indignamo-nos, revoltamo-nos, resistimos*. “Tudo isto é Troika”, lia-se; “a Troika condena os sonhos à morte, o futuro ao medo, a vida à sobrevivência”. E rematava: “a esta onda que tudo destrói vamos opor a onda gigante da nossa indignação e no dia 2 de Março encheremos de novo as ruas.” Em Braga estariam cerca de 7000 pessoas e, além da nossa performance, juntaram-se alguns músicos com guitarras e outros instrumentos. No final da marcha pela cidade, deu-se a concentração e “fomos convidados a subir ao palco, como parte da organização. Foi bonito claro. À nossa frente tínhamos milhares de pessoas, o centro estava cheio de cabeças, umas mais sérias, outras mais sorridentes, tudo vibrava enquanto cantavam a Grândola que se tem tornado cada vez mais símbolo da resistência portuguesa às políticas de austeridade”⁵⁸ (DB. 02.04.13). Depois da canção, iniciou-se a assembleia popular, “as pessoas foram fazendo discursos inflamados, às vezes de raivas, outras de desespero. Houve quem apelasse à luta, quem apelasse à união, outros contaram a sua situação atual, entre lágrimas e soluços”, incluindo uma menina de 12 anos “deixando todos boquiabertos e de coração apertado, porque falava como o seu dia-a-dia estava afetado pela crise, pelo desemprego, pela ideia de emigração.” (ibidem)

⁵⁷ Convocatória “Que se lixe a Troika”: o povo é quem mais ordena: <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/p/que-se-lixe-troika-queremos-as-nossas.html>

⁵⁸ Grândola é o título da canção de Zeca Afonso que foi senha da revolução dos cravos, em Abril de 1974.

Performance - protesto “Pipocas, pipocas!”

1 de Maio de 2013, Avenida Central

Quintas: Foi giro, pá, foi das cenas que mais gostei de fazer!

Ângela: Pusemos a malta toda lá de casa a fazer pipocas e a metê-las em saquinhos...

Quintas: E fomos pro meio do jardim etiquetar os sacos! Que malucos...

Ângela: É, mas a cozinha ficou de pantanas e ninguém foi lá limpar! (risos) (GF-K, 2014)

No dia 1 Maio, dia do trabalhador, nenhuma iniciativa de protesto ou celebração estava marcada para a cidade de Braga. Ao lado, em Guimarães, cidade do mesmo distrito, a CGTP-IN organizava uma concentração, desfile e intervenções políticas e musicais. Entretanto, nos dias anteriores tinham saído duas entrevistas com Miguel Gonçalves, um conhecido empreendedor bracarense, criador da Spark Agency, uma “agência de recrutamento e gestão de talento do futuro” que ajuda “algumas das mais inteligentes empresas do mundo a inspirar, gerir e desenvolver as suas pessoas”, em particular através dos Pitch Bootcamp, programas de dois dias que prometem “acelerar carreiras”, aproximando “empresas, universidade e talento jovem”⁵⁹.



Nessas entrevistas, Miguel afirmava que “até a vender pipocas se arranja cem euros

⁵⁹ <http://www.sparkagency.pt>

por mês” para pagar as propinas e que o “desemprego era um mito”: ou “não querem trabalhar ou são maus a fazê-lo”. Miguel Gonçalves era, à data, embaixador do Programa Impulso Jovem⁶⁰, um programa de estágios profissionais, promovido pelo Governo Português. Fruto da indignação que sentíamos em relação às suas declarações e ao modo como o discurso do empreendedorismo ganhava cada vez mais espaço na agenda pública, e fruto também da ausência de iniciativas sobre o Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras, o grupo decidiu convocar uma manifestação – articulando-se com o movimento “Que se lixe a Troika” – e preparar uma performance surpresa, distribuindo pipocas pelo centro da cidade, junto com um manifesto político. A ação, apesar de simples, teve alguma repercussão mediática⁶¹, noticiando a “rábula de pipocas” feita para “homenagear gurus do empreendedorismo”. No dia seguinte, o Correio do Minho trazia uma página dedicada ao protesto do NTO Braga e, paradoxalmente, na capa a notícia da inauguração do GNRation, “no Dia do Trabalhador, Braga celebrou o empreendedorismo e a energia criativa”⁶².

Semana da Juventude

6–8 Agosto de 2013, GNRation

O GNRation é a resposta aos problemas e desafios do século XXI (···) um lugar onde os criadores encontrarão outros criadores e os seus públicos, onde as ideias encontrarão novas ideias, onde a inovação se transformará em negócios, onde se colaborará, experimentará, arriscará e onde se vai falhar, com certeza, e acertar também (vereador Hugo Pires, 02.05.13).⁶³

O GNRation estava destinado a ser a sede da Capital Europeia da Juventude (CEJ), em Braga 2012. Depois de várias polémicas e especulações⁶⁴, o edifício foi finalmente inaugurado, como um “espaço que pode ser uma boa ferramenta para a juventude

⁶⁰ <http://p3.publico.pt/actualidade/politica/7315/miguel-goncalves-o-embaixador-que-relvas-conheceu-no-youtube>

⁶¹ <http://issuu.com/jornalacademico/docs/ja19>; http://www.rum.pt/index.php?option=com_content&task=full_item&item=35024§ion=4; <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=647941&tm=4&layout=123&visual=61>; TO faz rábula de pipocas com expressões de Miguel Gonçalves, 2 Maio 2013, Diário do Minho, p. 6.

⁶² <http://www.diariodominho.pt/conteudos/49804>

⁶³ <http://jovemcoop.blogspot.pt/2013/05/gnracion-on-um-equipamento-cultural.html>

⁶⁴ <http://www.publico.pt/local/noticia/camara-vai-assumir-333-mil-euros-de-dividas-da-fundacao-que-organizou-a-braga-2012-1629554>

poder aprender coisas novas e criar os seus negócios”, como afirmou o presidente da Câmara Municipal de então. Dedicado à cultura, à tecnologia e ao empreendedorismo, este foi o espaço escolhido pelo Conselho Municipal da Juventude de Braga, em parceria com a Fundação Bracara Augusta, para organizar a Semana da Juventude, um conjunto de eventos de cariz cultural e artístico. Apesar do risco de não nos enquadrarmos ideologicamente no espaço (ou precisamente por isso) optámos por apresentar duas propostas: um workshop de Teatro do Oprimido sobre “Jovens, crise e futuro” em que se procuravam discutir as questões da precariedade laboral e as perspetivas de futuro num país em crise e a apresentação da “Máquina do Empreendedorismo”, seguida de um debate aberto ao público. Nessa altura, a mobilização nas ruas começava a dar sinais de enfraquecimento, em grande medida devido à campanha para as eleições autárquicas que se iriam realizar no mês



seguinte. Eu própria estava envolvida nesse processo, sendo cabeça-de-lista por um movimento independente “Cidadania em Movimento”⁶⁵. Alguns dos companheiros do NTO estavam também empenhados nessa campanha, ajudando na organização de fóruns participativos, sessões de poesia e cinema na rua e de convívios sociais e

⁶⁵ página de facebook da CEM: <https://www.facebook.com/cidadania2013>

culturais nos bairros sociais. A luta contra as políticas de austeridade parecia ter de esperar um pouco.

Vídeo-ativista “Não esperes pela revolução a olhar para a televisão”

26 de Outubro de 2013, internet (youtube)⁶⁶

É tempo de agir. Sabemos que o regime de austeridade no qual nos mergulharam não é, nem será, uma solução. Voltamos a afirmar que não aceitamos inevitabilidades. Em democracia elas não existem. (...) A quem está farto de ver vidas penhoradas e esvaziadas, fazemos o apelo a que se junte a nós na construção da manifestação de 26 de Outubro. (convocatória, 22.09.13)

Apesar dos apelos à ação e à recusa das inevitabilidades, a manifestação “Que se lixe a Troika – Não há becos sem saída” marcava o princípio do fim dos protestos contra a austeridade e a Troika em Portugal. Havia-se instalado uma “paz podre” que convidava a sentar no sofá e a deixar de lutar. Mesmo dentro do grupo sentíamos o decréscimo de ânimo. Na manifestação do dia 1 de Junho de 2013 - que em Braga teve números irrisórios - já não tínhamos tido qualquer tipo de participação. Decidimos então fazer um vídeo de mobilização para a manifestação do “Que se lixe a Troika”, idealizado e preparado dois dias antes, numa conversa de café. A estrutura do vídeo (1.10 min) era bastante simples e a gravação foi feita num espaço público, junto às esplanadas da Avenida Central. Um homem circulava pela praça, erguendo pancartas e apelando às pessoas que aderissem à manifestação, duas personagens vestidas de preto apareciam subitamente, tapavam-lhe a boca com uma venda, sentavam-no, enfiavam-lhe um saco de plástico transparente na parte de cima do corpo e colocavam-lhe um comando de televisão na mão. O homem deixava-se estar distraído a mexer no comando. Entretanto surgiam imagens de um dos membros do grupo a distribuir folhetos de divulgação da manifestação. No final, o homem erguia-se, retirava o saco, largava o comando e deixava o cartão no chão: “não esperes pela revolução a olhar para a televisão.” Apesar de publicado apenas no dia anterior, o vídeo alcançava as 831 visitas.

⁶⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=Z6BMwYk5G68>

Encontro “Juventude, trabalho e futuro”

7, 8 Fevereiro de 2014, TOCA

Em Portugal, 42% dos jovens estão desempregados. Desse número estão excluídos os precários, os que são forçados a emigrar, os que trabalham de forma subterrânea, explorados e desprotegidos nos seus direitos. O futuro é incerto, a precariedade e o desemprego uma espécie de destino forçado para quem fica. (texto de divulgação do encontro)

Um momento de síntese dessas iniciativas deu-se em Fevereiro de 2014, quando organizamos o encontro “Juventude, trabalho e futuro”⁶⁷, na TOCA, um espaço recente em Braga para o qual tínhamos sido convidados a ocupar, em conjunto com outras associações. O encontro - aberto e de entrada livre - contou com a participação da associação Tartaruga Falante e dos Precários Inflexíveis. O texto de divulgação do Encontro frisava: “há energias novas de resistência, indignações que saem à rua, projetos alternativos que se desenvolvem, gente que se organiza para fazer frente à austeridade”. Durante dois dias, passaram pelo espaço cerca de sete dezenas de pessoas, sobretudo jovens, alguns deles ligados ao mundo associativo e a partidos de esquerda. O programa, desdobrado em dois dias, contemplou um debate “O que é preciso é sermos empreendedores”, com representantes prós e contra desse discurso; uma oficina de TO - “Imagens e sons da crise” em que se procurava analisar criticamente a situação em Portugal e na Europa, através da linguagem e estética teatral; a sessão de teatro-fórum com o MET2; uma sessão promovida pelos



⁶⁷ Video e evento de divulgação: https://www.youtube.com/watch?v=VoYzqIR_0EM;
<https://www.facebook.com/events/336512116488365/>

Precários Inflexíveis, onde para além da apresentação do seu percurso e trabalho, procurava prestar esclarecimento sobre a lei dos recibos verdes, alcançada através de uma iniciativa legislativa de cidadãos. No final desse encontro, diziam-nos em segredo que os responsáveis da TOCA viam com maus olhos a conotação “esquerdista” desse encontro e dos seus participantes. Não demorou muitas semanas até que optássemos por deixar o espaço.

4.5. Coletivos e mobilizações: uma análise (quase) desapaixonada

No ano de 2011 - “o ano em que sonhámos perigosamente” - Zizek discursava numa acampada em Nova York, para uma plateia imensa de manifestantes do Occupy Wall Street: “Não se apaixonem por vocês mesmos, nem pelo momento agradável que estamos tendo aqui. Carnavais custam muito pouco, o verdadeiro teste do seu valor é o que permanece no dia seguinte, ou a maneira como a nossa vida normal e quotidiana será modificada.”⁶⁸

Mais de três anos já passaram desde as primeiras iniciativas do NTO Braga. A reação imediata é de tudo parecer já muito distante. Os diários escritos em tom celebrativo, sem grande crítica ou sentido dialético, refletem o tom “apaixonado” com que se escreveu sobre os movimentos e mobilizações sociais em 2012/2013. A esperança e energia vivida na época parecem estar encapsulados num recetáculo escondido, faúlha que se acende e desvanece sem deixar rasto. Com a distância que o tempo permite, há lugar aqui para algumas reflexões sobre as fragilidades, limitações e potencialidades da nossa intervenção artística; e da importância que estas experiências ocuparam na nossa aprendizagem, enquanto indivíduos, mas sobretudo enquanto coletivo. Para tal, mobilizaremos alguns trechos do diário de bordo e do grupo focal realizado em 2014 (aqui com participação de quatro membros), articulados com contributos teóricos.

⁶⁸ <http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>

4.5.1. A “energia incontornável da rua”

Ângela: Acho importante as intervenções na rua, é muito bom sentir pessoas que estão ali de paraquedas, ouvirem-nos e alguns deles até virem atrás de nós.

João: Esta comunidade precisa de receber injeções de cultura aplicada.

Quintas: A rua tem esse poder, é visceral a distância, está ali tudo ao teu lado!

João: Em Braga tem mesmo de ser na rua...

Na opinião do grupo, a rua possuía uma “energia incontornável”, provocando-nos uma motivação e excitação superior a qualquer outro tipo de intervenção. Nos manifestos, no diário de bordo, nas convocatórias o apelo era invariavelmente o mesmo: “a cidade é nossa!”, “vamos invadir a rua!”. A praça da Avenida Central, onde as pessoas se juntam para protestar foi também a praça onde decorreram grande parte das ações do grupo. Apesar das suas limitações - visuais, espaciais, sonoras - e do seu grau de imprevisibilidade, a rua configura-se como um espaço vital para a tomada de consciência coletiva, para a discussão popular e para a democratização cultural e política. Lugar simbólico de exibição de poder e contestação, a “reapropriação do espaço público confiscado e privatizado configura uma nova relação entre cidadãos e cidade” (Antentas e Vivas, 2012: 77-80). Procedendo a um duplo movimento de ocupação e abertura do espaço público (Bogad, 2006: 52), as performances de rua permitem aos protagonistas “ganhar voz na esfera pública por via da metafórica artística” (Mourão, 2013: 55) e, ao mesmo tempo, captar a atenção de pessoas que, estando “ali de paraquedas”, se podem identificar e mobilizar. Não sendo totalmente fiáveis, os movimentos e reações da audiência - gargalhadas, aplausos, comentários - são um bom barómetro para medir o impacto das intervenções. Numa cidade como Braga, em que as mobilizações raramente atingem um número capaz de garantir êxtase por si só, o uso de ferramentas performativas em momentos de protesto tem uma importância acrescida, quebrando alguns silêncios, dando um significado à participação e ao ritual que está a acontecer. “Para adquirirem uma legitimidade que lhes confira representatividade”, as manifestações coletivas “necessitam da presença do maior número possível de pessoas”, já a “força

das performances artivistas⁶⁹ no espaço público é mais qualitativa que quantitativa, assumindo em pleno a sua vocação de contrapoder” (ibidem).

4.5.2. A urgência e as flutuações do contexto

Quintas: Uma das coisas que foi positiva nesse trabalho (Troca o Salazar pela Troika) foi ter mais tempo pra trabalhar, pra preparar, pra pesquisar, sedimentar o que se está a fazer (...) E as ações espontâneas resultam porque precisam de existir, são urgentes, mas (...) fez-me pensar que precisavam de mais força, porque numa ou noutra, senti que a coisa aconteceu e foi com vento. E se calhar pra não ir precisava de ter outra força, na própria intervenção.

João: Naquela altura fizeram todo o sentido. Foi um momento em que houve varias manifs, era aquele o momento. Pedia aquelas intervenções.

Tatiana: As duas formas são importantes. Há momentos que tem de ser *agora*.

Esse *agora* refletia a urgência que se vivia na época, as manifestações sucediam-se umas às outras e o clima era de alvoroço. As intervenções eram preparadas, muitas vezes, de um dia para o outro, as pessoas eram convidadas a participar no próprio momento e, como tal, nem sempre antecedidas por uma reflexão crítica, profunda e coletiva. A tónica era mais colocada na ação propriamente dita do que no que queríamos dizer com ela ou como nos relacionávamos com o tema. Por norma, esse tipo de intervenções não implica ensaios, “apresentando-se quase sempre com atuações únicas”, uma forma de não perderem força. (Mourão, 2013: 63) Porém, essa urgência causava ocasionalmente sensações de incompletude como expressam os elementos do grupo: “precisava de ter outra força”, “a coisa aconteceu e foi com o vento”. Numa passagem do diário, também se lia: “aquilo mexeu com as pessoas, mas faltou diálogo. Às vezes, vejo-me tentada a entrar numa onda de *agit-prop*, provocar algo imediato na rua e nas pessoas, mas não é realmente suficiente” (DB, 02.03.13). Outro aspeto evidente era a influência das flutuações do contexto social e político nacional e europeu: quando a maré estava em cima, a energia subia, quando a mobilização esmorecia, também a nossa intervenção era diminuída ou interrompida.

⁶⁹ O artivismo é um neologismo que combina arte e ativismo. Apesar de utilizarmos algumas referências de investigadores da área, optámos por não enquadrar as intervenções do NTO/Krizo dentro desse conceito.

4.5.3. Emoções e consciência coletiva

Quintas: Há uma consciência de nós próprios, mas o facto de pertenceres a um grupo, também provoca uma consciência do coletivo (...) e do outro.

João: Sinto que o NTO me ajudou indiretamente a integrar-me mais na cidade (...) na comunidade.

Quintas: Vejo também o grupo como funciona um grupo de amigos (...) Sei que posso contar com cada um. E isso também acalenta (...) Vivemos realmente momentos muito difíceis e sentimos que todos nós temos determinado tipo de problemas e estamos aí uns para os outros. Essa união gera força.

Ausentes durante muito tempo dos estudos sobre as dinâmicas dos movimentos sociais, as emoções provocadas pela participação num protesto e pelo envolvimento num grupo têm um papel relevante. Entusiasmo, esperança, confiança ou indignação, impotência, resignação estão “presentes em todas as fases e em todos os aspetos do protesto”, podem ser meios, fins ou a combinação dos dois, podem manter as pessoas num determinado movimento como podem repeli-las (Jasper, 2011: 2). A identidade ou consciência coletiva não é só a partilha de valores ou objetivos comuns, mas também uma emoção, um afeto e lealdade em relação aos membros do grupo. (Jasper, 1998: 415). Ainda que a militância no NTO seja intermitente e que muitas pessoas tenham colaborado apenas de forma pontual, no final das ações sobressaía sempre um sentido de comunidade, de termos participado de algo juntos, muitas vezes “arrastando mais alguns” (db: 14.10.12) para uma luta que sentíamos ser de todos. Nesse sentido, a criação de “uma solidariedade afetiva” e “sentimentos de agência coletiva” ajudam a sustentar os movimentos (Juris, 2014: 242; Bogad, 2005: 52). A “emoção política” provocada pelas performances artivistas serve assim de “consciência e mobilização social” tanto dos que nelas participam, como dos que a ela assistem (Mourão, 2013: 54).

4.5.4. O protesto-festa e as difíceis alianças

“As pessoas (incluindo nós) estão fartos de discursos e slogans sindicais, não lhes diz nada, não acrescenta nada. Este tipo de intervenção direta tem um impacto completamente diferente, as pessoas envolvem-se, revêem-se, sentem que estamos a falar de algo que lhes é próximo.” (DB, 14.11.12).

Este excerto (como outros anteriores) expressam a difícil relação com atores políticos institucionais e com a linguagem produzida por eles, como uma das grandes justificações para a utilização de estratégias performativas. Essa postura alinha-se com outras investigações. Referindo-se à “performatividade intrínseca” das manifestações organizadas pelos partidos e sindicatos, Vera Soares (2013: 9) salienta as “decisões hierárquicas”, a “unidade cromática e icônica dos cartazes”, a “repetição de um pequeno repertório de palavras de ordem”, a “monotonia do ritmo”, a “rigorosa organização do desfile” e “rígida delimitação do espaço e do tempo” que tem por “objetivo a unificação ideológica”, “promovendo a uniformização” e “deixando pouco espaço para a ação individual”. Imbuídas de um “carácter institucional” e incluídas “na rotina da cidade”, estaríamos perante uma “controlada encenação de um guião que não permite que a erupção de acontecimentos não premeditados.” Na mesma linha, Rui Mourão (2013: 40-43) aponta para a “previsibilidade” e “perda de vitalidade” e de “impacto” dessas manifestações, em contraponto com a “liberdade de ação”, “a pluralidade de vozes”, as “performatividades disruptoras da ordem habitual” e a “força menos domesticada de atores que saem à rua” nos protestos convocados pelos “novos/novíssimos movimentos sociais”.

Se é certo que o repertório de ação de partidos e sindicatos apresenta características que vão nesse sentido, não podemos deixar de refletir sobre a arrogância e o preconceito do NTO/Krizo em relação a esses atores políticos. Arrogância essa que, para além de não nos ter granjeado muito mais do que um “carnaval”, não nos permitiu estabelecer pontes sólidas com eles, perdendo uma oportunidade de aprender com seus modos de organização, suas estratégias, sua capacidade de mobilização e fidelização das militâncias. Essa foi talvez uma das maiores aprendizagens do grupo. Numa era pós-política e de descrença generalizada em relação às instituições da democracia representativa, o *artivismo* abdica por vezes de qualquer princípio de enquadramento ideológico, correndo o risco de se tornar um “complemento para as políticas de promoção mercantil das cidades”, “reclamando uma fantástica democracia real em que o mítico espaço público deveria ser

materializado” (Delgado, 2013: 76). Se, de facto, o *artivismo* pode dar contributos válidos, quer internamente, nos indivíduos e coletivos, quer externamente, no impacto que provoca no espaço público, este deve procurar situar-se ideológica e politicamente, perceber quais os seus objetivos, as estratégias mais adequadas, quem são os seus oponentes e onde estão os seus aliados, sob o perigo de surgir apenas com o propósito de dar cor, ânimo ou transgressão necessária às manifestações, na “apoteose da festividade generalizada do protesto” (Delgado, 2013: 77)

O facto de termos o Teatro do Oprimido como referente nuclear da nossa intervenção proporcionava-nos um enquadramento político e ideológico capaz de contrariar um pouco uma certa tendência de protesto-festa, daí termos optado por clarificar que “não éramos artistas, mas sim ativistas”. Com o tempo, alguns desses preconceitos em relação aos sindicatos e partidos foram diluindo-se ou transformando-se. Além disso, apesar de sermos críticos em relação às formas de organização partidária e à linguagem por eles utilizada, também não nos revíamos totalmente nas formas de liderança “informais” de coletivos como o “Que se lixe a Troika” ou em procedimentos como as “assembleias populares”. Num extrato do diário, podemos ler: “não consigo deixar de ver a assembleia como um monólogo. As pessoas expressam-se e é bom. É catártico, libertador, pode até ser um instrumento de empoderamento, para quem sobe ao palco. Mas faz falta o diálogo. O confronto de ideias, a discussão e, acima de tudo, a procura de soluções coletivas. E isso faz-se, no meu entender, de forma horizontal, em círculo. Não com uma pessoa num pedestal a falar para milhares lá em baixo, que não podem dar grandes respostas, para além de aplausos, assobios, apupos ou meia dúzia de ideias gritadas. (DB, 02.04.13)

A partir da apresentação do NTO/Krizo e da cronologia das suas iniciativas entre 2012-2014 podemos constatar aproximações desta experiência com outras similares no seu tempo, tanto no que se refere aos atores, formas de organização, estratégias e objetivos, como em relação aos limites, fragilidades e tensões. Os protagonistas são jovens, qualificados e em situação precária; podem ser considerados uma nova geração militante ou o reflexo de uma “dinâmica de poli-

envolvimento⁷⁰” (Sawicki & Siméant, 2011: 206) pois grande parte dos membros do grupo esteve ou está envolvido noutros coletivos; demonstram uma descrença bastante evidente em relação à democracia representativa e uma relutância à linguagem e modos de organização dos partidos e sindicatos; o mesmo não acontece com outros atores políticos (associações e movimentos sociais) com os quais se aliam, atuando em rede; as ações são tendencialmente localizadas sem contudo perderem de vista o carácter nacional e transnacional das mesmas; utilizam a internet como meio privilegiado de organização, comunicação e mobilização, ocupando o espaço público de forma híbrida (Castells, 2012); privilegiam a experimentação e organização democrática, bem como as ações diretas e performativas; grande parte das intervenções do grupo está focada nas questões materialistas, do trabalho e do emprego (Estanque et al, 2013). No capítulo seguinte, alguns desses aspetos são aprofundados de forma a explicar o impulso para o ativismo em contexto de crise e de precariedade generalizada.

⁷⁰ No artigo original em francês, o termo é poly-engagement, a tradução para brasileiro é multiengajamento. Aqui optámos por assumir a palavra “poli-envolvimento” por considerarmos estar mais adequado ao português de Portugal.

5. JUVENTUDE, TRABALHO E FUTURO: o que move a “Geração à Rasca”?

Ângela: o que me caracteriza enquanto jovem é que ainda continuo à procura, ainda não estou com uma formação definida, um emprego definido, ainda não tenho uma família constituída.

Tatiana: a palavra jovem (...) faz-me confusão. Porque às vezes tem uma lógica por detrás, tipo: ah porque és jovem e não te podes acomodar! Não podes ficar confortável”.

Alexandra: Tens de ser flexível... (ironizando)

Tatiana: Eu acho que sou jovem, mas já queria estar noutra condição que não esta”. (GF-K, 2014)

Retomando este excerto do grupo focal, realizado com cinco membros do NTO/Krizo, podemos observar as ambiguidades que a palavra juventude reflete: por um lado, a ideia de juventude como etapa de transição, onde se procura, constrói e define os projetos de futuro; por outro, a utilização do conceito como forma de manipulação: adaptabilidade e flexibilidade. Como mencionámos na secção anterior, apesar de a *Krizo* ser uma associação juvenil, uma boa parte dos seus membros já ultrapassou os trinta anos. Assim sendo, qual o sentido de iniciar este capítulo com o tema da juventude? Se ao conceito está acoplado uma miríade de possibilidades e de vivências – mais ou menos condicionantes, mais ou menos desestruturantes – qual o sentido de tentar homogeneizá-la como se fosse uma condição por si só? Na verdade, quais são os limites etários que definem se alguém é ou não jovem? O *apoio ao arrendamento jovem* abrange pessoas até aos trinta anos, trinta e dois, caso sejam um casal; o *cartão jovem* foi estendido dos 26 para os 30 anos; o passaporte empreendedorismo é também até aos trinta, mas pode ser estendido aos 34, caso os candidatos tenham mestrado ou doutoramento; a Caixa-jovem Empreendedor (da Caixa Geral de Depósitos) abrange “jovens” até aos quarenta anos; e a mesma idade é indicada nos apoios e incentivos à agricultura. Apesar da ausência de consenso em torno de limites etários, estes programas têm em comum o facto de partirem de um mesmo princípio: de que a situação dos jovens é particularmente vulnerável, necessitando de um suporte acrescido. O artigo 70º da Constituição da República

Portuguesa (INCM, 1976) realça precisamente isso, ao considerar que os “jovens gozam de proteção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais”, nomeadamente no acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social.

Foi aliás a ausência efetiva dessa “proteção especial” que se tornou um dos rastilhos do protesto da Geração à Rasca e dos que se se seguiram, refletindo e dando tom às inquietações de uma geração a quem a precariedade tem roubado expectativas e projetos de futuro, trazendo para o espaço público o que era vivido em silêncio individualmente (Alves, 111). Os relatórios da Organização Mundial do Trabalho são claros. “Geração perdida”, taxas altíssimas de desemprego juvenil e de precariedade laboral; descoincidência entre as habilitações académicas e as saídas profissionais e uma ausência de perspectivas de futuro (OIT, 2011).

O caso português é ilustrativo e os estudos e estatísticas corroboram-no: desemprego juvenil na ordem dos 34, 8%, uma das taxas mais altas da União Europeia⁷¹; os licenciados à procura de emprego tiveram uma subida de 5, 5%; os chamados NEET - jovens que não estão a trabalhar nem a estudar - ocupam também lugar expressivo. A precariedade laboral generalizou-se a um ponto praticamente imensurável⁷²: pululam os contratos a termo - quantas vezes com a duração de um mês -, os recibos verdes (muitos deles falsos) e o trabalho subterrâneo, informal. Acrescenta-se os estágios curriculares ou profissionais não remunerados - - uma espécie de moratória, antes do embate com o desemprego⁷³; e a nova vaga de emigração - cerca de 110 mil pessoas por ano - que fizeram de Portugal o país da U.E. com mais emigrantes em proporção da população residente⁷⁴. Embora a crise económica e as medidas políticas que se seguiram tenham afetado a população portuguesa de uma maneira transversal e particularmente aguda nalguns sectores -

⁷¹ De acordo com o relatório “Tendências globais de emprego para a juventude 2015”, elaborado pela Organização Mundial para o Trabalho, http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2015/11/OIT-2015-wcms_412015.pdf

⁷² É possível aceder a alguns desses dados no trabalho de Renato Carmo e Frederico Cantante, 2014: <http://observatorio-das-desigualdades.com/2014/06/19/precariade-desemprego-e-protacao-social-caminhos-para-a-desigualdade-por-renato-miguel-do-carmo-e-frederico-cantante/>

⁷³ Segundo dados do IEFP, 70 mil trabalhadores foram abrangidos pelos estágios profissionais, em 2014. <http://www.precarios.net/?p=12582>

⁷⁴ Dados do relatório publicado pelo Observatório da Emigração Portuguesa, 2015: http://www.observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=4447&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatist.pdf

nas mulheres a quem a austeridade provocou o aumento da desigualdade⁷⁵, nas crianças que são hoje uma das principais vítimas do empobrecimento⁷⁶ - interessa-nos focar o caso da juventude, enquanto “alvos e protagonistas” das transformações sociais, culturais e políticas de uma sociedade (Pais, 1991: 946), a partir das perspetivas dos jovens de uma “geração à rasca” em contexto de crise (idem, 2014).

Mesmo perante este panorama, o discurso que mais tem propagado é o do empreendedorismo, da “atitude” e do “desemprego como oportunidade”. O editorial do “Guia do 1º Emprego 2014”, editado pela Revista Fórum Estudante – uma revista com mais de vinte anos de publicação mensal e uma tiragem de 30000 exemplares – expressa isso mesmo: “Não vale a pena repetir o que todos já estamos cansados de ouvir. A crise, o desemprego, a recessão já ocupam espaço excessivo na nossa agenda e não há nada de novo a acrescentar. O importante é sermos capazes de ir além deste panorama negro”. No mesmo tom, prossegue: “sem queixumes, nem derrotismos”, “em tempos difíceis, o que fará toda a diferença é a tua atitude. Os que deixarem cair os braços, desistindo antecipadamente do combate, ou os que ficarem à espera não vão conseguir trabalho” (Fórum Estudante, 2014: 1).

Como referimos inicialmente, a atribuição do rótulo de “juventude” tem servido não só para programas de apoio, mas também como instrumento de manipulação por parte do poder e dos meios de comunicação (Bourdieu, 1984): seja para inculcar os valores da flexibilidade e adaptabilidade no trabalho, seja, para referirem-se a este grupo etário como um “problema social”: ora apática ora turbulenta, hedonista ou consumista, individualista e alienada ou ingénua e utópica (Pais, 2008: 8; Novaes, 2005: 117). Essas adjetivações e os valores que procuram imputar à juventude fazem dela uma “realidade mascarada, por vezes uma ficção ou até mesmo um mito”, para decifrar o conceito de juventude é preciso desvendar e romper com as “máscaras nominais” que escondem determinadas representações fabricadas pelos media e pelo senso comum (Pais, 2008: 8)

⁷⁵ <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/onu-austeridade-afecta-mulheres-portuguesas-de-forma-desproporcionada-1715083>

⁷⁶ <https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/>

Muitos desses estereótipos servem para alimentar uma suposta “guerra de gerações”. Dois exemplos mediáticos em Portugal são paradigmáticos dessa situação. Um foi em 2012, quando Duarte Marques, líder da JSD, fazia uma intervenção na Assembleia da República⁷⁷ na defesa de um acordo de concertação social que visava precarizar ainda mais os contratos de trabalho: “apesar de já vivermos há muitos anos em democracia, persiste ainda uma ditadura com a qual não contávamos: a ditadura dos direitos adquiridos, a ditadura das mesmas classes sempre protegidas, a ditadura do mercado fechado em que os jovens estavam proibidos de entrar. A ditadura que asfixia a verdadeira meritocracia, da qual o nosso futuro tanto depende”. Continuava alertando para as “garantias, privilégios e abusos das gerações anteriores” em contraponto com a “geração mais qualificada de sempre” que é “aquela que conhece as maiores taxas de desemprego”. A intervenção mereceu a resposta da então deputada do Bloco de Esquerda, criticando a forma como “enxovalhava” milhares de trabalhadores que desde cedo contribuíram para o país e lutaram pela liberdade que lhe permitiria falar daquela forma. As duas intervenções foram amplamente divulgadas pelas redes sociais e em crónicas jornalísticas. Outro foi em 2014. Uma multinacional (Danone) anunciava um estágio curricular não-remunerado, em regime de full-time, para um “projeto de criação de procedimentos de segurança na manutenção de equipamentos industriais”. Em troca, ofereciam 24 iogurtes por semana e alimentação no refeitório da fábrica. Essa informação acabou por circular nas redes sociais e foi alvo de uma reportagem televisiva. Em reação a essa “polémica”, a jornalista Isabel Stilwel e o psicólogo Eduardo Sá, no programa regular da rádio Antena 1⁷⁸, criticavam o alarido, argumentando que os jovens – que “toda a vida tiveram iogurtes” – “acham que estes não têm valor”, “porque partem de um nível de vida muito alto”. No entender de ambos, estamos perante uma “geração muito mal-educada para os valores da humildade” que em vez de estarem “gratos por empresas abrirem as portas de forma gratuita e mobilizarem recursos” para lhes proporcionarem estágios, têm uma atitude “arrogante e altiva”. A culpa

⁷⁷ <http://p-m.blogs.sapo.pt/83126.html>

⁷⁸ <http://www.rtp.pt/play/p271/e147723/dias-do-avesso>

era da “escola e dos pais” que “não os puseram no lugar” e que os educaram com a “noção de que os meninos não precisam esfolar os joelhos” ou “transpirar a camisola para aprender”.

Nesses dois exemplos que calcorream a passo largo o espaço público, estão alguns dos principais argumentos utilizados quando se discute a precariedade e a juventude. De um lado, os que acham que os jovens têm de ser flexíveis e ajustar-se às circunstâncias laborais, por mais precárias que sejam. Quem não se submete “não está pronto para o mercado de trabalho”, “está mal-habitado”, não “percebe que a vida é difícil”. Igualmente perigoso o discurso da meritocracia e da “geração mais qualificada de sempre” face aos “trabalhadores velhos instalados e protegidos” que estariam a bloquear os direitos dos mais novos: “a juventude teria finalmente um inimigo claro e uma causa mobilizadora e exultante: combater os mais velhos, ir à luta contra o colega do lado, cerrar fileiras contra os direitos excessivos dos seus pais e avós.” (Soeiro, 2013: 97-97).

Como Novaes e Vital afirmam, as relações entre juventude e sociedade funcionam como uma espécie de espelho: por um lado, um “espelho retrovisor da sociedade”, no sentido em que “mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades que vivem as diferentes gerações”; por outro, é também um “espelho amplificador da sociedade”, pois nela se espelham de forma ampliada as características da sociedade” (2005: 110). De forma geral, os jovens portugueses que hoje têm entre 30, 40 anos e que se têm envolvido nos protestos e movimentos contra a precariedade são os filhos da geração de Abril, a geração que combateu o fascismo e que participou das lutas pelos direitos laborais e civis. A geração da classe média “massificada” que hoje vive a angústia de “ter lutado tanto para nada”, de ter feito tudo para que os seus filhos estudassem, tivessem mais oportunidades do que eles, para se verem hoje a braços com a sua dependência económica. Os mais novos, com menos de 30 anos, são a geração que reflete a *estabilidade* conquistada pelos pais, a geração da entrada na União Europeia, em que “estar com a Europa” era “ser como a Europa” (Santos, 2012: 24) e tudo parecia fácil. A crise que se faz sentir hoje em Portugal espelha toda essa decepção, a sensação de fracasso e de

irreversibilidade: nada será como dantes. Se a juventude é tida como uma “etapa de transição” ou “moratória social”, um “tempo de construção de identidades” e “definição de projetos de futuro”, em que os indivíduos se vão integrando em diversas dimensões da vida social (Novaes e Vital, 2005: 110) – terminar os estudos, arranjar um emprego, sair da casa dos pais, etc. – qual o impacto que a precariedade e o desemprego terá na construção desse percurso? Que futuro e identidades é possível conceber se não sabemos para onde vamos, nem o que poderemos vir a ser? Que sentido farão algumas dessas palavras – *construir, definir, etapa, integrar* – face à permanente incerteza?

Na secção seguinte, os retratos desta “Geração à Rasca” serão olhados a partir de três histórias individuais, nalguns casos, reiterando e confirmando as tendências, noutras contrariando generalizações, estatísticas e crenças relativamente à juventude, precariedade e futuro.

5.1. Retratos sociológicos: o “singular no plural”

A opção pelos retratos sociológicos foi tomada de forma tardia, já quase no final da investigação. Já tinha escrito e refletido sobre quem eramos enquanto grupo e sobre as iniciativas que tínhamos desenvolvido; já tinha abordado o contexto social, económico e político responsável, em grande parte, pelas nossas ações; já tinha percebido que a precariedade era simultaneamente mobilizadora e condicionadora do envolvimento ativista; mas faltava-me compreender: porquê e como as pessoas se aproximavam dos coletivos e movimentos sociais? Que caminhos faziam até lá chegar? O que as movia e as mantinha na luta, mesmo quando a situação laboral era instável e pouco propícia a essas atividades? Que vínculos se estabeleciam entre as transformações macrossociais e as disposições ou disponibilidades para a militância?

Um dos principais desafios com os quais se confronta uma “sociologia do engajamento militante” (Sawicki & Siméant, 2011) tem precisamente a ver com a “articulação dos níveis de observação: os níveis micrológico (os indivíduos e suas interações mútuas), mesológico (os grupos e as organizações mais ou menos

institucionalizadas) e macrológico (as transformações socioeconômicas, culturais e políticas) (ibidem: 221). Os retratos sociológicos, enquanto ferramenta que procura ver o “social no individual”, que observa o modo como somos socializados em diferentes contextos, que permite acercar o indivíduo na sua complexidade, surgiu-me como a hipótese mais viável para obter pelo menos parte dessas respostas.

Escolhi três jovens que pudessem ser representativos do grupo: Patrícia, Jorge e Tatiana. Os três são desde o início membros muito ativos, Tatiana é membro-fundador do NTO Braga/ Krizo, Jorge é um dos principais ativistas das Tartarugas Falantes (Porto) e Patrícia oscila entre um grupo e o outro, pois já residiu nas duas cidades. Têm entre 27 e 33 anos, que é a idade média da maioria das pessoas que participam nas iniciativas; duas raparigas e um rapaz, porque as mulheres estão em maioria no nosso grupo; estão em situações laborais distintas, embora partilhem a condição precária. Se é verdade que cada indivíduo transporta em si uma história passível de se analisar do ponto de vista macro, aqui optámos por apresentar primeiramente o retrato de cada um e, só no final, traçar aproximações e distâncias entre os três que nos permitam discutir quem são estas pessoas e este grupo.

João Teixeira Lopes traça um conjunto de passos para a construção de um retrato sociológico: elaboração de um guião de entrevista semi-diretiva de cariz biográfico em conformidade com os objetivos da pesquisa, mas contendo, “obrigatoriamente, questionamentos sobre o posicionamento do ator em várias esferas da vida, domínios de atividade, papéis sociais, contextos e quadros de interação”; realização de duas a três sessões de entrevistas, afastadas temporalmente por períodos curtos de dias ou uma semana; transcrição e edição da entrevista transformando o discurso numa narrativa na 1ª pessoa; uma análise interpretativa sem a profundidade que é remetida para um outro momento; um conjunto de parágrafos que funcione que resuma o retrato e, de seguida, o corpo de texto. (Lopes, 2012a: 87). Na investigação que desenvolvemos não se cumpriram na íntegra estas orientações. As entrevistas foram realizadas entre uma a duas sessões, com uma duração média de 210 minutos; a narrativa é feita na 3ª pessoa; e não foi feito um resumo inicial para cada retrato, mas sim um título e subtítulos que cumprissem essa

função. No guião foram recolhidos dados de natureza biográfica e foi feita uma análise cronológica, através da passagem pelos vários espaços de socialização – família, escola, trabalho, coletividades, práticas culturais – atenta aos momentos de transição: saída da casa dos pais, paternidade, entrada na universidade. Procurava-se perceber não só o impacto de cada um desses contextos na construção do indivíduo, mas também as articulações, interferências, influências entre os diferentes espaços de sociabilidade.

A primeira parte da sessão contemplava os seguintes aspetos:

Dados pessoais: idade; com quem vive atualmente; quando saiu da casa dos pais;

Família: origem familiar (profissão/habilitação dos pais); existência de irmãos; recordações sobre a vivência familiar;

Escola (até ensino secundário): percurso escolar (disciplinas preferidas, relação com colegas e professores); atividades extracurriculares;

Universidade: percurso académico; motivação para escolha do curso (reação da família/amigos); pagamento de propinas;

Trabalho: percurso laboral (do 1º emprego ao atual); tipos de contrato; remunerações; relação com entidades patronais;

Espaços associativos/cívicos: participação em coletivos (grupos culturais, associações, movimentos, partidos);

Lazer/práticas culturais: hobbies; círculo amizades; relação dentro do casal.

Na segunda parte o que se pretendia era retomar os vários contextos de vida – família, trabalho, escola, etc. – partindo da reflexão: *como te tornaste ativista? Como te começaste a envolver em coletivos?* Voltava-se, portanto, ao percurso desde a infância – *lembras-te de conversas com os teus pais sobre política? Como definirias a posição político-ideológica da tua família?* – à escola e universidade – *recordas-te de algum tipo de ato reivindicativo? Como eras enquanto aluno/a?* – ao trabalho – *tiveste algum tipo de conflito laboral?* Posteriormente, procurava-se que o entrevistado problematizasse algumas das respostas que deu: *como é que os teus*

diferentes mundos se cruzam e contaminam? Como é que é ser, p.ex. feminista na tua relação de casal? Ou ser ativista contra a precariedade no local de trabalho? Como é que a tua família acolhe as tuas atividades? Como é que a tua situação laboral afeta o ativismo? Por fim, pedia-se que refletissem sobre como se imaginavam com trinta anos e/ou que exprimissem as suas expectativas em relação ao futuro, realistas e ideais.

Naturalmente, as sessões não decorriam de forma tão ordenada e sequencial; muitas vezes, os entrevistados antecipavam algumas questões que eram depois reformuladas, adaptadas ou aprofundadas. Aliás, um retrato autobiográfico tem sempre muito de saltos temporais, omissões, retrocessos, hesitações. Escrever um retrato sociológico é, pois, reconstruir e ressignificar a história de um indivíduo, dando-lhe a linearidade que não corresponde à forma como foi contada, sem prejuízo de a tornar excessivamente coerente. Os relatos seguem, pois, a pós-linearidade de que José Machado Pais fala, dando conta das “turbulências da vida” dos seus “alinhamentos” e “desalinhamentos”, dos saltos e ruturas, em que o desafio do investigador é “interconectar os fragmentos” (2001: 73).

São as “relações, conexões, conjugações/disjunções, trânsitos, traduções, dissonâncias, bifurcações, encruzilhadas e hesitações” – que fazem do indivíduo um “ator plural” (Lopes, 2012b: 11) – que serão aqui postas em relevo. Procura-se compreender as experiências de cada um dos entrevistados na construção do seu percurso ativista através do seu próprio discurso. Se Lahire “observa o indivíduo na sua pluralidade interna”, como se tratasse de um “estudo de caso” (Coelho, 2012: 93), aqui estamos perante uma espécie de “múltiplo estudo de caso”, na medida em que – apesar de centrados no indivíduo – pretendemos também aceder às perceções e motivações de um grupo envolvido numa mesma luta.

Nas reflexões está evidentemente presente o entendimento dos indivíduos sobre as suas vidas e trajetórias, na medida em que estes são capazes de racionalizar, atribuir sentido às suas experiências e modos de ação. Ao mesmo tempo, as “memórias são seletivas e afetivas”, como tal, a capacidade de escuta “passa também pela valorização interpretativa dos silêncios” (Pais, 2003: 88). Assim, a situação de

entrevista “constitui-se ela própria num contexto de ativação de competências reflexivas” (Lopes, 2012b: 84).

5.2. “É simples: não aceitar a injustiça” – Patrícia, a psicóloga “biscateira” que vai rumar para o Brasil

Quando cheguei ao Contrabando – um espaço recente no Porto, que alberga os Precários Inflexíveis e também, ocasionalmente, as Pantera Rosa e o SOS Racismo – Patrícia estava a limpar o chão, auxiliada por uma companheira. Depois de um mês intenso dedicado à organização do Festival Feminista – com dezenas de atividades por toda a cidade –, Patrícia prepara-se para “agarrar” a Semana Anti-Praxe que vai acontecer no Contrabando. Pelo meio, ainda arranjou energia para terminar a tese de mestrado em Psicologia da Justiça e Comunitária.

Patrícia tem 27 anos. Vive desde 2012 com o companheiro, bolseiro de doutoramento. Em casa deles ainda chegou a viver uma outra rapariga para ajudar a reduzir as despesas, mas não ficou muito tempo. Saiu de casa aos 19 anos, quando foi estudar para Braga, para a Universidade do Minho. Inicialmente viveu com outras estudantes que não conhecia e só mais tarde foi viver com amigas. O namorado – também estudante na mesma universidade – já nessa altura frequentava a casa e acabava por ficar lá a dormir, por isso, na prática vivem juntos há bastante mais tempo.

A mãe da Patrícia é chefe de um departamento de contabilidade numa empresa e tem o 12º ano. O pai é técnico de vendas e monta sistemas de rega em campos de futebol, frequentou o secundário, mas não o concluiu. Tem ainda um irmão, um ano mais novo que está a fazer um estágio profissional em Engenharia Geográfica, noutra cidade. Em criança, Patrícia lembra-se de ser “comunicativa”, gostar de “inventar brincadeiras” e de “brincar em grupo”. O ambiente era tranquilo e era a mãe quem “impunha algumas regras”. Brincava muito com o irmão, mas era ela quem “mais ou menos dirigia a coisa”. No 1º Ciclo, mudou de professora quatro ou cinco vezes,

estava numa turma mista com diferentes anos na mesma sala. Gostava de Estudo do Meio e Expressões e era “bem-comportada”, “falava um bocadinho demais nas aulas”. A rotina “basicamente” era: “a minha mãe deixava-me no ATL de manhã, o ATL levava-nos à escola, depois vinha-nos buscar para almoçar, depois da escola voltávamos pra lá e ficava até as 7h”, quando ela saía do trabalho. Talvez por isso, dizia ter mais amigos no ATL. A entrada para o 5º ano, numa nova escola, longe de casa, mas perto do emprego da mãe, marcou outra etapa: “detestei essa escola, foi horrível”.

“Lá vem a do contra!”: a turma elitista, os acólitos e os chás na Miguel Bombarda

A mãe, “preocupada que ela tivesse um bom ensino”, tinha pedido a uma vizinha, que trabalhava nessa escola, que a pusesse numa boa turma. Acabou por ficar numa “turma selecionada entre aspas”, “composta por filhos de outros professores”, “miúdos com nível socioeconómico bastante elevados e como eu não era...” Patrícia não termina a frase. Esteve lá do 5º e o 9º ano e as memórias não são as melhores: “os putos gozavam imenso uns com os outros, principalmente por questões de bens materiais”, “se a pessoa não usasse determinadas marcas”, “por exemplo, os iogurtes, se era marca branca, aí meu deus, és pobre!” Durante esse período, Patrícia diz não ter tido amigos, tinha apenas “uma ou outra protegida, que eram miúdas que ainda eram mais gozadas do que eu, só que não tinham capacidade para se defender e era eu que me insurgia” por eles. Além disso, nos debates da escola (nas aulas de formação cívica e de educação moral), insistia nos temas “ligados à pobreza, ao racismo, ao ambiente” e, por isso, os colegas “metiam-se” com ela, chamando-a de “defensora dos pobres”. Nem por isso Patrícia desistia de querer participar. Sempre que havia algum debate, bastava “pôr a mão no ar” e os colegas diziam “pronto, lá vem a do contra” e ela também “já fazia de propósito para ser sempre do contra.” No 6º ano lembra-se de um episódio particularmente relevante. Surgiu a possibilidade de irem à Assembleia da República, sendo que alguns alunos teriam oportunidade de desempenhar o papel de deputados. Ela achou “um máximo esse projeto”, mas para isso teriam de fazer “campanha política”. “Os meus pais

nunca tiveram grande formação política, mas ajudavam-me naquilo que podiam. Então estive a fazer em casa uns cartõezinhos ‘vota Patrícia’ com aquelas imagens do *clip art*’. Como “via na televisão os políticos a distribuírem *merchandising*”, pediu ao pai canetas da empresa que ele conseguia “à borla” e “andava pela escola a distribuir os cartões e as canetas”. Houve uma eleição geral e ela não foi selecionada, “perdi, largo”. Acabou por ir mas ficou nas galerias. Foi fora da escola que encontrou amigos. Andava no inglês, no karaté, na natação, mas foi na catequese e, mais tarde, nos acólitos que encontrou um grupo onde se sentia acolhida, onde podia “brincar sem qualquer tipo de preconceitos”. No 10º ano, as coisas voltam a mudar. “Começo a refletir que o que me motiva a ir aos acólitos era estar com os amigos”, “quando passo pro secundário e aí faço amigos, começo a questionar sobre as questões religiosas, bom, afinal eu acho que não acredito em nada disto, se calhar devia procurar outras religiões”. No dia em que ia ser promovida chefe dos acólitos anunciou ao grupo que ia desistir, “e pronto, não fui nada explorar outras religiões, e percebi que o ateísmo fazia muito mais sentido”.

O ensino secundário foi um volte-face na sua vida. “Foi espetacular, não tinha nada a ver o ambiente”, ninguém “estava ali para avaliar as pessoas pelo que elas vestiam ou pelos carros que os pais tinham”. Era uma escola pública, especializada na área artística. Desse período, lembra-se de “faltar um bocado às aulas, pra estar a falar com o pessoal no recreio”. “Tínhamos um bocado a mania, eu e os meus colegas, e íamos pra rua Miguel Bombarda ver exposições, fazer críticas aos trabalhos dos outros e beber chá na Rota do Chá. Como eu nunca queria ir pra casa cedo, a minha mãe achava que eu andava pelos caminhos da delinquência e, na verdade, eu andava a beber chá” e a “acharmo-nos um máximo”. Apesar de gostar muito do curso, considerava que “não tinha jeito nenhum para a área artística”, “achava que era bastante medíocre”. Como queria ir para a Faculdade, pensou que “psicologia podia ser um curso interessante”, até porque sempre gostara da “área de intervenção social” e podia ser “uma boa via”. Mas antes disso, ainda queria fazer voluntariado fora do país.

O “sonho do voluntariado”, a faculdade e o despontar ativista

Desde muito pequena – oito, nove anos – que o seu sonho era fazer voluntariado, mas “claro, nessa idade, és um bocado novinha pra isso”. Ainda chegou a ter uma experiência aos 13 anos, numa associação de paralisia cerebral, através de um programa do IPJ, mas não gostou muito. Assim, quando chegou ao final do secundário achou que era a altura ideal. Andou a pesquisar na internet e encontrou uma ONG que lhe parecia interessante e onde podia fazer “voluntariado lá fora”, “estava completamente encantada”. Como tinha de pagar 200 euros de entrada, decidiu que usaria o dinheiro da viagem de finalistas para isso. Entretanto a mãe ligou para as embaixadas onde supostamente a organização teria sede mas ninguém a conhecia. Acharam arriscado e ela decidiu ir para a faculdade. Primeiro, esteve numa privada mas não gostou nada, “parecia a continuidade do secundário, mini-testes, slides, decorar uma série de coisas e despejar no teste, tava à espera de uma coisa completamente diferente.” O ambiente entre os colegas também não era entusiasmante, “as conversas eram super chatas” e estavam quase todos “metidos na praxe”, à exceção dela e de outro. Os seus colegas anteriores andavam nas Belas-Artes e ela sentia-se “um bocado triste.” No final do ano fez transferência para a Universidade do Minho e foi viver para Braga. Novamente, sentiu dificuldade em se adaptar, as aulas eram “pouco interessantes” e como só chegara no 2º ano “os grupos já estavam todos muito formados e também muito ligados às praxes.” No final do primeiro semestre disse à mãe que queria desistir. A mãe convenceu-a a fazer só parte das disciplinas e assim podia regressar ao Porto. Ela voltou e começou a trabalhar numa loja de roupa com o objetivo de reunir dinheiro para fazer um inter-rail. Esteve lá o tempo necessário para isso: quatro ou cinco meses. Ainda durante esse primeiro ano na U.M., Patrícia conheceu aquelas que viriam a ser a sua porta de entrada no mundo associativo e ativista: um grupo de raparigas ligado à UMAR - Braga, uma associação feminista, e ao coletivo AGIR, um movimento académico de esquerda. A partir daí, “a universidade em si já começou a fazer algum sentido.” Inicialmente, ficava a dormir na casa delas “de graça”, porque não ia a semana toda, depois passaram oficialmente a viver juntas e a partilhar rotinas e reuniões

associativas. Nessa altura, ainda não se declarava feminista e lembra-se de ter comentado com uma amiga “Oh Andreia, mas eu não sou feminista”, “Mas porquê?”, “Oh, porque eu nunca li grandes livros sobre isso.” Sentia “um bocado vergonha”, “porque achava que era um bocado inculta e pra se ser feminista tinha de saber mais coisas”. Mais tarde, refletindo sobre isso, pensa que se calhar sempre o fora, mas de forma “inconsciente”, “no quotidiano”. Em pequena recorda a sua indignação, “perceber que o raio das mulheres é que vão pra cozinha e os homens ficam sentados no sofá” e “aquilo mexia comigo e eu perguntava à minha mãe porque é que eles não fazem nada”. Ao mesmo tempo, a própria história de vida da mãe surgia como um exemplo, “ela vinha de um contexto e um pai bastante machista”, “ela queria ir pro karaté e não podia”, “queria ter sido enfermeira ou polícia mas era obrigada a usar saias e ela não gostava”. Admirava nela o “percurso de emancipação em relação à família”, o seu modo “insurgente, de reivindicar os seus direitos no trabalho, de reivindicar os direitos dos outros”. Mais tarde, o assédio era também algo que lhe causava “imensa revolta”, “porque é que os homens têm direito a fazer isso?” Mas foi só nessa altura, na universidade, que começou a assumir um posicionamento político sobre o assunto. Outra das causas na qual está embrenhada surgiu também no final da faculdade, quando começou o estágio curricular e começou a aperceber-se “da dificuldade que é escapar a relações precárias de trabalho”. Apesar das três horas de viagem diárias, estava “muito motivada” com o estágio numa instituição de menores, mas depois quando se apercebeu “que nem o transporte pagavam”, que estava a “trabalhar de graça” e não era “minimamente respeitada enquanto trabalhadora”, começou a ficar incomodada. O percurso que se seguiu após a universidade veio a comprovar que tinha razão: a precariedade era uma luta à qual não podia escapar.

Biscates, estágios, denúncia e uma dívida à segurança social: a “típica” precária

Patrícia diz que sempre foi “muito biscateira”. Começou por vender “tralha” na feira de usados do Porto, porque “queria ir ao festivais e a minha mãe não me queria deixar e eu, ai é? Vou pras vandomas!”. Teria uns 16, 17 anos. Aos 19 anos

esteve na tal loja de roupa para ganhar dinheiro para o inter-rail e foi a única vez que teve um contrato de seis meses. Desde aí foi acumulando alguns trabalhos, antes e depois da faculdade: promoções numa feira de turismo, monitora num campo de férias para jovens; um ano e meio a trabalhar num hostel, animação noturna e visitas guiadas para turistas; inquéritos num supermercado; distribuição de jornais na rua; assistente de cenógrafa, bibliotecária durante um mês. Tudo a recibos verdes ou “debaixo da mesa”. No hostel, na verdade, estava a “falsos recibos verdes” o que a levou a colocar uma queixa no tribunal de trabalho. Tinha havido uma inspeção da ACT (por denúncia de um ex-trabalhador) e perante isso, “os donos ameaçaram-nos: ou vão todos à ACT dizer que estão a recibos verdes, mas não querem outra coisa ou nós despedimos duas pessoas.” Os trabalhadores reuniram-se e decidiram que “ninguém ia à ACT defender os recibos verdes” e então a empresa “ofereceu contratos a três pessoas”, uma delas era ela. Patrícia impôs uma condição: “aceitava, se fizessem o reconhecimento da relação laboral desde o início”, ou seja, há um ano e meio. A entidade patronal não aceitou e mandaram-na embora. Sentindo-se indignada com a situação “terrivelmente injusta” e como tinha esse emprego “não pra me sustentar, mas pra ter um dinheiro extra”, decidiu avançar a queixa na ACT. Além disso, como já pertencia aos Precários Inflexíveis, um dos seus companheiros a terminar Direito voluntariou-se para acompanhá-la no processo judicial. Ainda tentou mobilizar os colegas do hostel para uma ação coletiva, mas não conseguiu e foi a “única que foi pra frente”. Há três anos que está com esse processo. Recentemente, fez um estágio profissional do IEFP numa Comunidade Terapêutica. O estágio demorou quatro meses e meio a chegar e ela esteve a trabalhar “de graça” durante todo esse tempo, o mais que conseguiu foi negociar com eles para que lhe pagassem o transporte e a deixassem faltar dois dias por semana para terminar a tese. Quando “o estágio veio”, ficou lá mais um ano. Está desempregada há sete meses, estava a receber subsídio de desemprego, mas faltou à segunda apresentação periódica e acabou por perdê-lo. Descobriu também que tem uma dívida à segurança social de 461 euros porque, durante o período em que estava a receber subsídio, não

se “informou como devia” e passou um ato único. Agora vai ter de requerer o pagamento por prestações. “Enfim, o típico percurso precário...”

“Não aceitar a injustiça”: a razão das militâncias

Desde os 19 anos, Patrícia percorreu a UMAR-Braga, o AGIR e a Rede Ex-Aequo - uma associação pelos direitos LGBT. Desde 2012, está nos Precários Inflexíveis, faz parte da Krizo e da Tartaruga Falante e é presidente da associação que gere o Contrabando. Houve uma altura em que ainda se aproximou do Bloco de Esquerda - onde o namorado é militante - mas sentia-se “um bocado inculta nesse aspeto e via o A. já com alguma posição e modo de funcionar lá dentro”, “não queria ser a Patrícia, namorado do A. e decidi afastar-me”. Agora, diz não ter mesmo vontade, “sinto mais possibilidades de fazer coisas nos meus outros espaços do que propriamente num partido em que já tem uma estrutura toda organizada e é preciso seguir determinada linha e depois há não sei quantas reuniões chatas e eu não tou pra isso”, “prefiro fazer as coisas cá fora”. Apesar de passar grande parte da semana em reuniões e na organização coletiva, tem dificuldade em se considerar “ativista”.

Refletindo sobre o seu percurso de politização, Patrícia diz que identifica “duas vias”, uma por parte da mãe e outra, “por incrível que pareça, por parte da catequese ou da forma como interpretei as coisas que me passavam lá”. Em casa não se conversava sobre política, mas a mãe, a quem o pai chamava de “sindicalista” mesmo sem nunca ter estado ligada a nenhum movimento ou partido, “sempre teve uma orientação política de esquerda” e “sempre se insurgiu a situações de injustiça social”, transmitindo aos filhos valores como “respeitar os outros, não fazer diferenciações de classe, coisas do dia-a-dia”, “por exemplo, havia um sem-abrigo que estava sempre num semáforo quando passávamos de carro e às vezes falávamos disso e depois eu ia pra casa escrever composições sobre aquela pessoa”. A catequese também acabou por influenciá-la, “aprendes o respeito pelo outro, como Jesus respeitou e eu sempre associei essas coisas com todo o tipo, etnia, orientação sexual, etc.” Porém, foi percebendo que “havia coisas que eram transmitidas pela igreja”, com as quais não concordava, “as suas posições sobre alguns assuntos”,

“todas aquelas hierarquias e a maior parte do pessoal que mandava serem sempre homens”. Quando deixou “foi alta libertação”.

Diz que o que a move atualmente é algo “muito simples” e que a “acompanha desde criança, que é não aceitar a injustiça”. Quando era mais nova “era assim uma coisa muito maior, mais abstrata”, agora consegue identificar as causas que mais a mobilizam: o “feminismo” porque é mulher e desde cedo sente as “várias formas de opressão e dominação”; as questões LGBT “porque são direitos humanos básicos” e “não faz sentido nenhum as pessoas serem coagidas, limitadas nos seus direitos só porque tem uma orientação sexual ou uma identidade de género diferente da normativa”; e a precariedade, “porque muitas questões que se falam no ativismo já vivi na pele, os falsos recibos verdes, os estágios e agora a dívida à segurança social”. Nem sempre é fácil conciliar as suas posições com a vivência no trabalho. Em relação ao feminismo diz nunca ter encontrado, nos empregos onde esteve, “alguém com as mesmas preocupações”, sendo olhada como um “*alien*” “com ideias estranhas”. Quanto ao que tem aprendido nas lutas precárias diz que “torna o trabalho mais sofrido, porque é ter consciência daquilo a que somos sujeitos e da dificuldade de lutar contra isso e ao mesmo tempo, ter de estar lá, porque preciso do dinheiro”. Com os pais diz conversar muito sobre essas questões, “eles concordam e apoiam bastante, o meu pai às vezes nem tanto, diz que devia estar calada, mas estão lá”. Com o companheiro, com quem divide alguns dos espaços associativos, a confluência é também positiva, “ele apoia e partilha das mesmas ideias”, “imagina que vivia com alguém que não tinha qualquer tipo de preocupação, era chegar a casa e não ter nada com que me identificasse e muitas vezes as nossas conversas passam por isso, e é fixe porque podemos organizar coisas em conjunto.”

“Expetativa abaixo de zero” em Portugal e a hipótese do Brasil

Há mais de dois anos que o teatro tem feito parte dos seus dias, tem participado em cursos e feito parte de alguns grupos, alimentando uma vontade que vinha desde a infância. Desde que está desempregada “não tem grandes planos, não é igual todos os dias”, costuma ir ao teatro, cinema, “aproveitar eventos gratuitos”, embora

ultimamente a atividade no Contrabando lhe esteja a “roubar algum tempo livre”. E envia currículos: uma “atividade depressiva”. As suas expetativas, “aqui, em Portugal, são abaixo de zero”, ter um trabalho “na minha área, com condições dignas de trabalho e satisfatórias não acredito que seja possível. Pode ser alguma coisa mas muito precária e muito volátil, tenho é mais perspetivas lá fora.” O plano de Patrícia é ir para o Brasil. O companheiro tem lá família e pode terminar o doutoramento fora do país e para ela há “bastantes projetos de intervenção social”, talvez a “possibilidade de continuar a estudar com alguma bolsa”. Pensa nessa hipótese com “bastante curiosidade e motivada”, porém, apercebeu-se que “sem nenhum tipo de retaguarda” e sem dinheiro não vai ser possível. Por isso, diz que vai juntar dinheiro. Só não sabe como. Aos trinta anos, imagina-se “provavelmente numa situação precária”, “tenho-me apercebido que as coisas que gostava de fazer vão dar muito mais trabalho do que pensava”. Gostava de, nessa altura, estar a fazer algo que goste e a receber bem. “Bem, no sentido de poder pagar as minhas contas e poder fazer viagens espetaculares de vez em quando”, “isso seria o ideal, mas não imagino que aconteça aos 30 ou aos 40”. Não se vê “desligada de algum tipo de causa ou movimento social”, “dedicar-me só o trabalho para mim não faz grande sentido”. Em filhos ainda não pensa, “fico muito contente quando vem a menstruação”.

5.3 “Não tive um percurso assim tradicional a um puto de esquerda”: Jorge, pai e educador social

No dia da nossa sessão, Jorge tinha acabado de saber que ficara na escola onde é educador social há dois anos. Na verdade, já sabia que ficava. Todos os anos “tem que haver um concurso público aberto pelo ministério público para poder a continuar a trabalhar no local, com todas as formalidades que exigem, concurso na plataforma, envio dos documentos, portfólio, comprovativos e agora a última etapa, a entrevista presencial”. No seu entender faria muito mais sentido renovar o contrato diretamente, em vez de ficar desempregado durante dois ou três meses todos os anos, ficar a receber o subsídio (metade do seu ordenado) e passar por “todos esses

processos burocráticos”. Pior ainda é a situação “injusta” em que se vê metido, uma vez que muita gente concorre a esse lugar sem saberem que “já está destinado”.

Jorge tem 31 anos. É pai de um menino de dez meses e vive com ele e a sua companheira, também educadora social. Saiu de casa dos pais aos 21 anos, partilhava quarto com o irmão e sentia “necessidade de ter um espaço” seu. Foi viver com a atual namorada, ainda no começo da relação. Inicialmente viviam com mais gente, depois foram para um “apartamento minúsculo” e desde 2009 estão na casa onde vivem. Contam já com dez anos juntos, com um interregno de alguns meses quando Jorge esteve em Itália em Erasmus e em Lisboa, um ano, a trabalhar.

O pai de Jorge é bancário há mais de trinta anos, antes disso era mecânico da STCP, tem o “antigo 7º ano”. A mãe é doméstica, chegou a ser manicura no salão de uma pessoa de família e a trabalhar a meio tempo, mas “nunca teve assim um trabalho fixo contributivo.” O irmão, quatro anos mais novo, terminou a licenciatura em Gestão de Marketing e despediu-se recentemente de uma loja num shopping, “era uma situação muito precária, a recibos verdes, falsos recibos verdes, aliás.” Até aos nove anos, Jorge viveu num bairro de moradias no Porto, uma “espécie de bairro operário, de trabalhadores da zona”. O “sítio era agradável de se estar”, “a típica vizinhança a vir pra rua conversar e as crianças a brincarem”, mas os pais “não simpatizavam muito” e apontavam alguns problemas (roubos, tráfico de droga) e decidiram sair.

Considera que teve uma educação familiar “conservadora, religiosa, pouco estimulante, mesmo do ponto de vista cultural, não tínhamos livros em casa”, “não íamos ao teatro, a primeira vez que fui ao cinema foi num aniversário de um amigo praí aos 14 anos.” Sabe que fez a segunda comunhão, mas diz não se recordar exatamente quando mandou a “religião à merda”, teria uns 17, 18 anos. Diz que sempre gostou de “coisas que fossem práticas, só me está a vir à cabeça a palavra *mexíveis*”, “áreas em que pudesse colocar em prática e pudesse experimentar”. Em pequeno – costuma contar a mãe – “só estava bem em desmanchar os brinquedos todos pra ver como eram por dentro”. Para Jorge, o seu interesse em “perceber as coisas por dentro”; em ver “por detrás das aparências” – alargado agora à

compreensão dos “fenômenos sociais” – talvez venha dessa experiência na infância, “querer sempre procurar, querer sempre mexer, utilizar, manipular”.

“Rês vês, campo de ourique”: entre a curiosidade e a pedagogia das reguadas

Apesar dessa natural curiosidade, o percurso escolar não foi muito fácil. No primeiro ciclo estive num colégio religioso – por ser o único que garantia a “escola a tempo inteiro” ficando lá até as 19h, enquanto os pais trabalhavam – e a “base pedagógica das freiras era à reguada”. Em casa, não havia um acompanhamento regular dos estudos, as poucas vezes que o pai intervinha era para o “obrigar a fazer os trabalhos de casa”, fazendo uso de uma “certa agressividade”, berrando “sempre que errava nos exercícios”. Por isso, sentia que estava sempre “nessa dualidade entre ser obrigado a ir pra escola”, “lidando com esses métodos” e a “curiosidade em querer aprender.”

A relação com a escola era turbulenta, “era um bocado conflituoso”, “usava muito da minha força física para me relacionar com os outros”, “não fazia os trabalhos de casa”, “boicotava às aulas”, “era mandado pra rua”. “Era um menino mal comportado”, conclui. Só a partir do 6º ano foi acalmando. Também não era um aluno particularmente interessado, “tinha notas razoáveis, não era de todo um excelente aluno”. O 3º ciclo foi concluído “rês vês, campo de ourique”, “era aluno de três”, daquele “gênero que no 1º período não quer saber das aulas, tira negativa a quase tudo e no 2º período, sem estudar muito e sem grandes apoios tirar positiva a tudo”. O “único foco” era não chumbar e como tinha “muita facilidade em assimilar conteúdos” fazia-o sem grande esforço. No 10º ano foi para Humanidades para “fugir da matemática” e também porque “nos testes do psicólogo” (orientação vocacional) “ter dado para as áreas das línguas, a área social e a comunicação social”. Terminou o secundário e “basicamente era aquela pergunta: e agora? E eu achava na altura que não queria nada ir para a universidade, queria era ir trabalhar e ser independente”. E foi. Com 18 anos inscreveu-se numa empresa de trabalho temporário e com o “jeitinho do tio” que trabalhava numa fábrica onde havia vagas, conseguiu um lugar como assistente de operário. Essa experiência foi decisiva “para

querer continuar a estudar, era um trabalho duro, trabalho sujo, mal remunerado, e eu não me via a fazer aquilo nos próximos trinta ou quarenta anos”. Um ano depois, saiu da empresa e conseguiu emprego numa loja de roupa num centro comercial, um part-time à noite para conseguir estudar para os exames e entrar na universidade. Ainda “tentou fazer matemática”, com o objetivo de seguir Engenharia Informática, mas mesmo a frequentar algumas aulas “não percebia nada daquilo” e acabou por se dedicar apenas à disciplina de psicologia. Por um acaso, conheceu uma rapariga que lhe falou do curso de Educação Social, numa universidade privada no Porto. A reflexão que fazia sobre o seu próprio percurso escolar e o modo prático de organização do curso (que proporcionava estágios desde o 1º ano) foram motivo suficiente para decidir: era aquele curso que queria, naquela universidade. Não concorreu a mais nada. Abriu-se um novo período na sua vida, entrou na universidade e foi viver com a namorada. Continuou a trabalhar, o pai pagava as propinas, mas “o resto era comigo”.

Do controlo e pressão dos shoppings à entrada na educação social

Jorge traça o percurso de trabalho desde os 18 anos até aos dias de hoje, sem grandes hesitações. Para além da fábrica onde esteve à saída do secundário, trabalhou numa sapataria, lojas de roupa e de bricolage. A maioria com contratos a termo certo, nalguns casos com possibilidade de renovar. Ainda fez alguns “biscates”, trabalhos de duração muito curta, como figurante, uma ou duas vezes, promoções de produtos na rua ou a vender contratos de telemóvel “porta-a-porta”. É do período em que trabalhou em shoppings - na loja de roupa e na sapataria - que se lembra de alguns conflitos. Na primeira, porque era um “ambiente de pressão”, “qualquer coisa que não estivesse dentro do que considerassem expectável era motivo de chamadas de atenção”, havia um “volume imenso de trabalho” e as chefias estavam “constantemente a pressionar para atingir os objetivos para aquele dia, para atingir o objetivo mensal, para atingir o objetivo anual.” Na sapataria, apesar de bastante mais tranquilo, com períodos de afluência muito reduzidos, os trabalhadores estavam sob pressão da patroa, “a loja tinha câmaras de vigilância que estavam ligadas à casa

dela”, “se tivéssemos a loja vazia, tínhamos de estar à frente do balcão, com uma posição neutra, não podíamos estar de braços cruzados, sentados”, “ela controlava tudo.”

Finalizado o curso fez um estágio profissionalizante numa escola e foi trabalhar depois como monitor num lar de infância e juventude, “não era um trabalho técnico especializado, mas era uma primeira entrada no mercado de trabalho e eu tinha muito bem definido no meu percurso académico que queria trabalhar com crianças.” Depois de alguns meses nesse lar, foi para outro, onde esteve durante dois anos e meio, agora já como educador social. Saiu desse trabalho “um pouco em conflito” com a diretora, que parecia “não lidar bem com a sua presença”, “talvez por não ser religioso praticante”. Em 2012, submeteu um projeto de intervenção social enquanto coordenador mas, como os resultados demoravam a sair, candidatou-se também como técnico especializado para as Escolas, ao abrigo dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Chamaram-no de Lisboa, ele que “não tinha dinheiro sequer para viagens”, hesitou ir à entrevista, mas acabou por ir e ficou com esse lugar. “Comecei logo, de um dia pro outro”, ligaram-lhe a dizer que “como já tinha aceitado na plataforma, se eu não chegasse lá dentro de duas ou três horas perdia o emprego, então fiz a mala à pressa e fui”. No ano seguinte, voltou a concorrer às escolas TEIP e conseguiu ficar num agrupamento nos arredores do Porto, novamente “no próprio dia da entrevista ligaram-me a dizer que tinha sido selecionado e tinha de começar no dia seguinte.” Este é o terceiro ano em que está no mesmo emprego, ainda que se tenha de candidatar todos os anos. Gosta muito do que faz, trabalha em quatro escolas diferentes, do 1º ciclo ao secundário, o “quotidiano é sempre diferente”, “há sempre imprevistos”, “mil e uma coisas a acontecer numa escola que baralham o trabalho todo.” Tem pouco tempo livre, os últimos meses foram passados em regime de “parentalidade exclusiva”, com os “serões passados a dar de comer ou a adormecer o bebé”. Já há muito tempo que não vê um filme e raramente sai com amigos para “beber uns copos” ou “conversar num café”. Ainda assim, continua dedicado aos ativismos. O filho vai com ele, no marsúpio, às reuniões ou às “manifs”.

O “despertar tardio” e os vários espaços de ativismo

Jorge considera que o seu “despertar político começou muito tarde, se calhar porque não tive um percurso assim tradicional a um puto de esquerda”, em que a “família vai às manifs” e incentiva para as questões do “movimento estudantil”. A “minha mãe era do PSD, o meu pai também votava à direita”, quando se falava em manifestações diziam-me “tu nem penses em entrar nessas coisas”. A pouca influência que exerciam levou a que a certa altura, na adolescência, ter chegado a ter “o PSD na minha boca”, mas não era “nada esclarecido na minha cabeça”.

Foi quando foi pela primeira vez a um acampamento do Bloco de Esquerda que se aproximou das questões políticas. Tinha 22 anos e na faculdade via-se rodeado de pessoas com as quais tinha afinidades. Depois do acampamento, inscreveu-se no BE mas, sobretudo no início, a sua atividade política era praticamente nula. “Tinha sempre um medo que me pelava”, “quando assistia aos debates”, achava que “não tinha posição em relação a nada”, “não tinha esclarecido em mim, politicamente, o que é que eu era, o que é eu queria”, porque em casa “não se discutia política, não se discutia nada aliás”. Ao mesmo tempo, como sentia “dificuldade em expressar-me” e “em falar em público”, foi se retendo, “assistia às discussões tanto no acampamento como nas reuniões do BE e então sentia-me inibido”. Diz que ainda hoje sente isso e que, como tal, nunca foi “um elemento muito ativo.”

Já no SOS Racismo, “as coisas foram diferentes”, foi lá que fez a sua “primeira entrada” no mundo ativista, há cinco anos atrás. Talvez por “ser um meio mais pequeno, as pessoas terem outro tipo de à-vontade e de relação”, ou por se discutirem “temas que eram mais fáceis para mim intervir”, o SOS Racismo tem sido um espaço privilegiado para a sua intervenção. Entretanto, em 2012, aderiu também aos Precários Inflexíveis. “Já tinha feito algumas coisas com a malta aqui no Porto e fiz a inscrição nos PI em Lisboa e foi um ano muito bom, de trabalho, na forma como a política lá é feita, como é discutido, é totalmente diferente aqui do Porto, nós estamos de facto um bocadinho à margem dos acontecimentos.” Atualmente, faz parte da direção dos PI e do SOS Racismo. A aproximação ao Teatro do Oprimido é relativamente recente, já tinha participado em peças e workshops, mas o interesse

redobrou-se por altura do Óprima, em Braga, em 2013. Nessa altura, ajudou a criar a associação Tartaruga Falante e tem estado envolvido em todos os projetos ligados ao TO.

Jorge recorre a uma expressão de Regina Guimarães para explicar o motivo pelo qual faz ativismo: “nós de facto estamos aqui, isto é tudo muito bonito, mas na verdade é só uma forma de encontrarmos as nossas solidões”. Embora considere que o que “fazemos é válido, que aquilo que fazemos tem um poder de transformação”, “uma parte fundamental dos nossos ativismos é uma forma de nos encontrarmos, de nos vermos, de não estarmos sós. E não estarmos na nossa solidão significa abriremos ao mundo”, “sair e intervir no mundo”. Além disso, é “também uma forma de dar mais corpo, mais número a um movimento que tem de ser numeroso”, para conseguir “exercer alguma pressão” e “equilibrar a relação de forças”.

A situação de crise em Portugal, tem vindo a agudizar essa vontade de participação “nem que seja pelo aumento de raiva”, “ver pessoas em situações cada vez mais precárias”, “o nível de injustiça a que se chegou”, “chegar a escola, estar a falar com pessoas com Contrato de Emprego Inserção, obrigadas a trabalhar lá, a ganhar uma miséria”. Lembra-se particularmente de um senhor nessa situação que aos “50 e tal anos” ia emigrar, “não era um puto com 30 anos que pode ir à aventura e tasse bem!” A contaminação dos diferentes espaços onde se vai movendo faz-se sentir. Por estar nos PI, diz estar mais alerta a situações irregulares na escola, sentindo cada vez mais a importância de se “sindicalizar para ter essa proteção.” As aprendizagens decorrentes da sua experiência no SOS Racismo são também transferíveis para a escola onde aborda muito desses temas. Com a companheira, a interpenetração também é evidente, até porque “vamos partilhando os mesmos espaços, os mesmos grupos, isso é bom”, por outro lado, sente que por vezes não estão juntos por estarem em reuniões e afins. O círculo de amizades também está praticamente restrito às pessoas que encontra nos vários espaços ativistas, tem poucas relações decorrentes do trabalho ou dos tempos da escola. Só com a família diz não sentir influência nenhuma, “eles sabem que eu vou fazendo umas coisas, até

porque de vez em quando apareço na tv, em manifs, mas não percebem muito bem”, “são dimensões que não se cruzam, o ativismo e a família.”

Diz que se tem dedicado mais às áreas em que sente “poder adicionar alguma coisa” e que partem da sua “própria experiência”. “A questão do anti-racismo e da igualdade e dos direitos humanos acho que é um bocado por antítese ao que o meu pai é, quando se “referia aos *pretos*, quando tinha comentários racistas, eu não concordava nada com aquilo, incomodava-me essa forma de estar no mundo, de não respeitar o outro.” A sua intervenção nos Precários Inflexíveis surge também da sua experiência desde os 18 anos, “a saltar de trabalho em trabalho e não ter condições pra ter uma vida estável, como se calhar era expectável que uma pessoa com 30 anos e com um bebé já tivesse.”

“Ser pai à grande” e continuar a “trabalhar na área”

Quando entrou para a faculdade imaginava que aos trinta “as coisas estivessem um bocadinho mais estáveis”. Apesar disso, o facto de estar a trabalhar na área em que se formou tem sido “não direi uma sorte”, mas “altamente improvável”. Nisso sente-se privilegiado. Não acha que tenha sido pai cedo, porque “se não fosse agora nunca seria”, mesmo que não tenha as condições ideais. Jorge fala do futuro com alguma tranquilidade e otimismo, “a expectativa é continuar a trabalhar com crianças e na área da educação” e tem até “algumas ideias na cabeça pro caso das escolas deixarem de ser opção”. Quer continuar envolvido nos movimentos “pra marcar presença e tentar ser mais um que pode contribuir efetivamente para a transformação”. Anseia também por ter mais tempo-livre, agora que o vê um pouco “hipotecado” pelo filho. Ainda assim, diz que “já que fui pai”, quer “ser pai à grande”, “ter pelo menos mais dois ou três filhos.” Apesar de afirmar que a “paternidade não o define” nem ao seu percurso e projetos de vida, é no seu filho e nos “vindouros” que deposita alguma esperança. Embora compreenda o papel dos pais na sua educação - “eles são quem são e fizeram dentro das suas competências o melhor que sabiam para nos dar as melhores condições” - diz que “numa frase” quer fazer “tudo o inverso que os meus pais fizeram”, “oferecer o que

não nos foi oferecido na infância”. Refere-se sobretudo “ao acesso à cultura, a livros”, “e à visão que temos do mundo”. Diz que, “se calhar é uma visão utópica”, mas que é aquela que quer partilhar com os seus descendentes, junto com a sua companheira. “Uma visão de esquerda, família de esquerda”, “baseada nos valores que seguimos, o respeito pelo outro, a solidariedade”. Isso não significa “que seja uma coisa evangelizadora”, “qualquer tipo de evangelização - religiosa, política ou o que quer que seja é má, ele tem o direito de pensar por si”, “o direito de decidir”, “o direito de se construir enquanto pessoa” Entre risos diz, “se ele for uma pessoa de direita, é óbvio que vou continuar a gostar dele, mas tá lixado comigo.” Jorge deseja, acima de tudo, contribuir com a sua influência para que os seus filhos “tenham vontade de tornar o mundo melhor”, “que sejam melhores do que ele”, agora “se irá às reuniões do SOS, dos PI ou do Bloco ou do PCP, ou doutro movimento qualquer, LGBT ou o que seja, será a ele a construir, a fazer esse processo.”

5.4. “É impossível sair e estar nesta casa sem ser a Tatiana precária e a Tatiana feminista”: quando a vida é um permanente bailado

Tatiana tem 33 anos. Vive com o companheiro – doutorado na área da bioinformática e a trabalhar na empresa que ajudou a montar - praticamente desde que começaram a namorar, em 2012. Na mesma casa, vive também a irmã dele, que há um ano se deslocou da cidade natal para encontrar novo emprego e nova vida. Antes disso, Tatiana vivia com outro namorado. Fazendo as contas, saiu de casa dos pais de “forma mais séria e assumida” aos 23, 24 anos, quando ainda frequentava a universidade. Nessa altura, já dava aulas de ballet que lhe garantiam o suficiente para contribuir com “alimentação, coisas pra casa”, mas só quando acaba a universidade começam a “dividir despesas”.

Da infância, lembra-se de “tempos menos cómodos”, era “mais duro, mais difícil”, pelo menos em comparação com a vivência da irmã, oito anos mais nova. A mãe era de uma “família pobre” e era já uma jovem adolescente quando saiu de França, onde os pais estavam emigrados. O pai também vinha de uma família com

poucos recursos, “pros meus pais conseguirem iniciar a vida foi extremamente complicado, tiveram inclusive que viver na casa dos meus tios, depois lá conseguiram arrendar uma casa”. Quando Tatiana era criança, “a mãe trabalhava e estudava” e o pai estava “numa situação não muito certa”. Durante alguns anos foi assim, “o pai fazia turnos à noite”, estudara durante algum tempo em Lisboa e a mãe também trabalhava fora, tendo ela que a acompanhar. Por isso, lembra-se de “pedir uma irmã, aliás um irmão, talvez porque me sentisse um bocado sozinha”. Quando ela nasceu, já os pais estavam numa “situação muito mais estabilizada.”

A mãe é professora do ensino secundário e o pai trabalha no gabinete de informática de uma universidade, tem o 12º ano e um curso técnico profissional. A irmã licenciou-se em enfermagem e tirou o mestrado em gestão de unidades de saúde, rumou recentemente para a capital “para fazer trabalho precário”, como assistente administrativa. Tatiana conta que sempre teve uma relação “muito serena” com os pais, “as coisas começam a dar para o torto quando eu tento afirmar-me enquanto adolescente”. Nessa altura, começaram os “experimentos”, “é na base da minha perspetiva de ver as coisas, impor o que penso, entro em choque com os meus pais”, sobre “saídas e horários”. A relação era “muito inflamada”, havia “discussões do arco-da-velha”, os pais começaram a “perder a confiança” nela. Até que, por volta dos 17 anos, o pai teve um problema de saúde grave e as coisas acalmaram. Com o passar do tempo, sobretudo ao sair de casa, criou “uma relação brutal” com os pais: “passamos a olhar uns para os outros de modo diferente”, “passaram a ser meus *buddies*, companheiros.”

A tabuada, a hipótese do Conservatório e a psicologia “não sei bem porquê”

Na escola primária, “era uma aluna sem dificuldades”, só se lembra de sofrer “porque não sabia a tabuada”. A professora dispunha a turma em fila e todos tinham de dizer a “tabuada de cor e salteado”, se respondessem certo continuavam no jogo, se respondessem “errado, *croque* e vais pra mesa”. Croque, vulgo, “pancada na cabeça ou reguada.” Ainda tentou safar-se quando descobriu “aqueles lápis com a tabuada”, pensava que “era a minha salvação”, mas na hora do “jogo”, não

conseguiu “sequer olhar para ele.” Um dia chegou a casa e disse “mãe, quero saber a tabuada”. A mãe ajudou-a e ficou o problema resolvido, tornando-se “uma das melhores alunas.” O percurso escolar foi feito com normalidade, “não era ambiciosa”, “numa de querer ser a melhor”, “fazia as coisas relaxadamente, aluna sempre média, tinha alguns interesses, gostava de ciência, curtiá bué matemática.” Fora da escola fazia natação e, sobretudo ballet, desde pequena. No início do secundário ainda se chegou a colocar a hipótese de estudar dança para o Conservatório de Lisboa, os “pais apoiavam” “mas na altura não tinham possibilidade de apoiar a estadia”, “redimi-me à condição”. Até que chegou ao 11º ano, aí “a coisa mudou pro outro lado”: “perdi completamente o gozo pela matemática, aliás, por tudo.” Pediu para repetir o ano, mas os pais não deixaram, como não tinha “notas para entrar na Universidade do Minho” em Psicologia, foi parar a Educação, em Leiria. Decidiu então trabalhar para uma loja em Braga, para “mostrar aos pais que não ia ficar parada” e também com a ideia de trabalhar e estudar ao mesmo tempo e assim concluir o 1º ano em Educação. Mas não conseguiu. Na loja esteve nem dois meses, haviam-lhe prometido o contrato mas “ele nunca mais vinha e eu queria meter o estatuto trabalhador-estudante” e “sem ele nada feito”. Despediu-se. Nesse ano, acabou por se iniciar como professora de ballet num colégio privado, teria uns 18 anos. Fez exames para subir as notas e no ano seguinte entrou em Psicologia, na U.M. Na verdade, diz que não sabe bem porque optou por psicologia, “talvez tenham sido as amigadas” ou por ter recorrido a uma psicóloga, naquela sua fase mais “turbulenta.” Na universidade, manteve sempre as aulas de ballet, “fins-de-semana, sábados, ganhava uns trocos, pagava-se bem”, mas foram os pais quem pagou as propinas. Logo que saiu da licenciatura foi convidada a fazer doutoramento, até porque já estava a colaborar num projeto da universidade e era possível pagarem-lhe parte das propinas, mas acabou por desistir – “o tema não me estava a encantar” – e suspendeu a matrícula ainda no 1º ano. Diz que passou pela universidade “assim ao de leve”, “fiz as coisas, mas não sinto que tenha tirado grande proveito à exceção de uma outra matéria ou uma outra pessoa que me marcaram”. Uma delas deu-se no

contacto com uma professora de Psicologia Social, militante feminista, “foi a coisa mais relevante que tiro da universidade.”

“É isso que eu sou”: o despertar da politização

“Quando ela me diz: tu tás a sentir isto, tás a sentir estas desigualdades, isto tem um nome”, “foi para mim uma descoberta”: “é isso que sou, é um posicionamento sobre a vida”. Foi com essa professora, que Tatiana diz ter despertado politicamente: “usar o olho crítico como ferramenta de trabalho e de ação.” Começa-se a afirmar como feminista. Aos 27 anos entra então para a UMAR, cujo núcleo em Braga tinha ainda uma existência recente. É a primeira vez que se “associa a alguma coisa”. Antes disso, nunca se tinha envolvido em “nenhuma lista ou movimento”, ia apenas “às manifestações no secundário”. Também nunca esteve próxima de nenhum partido, embora se “identifique mais ou menos com aquela cor” e “reconheça a importância destas organizações”: “quero manter-me fora, não sei se isso me dará mais capacidade crítica sobre as coisas.”

Convidada a refletir sobre a sua infância e adolescência em casa e na escola, Tatiana dificilmente evoca memórias concretas: “lembro-me de determinadas atitudes minhas que realmente vêm dar coerência com aquilo que me sinto hoje, como cidadã, reclamei sempre, senti sempre injustiças e quando as sentia fazia alguma coisa por isso.” Recorda alguns “confrontos com professores” - “sabendo que me estava a arriscar porque a minha mãe era professora na mesma escola” - quando sentia que estes eram injustos com os colegas, quer em relação às notas, quer em relação ao comportamento: “quando os meus colegas eram mandados para rua, erguia-me a favor deles.” Em casa não se lembra de conversas sobre política, os pais chegaram a pertencer a sindicatos, mas não eram muito participativos. Apesar de não ser muito evidente, sente que a vida familiar lhe proporcionou uma reflexão gradual sobre questões que agora lhe são caras, como os direitos LGBT ou igualdade de género. Os pais sempre tiveram amigos homossexuais e por isso ia “naturalizando”. Sobre o feminismo, na segunda sessão da nossa conversa, Tatiana diz: “cheguei à conclusão de que eventualmente posso ser feminista por causa dos meus pais”, “ali reina mais

o matriarcado do que o patriarcado.” E o pai, apesar de ter tido uma “educação relativamente tradicional” e de já ter colaborado mais “nas tarefas domésticas”, é “extremamente feminista”, é “ultra respeitador em termos de linguagem, é fantástico, nunca tinha tido presença em minha casa de uma ofensa de assédio sexual sobre as mulheres, nunca”, “se calhar a primeira sessão que fizemos serviu para despertar isto em mim, perceber realmente donde é que isto veio.” À medida que Tatiana ia “ganhando consciência política” e que se “ia implicando em algumas coisas”, sentia que “isso também promovia o debate em casa”, “ainda que às vezes adotando posições diferentes” e como a irmã “entretanto cresceu, é mais uma pessoa a trazer determinadas questões”.

Percurso laboral: quando a palavra “precariedade” lhe encheu a boca

Ainda antes do ballet e do trabalho como lojista no final do ensino secundário, Tatiana utilizava as férias de Verão para ganhar algum dinheiro: “para ir aos festivais, tinha de trabalhar”, “não iam ser os meus pais a patrocinar esses luxos” e assim, achava ela, eles “não podiam dizer *não vais*”, porque ela tinha capacidade para pagar. E já aos 14, 15 anos, a conselho da mãe, trabalhava como monitora “naqueles programas de ocupação dos tempos livres, do IPJ” e “ganhava um chequezinho.” Durante o tempo letivo, na universidade, os pais queriam que se “dedicasse inteiramente aos estudos”, mas para se manter “relativamente independente” foi dando aulas de ballet. Através do gabinete onde o pai trabalhava, conseguia ainda outros trabalhos: “ajudar nos questionários, estatística, introdução de dados”. Só quando terminou a licenciatura, se apercebeu do seu estatuto de *precária*: “enquanto estudava e trabalhava, ainda que fosse a recibos verdes ou de modo informal, eu tinha um objetivo, estudar, e aquilo servia para determinadas coisas, era instrumental. A partir do momento em que saio da universidade e entro no mercado de trabalho aí eu tenho consciência.”

De facto, o percurso laboral de Tatiana é de difícil reconstituição. Confundem-se-lhe datas, sítios onde já esteve, tipo de relação laboral. A maioria dos seus trabalhos estiveram relacionadas com o ensino da dança, deu aulas de

Expressões, nas atividades de enriquecimento curricular e o ballet fez parte da sua vida até ao último ano, quase sempre em escolas ou instituições privadas. Agora cansou-se, “é um esforço tremendo”, chegou a dar uma hora por semana num centro social, perdendo três horas em viagens, “era desgastante”. Durante todos estes anos, as semanas de Tatiana eram pontilhadas, aqui e ali ia trabalhando algumas horas, sempre a recibos verdes ou de modo informal, “vou fazendo isto e aquilo consoante as coisas vão aparecendo” “se me pedem para fazer uma transcrição de entrevista, acumulo”, tentando sempre “que o dinheiro se possa estender para os momentos mais difíceis”. Na Psicologia nunca fez nada. Eticamente diz que não se vê a “exercer parte da psicologia”, o mais próximo que se sente é da psicologia social. A mãe ainda vai aconselhando-a a “especializar-se na área de clínica” ou na área da educação que é “mais certa”, mas até hoje não teve nenhuma experiência enquanto psicóloga.

Agora – pela primeira vez na vida – tem um contrato anual, vai às escolas dinamizar sessões com os alunos e alunas, num projeto de prevenção primária da violência de género, através da UMAR. É a meio tempo e ganha 435 euros mensais. Na verdade, trabalha muito mais horas das que estão no papel. “Mas pagam deslocações, vá...” Diz que não sabe “como é que funciona o subsídio de férias” ou “estar doente e poder usufruir de alguma baixa”, não tem “conhecimento palpável disso”: “esses mecanismos foram coisas que nunca pus em prática sequer, porque nunca os tive”. A falta de direitos dificulta-lhe as reivindicações. Ainda assim, “não me costumo calar”. Num dos colégios em que deu aulas de ballet, “começou a reclamar melhores condições físicas para os alunos e alunas” e a exigir um contrato, porque há quase três anos que trabalhava lá a recibos verdes e mesmo que o contrato baixasse o valor/hora, preferia. Prescindiram dos seus serviços. Noutra academia, ficaram a dever-lhe dinheiro, contactou os Precários Inflexíveis, fez uma denúncia à Autoridade para as Condições de Trabalho, mas o seu vínculo como independente impede-a de, legalmente, conseguir reaver esse valor. A situação arrasta-se há mais de um ano: “já que em termos institucionais parece que não vou conseguir, vou ver se o faço pela vergonha”, expondo-os publicamente ou de outra forma que encontrar.

Apesar de ter percebido o que era isso de “ser precária” quando saiu da universidade, só mais tarde a palavra ganhou outra dimensão, em particular no início de 2012, no período em que ajudou a fundar o Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga (mais tarde, associação Krizo) e em que os Precários Inflexíveis começam a fazer-se notar. “Se eu já ia fazendo essa reivindicação, quando a coisa começa a passar do individual para o coletivo, em que eu percebo que isto é um problema geral, a nível nacional”, nessa altura, “comecei a expressar-me, a ter vontade de pôr cá para fora, isto começa a ganhar um peso maior e é aí talvez que a palavra comece a existir na minha consciência.”

“Constantemente a reclamar”: ação coletiva como escape para a irritação

Tatiana diz que está constantemente a fazer reclamações, “uso e abuso desse instrumento”, “ainda hoje fiz uma, no dentista”, por causa de uma faturação incorreta. “Se não fosse isso, não tinha conseguido a bolsa de estudos no ano passado”, “só praí à terceira tentativa de argumentos”, “é que finalmente me deferiram o requerimento”. Faz reclamações de tudo, “perco muito tempo nisso, é um facto.” O provedor do telespectador é outro dos instrumentos a que recorre: “pouco me importa se não lhes acontece nada”, “ninguém me tira isso”.

Outro escape para a indignação são os espaços de ação coletiva. Desde 2009, na associação feminista UMAR, desde 2012 no NTO Braga/ associação krizo. Perante a pergunta: *que é que te move?*, responde: “Acalma o meu espírito, porque eu ando muito enervada”, às vezes “acho que vou virar terrorista, vou virar anarca”. A ação coletiva “serve para pelo menos acalmar o meu stress.” “Não, não tou bem, porra. É isso, não tou bem e portanto quero ver se este não estar bem se converte em alguma coisa. E ver se não sou eu que estou a alucinar”, “porque acontece muito isto, se calhar só sou eu e portanto não tenho direito” a fazer nada, e “provavelmente esses espaços onde me vou movendo, essa reflexão, apazigua-me, no sentido em que não sou só eu, que se calhar até faz algum sentido fazer algo sobre isto.”

A reflexão e ação que vai fazendo nas duas associações vai transbordando para os diferentes contextos onde se move. “É impossível sair e estar nesta casa sem

ser a Tatiana precária e a Tatiana feminista”. “É terrível”, “porque não consigo deixar de o ser e eu vou-me avaliando, vou percebendo que às vezes posso estar a ter atitudes completamente opostas aquilo que eu defendo”. Na UMAR onde desenvolve o projeto diz já ter chamado atenção à equipa sobre o orçamento “gente, não é uma realidade que estejamos a trabalhar a meio tempo” mas, perante a possibilidade de não conseguirem a aprovação do projeto, acabaram por se acomodar. Em casa, ser feminista e estar desempregada já foi motivo de muita angústia: “lembro-me de um dia estar de joelhos, a aspirar e a chorar a carpete da minha casa, porque às vezes é ridículo olhar para ti, tás a reproduzir...” Ainda que o companheiro tenha uma “postura aberta” e dividam as tarefas, “só porque tou em casa, não quero ter esse papel, recuso-me.” “Eu estava a chorar ali em cima da carpete”, “porque não sou completamente independente, na medida que não posso decidir sobre a minha vida”, “estando numa casa, tendo mais tempo, eu vou com certeza tratar da casa, só que isso é duplamente frustrante, porque não tenho emprego, sou mulher, dedico-me às tarefas domésticas e aos cuidados... e por isso choro, acabo por não ter sequer possibilidade de alterar essa situação.”

“Também queres curtir, ser gente e viver”: futuro incerto

“Desde cedo que me relaciono com a dança” e a “dança abriu, despertou o interesse pela música”, talvez por isso “os meus tempos livres se dediquem tanto à ideia de ver concertos, dança, teatro”, preferindo gastar dinheiro nisso do que em qualquer outra coisa. Também participa em oficinas de leitura encenada, em performances e peças teatrais. Há uns meses, em conversa com a irmã que andava aflita na procura de emprego, mas também queria ir a um Festival de Verão, aconselhou-a a fazer uma pausa na procura e simplesmente ir: “também queres curtir, ser gente e viver.” Também uma amiga da associação lhe confidenciou que já que “não conseguia nada” na área em que se formou, “então quer tempo para fazer outras coisas, não ser totalmente explorada”, “poder ganhar algum dinheiro”. Tatiana concorda. Já os pais, apesar de abertos e compreensivos, têm por vezes o discurso de que “não há outra coisa, aguenta-te, não é permanente, não é pro resto

da vida, há um tempo, espera até lá”, “é assim que estão as coisas, temos de aceitar”. Para Tatiana é simples, “sabes que isto é temporário, jogas de forma a que enquanto isto existe deixa aproveitar ao máximo, espremer ao máximo.”

Falando da situação atual em Portugal - a possibilidade de um governo de coligação de esquerda - Tatiana diz “é o momento de experimentarmos algo novo, acabar com esta coisa que anda a destruir-nos. Eu não vejo futuro para mim”, “não consigo decidir nada. Consigo no meu dia-a-dia, mas eu quero mais do que isso”. “Este momento em que tudo pode acontecer dá-nos alguma esperança, é isto, nem que corra mal, dizia eu ao meu pai no outro dia, mas eu quero alguma coisa nova. Não quero mais disto que tivemos até agora, porque estou numa situação em que não consigo decidir nada sobre a minha pessoa e isso, claro, arrasta-se pros espaços onde me movo, pra Krizo, pra UMAR”. Fala sobretudo pela falta de compromisso que isso provoca: “sabendo que não tens nada como garantia, também não te queres comprometer... isto é mau de se dizer sobre o meu modo de estar, porque eu estou totalmente comprometida com um posicionamento, com uma forma de estar”, mas não é “suficiente.”

Quando era mais nova, na universidade, “acreditavas que a tua vida se ia delinear”, “projetavas nas imagens que os teus pais e a maioria das pessoas que conheces te dão”, “a ideia de estares minimamente estabelecido, vais ter férias”, “fazer isto, ter aquilo, ter um trabalho”. Por isso, quando fez trinta anos, “bateu um bocado mal”. A “constatação de que o que imaginavas aos trinta nada daquilo estava acontecer”, “não é que pensasse que ia ser mãe de filhos, ter uma família toda direitinha, mas sei lá, a possibilidade de poderes tomar decisões sobre a tua vida, eu achava que ia ter, minimamente. Estás totalmente condicionado, estabilidade, o que é isso?”, “Eu achava que terminava a licenciatura, arranjava um emprego e pronto a partir daí fazia a minha vida, as minhas opções.”

Hoje diz não ser capaz de se imaginar daqui a cinco anos: “é isso que me incomoda, eu não faço ideia o que me vai acontecer, sei que vou continuar a reivindicar, seja onde eu estiver, que vou ser feminista, isso sei, há coisas que claro são a minha identidade, agora onde vou estar, o que vou estar a fazer, não faço a

mínima ideia, não tenho noção, não sei o que vai acontecer pro ano.” Questionada sobre um futuro desejável, responde: “gostava de poder estar a trabalhar com gente”, “jovens”, “despertar questões”, “não sei muito bem de que modo, ser agente de transformação social, queria reclamar essa profissão”. Não sabe se quer ser mãe, embora reconheça que essa questão se vai colocar mais cedo ou mais tarde. Emigrar também não é uma hipótese descartada, “mas gostava de ficar cá, fazer alguma coisa por isto.” Ambas as situações serão uma opção conjunta com o companheiro, embora lhe diga frequentemente: “a minha instabilidade não é a tua”, “ele tem ferramentas que o permitem tomar decisões”. É isso que Tatiana deseja para o futuro: “só quero controlar minimamente a minha vida, controlar, poder tomar algumas decisões”.

5.5. Da “precariedade como modo de vida” ao impulso para o ativismo: uma síntese interpretativa

Em cada uma destas histórias é possível descortinar as angústias e os dilemas de uma geração; os padrões culturais e sociais de uma determinada classe; a história das conquistas e direitos sociais em Portugal e o estado de crise política e económica a que o país chegou. Estamos conscientes de que estamos a falar de um universo muito próprio. Os retratos aqui apresentados representam a juventude de classe média, cidadina, socializada na escola pública, com percursos de ascensão social e académica, e com trajetórias laborais precárias. Representam, assim, a generalidade das pessoas que participam nos projetos de Teatro do Oprimido aqui analisados, mas também, cremos, a grande maioria dos protagonistas dos movimentos e mobilizações sociais dos últimos anos, dos Indignados à Primavera Árabe ou ao Occupy Wall Street.

Patrícia, Jorge e Tatiana nasceram em famílias estáveis, têm um único irmão ou irmã e os seus pais ainda vivem juntos. Tiveram uma infância tranquila, percursos escolares mais ou menos “felizes”. Nalguns casos a adaptação foi mais difícil, noutros menos, em todo o caso a instituição escolar – sobretudo no 1º ciclo, complementada com o ATL – ocupou grande parte do tempo de vida: qualquer um deles dificilmente

regressava a casa antes das 19h. Ainda assim, se é verdade que a escola representou um instrumento de mobilidade social, as memórias relativamente a determinada aprendizagem ou professor são pouco evidentes, não os marcando particularmente.

A entrada na universidade e a escolha do curso representou sempre um período de viragem, em particular pelo facto de implicar a saída da casa dos pais. Contrariando algumas estatísticas⁷⁹, todos eles se autonomizaram relativamente cedo: entre os 19 e os 23 anos, vivendo com amigos ou namorados. Os três vivem com os seus companheiros e têm relações duradouras – apesar de dispensarem o contrato de casamento –, estando os seus projetos de vida e de futuro intimamente ligados aos deles. Em algumas situações, é esse companheiro/a que possibilita manter a autonomia em relação aos pais, assumindo uma parte maior das despesas da vivência em comum.

O primeiro emprego também aconteceu relativamente cedo, inicialmente como forma de atingir determinado objetivo: “ir aos festivais” ou “fazer um inter-rail”, ainda durante a adolescência. Mais tarde, os trabalhos serviam para poder ter “alguma independência” e “pagar as suas coisas”, ainda que, por exemplo na universidade, fossem os pais a pagar as propinas. Nenhum deles teve direito a bolsa de estudos, apesar de não descenderem de famílias com recursos económicos elevados. Os três tiveram inúmeros empregos – não sendo fácil a sua reconstituição – e quase todos em condições bastante precárias: falsos recibos verdes, trabalho temporário, informal, “debaixo da mesa”, etc. “Intervalando inserções provisórias, com desinserções periódicas”, não há realidade que se encaixe no conceito tradicional de trabalho estável e os percursos laborais dos jovens são marcados pela “turbulência, flexibilidade, impermanência” (Pais, 2003: 12–17) e os “diplomas são cada vez mais vistos como *cheques carecas* sem cobertura no mercado de trabalho” (idem, ibidem, 59). Tatiana nunca trabalhou na área para a qual se formou, Patrícia começa a perder a esperança de o fazer e Jorge valoriza o facto de estar a trabalhar como educador social como algo associado à “sorte”, “altamente improvável”.

⁷⁹ <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/jovens-portugueses-sao-dos-que-saem-mais-tarde-de-casa-dos-pais-1692591>

Para nenhum deles, a universidade representou grande interesse do ponto de vista pessoal ou acadêmico, não participaram nas praxes e, portanto, estiveram excluídos dessa designada “integração” inicial. Porém, foi durante esse período e no contexto acadêmico que todos eles tiveram o primeiro contacto com o mundo ativista. Tatiana através de uma professora que a marcou particularmente, despertando-a para o feminismo e para uma “postura crítica” de se estar no mundo; Jorge e Patrícia através do contacto com colegas e amigos já envolvidos em coletivos.

Sawicki & Siméant (2011: 213) frisam que “a comunhão de ideias e de *habitus* não bastam para orientar um indivíduo para determinado grupo mobilizador”. Com frequência, os relatos biográficos confirmam o “papel dos pais, amigos, colegas, até mesmo de certas figuras tutelares (professor, sacerdote, militante exemplar...) na passagem à ação”, sendo a função da educação formal “irrisória” no desenvolvimento do seu engajamento e as “predisposições familiares” relativamente fracas. Nalguns casos, a religião também desempenha um “papel determinante na conscientização da injustiça”. Os três entrevistados revelaram dificuldades em identificar na sua infância e adolescência traços ou vivências que pudessem fazer “adivinhar” a pessoa em que se tornaram. Consideram que vieram de famílias “conservadoras” no caso do Jorge ou “despolitizadas” no caso das duas raparigas e que tiveram um “despertar tardio”. A expressão que Jorge emprega - “não tive um percurso assim tradicional de um puto de esquerda” - é reveladora de uma certa surpresa em relação ao seu próprio trajeto e também do modo como esse percurso foi feito em contrariedade com a família, principalmente a figura paterna que considera, por vezes, “racista” e de direita. Já Patrícia reconhece a influência da mãe - de perfil “sindicalista” - e da religião - “a ideia de respeito pelo outro” - no modo como foi socializada para as questões sociais. As histórias que conta sobre a infância: proteger as colegas mais fracas, querer fazer voluntariado e, simultaneamente, gostar de debater, fazer “campanha política”, demonstram uma disposição para a atividade política e social, ainda que só tenha tomado forma concreta num coletivo a partir da Universidade. Tatiana também não recorda conversas políticas durante a infância ou adolescência, mas lembra-se de em criança se insurgir contra os professores na defesa dos seus

colegas e reconhece no pai uma postura feminista “inconsciente”. Outras atitudes na infância e adolescência podem ser reveladoras de uma disposição para o conflito ou confronto: o “uso excessivo da força física” do Jorge; “entrar em choque com os pais”, no caso da Tatiana ou “ser propositadamente do contra”, como contou Patrícia. Os indivíduos têm assim frequentemente “disposições adormecidas” que poderão ser “ativadas em contexto favorável” (Coelho, 2012: 93).

No caso das duas entrevistadas, o despertar para as questões feministas surge ainda na infância e adolescência, ainda que de forma inconsciente e não-verbalizada, em contacto com a desigualdade nas tarefas domésticas ou com o assédio. Para as duas, o feminismo é assumido como fator identitário. Ou seja, enquanto a condição precária é um estado, uma situação da qual querem sair e contra a qual lutam; ser feminista é parte do que são, enquanto pessoas e mulheres. Se de facto o “engajamento leva a endossar uma identidade” contribuindo para a “eficácia e manutenção do recrutamento na ação coletiva” (Sawicki & Siméant, 2011: 215) o modo como assumem a sua identidade enquanto *precários/as* é diferente do modo como se assumem *feministas*.

Para os três, a precariedade só lhes “encheu a boca” quando começaram a trabalhar, em particular, quando terminaram a universidade. Antes disso, as tarefas que faziam - por mais precárias que fossem - eram apenas um objetivo para chegar a determinado fim e um complemento à frequência escolar/universitária. A partir do momento em que terminaram a licenciatura as expectativas passam a ser mais elevadas, havendo um crescendo de insatisfação. Para Patrícia o facto de estar consciente das diversas formas de exploração “torna o trabalho mais sofrido”, sobretudo porque sente que só se submete e se cala por necessidade. Aliás, quando relata o episódio sobre a denúncia à ACT, reconhece que só a fez porque na altura estava a trabalhar “apenas para ganhar um dinheiro extra” e não para se sustentar. Tatiana também frisa a falta de garantias básicas - contrato, subsídios de doença ou de férias - como obstáculo para poder reivindicar os seus direitos. Contudo não deixa de os reclamar, arcando com as consequências. Fazê-lo nos espaços ativistas dá-lhe a tranquilidade e legitimidade que precisa: “no sentido em que não sou só eu”, que

há mais gente a passar pela mesma situação e de, como tal, vale a pena encetar uma ação e reflexão coletiva.

O facto de considerarem que não foram socializados para a intervenção política, em comparação com outras pessoas que conhecem no círculo ativista, coloca-lhes alguns entraves. Jorge e Patrícia são bastante claros em relação a isso ao referirem-se às suas inseguranças – “medo de assumir posições”, de “expressarem-se em público”, de serem “demasiado incultos” sobre as matérias – que os inibe, frequentemente, de participar ou liderar os processos. Esse aspeto é mais evidente dentro de estruturas mais rígidas como os partidos. Jorge é um elemento pouco ativo do BE, preferindo outros espaços “mais pequenos” onde há outro “tipo de â-vontade e de relação”. Patrícia frisa “a estrutura toda organizada”, “seguir determinada linha” e as “reuniões chatas” para afirmar que prefere “fazer as coisas cá fora”. Tatiana usa a mesma expressão – “quero manter-me fora” – para explicar a sua relutância em aderir a partidos.

Apesar disso, desde a universidade têm passado por vários coletivos, aliás, o poli-envolvimento (Sawicki & Siméant, 2011: 206) é uma característica dos três e do grupo de TO na sua generalidade. É nesses espaços que está grande parte da sua rede de amizades e, portanto, o lazer, o convívio e o ativismo, cruzam-se com muita frequência. O ativismo também transborda para a relação de casal. Jorge e Patrícia partilham grande parte desses espaços com o companheiro/a; a Tatiana nem tanto, mas considera que ser “feminista” se sente de modo muito evidente no quotidiano com o namorado. O “ajuste” ou “desajuste” entre as várias esferas pode condicionar as “chances de se permanecer ou não engajado” bem como o nível de intensidade. (idem, ibidem: 216). O facto de estarem há já bastante tempo independentes da família de origem, faz com que mesmo sendo “dimensões que não se cruzam”, não exista incompatibilidade, não condicionando as suas escolhas. No caso da Tatiana, o seu ativismo até tem vindo a impulsionar debates na família de origem, o que considera positivo.

Apesar da precariedade laboral e das conseqüentes dificuldades financeiras, ocupam muito do seu tempo em atividades culturais (teatro, cinema, música, dança)

tanto ao nível da produção como da fruição e consumo. Tatiana expressa muito bem essa dualidade: se por um lado, sente a angústia de um presente instável e de um futuro imprevisível, afirma: “também queres curtir, ser gente e viver”, “jogas de forma a que enquanto isto existe deixa aproveitar ao máximo, espremer ao máximo”. Esse “presentismo” parece servir de compensação e recompensa relativamente à insatisfação que sentem na esfera laboral ou uma estratégia de distração face à ausência de perspectivas de futuro e à “atividade depressiva” que é procurar emprego. “Face à ausência de respostas, face à inexistência de um projecto consistente, os jovens tendem a tudo relativizar, investem no presente, porque o futuro é desfuturizado” (Pais, 2006: 12).

Esse investimento no presente não é desgarrado de uma vontade de desenhar um futuro melhor. Para Tatiana, o envolvimento na Krizo e na UMAR e o facto de “estar constantemente a reclamar” serve “para acalmar a irritação” que sente diariamente sobre a sua situação e o estado do país. Patrícia diz que o que a move é o facto de “estar a viver aquilo tudo na própria pele” e uma incapacidade de “aceitar a injustiça”, não se imaginando a dedicar-se apenas ao trabalho, desligando-se de qualquer tipo de causa ou movimento. Para Jorge, o ativismo é uma forma de “nos encontrarmos, de nos vermos, de não estarmos sós” e de “nos abirmos ao mundo”.

O modo como percecionam o futuro – a curto e a longo prazo, realista ou idealista – revela naturalmente a situação em que se encontram de momento. Se para Jorge, com um contrato anual e uma remuneração aceitável, o futuro é visto com algum otimismo – “ser pai à grande” e “continuar a trabalhar na área” – já nos casos das duas raparigas a precariedade laboral é fonte direta de preocupações. De um lado, as “expetativas zero” de Patrícia em relação a Portugal e a possibilidade quase certa de emigração; do outro, a angústia evidente da Tatiana em desejar “controlar minimamente” a sua vida, simplesmente “poder tomar algumas decisões”. As dissonâncias entre as disposições para crer, agir e sentir (Lahire, 2013: 17) em relação às suas condições de vida, nomeadamente, a crença de que iriam ter um trabalho na sua área; a vontade que ambas expressam em colaborar em projetos de intervenção social ou o facto de exercerem atividades que lhes dão prazer (participar

em iniciativas de TO, organizar debates, fazer instalações artísticas) de forma não remunerada, explica em grande parte os sentimentos de frustração. Os seis anos de idade que as separam poderá - ou não - explicar os níveis diferenciados de desalento face ao futuro. Também o facto de Patrícia ter terminado a faculdade numa altura em que já se “ouvia falar da crise” e de desemprego poderá explicar uma certa naturalização do mesmo. Para Tatiana a quebra de expectativas é mais evidente: “acreditavas que a tua vida se ia delinear”, “projetavas nas imagens que os teus pais tinham”, “achava que terminava a licenciatura, arranjava um emprego e pronto a partir daí fazia a minha vida, as minhas opções”. O trabalho é de facto central na forma como se lida com o futuro e como se encara os diferentes compromissos: desde ter um filho à participação num coletivo: “sabendo que não tens nada como garantia, também não te queres comprometer”.

Não obstante a pluralidade da condição e vivência juvenil, os jovens vivem uma situação de vulnerabilidade crescente, “um tempo de instabilidades e incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência” (Pais, 2003: 11). Os retratos que aqui trouxemos refletem isso mesmo. Estendendo-se muito para além do trabalho, a precariedade tem vindo a provocar alterações profundas na forma como se vive a juventude, alongando e complexificando as transições para a vida adulta. Assumindo-se como “permanente modo de vida” (Alves, 2011), a precariedade afeta de forma objetiva as relações afetivas; a autonomia relativamente aos pais; a decisão de constituir família; o modo como se gere o quotidiano; o local onde se decide viver; os tempos e espaços de lazer. Afeta igualmente as subjetividades produzidas pelos indivíduos: a sensação de “risco eminente” e de “vida no limite”; a incapacidade de desenhar um futuro que a uns se demonstra fechado (em particular, aos jovens menos qualificados) e a outros abre infinitas opções sem previsão de que se possa guiar por alguma delas (Pais, 2003:12; Alves, 2011: 110). A metáfora do iô-iô criada por José Machado Pais é elucidativa:

“Perante estruturas sociais cada vez mais fluídas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades,

reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem de casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para os retomarem depois; encontram um emprego e em qualquer momento se vão sem ele; suas paixões são como “vôos de borboleta” sem pouso certo; casam-se, não é certo que seja para toda a vida... São esses movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do iô-iô ajuda a expressar. Como se os jovens fizessem das suas vidas um céu onde exercitassem a sua capacidade de pássaros migratórios.” (Pais, 2006: 8)

Os retratos que aqui trouxemos revelam que há contradições e muitos jovens encontram formas de torcer essa realidade: partilhando a habitação com outras pessoas evitando o regresso a casa dos pais; mantendo-se em relações duradouras, mesmo sem sentirem necessidade de se casar; tendo filhos ainda que não considerem que reúnam as condições ideais. Ainda assim é bastante visível essa vivência líquida (Bauman, 2001) do trabalho, das relações, dos percursos, em que os projetos se constroem e esfumam de um momento para o outro, sem aviso prévio, como uma construção de cartas que se desfaz apenas com um toque.

Essa fluidez tem naturalmente repercussões no modo como, nos dias de hoje, se estabelecem compromissos, sejam eles amorosos ou profissionais, comprar uma casa ou envolvermo-nos num projeto político. Se a vivência juvenil é um exercício de “pássaros migratórios” como se estabelece um vínculo duradouro capaz de garantir a continuidade das lutas e movimentos sociais? Como é que um jovem luta contra a exploração num call-center se meses depois muda de emprego? Como é que outro se debruça na denúncia dos falsos recibos verdes se, de uma hora para a outra, poderá estar numa outra situação laboral ainda que igualmente precária? Como é que alguém luta por melhores condições em Portugal, se provavelmente o destino será emigrar? Se a juventude é tida como uma “categoria socialmente construída”, “formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais e políticas” e por isso sujeita a “modificar-se ao longo do tempo” (Pais, 1990: 146), que repercussões terá o contexto de crise e austeridade na vivência juvenil e no impulso para a ação coletiva?

Esses são alguns dos dilemas e constrangimentos que se colocam quando tentamos analisar a relação entre precariedade e a ação coletiva. Será a partir da ação prática que estes serão analisados nos capítulos seguintes, partindo do que fez este grupo para denunciar a precariedade e a exploração laboral; das ferramentas que utilizou para discutir as políticas de austeridade e as medidas de combate à crise; dos modos que encontrou para criticar o discurso do empreendedorismo, da flexibilidade e adaptabilidade; de como o grupo enfrentou a várias formas de manipulação e os discursos da *inevitabilidade*; e do que aprendeu - individual e coletivamente - com todas essas experiências.

PARTE 3 _ EXPERIÊNCIAS DE AÇÃO COLETIVA

Esta parte reflete as principais experiências de criação teatral produzidas pelo NTO Braga/ Krizo – duas delas em parceria com a associação Tartaruga Falante, do Porto –entre 2012 e 2014, no contexto das mobilizações sociais contra a austeridade. Cada uma das iniciativas alimentou as seguintes, num processo dialético de ação–reflexão. Os capítulos começam por descrever a experiência com detalhe, numa perspetiva de “descrição densa” (Geertz, 1972) e de “análise narrativa” (Becker, 1992): o contexto de criação, o processo de construção e o modo como o grupo se apropriou do projeto. Nos quatro capítulos é também dado destaque a uma técnica específica de TO, ainda que elas se interseccionem frequentemente. Dessas experiências teatrais extraíram-se algumas reflexões sociológicas sobre os temas que as atravessam. No primeiro capítulo, a peça de teatro–jornal *Troka o Salazar pela Troika* deu o mote para uma investigação que discute as políticas de austeridade, em Portugal, no contexto da “crise”, analisando criticamente o discurso fabricado e difundido em torno das mesmas e evidenciando paralelismos com o discurso salazarista. No segundo, o *Monstro da Crise* - uma série de iniciativas de rua e de oficinas sobre o tema - provocou uma reflexão sobre o teatro–imagem enquanto ferramenta de descolonização dos corpos e subjetividades, a partir dos conceitos de poder, habitus e osmose. A *Máquina do Empreendedorismo* - uma sequência alegórica de análise que utiliza predominantemente a estética do oprimido - originou uma investigação sobre o discurso do empreendedorismo em períodos de crise, analisando o modo como este tem contribuído para uma reconfiguração das formas de exploração, dominação e controlo, na sociedade e, em particular, nos mundos do trabalho e da escola. No último capítulo, a peça *Mexam esse traseiro ao quadrado!* sintetiza grande parte das reflexões do grupo, analisando–se a potencialidade do teatro–fórum enquanto instrumento de visibilização, conscientização e mobilização e também a difícil relação entre precariedade e ativismo. São estas experiências de aprendizagem que nos permitirão debater posteriormente o lugar do TO no quadro de uma educação crítica e de uma ação coletiva.

6. TROKA O SALAZAR PELA TROIKA: teatro-jornal e o discurso da austeridade

Quintas: Pegar na notícia e dizer exatamente o que é inconveniente dizer, é esse o poder que o teatro-jornal tem, poderes desmanchar, desconstruir...”

Ângela: “Desconstruir é com várias cabeças a ler a mesma notícia. Não é só desconstruíres tu, é um conjunto de visões, o que é bem mais rico.”

(GF-K, 2014)

Criada para as celebrações da Revolução dos Cravos, a peça de teatro-jornal “Troka o Salazar pela Troika” foi uma das primeiras iniciativas do Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga. A peça reúne um conjunto de cenas satíricas organizadas numa narrativa sobre a atualidade portuguesa, utilizando notícias de jornais, discursos políticos e outro material mediático, com o intuito de evidenciar e desconstruir formas de manipulação em torno do discurso da crise e da austeridade. Foi apresentada na rua, na Avenida Central, em Braga, a primeira vez na noite de 24 de Abril de 2012, a convite da associação Civitas e a segunda, na Manifestação Cultural, organizada pela plataforma “Que se lixe a Troika”, no dia 13 de Outubro de 2012.

O capítulo começa com a história do surgimento do teatro-jornal, bem como as suas características, objetivos e estratégias. De seguida é explicada a génese e processo de criação da peça; na terceira secção é analisado o guião e as respetivas cenas; na quarta, são discutidos os contributos do teatro-jornal para a alfabetização crítica a partir de excertos de um grupo focal. Por fim, é apresentado um estudo teórico desenvolvido no seguimento destas experiências que procura analisar criticamente o discurso da austeridade, durante o regime salazarista e na época atual, traçando paralelos entre eles.

6.1. Teatro-jornal, o embrião do Teatro do Oprimido

Antes ainda do surgimento do teatro-jornal, considerada a *semente* ou *embrião* do TO (Boal, 2014: 311), Augusto Boal desenvolve um processo de pesquisa teatral – mas também político e social – decorrente dos quinze anos de experiência à frente do Teatro de Arena S. Paulo, na busca por um teatro que fosse efetivamente brasileiro e popular e que rompesse com o colonialismo europeu e norte-americano (Lawrence, 1997:7). Limitado pela ditadura que se instalou em 1964, o Arena foi-se aproximando cada vez mais de um teatro de agitação e propaganda, invocando a revolução, incitando a população a rebelar-se contra as opressões. Quatro anos depois, as perseguições, as agressões, as invasões e a censura atingiam o auge. Confrontados com a incapacidade de fazer teatro naquelas circunstâncias, o dramaturgo e os seus companheiros viram-se na necessidade de encontrar novas estratégias de, por um lado, fintar a censura e a repressão e, por outro, aproximar o povo do teatro, contribuindo não só para a reflexão acerca das situações de opressão, mas também para a transformação das suas condições.

É nessa altura que se dão as primeiras experiências de teatro-jornal.⁸⁰ O Teatro Arena tinha então um grupo de jovens muito politizados que tinha feito um curso de interpretação e que queria prosseguir. Formaram o Arena 2, uma espécie de núcleo experimental, dirigido por Boal, mas que trabalhava autonomamente. O dramaturgo propôs então a este grupo desenvolver uma ideia que havia tido com Vianna Filho (Boal, 2014: 270), mas que nunca tinha sido realizada: a construção de espetáculos teatrais, a partir de notícias de jornais. Como só usava notícias já examinadas pelos censores, o grupo livrava-se de restrições ou proibições.

Foram desenvolvidas doze técnicas ou exercícios que permitiam analisar não só notícias, mas também publicidade, manuais escolares, discursos políticos, constituição, atas de assembleia, capítulos de livros (Boal, 1977b). A estratégia passava por mobilizar pedagogicamente a plateia para a disseminação da técnica,

⁸⁰ Embora seja difícil encontrar referências às experiências que influenciaram Augusto Boal na criação do teatro-jornal, podemos encontrar práticas similares no living newspaper (EUA) ou no jornal vivo (Rússia, Alemanha, Roménia...). Ver Lima, 2014.

através da sua transferência e da popularização das regras do jogo teatral (Lima, 2015:85): ao mesmo tempo que se apresentava a peça, transmitiam-se e explicavam-se os exercícios à audiência, motivando os espectadores-participantes a dar continuidade ao que tinham observado. “Você tem algum problema? Não discuta, encene. Forme o seu grupo de teatro jornal. Já existem 17. Nós ajudamos”, “Teatro-jornal também pode ser usado como processo pedagógico. Não tem contra-indicações! Experimente você mesmo” eram alguns dos slogans escritos nos cartazes. (Lima, 2014: 119). Depois de alguns meses de apresentações “clandestinas e oficiais” estavam criadas dezenas de grupos de teatro-jornal em vários contextos.

A experiência durou pouco. Em 1971, Boal é preso, torturado e parte em exílio. Quatro anos mais tarde, o dramaturgo sistematiza as aprendizagens desse período na obra “Técnicas latino-americanas de teatro popular (uma revolução copernicana ao contrário)”, que apresenta quatro categorias de teatro popular que vão desde o teatro “do povo e para o povo”, nele se enquadrando as formas de propaganda, didáticas ou culturais; o “teatro de perspectiva cultural, mas para outro destinatário”, ou seja, o teatro que, embora reflita os problemas do povo, é apresentado a outra classe social; “o teatro de perspectiva anti-povo e cujo destinatário é o povo”: o teatro populista, mas também as séries televisivas, novelas e peças que servem como perpetuação do poder e ideologia dominante; e o “teatro-jornal”, surgido da necessidade de criar uma nova categoria na qual o povo em vez de mero “inspirador ou consumidor”, fosse também criador. (Boal, 1977b, 51-52). Como explica Boal, “o jornalismo é uma arte (...) E como toda a arte, é político. E como arte política, é uma arma. E como arma, é utilizado em favor de uns e contra outros. E como propriedade privada é utilizado pelos proprietários, pela burguesia, pelas classes dominantes em geral, contra as classes dominadas, com o objetivo único de perpetuar o domínio” (idem: 56-57).

O teatro-jornal era assim regido por três objetivos: devolução dos meios de produção teatral ao povo; desmistificação da suposta “objetividade” do jornal; e ampliação dos atores, espaços e temas teatrais: todos podem fazer teatro, em qualquer lugar e com qualquer tema. Qualquer artigo publicado num jornal seria uma

“obra de ficção ao serviço da classe dominante” (idem: 53): diagramação, compaginação, seleção e omissões; linguagem utilizada; temas introduzidos, seriam tudo estratégias que era necessário desconstruir, desocultando formas de manipulação e censura. Tendo surgido da experimentação, por parte de artistas e militantes, de novas formas coletivas, participativas e horizontais do fazer teatral (Lima, 2014, 2015: 73), o teatro-jornal pretende gerar uma interpelação fecunda entre o trabalho criativo e a pesquisa.

6.2. “Desconstruir é com várias cabeças a ler a mesma notícia”

A gênese deste projeto surgiu em meados de Fevereiro, a partir de um convite da *Civitas Braga - Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos*, para criarmos uma peça de teatro que integrasse o evento “Dentro de ti, ó cidade” – um programa evocativo do 25 Abril. O NTO Braga era, nessa altura, um grupo muito recente constituído por oito elementos. Coincidindo temporalmente com o convite, viajei para Barcelona para uma oficina de curta-duração sobre teatro-jornal, orientada por Roberto Mazzini, no Forn de Teatre de Pa`tothom. O grupo de participantes era constituído por portugueses, espanhóis e italianos, todos eles oriundos de Estados sujeitos a “programas de ajustamento estrutural”. Como nos havia sido solicitado, todos tínhamos trazido jornais nacionais. Lendo e analisando as notícias dos diferentes países, pudemos desde logo constatar que eram extraordinariamente semelhantes. A palavra *crise* repetida exaustivamente; a retórica do *bom aluno* e da *credibilidade* perante os credores externos; a *inevitabilidade* do pagamento da dívida ou o apelo ao *sacrifício* e à *responsabilidade* individual. As notícias referentes às manifestações apresentavam também um traço similar, dramatizando-se as suas “consequências”: a senhora que não podia ir trabalhar; a mãe que não tinha onde deixar os filhos; as pedras que foram atiradas durante o protesto.

Já em Portugal, partilhei essas experiências e reflexões e propus ao grupo construir a peça sobre o 25 de Abril utilizando as técnicas de teatro-jornal. O

objetivo era evidenciar de que forma as conquistas sociais e políticas conquistadas aquando da revolução e garantidas na Constituição da República Portuguesa estavam a ser dissolvidas face às políticas de austeridade. Recolhemos alguns jornais e treinámos as diferentes técnicas, num processo de criação horizontal e partilhado, cada um dando o seu contributo numa perspetiva de experimentação. Seleccionámos as notícias que nos despertavam mais interesse (entre Fevereiro e Março de 2012) e fomos construindo as cenas. À medida que íamos procedendo à análise das notícias fomos observando analogias entre o discurso da austeridade e aquele que podemos designar como o “espírito de Salazar”: a “contenção e o rigor”; “pobre, mas honrado”; “o povo preguiçoso” que precisa ser guiado ou os “brandos costumes” que nos caracterizavam. Decidimos incorporar essa ideia ao longo de toda a peça, fazendo dela o seu eixo central. Para além de notícias, recorreremos também a slogans publicitários, a um manual escolar de História, e à revista Visão onde era explicado pormenorizadamente o Memorando de Entendimento com a Troika. Utilizámos também uma notícia de 1969 recolhida durante uma pesquisa que realizámos no Arquivo da Biblioteca Pública de Braga, com o título “Contestar menos, compreender mais”.

O grupo destaca sobretudo a forma “partilhada e coletiva” de experimentação das técnicas e de criação das cenas. “Houve uma imensa construção, foi crescendo e foi surgindo isto e aquilo de repente e fomos encaixando tudo.”, assinala Ângela. Para João o mais interessante do projeto foi a sua componente educativa: “pegámos em assuntos sérios, assuntos que nos preocupam, fizemos uma pesquisa, digna de trabalho da universidade, fomos até à biblioteca ver jornais antigos.” O contacto com “textos anteriores” – “material que supostamente é verídico” – mostrando a “situação cíclica em que nós vivemos” e a perceção de “há tantas coisas tão atuais, tão iguais” foram outros dos aspetos mais realçados pelos participantes. O facto de se apresentar a peça no espaço público e o recurso à sátira e ao humor teve também para o grupo especial impacto, como se pode observar por este diálogo: “É há a riqueza da intervenção da rua”, diz Ângela, “com esta peça transmitimos uma série de pontos críticos sem aquela carga de tau-tau-tau”, “falámos de assuntos sérios,

através da arte”. E “até de uma forma cômica”, acrescenta João. “E pusemos as pessoas a rir, a pensar, a manifestarem-se, de uma forma bonita.” “Olha o público que nós tínhamos”, recorda João, “tinha muita gente, era de noite e estava frio (...) e ficaram, assistiram até ao fim, refletiram connosco”. Para Quintas “a rua tem esse poder, é visceral, a distância, está ali tudo ao teu lado”. No entender de Tatiana, para quem “os jornais são formas de legitimar determinado discurso”, o contacto com a metodologia possibilitou-lhe ganhar “um olhar crítico”, “ver nas entrelinhas”, “desconstruir seja de forma irónica, seja de que forma for.” Quintas reforça: “Pegar na notícia e dizer exatamente o que é inconveniente dizer”, “poderes desmanchar, desconstruir...” Ângela acrescenta: “Desconstruir é com várias cabeças a ler a mesma notícia. Não é só desconstruíres tu, é um conjunto de visões, o que é bem mais rico.”

6. 3. Troka o Salazar pela Troika⁸¹

A primeira versão da peça tinha a duração de 45 minutos, na segunda algumas partes foram cortadas visto que a programação da Manifestação Cultural era muito extensa. Aqui apresenta-se o guião integral. Num primeiro momento, as cenas sucedem-se como se tratasse de uma emissão televisiva e de seguida, em contexto de sala de aula.

O Bolo da Austeridade

Zé Povinho entra e liga a televisão onde decorre um programa de culinária. Uma mulher bem vestida anuncia os ingredientes necessários para cozinhar o “Bolo da Austeridade”: “100g austeridade, cinco colheres de cortes; recessão qb; uma mão cheia de impostos; 23 gr. de I.V.A pra crescer e não poupe no défice!” Passa, de seguida, à explicação da receita. Enquanto mexe, amassa, estica e corta a massa do bolo, a personagem lê: “*Não há exceções. O que acontece e o que está previsto é a suspensão dos subsídios de Natal e de férias para as empresas públicas. O que é possível é um corte salarial com adaptações, mas haverá um corte. Todos os trabalhadores vão sofrer cortes nos seus salários*” (JN, 12.03.12). Enquanto

⁸¹ Vídeos da apresentação da peça, 24 Abril 2012: https://www.youtube.com/watch?v=7T9Td_D9DZM&spfreload=10;
<https://www.youtube.com/watch?v=Z2rEKRTzvVY>

a cozinheira repete continuamente a necessidade dos *cortes* e *sacrifícios* vai-se lambuzando com a massa, de forma pouco discreta. Finalizada essa etapa, passa a massa para a forma, munindo-se de um rapa-tacho, também conhecido por *salazar*.⁸² É nessa altura que o programa é interrompido para dar lugar um anúncio publicitário: “*Ainda raspa os seus bolos como antigamente? Ainda utiliza aquele Salazar que está esquecido na gaveta? Pois temos a solução para si! Compre uma Troika! Em suaves prestações e sem juros. Ligue 707 112 112. E obtenha no seu lar este divinal utensílio de cozinha. Faça uma troca: o seu Salazar pela Troika!*” A emissão do programa de culinária retoma. A cozinheira, com a ajuda da sua *troika*, coloca a massa numa bacia à parte com as palavras “saco azul”, enquanto salienta: “*Todos temos de fazer sacrifícios, pelo que vai haver cortes em várias componentes das remunerações dos trabalhadores. O corte da massa salarial tem de atingir determinado objetivo sem exceção.*” (JN, 12/03/2012) A restante massa, em quantidade substancialmente inferior, é entornada para uma forma “humilde, pequena, para poupar”, enquanto a cozinheira canta “*todos temos de fazer sacrifícios, fícios, fícios...*”

A notícia que inspirara esta cena referia-se às declarações da então secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, Maria Luís Albuquerque. A partir desta cena inicial, o grupo utilizava o humor e a sátira para proceder a várias críticas: crítica ao



⁸² Salazar é o nome popularmente dado ao utensílio de cozinha que serve de rapa-tacho, sendo normalmente usado para rapar os bolos e não desperdiçar a massa. Esse nome foi dado, precisamente, por invocar os “sacrifícios” do tempo de Salazar.

discurso do sacrifício redentor, no qual seriam os portugueses os responsáveis pela crise económica, justificando-se uma solução assente na privação individual: “todos temos de fazer sacrifícios”; crítica aos casos de corrupção (envolvendo membros do governo e grandes grupos económicos) e à desigualdade no modo como a crise atingia os ricos e os pobres; crítica às políticas de austeridade, enquanto “receita” preparada e conduzida pelas elites económicas europeias; e crítica ao modo como esse discurso era divulgado e legitimado pelos *media*, sob o olhar aparentemente alienado do Zé Povinho. Ao mesmo tempo, traçavam-se paralelos entre o discurso da contenção económica e dos sacrifícios que acompanhou a ditadura de Salazar e o discurso contemporâneo sobre a austeridade: “*Ainda utiliza aquele Salazar que está esquecido na gaveta? Pois temos a solução para si! Compre uma Troika!*”

Traga o seu ouro! Peça um crédito!

Entre esta última cena e as duas seguintes, dois anúncios interrompiam as emissões televisivas. Num deles apelava-se de forma efusiva à troca do ouro por dinheiro, como forma de solucionar os problemas económicos. “*Tem contas para pagar? Conosco o seu ouro vale (mais)! Conosco a sua vida tem valor! Traga o seu ouro (todo) que nós fazemos a melhor proposta. Traga o seu ouro e nós transformamo-lo em dinheiro!!*”, terminando com o esbanjar apoteótico de notas pelo ar. No outro anúncio incentivava-se a contração de empréstimos bancários, através das chamadas empresas de crédito fácil. “*Com o nosso Crédito (bom), pode pedir que nós emprestamos! Venha ao Crédito (bom) e peça quanto quiser. Quer comprar roupa? Quer ir ao cinema? Nós temos para si um crédito (bom). Faça umas férias e voe para longe daqui com o nosso crédito de viagem (bom). E se não tiver dinheiro para pagar o crédito (mau!), nós emprestamos-lhe... outro crédito!*”

Nestas duas cenas, a crítica assentava nas empresas de crédito fácil e de venda de ouro e os seus meios - muitas vezes, pouco éticos - de conquistarem a adesão da população, aproveitando o desespero da população empobrecida, nomeadamente através da desinformação e da utilização de técnicas de propaganda. Ao mesmo tempo, de forma mais subtil, fazíamos uma crítica feminista aos meios de comunicação social: nos dois anúncios, tal como no “Troka o Salazar pela Troika”, mantínhamos

a mesma configuração: um homem firme e confiante no centro a dar as informações, rodeado por duas mulheres praticamente silenciosas e em poses sensuais.



IRS, IRC, IVA... quê?

Abrindo o telejornal, um repórter lê a seguinte notícia, de forma acelerada, escrevinhando num quadro e desapertando a gravata num crescente sufoco: “O IVA, a principal fonte do Estado, começou a cair em Fevereiro, algo que não acontecia desde final de 2009. De acordo com a Direcção Geral do Orçamento, o fisco arrecadou 2861,8 milhões de euros nos dois primeiros meses, menos 1,1% que no mesmo período do ano passado. O IVA está a recuar refletindo as medidas de austeridade e a recessão. No IRS, o segundo imposto mais importante, o caso é melhor. Regista-se uma variação positiva face ao período homólogo de 0,3%”, explicada pelo reforço ligeiro da receita bruta e um aumento de 10,1% (1,2 milhões de euros) nos reembolsos. Em fevereiro, a receita de IRS cresceu 6,7% face a igual mês de 2011, que se explica pela “revisão das taxas liberatórias” de rendimentos de capitais. A receita de IRC afundou 46,2% com antecipação da distribuição de dividendo, se não teria uma queda de 3,7% diz a DGO. (JN, 21.03.2012, JN) A acompanhar o relato, três palhaços - IRS, IVA e IRC - percorrem um escadote, conforme lhes é informado que “sobem”, “descem”, “recuam” ou “afundam”. Enquanto a notícia é transmitida, o Zé Povinho olha uns e outros, atrapalhando-se por entre as páginas de um dicionário. Zangado por não estar a perceber

nada, fecha o livro e muda de canal.

Com esta pequena cena criticávamos a forma como as notícias sobre economia são abordadas pelos diversos meios de comunicação e pelos órgãos do governo. Abstratas, numa linguagem inacessível à maioria dos cidadãos, parecem ter como propósito manterem-nos desinformados, confusos e, acima de tudo, com a sensação fatalista de que as finanças do país e as ações do governo, são assuntos que não nos dizem respeito. O ato final do Zé Povinho - fechar o dicionário e mudar de canal - é uma metáfora para a consequência do *economês*. Não havendo como entender as mensagens que são transmitidas, não resta muito mais do que o desinteresse e a alienação.



A princesa Lusitânia e o Monstro da Crise

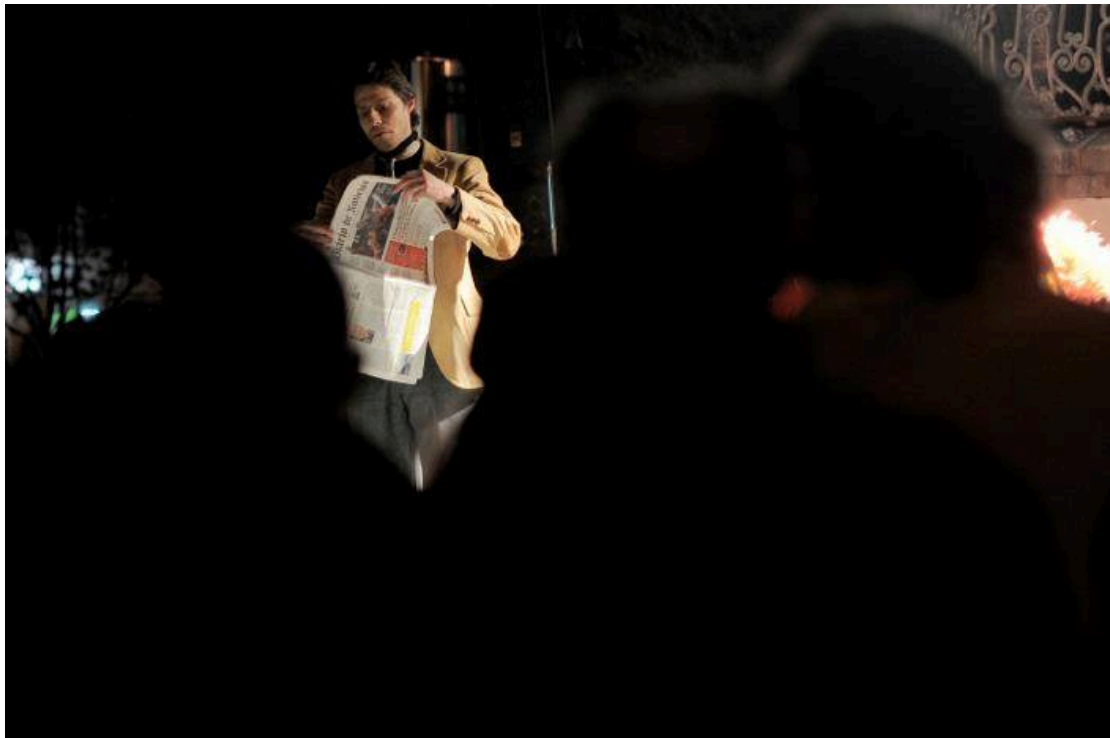
Após o telejornal, é anunciada a estreia de um novo filme de terror, realizado por Aníbal da Silva. O apresentador introduz: “A *princesa Lusitânia* era uma feliz e bela donzela à beira mar plantada. Tudo decorria com tranquilidade, em terra de brandos costumes. Até que, um dia, o terrível e gigantesco *Monstro da Crise* apareceu para a atacar.” Segue-se uma dezena de notícias e cabeçalhos lidos em tom cada vez mais dramático pela princesa. “*Crise já*

chegou aos arrumadores”, “60 mil recebem rendimento mínimo e não fazem palha”; “Crise está a provocar consumos de desespero de droga”; “Nem dinheiro tem para água”; “Populares apanham homem que furtava esmolas da igreja”; “Em momentos de crise é notória a aproximação à fé católica”; “Crise chegou à dança do varão”; “As pessoas estão a poupar no protetor solar”. Cada uma dessas frases é intercalada pela voz cavernosa do Monstro: “cri...cri...criseee”. No auge da cena, o apresentador do filme retorna: “É então que dos céus chega o Alquimista Coelho, disposto a salvar Lusitânia”. De cabeleira, barba comprida, manto branco e ar santificado, o Alquimista sobe a um banco para proferir as palavras redentoras, perante o olhar embeaçado e submisso da Princesa Lusitânia: “os sacrifícios feitos pelos portugueses estão a produzir resultados e Portugal está no bom caminho. Deixo uma palavra de otimismo moderado quanto à economia portuguesa. Portugal tem conseguido controlar as suas contas internas e corrigir desequilíbrios externos, estando a caminhar muito rapidamente para o equilíbrio, em termos de défice externo (...) os sacrifícios que temos vindo a fazer têm produzido alguns resultados importantes que nos permitem hoje dizer: nós estamos no bom caminho, num caminho cheio de dificuldades, em que os resultados nunca estão garantidos, em que precisamos sempre de redobrar a nossa atenção, manter a nossa determinação no caminho, mas nesse caminho difícil os resultados vão aparecendo e estaremos cada vez mais próximos dos nossos objetivos” (JN, 27-03-2012). A cena termina com o pequeno Zé Povinho a desligar a televisão e a cantarolar “estamos no bom caminho, estamos no bom caminho”, dirigindo-se para a escola.

A base para esta cena cinematográfica era um discurso do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, aqui assumido pela personagem do Alquimista Coelho⁸³. São também utilizados uma série de cabeçalhos e notícias sobre a crise publicadas em tom alarmante. Em particular no período mais agudo da crise, os jornais e televisões tinham secções inteiras dedicadas ao tema e reportagens constantes sobre os “dramas pessoais” de inúmeros portugueses. A crítica do grupo era pois a da manipulação provocada pela repetição constante e emocional da palavra “crise”. A partir dela, instaurava-se um estado permanente de alerta e emergência, no qual nada parece possível fazer, a não ser aceitar como inevitáveis as decisões dos que

⁸³ Trocadilho com o escritor do livro “Alquimista”, Paulo Coelho.

governam. A expressão “estamos no bom caminho”, repetida vezes sem conta por Passos Coelho ao longo do seu mandato, remete para o “guerra é paz” orwelliano. Ao mesmo tempo, o tom paternalista, messiânico da personagem é novamente uma alusão à figura de Salazar, chefe paternal, comprometido com os destinos do seu país. Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República, é também referido subtilmente: é ele quem realiza o filme de terror.



O despedimento da professora Abril

A cena seguinte passa-se na escola, Zé Povinho chega acompanhado por alguns companheiros. Na sala está a professora Abril que, munida de um manual escolar de História e da Constituição da República Portuguesa, explica os direitos sociais e políticos conquistadas após o 25 Abril. Um a um são enunciados direitos com mais de quarenta anos: subsídios, pensões, direito às manifestações e à greve, perante o olhar atento dos alunos. Pouco tempo depois, é interrompida pelo Professor Troika, que anuncia a cessação do seu contrato. *“De agora em diante serei o vosso docente. Como quero que tudo corra pelo melhor, vou-vos anunciar algumas medidas imprescindíveis para que tenham boa nota no exame. Repitam comigo e copiem três vezes: salários congelados, flexibilidade laboral, muita*

muita privatização, transportes mais caros, despedimentos mais fáceis, mais impostos, mais taxas moderadoras...menos subsídios. Se fizerem isto tudo e se portarem bem, vão todos ter nota positiva! Palminhas!”

Desde o início da intervenção da Troika, a metáfora dos “bons alunos” tem estado presente quando se trata de caracterizar o modo como o governo português tem respondido às orientações europeias. Os próprios ministros têm utilizado expressões como “os portugueses estão a ser bons alunos” ou “passámos no exame”, para se referir ao cumprimento do programa de austeridade imposto pela Troika. As medidas aqui enunciadas pelo professor eram, pois, a tradução simplificada do Memorando de Entendimento. O propósito desta cena era simples, criticar a submissão do governo português a medidas políticas, sociais e económicas que põe em causa a Constituição da República e todas as conquistas geradas com a revolução democrática.

Empreendedores, poupados e exigentes

O Professor chama os seus melhores alunos – a empreendedora e o Gasparzinho – para lerem as suas composições. *“Em época de vacas magras e elevado desemprego é no empreendedorismo que reside a chave para o futuro, dizem os especialistas. As longas horas de trabalho, o stress, a falta de emprego, as contas para pagar, enfim, os problemas do quotidiano, deixam-nos cada vez mais deprimidos, principalmente no inverno, quando a chuva teima em não nos deixar (o que não aconteceu ainda este inverno) e o sol tem dificuldade em brilhar (o que até tem acontecido bastante). Nestas alturas, procuramos um escape, uma forma de libertar a mente dos problemas e relaxar. Uns leem, outros passeiam, outros praticam desporto, outros dedicam-se à jardinagem, à culinária ou às artes manuais e decorativas. Mas alguma vez considerou a hipótese de fazer render o tempo, dinheiro e energia despendidos com essas atividades de lazer que lhe dão tanto prazer? Empreender num novo negócio, criando o seu próprio emprego?”* E o texto continuava com uma série de conselhos simples e imediatos de como *“pôr os seus hobbies a trabalhar para si”*. (JN) A segunda leitura do melhor aluno da turma era do Gasparzinho. Segurando um porquinho mealheiro, contava na voz compassada e infantil como a sua avozinha o tinha ensinado a ser poupado. *“A todos Deus conferiu um dom que, chegado o dia, será posto ao serviço para*

procurar o bem comum. Assim como os portugueses que “em tempo de crise e emergência nacional” “não têm regateado esforços para ultrapassar os problemas do país.” (04.03.12, J.Neg) No final das duas leituras, o Professor Troika propôs uma música que animasse a aula. “Vamos cantar em coro, meninos de um lado e meninas do outro: “Temos de ser exigentes, não podemos ser piegas. Temos de ser persistentes, nada de ser preguiçosos. Há-que ser competitivos. Não somos uns coitadinhos. Olhem a credibilidade!” (Púb, 06.02.12)

A primeira notícia era uma crónica publicada no Jornal de Notícias. Lida em tom irónico, o objetivo era simples: denunciar a forma como o discurso do empreendedorismo, entendido como a solução para o desemprego, começava a ganhar espaço mediático. A segunda era referente a uma visita de Vítor Gaspar, na altura Ministro das Finanças, à sua terra natal, evocando a necessidade de poupança e o sacrifício como “dom” divino. A terceira, em formato canção, era adaptada de um discurso de Passos Coelho. Nos três, era evidente a crítica à individualização dos problemas sociais e culpabilização do povo português que não é suficientemente empreendedor, poupado ou exigente. Novamente, o ambiente salazarista é recriado:



as repetições, as cópias, o coro, os meninos separados das meninas, tudo nos transporta numa viagem no tempo à escola de Salazar, acompanhado do discurso

paternalista e quasi-religioso que o caracterizava.

Greve às greves!

A aula termina com a prescrição de uma cópia como trabalho de casa. *“Está muito em voga a palavra contestação. O termo é modesto, mas o conteúdo espiritual que a designa é de sempre. Penso que temos de fazer um esforço para contestar menos e compreender mais. É uma compreensão que há-de brotar mais do sentimento do que do argumento. Todos dizemos querer a concórdia que, como ensinou S. Tomás, é a união dos corações, não das opiniões.”* (JN, 05.01.69) Zé Povinho exclama: “Ah, é parecida com um texto que lemos no outro dia: *“O entendimento do Governo é que esta greve, convocada pela CGTP, nas actuais circunstâncias do país, pouco resolverá em relação aos problemas do país. Pelo contrário, não ajudará a resolver os problemas do país. A sensação que temos é que a esmagadora maioria dos portugueses tem exatamente essa noção também”*, defendeu hoje o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, na habitual conferência de imprensa após a reunião semanal do Executivo” (Púb. 21.03.12). É Zé Povinho quem remata, questionando: “Professor, isso quer dizer que nós devemos fazer greve às greves!” “Muito bem, menino Zé, estás a aprender rapidamente!” Erguem-se as pancartas dos restantes alunos: “Greve às greves”, “Não servem para nada!”, “Mais horas de trabalho”, “Mais impostos”, “Mais sacrifícios” e a peça termina.

A primeira notícia reproduzia as palavras do ministro de Educação Nacional à Comissária da Mocidade Portuguesa Feminina, em 1969; a segunda transmitia as declarações oficiais do governo um dia antes da Greve Geral da CGTP/UGT, no dia 22 Março de 2012. Para encerrar a peça, aludia-se novamente aos paralelos entre um discurso e outro, evocando como estes pareciam remeter para um mesmo objetivo: despolitizar, desmobilizar e desmoralizar qualquer tentativa de resistência e ação coletiva: “contestar menos, compreender mais”.

6.4. O fascismo ainda mora cá dentro? O discurso da austeridade em dois tempos

No prefácio de um livro escrito a três mãos - Philippe Gavi, Jean Paul Sartre e Pierre Victor - em 1975, que começa por saudar a revolução portuguesa, lê-se: “A população (portuguesa) manteve-se essencialmente espectadora face à queda da cabeça do Estado; não pode deixar de tomar uma atitude ativa quando se trata de tirar o fascismo das cabeças” Derrubada a ditadura, escreviam eles, era necessário fazer uma “caça ao medo” expulsando o fascismo das cabeças, num processo que denominavam de “revolução ideológica”(1975: 4).

Referiam-se aos quarenta e oito anos de ditadura⁸⁴: o mais longo regime autoritário da Europa Ocidental do século XX, chefiado por Oliveira Salazar. Vários fatores explicam a sua durabilidade: uma violência “preventiva, intimidatória, desmobilizadora” combinada com uma “violência repressiva, punitiva”; o controlo político das Forças Armadas; a cumplicidade política e ideológica da Igreja Católica; a organização corporativa, assegurando a “disciplina” e o enquadramento “ordeiro” no mundo do trabalho; e o investimento totalitário no “homem novo” salazarista, através da criação de um complexo aparelho ideológico que garantia a inculcação autoritária desses valores nas várias esferas (família, trabalho, escola, lazer...): “instrumentos centrais e decisivamente eficazes da violência preventiva, do medo, do acatamento, em suma, da “ordem” (Rosas, 2012: 188-189).

Conseguindo criar a aparência de um “fascismo que nunca existiu” (Lourenço, 1976) – dissimulado ou invisível – Salazar assumia a figura de um chefe austero, “severo, mas paternal”, cujo “carisma” residia no “discurso do rigor”, sua grande arma política, com a qual garantiu a “sobrevivência” e “respeitabilidade” dentro e fora do país (Torgal, 2010: 399). O elogio da pobreza e do sacrifício, a exaltação da vida feliz no campo, o “viver habitualmente” e, de um modo geral, “as verdades indiscutíveis”⁸⁵ asseguravam a “ordem nas ruas e nos espíritos”: “manda quem pode,

⁸⁴ À ditadura militar, imposta entre 1926 e 1933, seguiu-se o período de Estado Novo, de 1933 a 1974. Salazar esteve no poder até 1968, altura em que é substituído por Marcello Caetano, por razões de saúde.

⁸⁵ A expressão refere-se a um célebre discurso de Salazar em Braga (28.05.36), durante as comemorações do 10º aniversário da revolução nacional

obedece quem deve” (Rosas, 1994: 291). Fechado sobre si mesmo - “orgulhosamente sós” -; corroído pela “obstinação colonialista” (Lucena, 2002: 11), pelas pressões externas, pela intensa emigração e por um povo coartado nas suas liberdades e submetido ao poder pelo medo, a censura e a repressão, o país apresentava, em 1974, índices muito baixos de desenvolvimento económico, social e cultural. (Santos, 2012: 24)

A 25 de Abril de 1974 é derrubado o regime autoritário e proclamada a liberdade. Segue-se um período “tenso, denso e quente”, de “aceleração e explosão democrática”⁸⁶: o denominado PREC - Período Revolucionário em Curso, que durou quase dois anos, invertendo “poderes políticos e sociais” (Barreto, 2005) e quebrando “quase meio século de anestesia cívica” (Reis, 1992: 7). Libertaram-se presos políticos, os exilados regressaram, deu-se início ao processo de descolonização, extinguiu-se a censura e a polícia política (PIDE/DGS), legalizaram-se partidos e sindicatos; recuperaram-se direitos de reunião, associação, greve e manifestação; ocuparam-se terras, fábricas e casas abandonadas, criaram-se comissões de moradores e de trabalhadores, organizaram-se projetos educativos e comunitários auto-gestionados (Rosas, 2014), incluindo o “ensaio autogestionário das escolas” (Lima, 2000).

A nova Constituição da República Portuguesa, de “cariz socialista”, concebida em Abril de 1976 e ainda em vigor⁸⁷, traduzia essa “transformação revolucionária” que pretendia restituir “aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais”, nomeadamente a criação de um sistema de segurança social de proteção na velhice, doença ou desemprego; serviço nacional de saúde e sistema público de ensino universais e gratuitos; direito à habitação; direito ao trabalho, inserido numa política de pleno emprego; subordinação do poder económico ao poder político ou aprofundamento da democracia participativa. (INCM, 1976)

⁸⁶ Expressões de José Alberto Correia e Licínio Lima proferidas, respetivamente, durante a mesa-redonda “Educação, democracia e (des)igualdades”, no âmbito do ciclo de debates sobre os 40 anos de Abril, organizado pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho (08.05.14)

⁸⁷ Tem havido sucessivas revisões à constituição (em particular a de 1982) cujos propósitos incidem na sua neutralização ideológica (Moreira, 1992; Loff, 2014)

Gradualmente, porém, o fervor revolucionário foi sendo contido. A revolução “foi travada a meio caminho e perdeu boa parte das suas conquistas mais avançadas na contrarrevolução mansa que se estabeleceu com a “normalização democrática” (Rosas, 2014). No entanto, Barreto fazia no princípio do século um balanço assaz otimista das rápidas e dramáticas mudanças vividas na sociedade portuguesa no pós 25 de Abril: transformação de um país “tradicionalmente de emigração” num país de imigração; crescimento vigoroso da natalidade e da população ativa; taxas baixas de desemprego e aumento da regulação laboral; generalização da proteção social e dos sistemas de saúde e educação públicas. Apesar de alguns “desequilíbrios” e “insuficiências”, como refere, o último quartel do século XX foi “um período de aumento progressivo e quase constante de bem-estar coletivo e individual” (2005: 162).

Era então difícil prever o que viria a suceder poucos anos depois. Desde o início da crise global, em 2008, e o lançamento, em Portugal, em 2011, do programa de assistência financeira acordado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, as medidas de austeridade têm vindo a transformar profundamente esse panorama. O país “tradicionalmente de emigração” voltou a sê-lo, tendo saído do país cerca de 300 mil pessoas nos últimos três anos⁸⁸; a taxa de natalidade recuou para o nível mais baixo da União Europeia; as crianças portuguesas são, de acordo com a UNICEF, o grupo etário em maior risco de pobreza; generalização da desregulação laboral e aumento das taxas de desemprego, atingindo, segundo dados oficiais, 14,1%⁸⁹, em geral, e 34,5% no caso do desemprego juvenil; graves consequências nas áreas da educação, saúde e trabalho denunciadas por relatórios nacionais e internacionais⁹⁰; níveis crescentes de abstenção (53, 5% nas últimas presidenciais, 63,2% nas europeias); descrença generalizada nos partidos e nos políticos⁹¹.

⁸⁸ <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/emigracao-foi-a-valvula-de-escape-que-aliviou-as-tensoes-sociais-1636107?page=-1>;

⁸⁹ O Observatório das Crises e Alternativas aponta para quase o dobro do desemprego real: 29%.

⁹⁰ Organização Mundial do Trabalho; Indicadores de Sustentabilidade Governativa; Observatório Europeu das Políticas e Sistemas de Saúde; Observatório Português dos Sistemas de Saúde

⁹¹ O Eurobarómetro da Primavera de 2013 aponta para que apenas 9 em cada 100 portugueses “acredite nos partidos políticos”. Crise, medidas de austeridade e alternância no poder são apresentadas como justificação.

Importa, por isso, compreender como é que uma “ideia perigosa” como a da austeridade, um “pacto suicida” ou um “desastre”, como a classificaram os economistas Mark Blyth e Paul Krugman⁹², avançou e perdura em Portugal e noutros países do sul da Europa?. Na viragem dos 40 anos da revolução, e retomando os comentários iniciais, pretendemos debater as seguintes questões: quem, porquê e como se fabricam os discursos da crise e da austeridade? De que forma têm eles penetrado na vida quotidiana? Como se materializam no plano concreto? Temos sido espetadores ou atores perante as transformações sociais e políticas dos últimos anos? Será ainda hoje necessário fazer uma “caça ao medo” e expulsar o “fascismo das cabeças”?

Partindo da experiência do “Troika o Salazar pela Troika”, mobilizando notícias e discursos políticos recolhidos durante a pesquisa que originou a peça e outro material mais recente, procede-se aqui a uma análise crítica do discurso (Van Dijk, 2009; Wodak & Meyer, 2009). Pretende-se compreender como têm sido fabricados, difundidos e interiorizados os discursos dominantes sobre a crise e a austeridade; de que forma têm sido influenciados por uma “cultura do medo”; e que semelhanças apresentam com a estratégica discursiva de Salazar das “verdades indiscutíveis”. Além de se abordar o fatalismo e a resignação gerados por estes discursos, reflete-se sobre as potencialidades do teatro-jornal enquanto processo de análise e desconstrução dos mesmos, enquadrando-o numa perspetiva ativista de educação crítica. A “alfabetização crítica dos media” (Kellner e Share, 2008) pressupõe uma compreensão da ideologia, do poder e dominação que desafia a aparente neutralidade do fazer educativo. Desmascarar as mensagens reveladas no senso comum, identificando os interesses que as estruturam e interrogando os seus objetivos e funções sociais é, de facto, uma das funções da educação crítica. Não se limitando a essa experiência, mas tendo sido despoletada por ela, a narrativa e a discussão apresentadas de seguida exploram a hipótese interpretativa de que em

⁹² Paul Krugman foi Nobel da Economia em 2008, tem denunciado as consequências da austeridade em várias declarações públicas; Mark Blyth é professor de economia política, autor do livro “Austeridade: História de uma ideia perigosa”.

Portugal o discurso da austeridade encontrou um terreno propício para se difundir e implantar devido a quase meio século de salazarismo.

6.4.1. As “verdades indiscutíveis”: paralelismos entre o discurso salazarista e o discurso atual da austeridade

Foi precisamente em Braga, em 1936, que Salazar proferiu um dos seus mais populares discursos: as “grandes certezas” ou “verdades indiscutíveis”. Nele, o líder indicava aqueles que seriam os pilares do regime sobre os quais se construiria “a paz, a ordem, a união dos portugueses.” (Salazar, 1946: 130) e sobre os quais não discutia: *não discutimos Deus, não discutimos a família, a pátria, a autoridade, o trabalho*. Trinta anos depois, na mesma cidade, naquele que foi o seu “último grande discurso”, reforçava: “Tudo está em crise ou é sujeito a crítica”. “Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se (...). O espírito humano precisa de aderir à verdade, precisa de certezas para se orientar e agir. (Torgal, 2010: 417).

Os termos “crise” ou “crises” - em seus vários sentidos - estiveram omnipresentes nos discursos de Salazar ao longo das décadas em que esteve no poder, funcionando como justificação para as suas posições nos vários níveis: financeiro, económico, social ou político. “Falava das “crises” como se estivesse nelas e fora delas, ou como se as conseguisse superar.” (Torgal, 2010: 416-417). Numa altura em que essas palavras correm o risco de se tornar “sedutoras”, em que se “volta a erguer a ideia de austeridade” e de “sacrifício pela ‘causa nacional’”, faz sentido desocultar o significado desses termos que se vão repetindo no tempo, não numa “concepção de ‘história circular’”, mas pelo sentido de espiral que constitui o movimento da História.” (idem: 419)

Utilizando notícias publicadas entre 2011 e 2015⁹³ e discursos proferidos pelo presidente da república nas celebrações do 10 de Junho e do 25 de Abril, nos

⁹³ Para além das notícias incluídas na peça de teatro-jornal, o critério de recolha das notícias deu-se pelo seu impacto mediático.

últimos quatro anos, pretende-se compreender o modo como os discursos sobre a austeridade, em Portugal, têm sido construídos de forma a aproveitar os “lugares-comuns da identidade portuguesa”, ou seja, aquilo que se diz serem características típicas dos portugueses. Se, durante o regime ditatorial, “o discurso do rigor”, “a imagem da verdade”, o apelo ao “esforço de salvação nacional” e de “sacrifício pela pátria”, a “pobreza honrada”, o valor das “contas justas”, “o ânimo sofredor”, “a preguiça” e a “falta de persistência” próprias dos portugueses, eram algumas das estratégias discursivas utilizadas para legitimar a imposição da disciplina e da “ordem” e garantir os “brandos costumes” (Menendez, 2007; Rosas, 1994, 2012; Torgal, 2010), nos últimos quatro anos esse discurso parece ter sido reativado. Esses lugares-comuns têm assumido uma função de legitimação das políticas do governo, ao apresentarem a austeridade como uma “verdade indiscutível”.

Uma das ideias mais fortes é a da *responsabilidade*, publicando-se títulos como: “cada português deve 20 mil euros” ou “portugueses mais consumistas e cada vez menos poupados.” O empresário Francisco Pinto Balsemão, pronunciando-se em relação ao acordo com a Troika, afirmava: “agora temos de ser bons alunos, temos de cumprir aquilo com que nos comprometemos, temos de arrumar a casa, como o faríamos em qualquer empresa ou na nossa família, se estivéssemos neste tipo de situação.” (Eco, 02.12.11) E o ministro da administração interna, Miguel Macedo, advertia: “Portugal não pode ser um país de muitas cigarras e poucas formigas”, é necessário praticar uma “pedagogia dos tempos difíceis.” (DN, 23.09.12) Cavaco Silva salientava como os “portugueses”, dando “provas de maturidade e sabedoria”, se aperceberam “da dimensão da crise e da necessidade de mudança, adaptaram os seus hábitos de consumo, muitas vezes combatendo o despesismo e o desperdício.” (10.06.12)

O apelo ao sacrifício emerge sob a forma de um renovado *patriotismo*: “a todos Deus conferiu um dom que, chegado o dia, será posto ao serviço para procurar o bem comum. Assim como os portugueses que “em tempo de crise e de emergência nacional (...) não têm regateado esforços para ultrapassar os problemas do país”, declarações do então ministro das finanças Vítor Gaspar. (DN, 04.03.12) Num outro

cabeçalho, lia-se: “Passos pede aos portugueses para participarem no “esforço nacional”. E também Cavaco Silva evocava a “união de esforços”: “nunca perdemos a esperança de recuperar a nossa soberania e de a defendermos com heroísmo e espírito de sacrifício” (10.06.13). Para Luís Cunha, que tem investigado os discursos mediáticos e políticos no período da austeridade, esse “sentido patriótico na ação governativa” coloca o governo “acima dos interesses particulares e das ideologias redutoras.” Nos discursos analisados “a ideia de desígnio nacional e de missão estão sempre presentes” bem como a da “aceitação do fardo da governação”. Aos portugueses é feito o apelo “no sentido da entrega ao processo de redenção que colocará o país no rumo certo.” (Cunha, 2013: 6)

Vinculado ao patriotismo, o valor da *honra* surge como um elemento fundamental, na justificação dos acordos com os credores externos. Declarações do primeiro-ministro em cabeçalho afirmavam “Se Portugal cumprir as metas poderá recuperar a credibilidade” (J.Neg, 10.12.12). Também Cavaco Silva, meses depois da saída oficial da Troika, congratulava-se: “Mostrámos ao Mundo que Portugal é um país credível, que os Portugueses são um povo que cumpre a palavra dada.” (10.06.14) Ou mais recentemente, “Passos ‘vende’ aos japoneses um país que honra os compromissos” (RR, 15.03.15) Essa obediência e bom comportamento são valorizados sob a forma de *recompensa*: “Passos Coelho já esperava por boa nota da Troika”, “Portugal deve ser premiado por ser um “país cumpridor”.

Sobre o *rigor*, Cavaco Silva afirmava que “na vida pública portuguesa vê-se com preocupante frequência serem postos em causa valores essenciais, como o rigor e a seriedade.” (25.04.14). Passos Coelho, num discurso polémico e com bastante repercussão mediática, apelava “aos portugueses para serem “mais exigentes”, “menos complacentes” e “menos piegas” porque só assim será possível ganhar credibilidade e criar condições para superar a crise. (...) “hoje, mais do que nunca”, é preciso “enfatizar a relevância” de os portugueses serem “totalmente exigentes e nada complacentes com a facilidade”, apelando à “transformação de velhas estruturas e velhos comportamentos muito preguiçosos ou, às vezes, demasiado autocentrados”. Também controverso, Durão Barroso, presidente da Comissão

Europeia, lamentava não ter sido possível “conciliar a democratização do ensino com a exigência e a qualidade”, recordando que, antes do 25 de abril, “apesar de algumas liberdades cortadas, havia na escola uma cultura de mérito, exigência, rigor, disciplina e trabalho”.

O rigor e a disciplina surgem associados à ideia de *ordem*. Horas depois de um dos vários protestos, que ocorreram entre 2011 e 2013, Cavaco Silva afirmava ter “confiança na maturidade cívica dos portugueses que compreenderam a gravidade da situação do país e estão dispostos a mudar de rumo, com realismo e sentido patriótico.” Na manifestação de 15 de Outubro 2012, Miguel Macedo retratava os distúrbios em frente ao Parlamento de Lisboa, como causados por “meia dúzia de profissionais da desordem” e Pacheco Pereira afirmava que se tratavam de “grupos radicais trotskistas e anarquistas.” (Púb, 15.11.12) Questionado sobre se os protestos recorrentes eram “representativos do sentimento popular”, Passos Coelho respondia: “não são comportamentos representativos da nossa experiência democrática ou do que tem sido até hoje o comportamento dos portugueses, que tem sido quase sempre exemplar e maduro, atendendo às grandes dificuldades” (TVI, 22.03.13) Já sobre o ministro-adjunto, interrompido por um dos protestos que se tornou viral - as *grandolagens* - lia-se no jornal Público: “O grupo exigiu mesmo a demissão do ministro (...) Relvas sorriu e chegou mesmo a entoar alguns versos da música. ‘O povo é sereno’, garantiu no final.” Essa suposta serenidade dos portugueses - os brandos costumes - é também aproveitada na memória que se constrói acerca do 25 de Abril e do período revolucionário dos anos seguintes. Nos discursos analisados, por três vezes Cavaco refere-se à revolução feita “sem sangue, nem violência” e, num deles, saúda o facto de naquela época o “bom senso” ter prevalecido “sobre o aventurismo” e o “sentido de responsabilidade” ter sido “mais forte que as tentações extremistas.” (25.04.2012)

Embora nesta análise estejam omissos alguns aspetos importantes para a apreensão do sentido mais completo das notícias, como o lugar e a dimensão que ocupam na página, a existência ou não de fotografia a acompanhá-la, o tempo de antena (no caso de declarações para a televisão ou rádio) ou a intensidade dramática

das declarações, os exemplos são ilustrativos do tipo de pensamento que se tem vindo a gerar e a difundir sobre a crise e suas razões. Em grande medida e de forma simplificada, o que se propaga através destes discursos – aquilo que se quer que seja pensado – é que o povo português é o principal (se não, único) responsável pela dívida pública do país e, conseqüentemente, pela crise, cabendo a cada um dos portugueses aceitar os sacrifícios impostos; que a dívida deve ser paga – inevitavelmente – por uma questão de honra e credibilidade e em nome de um retomado patriotismo; que a austeridade é o único caminho possível para a recuperação da economia; e que todas as transformações decorrentes dessas políticas devem ser acatadas dentro da ordem, com “maturidade cívica” e serenidade.

Remetendo constantemente para “os portugueses”, esses discursos utilizam as narrativas que foram construídas sobre a identidade nacional, “essa singularidade que nos distingue dos outros povos do mundo (...) esse modo único de ser português”, como dizia Cavaco Silva, num dos seus discursos do 10 de Junho. No entender de André Barata, nos últimos anos temos assistido a uma “reemergente mobilização do complexo identitário português” que pode estar na base de “uma legitimação, como necessidade redentora, da aplicação sobre os portugueses de políticas e medidas de dureza acrescida.” Nesse sentido, o autor denuncia “o poder manipulatório que as elites dispõe a propósito dessas construções”. (2012: 20–21). Miguel Cardina (2012), fala mesmo na necessidade de se “desportugalizar”. Se, no pós 25 de Abril, “o repúdio pelo legado do Estado Novo e o processo de integração europeia contribuíram decisivamente para que o discurso nacionalista minguasse no espaço público”, o poder do centro franco-alemão e a intervenção externa europeia – por parte de entidades não eleitas – têm acentuado a ideia de “uma necessária libertação do país de uma espécie de novo jugo colonial.” Segundo este autor, a colonização das mentes ocorre através da “imagem arquetípica de um “país-problema”, patente, por exemplo, nas reiteradas “lamentações” dos responsáveis políticos sobre as “incapacidades inatas dos portugueses (para “controlar o défice”, para cederem ao ímpeto do lazer, para honrar a fiscalidade...)” (Cardina, 2012: 207–210)

Nesse “processo complexo de construção de uma identidade nacional” conjugam-se não só as dimensões internas – “auto-definições sobre o que é ser-se português” –, mas também dimensões externas, “categorizações procedentes do estrangeiro”, muitas vezes conflituosas. (Sobral, 2003: 1118). A esse propósito basta lembrar o acrónimo PIIGS ou o rating de “lixo” utilizados na imprensa estrangeira para classificar Portugal e outros países em situação de “resgate” financeiro.

Uma outra estratégia é visível na articulação entre o macro e o micro, entre aquilo que são as orientações e decisões nacionais e a vida quotidiana: as famílias que “gastaram demais”, o sermos “bons alunos” e não sermos “piegas” ou o “arrumar a casa, como o faríamos em qualquer empresa ou na nossa família.” Particularizando uma situação que é geral, a tónica é colocada na responsabilização individual. Vale a pena recordar o discurso de Salazar, reproduzido no artigo de Menendez (2007:6): “Quando vejo a vida em crise, a riqueza em crise, a moral em crise: e depois volto os olhos para a nossa casa sem dúvida modesta, mas tranquila, arrumada e digna, sinto que muitas graças devemos todos à Revolução nacional.”

O uso da repetição é outra estratégia, criando inteiramente “de forma artificial, a partir apenas desse mecanismo, um sentimento de evidência. O que nos parece estranho e sem fundamento à primeira vista - porque não argumentado - acaba por parecer aceitável, depois normal, no decorrer das repetições” (Breton, 1999: 79). Nas notícias recolhidas e também nos discursos do presidente da república várias palavras-chave são constantemente repetidas: *sacrifícios, dificuldades, esforço, desafios, consenso, responsabilidade, bom senso, credibilidade*. No discurso de 10 de Junho de 2014, Cavaco Silva invoca dezanove vezes a palavra “esperança” para se referir ao que denominou período pós-troika. E Passos Coelho, ao longo destes últimos anos, tem frisado repetidamente estarmos no “bom caminho”, numa espécie de renovação orweliana do “guerra é paz”. A repetição constante, em todos os meios de comunicação deste “catecismo” confere-lhe “uma força de intimidação” tão grande que anula qualquer tentativa de reflexão livre e de resistência (Ramonet, 2002: 60). A carga emocional com que são apresentadas as notícias ou proferidos os discursos constitui outro tipo de estratégia. Em particular no período mais agudo da

crise - 2012, 2013 - os cabeçalhos de notícias davam conta de títulos como: “*crise já chegou aos arrumadores; 60 mil recebem o rendimento mínimo e não fazem palha; crise está a provocar consumos de desespero de droga; nem dinheiro têm para água; populares apanham homem que furtava esmolas da igreja; em momentos de crise é notória a aproximação à fé católica; crise já chegou à dança do varão*”- alguns dos jornais tinham inclusive um separador específico sobre “a crise”. O teor religioso de algumas declarações políticas são também de realçar. Para além das afirmações de Vítor Gaspar sobre o “dom de Deus” e o “bem comum”, também Cavaco Silva, invocava São Jorge para pedir um futuro melhor e contava a reação da esposa sobre a notícia da avaliação da Troika, no dia 13 de Maio: “isto é com certeza influência de Nossa Senhora de Fátima, porque hoje é dia 13” (DN, 15.05.13) Ao mesmo tempo, procede-se à “naturalização do real”, termos como a crise, as falências ou o desemprego surgem nos discursos políticos enquanto “catástrofe natural” ou “flagelo”, no domínio de uma “descrição do tipo meteorológico”, de algo que “vai e vem”, isentando de responsabilidade a quem os profere. (Breton, 1999: 90–91) E os eufemismos vão distorcendo a realidade: *programas de ajuda estrutural* são cortes sociais; *colaborador* implica adesão/obediência acrítica à empresa; *flexibilidade* significa despedimentos mais fáceis.

O simplismo redutor e demagógico que o discurso da austeridade exprime - tal como o do salazarismo - possui assim o efeito de “fornecer certezas claras e incontrovertidas que legitimem e facilitem o direito de mandar e anulem e ilegitimem a veleidade de resistir.” (Rosas, 1994: 291). A hipótese que aqui colocamos é de que as representações subjetivas que derivam desses discursos, conjugadas com as condições objetivas da maioria dos portugueses (desemprego, desproteção social, etc.) têm contribuído para a criação de uma atmosfera de medo e desmobilização cívica conducente à deterioração da democracia.

6.4.2. O monstro da crise e a fabricação do medo: democracia em suspenso

Quando em 2008, Manuela Ferreira Leite, na altura líder do PSD, sugeria um intervalo na democracia – “seis meses sem democracia, mete-se tudo na ordem e depois, então, venha a democracia” (JN, 19.11.08) – muitas foram as vozes que se fizeram ouvir, criticando-a justamente. Alguns anos depois, porém, a democracia parece ter entrado realmente em suspenso, expressando-se de diferentes formas: na fragilização dos direitos de manifestação e de greve, na ausência ou empobrecimento de espaço público, na redução da participação cívica e política ou na desproteção social e económica que não garante os mais básicos direitos de cidadania.

Para Casimiro Ferreira, autor de “Sociedade de Austeridade”, estamos perante “um processo de implementação de políticas e de medidas económicas que conduzem à disciplina, ao rigor e à contenção económica, social e cultural”, apresentado como “inevitável”. (2012: 11). Sendo o campo laboral um dos principais alvos das transformações sociais dos últimos anos – com a “descoletivização, informalização, individualização e remercantilização do trabalho” a tornarem-se fenómenos instituídos (Costa et al, 2014: 190) – o que estará em causa é “um projeto político-ideológico de reconfiguração do mundo do trabalho” (Ferreira, 2012: 124). Trata-se de uma “escolha deliberada e política” que se impôs através de uma “intensa tentativa de demonstração de que esta é a solução única, obrigatória e incontornável”. (OCA, 2013:7).

Referindo-se à forma como os meios de comunicação de massa empregam mecanismos de simplificação demagógica e de prioridade ao combate em vez de ao debate, Bourdieu salienta o seu “efeito global de despolitização”, “de desencantamento com a política” e de “desengajamento fatalista favorável à manutenção da ordem estabelecida.” (1998: 58-61). Para Sandra Monteiro, o “austeritarismo” tem vindo a prosperar num “espaço público empobrecido, destituído de antagonismos”. (2011: 198) e a imprensa assume-se como “caixa de ressonância dos posicionamentos que veiculam a visão dominante” sobre as “representações da crise” (Cunha, 2012: 1142). Se durante o governo de Salazar, o espaço público foi

“reduzido, mutilado, até acabar por desaparecer sob os golpes da censura”, hoje o problema mantém-se noutros moldes: “não há debate público”, “muitos dos políticos são também comentadores, fazem o discurso e o metadiscurso”, em que a função do discurso político é a de “legitimar políticas ou projetos políticos e o metadiscurso confirmar essas legitimações.” (Gil, 2005: 25–26)

O modo como os discursos sobre a crise e austeridade têm sido disseminados nos meios de comunicação e pelo senso comum conservador, aponta assim para formas de dominação e violência simbólica (Soeiro et al, 2013), “numa lógica de coação moralista” (OCA, 2013:64) e punitiva em relação aos indivíduos que são chamados à responsabilidade pelos erros cometidos e, como tal, sujeitos aos sacrifícios e privações necessárias. (Ferreira, 2012: 13). Amparados pela fabricação do medo - do desemprego, das falências, da doença, da emigração ou da imigração - estes discursos convertem-se em poderosos veículos de transmissão ideológica. Se o “medo predispõe à obediência”, preparando “implacavelmente o terreno para a lei repressiva se exercer” (Gil, 2005: 85), este torna-se “instrumental para prossecução dos interesses dos que procuram uma intensificação do controlo social e de uma legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar” (Ferreira, 2012: 55). A “essência do salazarismo” residia na “omnipresença difusa do medo, da intimidação, da desmobilização cívica”. Através da repressão e do terror, foi possível criar “sistemas de consenso”, visando instalar um clima geral de acatamento e submissão: a política devia deixar-se para quem podia mandar, e a política dos que obedeciam era o trabalho” (Rosas, 2012: 200–203). Para Manuel Loff, a “total falta de esperança” é precisamente o “legado mais pesado da política da Troika”: “a sensação coletiva de aqui não vale a pena não encontra paralelo em nenhuma fase da história contemporânea portuguesa”⁹⁴.

⁹⁴ <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/emigracao-foi-a-valvula-de-escape-que-aliviou-as-tensoes-sociais-1636107?page=-1>

6.4.3. O fascismo ainda mora cá dentro?

A expressão emancipatória de energias cívicas e políticas do 25 de Abril, em manifestações, assembleias, comissões de moradores e outros dinamismos associativos, populares e comunitários, foi dando lugar a um “encolhimento da cidadania” (Santos, 2000) que se agudizou no mais recente contexto de “crise” e “austeridade”. Se aos dados atrás referidos juntarmos os elevados níveis de alienação e desconfiança em relação aos políticos e às organizações partidárias e de um modo geral, face à democracia representativa, constatamos que as promessas e expectativas da revolução democrática e da Constituição têm vindo a ser esboroadas pelos poderes públicos crescentemente subjugados à racionalidade tecnocrática.

A investigação que sustenta este capítulo mostra que não estamos perante a “morte da política”. Nos últimos anos emergiram formas de participação que escapam à categorização convencional, no âmbito das quais se inscreve a criação do Núcleo do Teatro do Oprimido (NTO) de Braga e a sua articulação com plataformas como o “Que se lixe a Troika” e em que a rua é palco privilegiado de protestos e de reivindicação da democracia.

Contudo, se em 2012 - altura em que se construiu a peça “Troca o Salazar pela Troika” - a luta e a esperança ainda ocupavam as ruas, não se pode dizer o mesmo hoje, em finais de 2015. As praças já não se enchem de gente, a contestação esfriou e o desalento parece ser cada vez mais vivido isoladamente, em grande medida fruto do desemprego dos jovens e da aceitação da emigração como única saída. A *receita da austeridade* - preparada e conduzida sob diretrizes europeias - tem vingado; o *monstro da crise* - ainda que aparentemente mais adormecido - deixou sequelas difíceis de tratar. O *professor Troika* - embora tenha anunciado a sua saída - vai continuar bem presente. O medo parece ter ganho não só as cabeças, mas também os corpos dos portugueses. Afirmar que o “fascismo ainda mora cá dentro” será talvez exagerado. É por não vivermos em fascismo que é possível escrevermos artigos como este, por exemplo. Estaremos, porém, confrontados com um “fascismo social” (Santos, 2012) pois ainda que aparentemente protegidos por direitos, não os

podemos exercer, um fascismo que nos impede de protestar, porque temos medo. Se é necessário fazer uma “revolução ideológica” como diziam os três autores no início da secção também poderá parecer radical. O facto é que a ideologia neoliberal tem feito o seu caminho, em Portugal, como em vários outros países do mundo. E a austeridade - apresentada e interiorizada como “verdade indiscutível” - tem sido um canal de entrada privilegiado do neoliberalismo. “Os custos dessa arrogância epistemológica e dessa insistência ideológica têm sido, e continuam a ser, horrendos” (Blyht, 2013: 338).

Num tempo de proclamação da “ideologia do consenso” (Ferreira, 2005), a experiência de criação e apresentação da peça “Troca o Salazar pela Troika”, ocupa uma importância significativa. Se a busca por novas formas de discussão e intervenção política que pudessem finta a censura, foi o que levou à criação do teatro-jornal, em 1970; em 2012, foi a “ditadura do pensamento único” que originou a recriação e adoção dessas formas por parte do NTO Braga. Fundada num método dialético - por natureza, contraditório, conflitual, em movimento -, a ferramenta de teatro-jornal possibilitou a “leitura do mundo”, através do exercício de codificação e decodificação. A perspectiva de “leitura crítica” parece implicar a ampliação do conceito de alfabetização. Ler a palavra, como Paulo Freire assinalava, é ler o mundo. “Ler é luta de classes”, afirmava “A mãe”, em Brecht. Referindo-se aos processos dinâmicos de alfabetização, o educador afirmava que a “leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”. Ao mesmo tempo é também uma forma de “escrevê-lo ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”. Nesse sentido, a leitura crítica da realidade, sobretudo se associada “a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica. (Freire, 1989:13-14) No período atual, Kellner e Share (2008) consideram que a “alfabetização crítica dos media” torna-se cada vez mais um imperativo, na medida em que proporciona uma compreensão da ideologia, do poder e da dominação que desafia a neutralidade apolítica de muitos agentes e programas. Atrelado a um projeto de democracia e pedagogia radical, pressupõe-se que a igualdade não esteja limitada

ao acesso, mas também à produção cultural e mediática, envolvendo os educandos no desvendar de mitos e na desconstrução de concepções de senso comum. Castells vai no mesmo sentido ao realçar que se o poder depende do controlo da comunicação, o contrapoder depende de romper com esse controlo (2012: 23) o que pressupõe tanto o acesso como a produção de comunicação.

A prática com teatro-jornal, uma técnica subestimada e precocemente arquivada em comparação com as restantes (Agnelli & Vitta, 2014) revelou-se uma importante fonte de aprendizagem individual e coletiva. Lendo e analisando as notícias, os discursos políticos, o memorando de entendimento da Troika, a Constituição da República Portuguesa, a história da revolução, pudemos não só construir um pensamento crítico sobre a crise e a austeridade, como encontrar mecanismos de denúncia e de ação coletiva. Nesse sentido, o teatro-jornal parece-nos particularmente útil para analisar e desconstruir o discurso dominante; para perceber de que forma é produzido e disseminado o pensamento de senso-comum; para entender qual o lugar da ideologia nas várias esferas, que vão desde o quotidiano aos meios de comunicação social ou aos órgãos estatais; não numa perspetiva fatalista, mas com a consciência de que é sempre possível encontrar espaços de resistência. Essa leitura crítica - das notícias, dos discursos, da realidade - não foi feita de forma isolada, mas antes incorporada num processo coletivo de discussão e reflexão. Como um dos membros do grupo frisou: “desconstruir são várias cabeças a ler a mesma notícia”.

O que o teatro-jornal permite, acima de tudo - como aliás toda a filosofia do Teatro do Oprimido - é o ato de quebrar a divisão social da política que a uns dá o direito de “governar” e a outros a possibilidade de “seguir”. A democracia pela qual se lutou não pode ser o privilégio da classe dominante, a liberdade conquistada não pode reduzir a possibilidade de se pensar divergente e desobedecer. Talvez mais do que a celebração do 25 de Abril se deva resgatar a memória do que foi o salazarismo, os seus silêncios e os seus consensos. O combate faz-se assim em dois planos: a batalha pela memória, reivindicando-se hegemonia no processo de reconstrução do passado (Loff, 2014: 10); e a batalha pelas representações da crise e da austeridade,

numa disputa pela sua definição e interpretação (Santos, 2012; Soeiro et al, 2013). Contrariamente à ideia da inevitabilidade, das “verdades indiscutíveis” que conduzem ao fatalismo e à resignação, o que parece necessário é fazer, de facto, da “política o nosso trabalho”.

7. O MONSTRO DA CRISE: teatro–imagem e a descolonização dos corpos e das subjetividades

“Não há português nenhum que não se sinta culpado de qualquer coisa, não é filho?

Todos temos culpas no cartório, foi isso que te ensinaram, não é verdade?”

(José Mário Branco, FMI, 1982)

Estas palavras, proclamadas por entre a épica canção–poema FMI de José Mário Branco, foram construídas como resposta à segunda intervenção externa do país, na altura perpetrada pelo Fundo Monetário Internacional, entretanto convertido na tríade: FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, ou seja, Troika. José Casimiro Ferreira, em 2013, analisava o impacto da austeridade na sociedade portuguesa a um nível macro – reestruturação das relações de trabalho e instauração de um estado de exceção – mas também ao nível micro das subjetividades dos indivíduos. No seu entender, a austeridade está a “moldar um novo *habitus*, um novo modo de vida que se cria a partir do medo e da insegurança subjectiva” que se combina com “as faces do medo da precariedade, de perder o emprego, da necessidade de assegurar um salário, facilitando–se a troca de direitos pela subsistência” (2013: 60). Sentimentos como a culpa, mas também o medo, a sensação de impotência e de vulnerabilidade têm feito parte desse novo *habitus* austeritário. A cada nova medida político–económica, mais estas disposições vão ocupando espaço no quotidiano dos portugueses. Ninguém prevê se no mês seguinte o governo reduzirá o tempo de subsídio de desemprego; se os salários serão novamente cortados; se o preço dos transportes vai ser aumentado; se o seu posto de trabalho será extinto; ou se as reformas e pensões vão ser reestruturadas. “Enquanto emoção experimentada por quem verifica que há uma coisa ameaçadora contra a qual não tem qualquer poder”, o medo torna–se uma forma de controlo (idem, ibidem: 55) e também uma forma de colonização das mentes, corpos e subjetividades.

Partindo das experiências do grupo com o teatro-imagem, uma técnica de Teatro do Oprimido que privilegia a linguagem não-verbal, esses aspetos serão analisados neste capítulo. Centrando-se nas possibilidades da linguagem simbólica, nele são relatadas experiências em que o corpo e as suas propriedades - os ruídos que ele pode produzir, as estátuas que ele pode criar, os ritmos que ele pode induzir - ocuparam um lugar de destaque na elaboração e reconstrução de significados individuais e coletivos. Num primeiro momento procede-se a uma abordagem teórica e explicativa sobre a técnica; de seguida, são apresentadas três intervenções do NTO-Braga, realizadas durante manifestações contra a austeridade, em 2012. Na terceira secção são descritos alguns exercícios realizados durante oficinas de TO que procuravam investigar de que forma a crise, a austeridade, o desemprego podiam ser traduzidos por imagens e sons. No final, partindo de excertos do grupo focal e de reflexões de participantes nas oficinas, são abordados os conceitos de poder, *habitus* e osmose para explorar de que forma o teatro-imagem pode servir como ferramenta de descolonização dos corpos e subjetividades face ao “monstro da crise”.

7.1. Teatro-imagem: “o espelho múltiplo do olhar dos outros”

O teatro-imagem parte do pressuposto de que “toda a imagem é polissémica e comporta todos os significados que lhes queiramos dar” (Boal, 1996: 14). Se abordarmos um grupo e pedirmos que nos dê uma definição de “Portugal”, podemos obter respostas diversas, desde “o sítio onde eu nasci”, “o país do desenrascanço” até “é uma nação com cerca de dez milhões de habitantes que faz fronteira com a Espanha do lado direito e com o oceano atlântico do lado esquerdo”. Se pedirmos que cada um faça uma *imagem* do que é para si Portugal, obteremos também significados diversos e subjetivos: Portugal, em crise, debatendo-se com o desemprego e o empobrecimento; Portugal do passado histórico, como país conquistador de terras longínquas; Portugal, como povo simpático, acolhedor; Portugal, como país de emigração, muitas vezes forçada; Portugal, país pequeno, humilde, submisso; e tantas outras possibilidades, usando como ferramentas apenas

a postura, o gesto, a expressão facial. As interpretações retiradas das imagens que são construídas e reconstruídas pelo grupo revelam crenças, preconceitos, emoções, mas também um contexto histórico, social e político. Discutindo sobre essas diferenças, podemos gerar um debate mais denso, potenciando que os vários aspetos - subjetivos e objetivos - de um determinado conceito sejam analisados de forma coletiva. Para Boal isso acontece porque cada palavra “possui uma denotação que é a mesma para todos, mas possui igualmente uma conotação que é a única para cada um”. Se em vez de utilizar a linguagem verbal, se fizer uma imagem, uma estátua com o corpo, “não existirá a dicotomia denotação-conotação. A imagem sintetiza a conotação individual e a denotação coletiva” (2005: 209). Como salienta, as “palavras são tão poderosas que, quando as ouvimos, obliteramos nossos sentidos através dos quais, sem elas, perceberíamos mais claramente os sinais do mundo. Sua compreensão é lenta porque necessitam de ser decodificadas; as sensações são de percepção imediata” (idem, 2009: 88-89).

Para Boal há quatro categorias de imagens (2005: 63): *sensoriais*, mais imediatas e espontâneas, são aquelas com as quais quase todos concordamos num significado comum; *mnemónicas* são imagens que reportam à nossa memória quotidiana e também facilmente reconhecíveis; *imaginadas* dizem respeito a desejos, medos, experiências, conscientes ou inconscientes, originando diferentes significados; e *simbólicas*, imagens às quais são atribuídos determinados significados partilhados e aceites por uma cultura ou grupo social (2005: 63). Se mostrarmos uma cadeira, toda a gente dirá - unanimemente - que isto é uma cadeira, é *sensorial*; se fizermos uma imagem de alguém com dois dedos encostados à boca e o gesto de afastar, qualquer pessoa dirá que está a fumar - é uma imagem *mnemónica*; se os mesmos dois dedos estiverem levantados no ar diremos que é sinal de paz - *simbólico*; mas se utilizarmos o corpo para construir uma imagem *imaginada* - um corpo curvado, deitado no chão, um pé levantado no ar, as duas mãos a estrangular o pescoço - muitas e diferentes interpretações serão construídas, muitas delas inimaginadas pela própria pessoa que construiu a imagem. Isso acontece por causa do que Boal chamou de “espelho múltiplo do olhar dos outros” (Boal, 2002b: 208): a mesma imagem vai

despertar interpretações, projeções, sensações múltiplas, decorrentes das experiências de quem as observa. São esse tipo de imagens que o Teatro-Imagem privilegia.

Numa sessão de teatro-imagem, os significados que se constroem são feitos a partir da análise coletiva e contraditória de imagens não-verbais estáticas ou em movimento. O curinga utiliza essas imagens para estimular as discussões e despertar o diálogo coletivo sobre as dinâmicas de poder e as situações de opressão que ocorrem no quotidiano e nas várias esferas da vida. Nesse sentido, as “imagens não representam uma linguagem, elas são uma linguagem” e o significado que se constrói - na medida em que é feito através do confronto e fusão de ideias e perspectivas - é sempre “maleável”, passível de ser “transformado e reinventado” pelo coletivo (Perry, 2012: 107-108). As imagens construídas pelo grupo podem ser “metafóricas, pleonásticas, surrealistas, expressionistas, magnificadas, deformadas, enfim, tudo, desde que sejam verdadeiras. Não realistas; verdadeiras, sentidas, vividas. Temos um compromisso com o real, não com o realismo” (Boal, 1980: 109).

7.2. A crise saiu à rua: intervenções em manifestações

No seguimento da construção da peça de teatro-jornal “Troika o Salazar pela Troika”, o grupo refletia conjuntamente que havia determinadas palavras que, de um momento para o outro, começavam a dominar o nosso universo vocabular: austeridade, dívida, Troika, precariedade e, sobretudo, crise, a palavra que parecia englobar tudo isso, tomando um espaço desproporcionado. De forma exploratória, procurámos perceber de que forma poderíamos interpretar o significado desses conceitos através do corpo e da linguagem metafórica. As iniciativas que se seguem fazem parte de um amplo leque de intervenções de rua que o grupo realizou entre 2012 e 2013. Destacamos aqui três: a instalação plástica “O *Monstro da Crise*”, durante a manifestação cultural do “Que se lixe a Troika”, a 13 de Outubro de 2012 e as performances “*Estátua da Crise*” e “*Mãos Atadas*” no mês seguinte, na Greve Geral da CGTP, a 14 de Novembro de 2012.

Monstros que engolem sonhos

Depois de apresentarmos a peça “Troka o Salazar pela Troika”, sentámo-nos no relvado junto de amigos e de um grupo musical que havíamos convidado a participar na manifestação. Em círculo, partilhámos com eles uma ideia que havíamos tido e para a qual precisávamos de ajuda: construir uma instalação plástica do “Monstro da Crise”. Essa ideia tinha surgido de um excerto da peça de teatro-jornal no qual um monstro atacava a Princesa Lusitânia, aterrorizando-a. Preenchendo abundantemente as notícias dos jornais, ocupando permanentemente o discurso político, transbordando para o quotidiano familiar, profissional, relacional, a palavra



crise, repetida exaustivamente, parecia ganhar contornos e proporções dantescas. Produzindo uma espécie de monstro desfigurado, invencível, a *crise* disseminava-se de forma omnipresente numa espécie de corrente invisível que a todos parecia atacar. O que denunciávamos era o modo como esse discurso era fabricado com o propósito de provocar o medo e o desespero, a impotência e a resignação. Ao caricaturá-lo na figura de um monstro, ao transformá-lo em objeto tangível, era como se afirmássemos: ele está aqui, ele tem um nome e nós podemos destruí-lo. Conosco,

tínhamos trazido caixas de cartão, tintas, papel de cenário, notícias de jornal e notas de *monopólio*. Empilhamos as caixas, dando-lhe forma e um dos nossos amigos graffitters prontificou-se a pintá-lo. Colámos pedaços de jornais com figuras do governo e notícias sobre a crise; nos olhos foram pintados cifrões e, simulando as pestanas, foram coladas notas de monopólio; da boca bem aberta saía uma língua comprida em papel de cenário. Circulando pelo recinto da manifestação, elementos do NTO questionavam quem passava: que sonhos lhes estava a roubar o monstro da crise? As pessoas respondiam com vontades e anseios – *quero ter um emprego; quero sair da casa dos meus pais; quero ter direito à reforma; não quero ter de emigrar* – que eram registados e colados na língua do Monstro, como se ele os estivesse a engolir.

Mãos atadas: representantes da crise

Nos dias anteriores à Greve Geral da CGTP (14 Novembro de 2012), tínhamos pensado em duas ideias para concretizar durante a concentração. Fazer uma “estátua coletiva da crise” e uma “fileira dos seus representantes” (os precários,

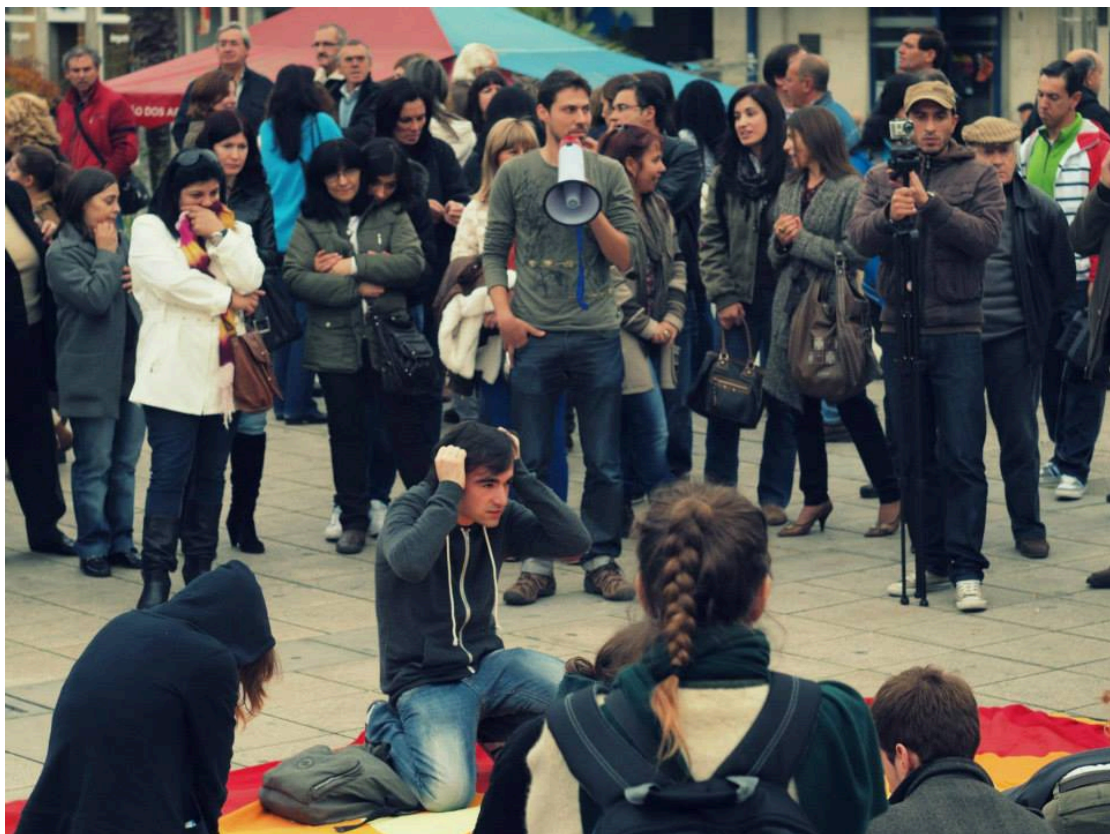


desempregados, reformados...) que com o megafone, partilhariam a sua situação: “cada uma das pessoas dirá uma frase, a seguir é-lhes retirado o megafone (a voz) e as suas mãos amarradas com um pano (mãos atadas, impotência)” (DB, 08.11.12). A preparação não tinha ido além disso: não houve ensaios, apenas a elaboração conjunta de ideias, a distribuição de tarefas e a recolha do material necessário. No momento em que chegámos à concentração na Avenida Central, a impressão de estarmos a invadir um espaço alheio acentuou-se. Por alguns minutos hesitámos, com receio de estarmos a ser “indelicados”, apresentando uma performance no momento em que se faziam discursos e distraíndo os presentes do que estava a ser dito. Porém, decidimos fazê-lo. Como precisávamos de “reforços”, chamámos alguns amigos presentes, explicando a performance e pedindo que participassem. O grupo dispôs-se em linha, ostentando numa tabuleta ao pescoço uma frase que resumisse a sua situação. Cada um proferiu a frase que havia decidido: *“Helena, recibos verdes, dívida à segurança social de 423 euros”*; *“Tatiana, 30 anos, vivo ano a ano”*; *“João, 35 anos, sou professor das AECs e recebo menos que o salário mínimo”*; *“Paulo, 30 anos, licenciado, não me resta mais nada a não ser emigrar”*; *“Inês, 29 anos, quando terminar a bolsa de doutoramento não terei subsídio, como vou sustentar a minha filha?”*; *“Marcelo, 33 anos, desempregado, não tenho presente, quanto mais futuro”*. As pessoas curiosas foram parando, escutando o que dizíamos e formando uma clareira à nossa volta. No final dessa intervenção, abrimos uma manta circular no chão para delimitar o espaço e passámos à segunda.

Estátua da crise: por detrás dos números, pessoas

Dois membros do grupo, de megafone, começaram por ler cabeçalhos de jornais apresentando pouco mais do que números: da emigração, do abandono escolar, da pobreza, do desemprego, das falências. O objetivo era que, através do teatro-imagem, esses números fossem convertidos em estátuas humanas, tornando visível o invisível: os números traduzidos em pessoas, histórias e vidas concretas, “que têm de ser vistas e ouvidas.” (DB, 08.11.12). Membros do grupo foram-se dispondo em estátua em cima da manta, formando imagens de corpos subjugados,

joelhos no chão, rostos fechados, olhares escondidos. Interpelando quem estava à nossa volta, pedíamos que nos dissessem o que viam, o que sentiam com aquelas imagens. Hesitantes, alguns responderam “falta de esperança”, “medo”, “desespero”. Ao longe ouviam-se os discursos da CGTP mas o círculo de pessoas não desgrudava da estátua, olhando atentamente, algumas emocionavam-se e comentavam entre si. O desafio foi depois lançado: modificar essas imagens, esculpindo outras em que pudessem ocorrer transformações. “Estas estátuas estão imóveis, paralisadas, como muitos de nós”, “O que podemos fazer para sair deste estado?”, “Quem quer dar força a estas imagens?”, “Como vamos gerar



movimento?” (fonte: vídeo). Respondeu-nos o silêncio, por alguns minutos ninguém foi capaz de falar ou de reagir. Como escrevi no Diário de Bordo: “de repente, um dos senhores agarrou numa das estátuas e retirou-a do círculo. Foi um momento assombroso, as pessoas bateram palmas e notava-se o alívio. Seguiram-se outros e todos fizeram o mesmo. Uma mulher, que retirou o Hernâni, não se conteve e desatou num choro. Foi arrepiante (...). Contudo, “não deixa de ser significativo que, toda a imagem da crise apareceu conotada ao medo e não à revolta e também a solução

passou apenas pela ajuda, pela caridade, e não pela emancipação dos indivíduos.”
(DB, 14.11.12)

7.3. Imagens e sons da crise: oficinas

Fruto dessas e doutras experiências em manifestações contra a Troika, mas também de debates, oficinas e peças em que ia participando, senti necessidade de criar oficinas teatrais que me permitissem continuar a explorar a linguagem simbólica neste contexto particular, em torno dos temas da crise, precariedade e austeridade. Entre 2013 e 2014, dinamizei oficinas de Teatro do Oprimido, em contextos muito diversificados: “Jovens, trabalho e futuro”, no âmbito da Semana Internacional da Juventude, organizada pelo Conselho Municipal da Juventude, no GNRation, em Braga (5, 6 Agosto de 2013); “Crise, austeridade e capitalismo” no Congresso *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo: as crises, as fases, as ruturas*, que decorreu no Instituto de Ciências Sociais, na Universidade do Minho (18 de Novembro de 2013) e, posteriormente, no Congresso *Teatro e Intervenção Social*, em Vila Nova de Cerveira (21 Novembro de 2013); “Imagens e sons da crise”, no Encontro *Juventude, trabalho e futuro*, organizado pela Krizo, na TOCA, em Braga (8 Fevereiro de 2014); “Sons da Crise”, em parceria com o sociólogo e rapper Chullage, no *Óprima - Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo*, no Bairro da Arrentela, Seixal (19 Abr 2014); “Images and sounds of crisis”, durante o *Pedagogy and theatre of the Oppressed Conference: review, reflect, re-imagine*, em Omaha, EUA (29 Jun 2014); e “O teatro não chega: teatro do oprimido no contexto de uma campanha política”, em conjunto com José Soeiro, em Leipzig (6, 7 Dezembro de 2014). As oficinas tiveram duração entre 3 e 14 horas, contando com uma média de quinze participantes. O facto de optar por oficinas temáticas - em vez de fazer oficinas “gerais” sobre TO - deveu-se a uma reflexão que fomos tendo no grupo,

quer em Braga, quer no Porto: queríamos juntar as pessoas pelo interesse e compromisso com determinado tema/problema e não pela técnica.⁹⁵

Embora com algumas diferenças, o que estas oficinas propunham era analisar criticamente a situação política, social e económica em Portugal e na Europa, através da linguagem e da estética teatral (som, palavra, imagem), como mecanismos de re-alfabetização sensorial e de construção de uma informação contra-hegemónica. Como responde o nosso corpo à crise? Qual será o ritmo da dívida? Que som repetitivo terá a austeridade? Que imagem podemos construir para a Troika? Através dos vários exercícios procurava-se promover a conscientização, o diálogo e a desconstrução de discursos dominantes.

Consoante o tema em questão, bem como o número de participantes e de horas disponível, a estrutura das oficinas era a seguinte:

- Jogos e exercícios de aquecimento, para promover a desmecanização corporal, a confiança, a interação, o ambiente de grupo.
- Exercícios de teatro-imagem, para introduzir o tema, lançar as primeiras questões, promover o debate;
- Estética do Oprimido, nomeadamente, exercícios com o som e a imagem (esculturas plásticas com recurso a objetos, revistas, etc.);
- Algumas técnicas de teatro-jornal para concretizar alguns aspetos do tema: estatísticas, factos, discursos políticos, etc.
- Nas oficinas mais longas, era criada uma peça de teatro-fórum que, de alguma forma, condensasse algumas das reflexões da oficina, em torno de uma história concreta de opressão.

Em momentos específicos da oficina, havia lugar também para um diálogo sobre a história e a origem do TO, os seus princípios e objetivos, sobre o conceito de opressão e de diálogo e também sobre o trabalho realizado pelo próprio grupo (NTO/Krizo), no âmbito da investigação. As descrições que se seguem são baseadas

⁹⁵ Apesar de não ser uma prática comum, na Krizo essa abordagem passou a ser utilizada em quase todas as oficinas. Para além das que retratamos sobre a crise e austeridade, também desenvolvemos oficinas especificamente relacionadas com a igualdade e representações de género, direitos LGBT, etc.

nos vídeos das oficinas, sendo as frases transcritas diretamente das vozes dos participantes.

Tens um emprego?⁹⁶: este é um jogo duplamente adaptado, primeiro pelo grupo de teatro legislativo Estudantes por Empréstimo (EPE) e depois por mim. No jogo original, o grupo está disposto em círculo, dois a dois, de mãos dadas: são as portas. Uma pessoa no interior do círculo bate às diferentes portas perguntando se pode entrar e elas respondem sempre negativamente, arranjando diferentes desculpas. Entretanto, enquanto ele bate às portas, os elementos das diferentes portas vão largando as mãos e trocando entre si. O objetivo é que quem está dentro consiga ser suficientemente ágil para agarrar uma mão livre e passar a ser uma das portas. Na proposta dos EPE, quando desenvolviam o projeto das bolsas de estudantes no ensino superior, em vez da pergunta “posso entrar?”, diziam “por favor, tem uma bolsa de estudos?”, ao que as pessoas respondiam utilizando diferentes argumentos. Quando o que estava dentro se cansava de bater às portas podia gritar “manifestação”, “ocupação”, “sit-in” e todos trocavam de lugar, havendo um que ficaria sem par e, portanto, iria para o meio. Nestas oficinas, fazíamos algo muito semelhante, mas utilizando a pergunta “Boa tarde, tem um emprego para mim?”, ao que as pessoas inventavam respostas: “só se for um estágio não-remunerado”, “aceita fazer voluntariado?”, “porque não cria a sua própria empresa?”, “temos a base de dados completa”, entre tantas outras hipóteses. Assim, este jogo serve não apenas para aquecer o corpo, mas também as mentes, para o tema em questão.

O grande jogo do poder: (Boal, 2009b: 217) este é um dos exercícios mais comuns do TO e é praticado normalmente no início das oficinas como uma forma de estabelecer uma espécie de “chão comum” sobre os conceitos de poder e opressão. É relativamente longo, consoante o número de participantes e a sua vontade de

⁹⁶ Os jogos/exercícios de TO embora estejam quase todos contemplados nos livros de Boal, muitas vezes são transmitidos através de oficinas em que os curingas participam. Sempre que conseguirmos identificar a origem dos exercícios, faremos referência.

debater, podendo durar entre 30 a 45 minutos. É colocada uma mesa no centro da sala, duas cadeiras de um lado e outra do outro e uma garrafa em cima da mesa, equidistante das cadeiras de cada um dos lados. De seguida pergunta-se: qual é a cadeira que tem mais poder? O grupo lança algumas hipóteses “é a que está isolada, porque normalmente são pessoas com mais poder”, “é a que está ao lado da outra, porque unidos temos mais força” e por aí fora. A curinga continua a lançar questões: o que estão a ver? Que situação pode ser esta? Alguém sugere, por exemplo: é uma “repartição pública”, “é a segurança social”, “é a assistente social e os utentes”. E o que estão a fazer? Quem se senta onde? “Está a pedir um subsídio”, “o assistente social está na cadeira que está sozinha”. Porquê? “Porque tem mais poder.” Porquê? “Porque em última análise é ele que vai decidir”, “ele é que domina a informação”, “porque os utentes estão dependentes dele”. Continuando a ouvir as várias intervenções, a curinga solicita que imaginem outras situações e procede ao mesmo exercício – “Uma avaliação, um júri e o avaliado”, “está a entregar o currículo, para tentar arranjar um emprego”, “um exame oral, professor e aluno”, “pais e diretor de escola”, etc. – sempre questionando onde está sentado cada uma das personagens. No final desse primeiro momento, pede que modifiquem o cenário para demonstrar - de forma irrefutável - qual a cadeira que tem mais poder. Um a um, os participantes vão experimentando, ora mudando a garrafa de sítio, ora afastando as cadeiras, ora derrubando-as, empilhando-as e por aí fora, sempre recebendo o *feedback* dos que estão a observar. Depois disso, a curinga pede que um voluntário se sente na cadeira que tem mais poder. Normalmente, o grupo reage apreensivamente, ninguém quer ocupar esse lugar. Alguém acaba por ceder e a curinga pede: agora outra pessoa faça uma estátua em que tenha mais poder do que ele. Outro participante entra na cena e faz uma imagem, p.ex. apontar uma pistola na cabeça do que está sentado na cadeira. Sem dialogar, a curinga volta a pedir: agora alguém que tenha ainda mais poder que estes dois. Os participantes vão entrando em cena, um a um, formando estátuas diferenciadas. Há quem finja manipular marionetas, quem simule derrubar as pernas (os alicerces) da cadeira; quem suba para níveis mais altos; quem abra os braços como se fosse Deus; quem aparente estar a filmar, etc. No final, a metade do

grupo que não entra em cena observa e comenta: que imagens veem? O que vos sugere? Que poderes representam? Normalmente, diferentes tipos de poder são identificados: o poder resultante do exercício da violência física, o poder religioso, económico, legislativo, mediático, dos mercados, do sistema, etc. A curinga vai lançando novas perguntas: mas o que significa o sistema? Como é exercido esse poder? Depois de algum tempo de debate, o cenário é desfeito e todos sentam em círculo para debater: o que pensámos, sentimos, descobrimos com este exercício? Alguns comentam que dá a “possibilidade de ver o panorama todo”, de ver “as várias camadas do poder”. Outros frisam que “nenhuma pessoa tem mais poder por si próprio”, que “o poder não está na pessoa mas na relação entre elas”, que o poder tem um “certa postura, aumentou, ficou mais volumoso”. Uma participante confessa que, ao ter subido à mesa, se sentiu imediatamente “com menos poder”, “ia com uma ideia e mudei, por ser mulher, senti-me exposta, observada.” A conversa vai evoluindo até ao momento em que a curinga partilha aquilo que considera ser uma definição possível de opressão e poder.



Imagem da palavra: este é também um dos exercícios básicos do TO e pode ser adaptado para introduzir qualquer tema. No caso dos workshops desenvolvidos as palavras escolhidas foram: desemprego, austeridade, precariedade, capitalismo, Troika e futuro. Pedem-se aos participantes que se disponham em círculo e que se virem de costas, imaginando uma estátua para a palavra indicada. Quando já souberem o que vão fazer, viram-se para dentro, mas não a fazem de imediato para não se contagiarem uns aos outros. A um sinal da curinga, todo o grupo faz ao mesmo tempo a imagem que para si simbolize essa palavra. Esse exercício deve ser feito sem grande espaço para “pensar”, é pedido que façam a primeira imagem que lhes surja, instintivamente. À medida que o grupo vai fazendo as imagens e comentando, a curinga vai pedindo para acrescentarem um som, um movimento ritmado ou uma palavra. As estátuas são depois comentadas por quem observa. As imagens criadas para *desemprego*, sugeriam ao grupo “olhares cabisbaixos”, “mãos atadas”, “desespero”, “culpa”, “aperto”, “imposição”, “constantemente à procura de soluções”. *Austeridade* era vista como “um gajo barrigudo que tem a mania que manda”, “pés descalços”, “assustador, um fantasma”, “bicho papão”, “bloqueio”, “vontade de me libertar das cordas, querer movimentar e não poder, ter este sufoco permanente, que te oprime, por muito que uma pessoa até queira lutar e não se resignar”. O som que atribuíam a essas estátuas era “fantasmagórico”, “assusta, causa medo, impotência”. *Precariedade* foi associada à ideia de relógio “vários trabalhos ao mesmo tempo”, “trabalhar, trabalhar e continuar porque não ganha o suficiente”, à exploração “lutar tanto por uma migalhinha”, “pedir aquilo que já tínhamos assegurado, pedinchar aquilo que eram direitos”, ao cansaço “horas extra”, à destruição das expectativas “trabalho que não é da tua formação”, à flexibilidade, “vida de precário é um bocado malabarista”, à “submissão, até que um dia explode”, à “falta de movimento”, à “desorientação” e “falta de perspetiva de futuro, vive-se o presente”, “uma prisão, estás condenado a viver assim, não tens possibilidade de fazer projetos de vida, de teres família, um precário não pode ficar doente”. O *capitalismo* era quase unanimemente associado à imagem de um homem de “pança cheia e charuto”, “a contar notas”, “ganhar”, “dominar”, também ao “controlo das

bolsas”, “à especulação”, aos “mercados”, ao “dividir para reinar, funcionários públicos de privados, idosos de jovens”. A *Troika* era associada a uma “mala com papéis”, “a senhores de pasta que nunca falam mas que têm um impacto muito grande na nossa vida”, “tecnocratas”, “ao controlo”, “disciplina”, “à procura de culpados”, “alguém que se portou mal”, e também a imagens disformes que revelavam “complexidade”, a “distorção da realidade”, “um conto que nos contam” e como algo preparado “cozinhar o orçamento, fazer os cortes.” Quando foi pedido aos participantes que numa palavra resumissem as suas estátuas surgiram “autoridade, acredita, siga, trabalha, aguenta, etc.”, quase sempre num tom muito agressivo. Na palavra *futuro* o que era pedido era que, logo após criar as estátuas, “formassem famílias”, isto é, cada um se juntasse às estátuas mais similares à sua, formando pequenos agrupamentos. Só depois as imagens eram analisadas. Nalgumas famílias, o futuro era visto como uma espera angustiante, “puxar cabelos”, “contar dedos”, “fumar cigarros”, “tic-tac”, “a sensação de que algo vai quebrar”; noutras era associada à ausência de perspetivas “desespero, sem futuro”, “não há saída”, “incógnito”, “o futuro é um peso”; “ponto de interrogação”, “desorientação, não sabemos o que vem aí”; noutras famílias o futuro é associado à ideia de luta, “a luta continua”, “só com revolta vai haver mudança”, “punhos fechados”, “emigração”, “venha o que vier”, “resistência como se fosse um escudo”; em poucas, havia alguma esperança, “braços abertos”; “olhar para o alto”, “apontar o futuro, um ponto muito longínquo”.

Imagem de opressão/libertação: este exercício foi adaptado das propostas de Boal de “imagem de transição (real e ideal)” e “imagem múltipla de opressão” (1980: 61–64). Dentro do grupo, foi solicitado que um/a participante fizesse uma imagem que para si simbolizasse a palavra “crise”. Depois deste fazer, outros se juntavam, um de cada vez, completando as imagens, com outras interpretações. Depois de metade do grupo ter criado uma imagem coletiva, o outro grupo observa. Aos participantes que compõem a imagem coletiva da crise é pedido que acrescentem um som individual. Os outros comentam o que veem, o que sentem, o que pensam. Propõe-

se então que um participante externo, entre na imagem e a transforme naquilo que para si seria a *imagem ideal*, moldando as estátuas da crise. Depois de terminar, outro participante propõe alterações, modificando por completo ou fazendo apenas pequenas sugestões, sempre sem utilizar a linguagem oral. Quando chegam a um consenso aproximado, a imagem fica completa e todos partilham reflexões: os que estiveram dentro da estátua e os que observaram e propuseram alternativas. Este exercício foi aplicado uma única vez durante os workshops, pois necessita de um número relativamente grande de participantes. A imagem construída em torno da *crise* tinha um corpo deitado, encolhido no chão, outro a tentar levantá-lo, algumas figuras a mendigar ou a espreitar os bolsos vazios, outros a observar, como se não fosse nada com eles, uma pessoa a contar o tempo no relógio, outra de joelhos agarrada à cabeça. O grupo externo dizia que a imagem coletiva refletia “tristeza”, “sofrimento”, “resignação”, “desespero”. Um dizia “em todos eles vejo cansaço”. Os sons produzidos eram “muito baixos, abafados”, “lamúrias”, “prolongado, arrastado”, “fechado”. Um dos participantes dizia que o som era “mais contido, porque há uma certa vergonha intrínseca, tentar camuflar uma realidade que é mais dura.” Não havia sinais de resistência, talvez porque, como referia outro, “quando perdemos o poder, há uma tendência de nos fecharmos no nosso canto, perdes a capacidade de gritar”. Ao transformarem a imagem - sempre em silêncio - um propôs levantar os corpos de cada um - a maioria estava a um nível baixo - e colocá-los a olhar para cima; outra decidiu colocá-lo todos a dar as mãos, em círculo, virados para dentro; outro ainda, decidiu mantê-los em roda, mas virando-os para fora. O último decidiu que não estariam de mãos dadas, mas sim com os braços virados para o alto de mãos abertas. No final, o grupo discutiu essas alterações. Uns diziam que “as pessoas é que se deviam ter levantado”, outros achavam que “elas precisam sempre de uma mão, de alguém que as ajude”. Alguém refere a necessidade da “união”, daí o círculo e que este deve ser virado para fora, “porque senão é tipo seita”. Outro diz que as mãos abertas eram “sinal de esperança”, “para contrariar a tendência que temos de nos fechar”. Porém, para uma outra, fazia falta “punhos

cerrados” e “formas diferentes de resistência e de luta”, porque a resolução da crise teria de ser feita de muitas maneiras.

Frases do senso comum: este exercício foi adaptado de um exercício: “quantos *as* existem num *a*”, criado por Boal (2009:141) e também de uma proposta de José Soeiro, numa oficina no Festival Pula Forum, na Croácia, em 2013⁹⁷. A sequência é a seguinte: em círculo, o curinga pede aos participantes que, à vez, entrem dentro do círculo e digam a letra “a” com diferentes entoações e sentidos, p.ex. *ah* de admiração, *haha* repetido como se tratasse de uma gargalhada, *hã*, de dúvida, etc. A cada proposta, todos repetem a letra na entoação sugerida. De seguida, passa-se para as restantes vogais e, depois, para as palavras *sim* e *não*. Depois de já estarem “treinados” nesse exercício, começam-se a propor frases. No nosso caso, o que introduzimos de novo foi a utilização de frases do senso comum. Ou seja, frases escutadas ou proferidas quotidianamente acerca da crise. O grupo propôs expressões como “vivemos acima das possibilidades”, “tu tens o potencial”, “temos de fazer sacrifícios”, “estamos no bom caminho”, “a prioridade são os mercados”, “a culpa é do sistema”. As várias frases foram proferidas com diferentes entoações, intencionalidades e significados, como se fosse uma velhinha; uma pessoa a chorar; entre gargalhadas sarcásticas; como num discurso político; a suspirar, apaixonada; numa manifestação; como se estivessem muito felizes; com um ar inocente; de forma sedutora; cantando fado; interpretando uma pessoa muito snob; como um feirante; sussurrando em segredo; a conduzir e a fumar charuto; autoflagelando-se com um chicote; de forma repetitiva como se estivesse maníaco; como crianças numa sala de aula; como um padre numa missa; como se se tratasse de um anúncio televisivo, entre muitas outras. No final, o grupo discutia o que tinha percebido ou descoberto com este exercício.

⁹⁷ O tema da oficina retomava o de um livro entretanto publicado: “Não acredite em tudo o que pensa: mitos do senso comum na era da austeridade”, Soeiro, 2013.

7.4. Poder, *habitus* e osmose: o teatro-imagem como ferramenta de descolonização

É inegável a contribuição de Foucault na análise que fez sobre as relações e mecanismos de exercício de poder e de como estes se estendem pelos diversos campos, incluindo o corpo. Para o filósofo, “o exercício de poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, opera sobre o campo de possibilidades ou inscreve-se no comportamento dos sujeitos atuantes: incita, induz, seduz, facilita ou dificulta; amplia ou limita, torna mais ou menos provável; de maneira extrema, constrange ou proíbe de modo absoluto; contudo, é sempre uma maneira de atuar sobre um sujeito atuante ou sobre sujeitos atuantes, na medida em que atuam ou são suscetíveis de atuar. É um conjunto de ações sobre outras ações (Foucault, 1988: 15). Neste sentido, uma das suas insistências é a de que não devemos tomar o poder como algo que se possui, mas sim como algo que se exerce, o poder não existe, o que existe são as práticas ou relações de poder que se estabelecem na sociedade. Para analisar as relações de poder propõe que se observe: 1) o *sistema de diferenciações* que permite atuar sobre a ação dos outros, ou seja, as diferenças econômicas, linguísticas, culturais, de status, etc. que facilitam o exercício de poder; 2) o *tipo de objetivos* perseguidos por aqueles que atuam sobre a ação dos outros: manter privilégios, exercer uma função, acumular capital; 3) as *modalidades instrumentais*: estratégias utilizadas: palavra, violência física, mecanismos de controlo ou vigilância; 4) as *formas de institucionalização*: através de fenómenos como o costume ou o hábito, regulamentos, estruturas hierárquicas e outros sistemas complexos; 5) e os *graus de racionalização*, mais ou menos elaborada conforme a “eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado” que fazem com que o exercício de poder se reelabore, transforme, organize-se, ajustando-se à situação (Foucault, 1988: 18).

No entender de Foucault, a modernidade tendeu a substituir as formas de poder repressivo por formas de poder disciplinar, que se exercem na forma de micropoderes ou de uma micropolítica. Operando por meio de estratégias e mecanismos subtis de adestramento, esse poder tem por objetivo a conformação ou docilização física, política e moral dos corpos (Passos, 2008: 12). Exemplos dessas

técnicas são o controlo do tempo e do espaço ou o poder panóptico: a ideia de que estamos permanentemente a ser observados. Podemos observar esses fenómenos à luz dos temas que analisamos nesta investigação: a crise, o desemprego, a precariedade. Nessa condição disciplinar, o corpo, submetido às técnicas de vigilância e controle, torna-se gradativamente um “corpo dócil e útil”, a disciplina apropria-se do corpo, com a finalidade de tirar dele o maior proveito possível (Foucault, 2005). Pense-se, por exemplo, no trabalhador de call-center - cujos horários de intervalo ou de chamadas são controlados ao minuto -, ou na desempregada obrigada às apresentações quinzenais. Esse poder é por isso controlo, mas não só. O que faz com que esse poder se mantenha e seja aceite e integrado na vida social, é “que ele não pesa só como uma força que diz não”, “ele premeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 1982: 8). Por isso, outros mecanismos de controlo funcionam pela sedução: como o prémio do melhor funcionário, o sistema de recompensas pela venda de produtos ou as hierarquias.

Como defende Foucault “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (Foucault, 1982: 47). O corpo é assim “superfície de inscrição dos acontecimentos” (ibidem, 15), é o território da experiência, da história e das lutas que se dão dentro dela. Quando se fala em controlo e colonização, não estamos a referir-nos apenas às “subjetividades”. Numa situação de crise generalizada e de cortes das proteções sociais, a possibilidade de virmos a ter fome é muito concreta; um indivíduo que acumule trabalhos precários sentirá - fisicamente - o cansaço, a dor ou as marcas da especialização da sua tarefa; um jovem desempregado a contar os trocos para pagar a renda e incapaz de perspetivar o futuro verá os seus níveis de ansiedade alterados e sentirá a tensão nos dentes, no pescoço, nos batimentos cardíacos; a impotência e o medo que atravessam uma grande parcela da sociedade será visível nos corpos tolhidos e vergados, incapazes de resistir. Esse poder disciplinar atua não só sobre os microcorpos dos indivíduos, mas também

enquanto biopoder, “ampliando a dimensão do primeiro, age sobre a sociedade, tomada como corpo social a regular”. Instituições escolares, produtivas, médicas, etc, “expandem-se pela sociedade, operando uma individualização, classificação e avaliação constantes dos indivíduos, segundo programas cada vez mais minuciosos de acompanhamento, adestramento e controle do tempo e dos atos” (Passos, 2008: 13).

Este poder disciplinar assenta a sua dominação ao apresentar-se como correlativo da liberdade. Só que se ela é a liberdade formal, é também “a potência permanente da revolta, do movimento de sua denúncia e recusa” (Passos, 2008:12). Por isso, as relações de poder são “móveis, reversíveis, instáveis”. Se um dos dois estivesse completamente à disposição do outro e se tornasse sua coisa, um objeto sobre o qual ele pudesse exercer uma violência infinita e ilimitada, não haveria relações de poder (...). Isso quer dizer que, nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência” (Foucault, DE IV, p. 720, cit in Passos, 2008: 36). De facto, se o “corpo é o objecto e local privilegiado destas operações políticas e, portanto, a principal matéria de determinação política e histórica, a análise de discursos de poder sobre o corpo e sobre disciplina pode ser uma forma de ação política (Almeida, 1996: 13-14). É essa a aposta do teatro-imagem.

Outro conceito importante a mobilizar é o de *habitus* (Bourdieu, 1998b: 122), definido enquanto uma estrutura social inscrita em corpos individuais, ou seja, o esquema de disposições, incorporações, perceções, dos indivíduos consoante o grupo a que pertencem e as experiências vividas. Essas disposições embora sejam duráveis, são também mutáveis, o *habitus* não é totalmente determinista. Medeiros explorou o conceito de *habitus* na sua articulação com o corpo: o corpo como lugar de senso prático, o corpo como manifestação do *habitus* e o corpo como investimento de poder e dominação (Medeiros, 2011). Esse corpo reflete uma visão do mundo social determinada pelo lugar a que pertencemos: “o corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo” (Bourdieu, 1998b: 134). Nessa medida, a postura, gestos, feições, são largamente definidas pela posição que ocupamos no mundo: o corpo de membro do governo será necessariamente distinto do corpo de um

desempregado, por mais que tenham o mesmo peso e altura. Quando Bourdieu fala da “somatização das relações sociais de dominação” (2002), ele não está a dizer nada de muito diferente de Boal, quando analisa as máscaras sociais e a mecanização do corpo em função de determinados papéis sociais. “A submissão política inscreve-se nas posturas, no modo como nos curvamos e nos automatismos do cérebro. O vocabulário da dominação abunda em metáforas corporais”, as “palavras expressam perfeitamente a ginástica política da dominação” porque são, junto com o corpo, o suporte de apoio onde a ordem social se inscreve no corpo de forma duradoura (Bourdieu, 1982). Como salienta Tatiana, membro do grupo, há “coisas que se incutem às vezes sem nos apercebermos na nossa forma de estar, no nosso próprio corpo”.

Por isso, Bourdieu critica os intelectuais que acreditam que a “resistência à dominação” possa ser feita apenas através da linguagem, aqueles que “esperam que a libertação política provenha do efeito automático da “tomada de consciência”, ignorando “a extraordinária inércia que resulta da inscrição das estruturas sociais nos corpos. Se a explicitação pode ser um contributo, só um verdadeiro trabalho de contra-amestramento, implicando a repetição de exercícios, pode, à maneira do treino do atleta, transformar duradouramente os hábitos” (Bourdieu, 1998b: 152). No entender de Quintas, há um peso subjetivo em torno da crise, “que ninguém vê, mas sabe que existe” e que “se entranha nos poros”, o trabalho com o Teatro-Imagem parece permitir como uma forma de “abalar”, “quebrar essa subjetividade”, “mostrar o que é, esse invisível, e quebrar esse peso que as pessoas carregam”. Também participantes das oficinas se referem ao despertar desalienante proporcionado pelos exercícios: “é um alerta para o dia-a-dia, porque daqui a um mês já estou outra vez naquele círculo vicioso e por muito que me queira manter alerta, às vezes se não tivermos estímulos, com a rotina esquece! E é bom de vez em quando ter uns abanões, olha vê o que se está a passar, pensa sobre isso!”; “não ser uma máquina que ouve a televisão todo o dia, obriga-nos a ser espontâneos, a usar a intuição”.

Para Tatiana, elemento do NTO, a vantagem de utilizar exercícios de teatro-imagem em vez de nos limitarmos à palavra é uma forma de conseguir “refletir mais profundamente” sobre como é que a crise, a precariedade, a austeridade, “se reflete em nós e, portanto, a forma de pesquisa também acaba por ser mais alargada”, “quando utilizamos a palavra estamos presos a determinados conceitos e significados, a imagem e o som entram de maneira mais rápida”. João vai no mesmo sentido: “quando dás a palavra já estás a dar o guião”, “quando dás a imagem, a interpretação, a finalização é de quem vê”, “a palavra é um processo racional, enquanto a imagem é muito mais emocional, mais subjetiva. Temos de fazer o trabalho todo. E cada um vê de forma diferente”. Alexandra considera, por isso, a palavra “muito mais limitada, ao passo que a imagem permite-nos divagar, explorar mais”. Ângela reforça: “a imagem *não dá a papa*, transmite algo que nos obriga a decifrar, a ler aquilo”.

Eva Osterlind analisa o conceito de *habitus* de Bourdieu aplicando-o especificamente no contexto do Teatro do Oprimido, procurando aproximações ao conceito de *osmose*, veiculado por Boal. Na sua análise, o *habitus* serve para “explicar a persistência do status quo”, na medida em que representa as estruturas incorporadas na forma como pensamos, agimos, sentimos, inscrevendo-se não só na mente, mas também nos nossos corpos. “É uma presença ativa de todo o passado do qual é produto”, de todas as experiências internalizadas, como tal é muito resistente à mudança (2008: 72). No entender do sociólogo francês, “tudo leva a crer que as instruções mais determinantes para a construção do *habitus* se transmitem sem passar pela linguagem e pela consciência, através de sugestões inscritas nos aspectos aparentemente mais insignificantes das coisas, situações ou práticas da existência comum” (Bourdieu, 1996: 38). Boal utiliza o conceito de *osmose* para explicar como valores, gostos, ideias que nos são alheios nos invadem o cérebro. No seu entender, nas células mais pequenas da organização social (cônjuge, família, escola, trabalho) ou nos acontecimentos mais quotidianos (um jogo de futebol, uma consulta médica, um encontro num café), estão contidos “todos os valores morais da sociedade, todas as suas estruturas de domínio e de poder, todos os seus mecanismos de opressão”. A *osmose* estaria em todo o lado, produzindo-se em cada uma dessas células, através

da repressão (castigos, hierarquias), mas também da sedução (gratificação, louvor, prêmios) (2003: 31). Uma das demonstrações da *osmose* seriam os rituais que cada sociedade constrói e impõe aos seus cidadãos: códigos sociais, costumes, normas de comportamento. Quando esses códigos ou normas já não correspondem aos desejos e necessidades das pessoas que controla ou quando estes levam a determinados atos contrários à sua vontade, podemos considerar que se transformaram num ritual. Nesse sentido, um ritual “é um código que aprisiona, que constrange, autoritário, inútil ou, no pior dos casos, necessário para garantir a perenidade de uma forma de opressão”. (ibidem: 87)

Referindo-se especificamente ao exercício de desconstrução de “frases de senso comum”, que procuravam precisamente pôr a nu esses rituais, participantes da oficina salientaram que estas são “transversais a todos os sectores e colam-se, grudem-se, e são pouco questionadas, são reproduzidas em vários espaços”. Levando “um bocado à acomodação, isto é repetido tantas vezes, que entra nas nossas cabeças, achamos que não há alternativa”. Acaba por se tornar “um instrumento de alienação”, “às tantas, nem precisas dos *media*, porque no quotidiano, tens pessoas que te vão lembrando disso, da “veracidade” entre aspas dessas ideias”. Porém, “se as deslocalizas, se lhes deres outros tons, percebes o vazio”, “o absurdo”, “incongruências”, “as múltiplas interpretações que podem ser dadas em diferentes tons e tonalidades, a mesma frase com diferentes entoações e contextos podem revelar interesses completamente diferentes”; “o *temos de fazer sacrificios* do Passos Coelho não é o mesmo da velhinha que perdeu a pensão”. Ao mesmo tempo, “o facto de o fazermos em grupo dá um bocado a noção de unanimidade, que estamos todos no mesmo barco”, se “fossemos todos lá para fora, as pessoas percebiam a incongruência daquilo que anda por aí”, “porque as frases ficam esvaziadas de sentido”, “quando mais as repetimos, mais perdem sentido”.

Adam Perry, um investigador canadiano, procurou igualmente analisar o Teatro-Imagem como “ferramenta pedagógica e dramatúrgica de descolonização” que envolve a “articulação e transformação de ideologias dominantes ao nível das comunidades e dos corpos individuais” (Perry, 2012: 103). No seu entender, o

processo de incluir e interpretar memórias e experiências pessoais e corporais, num processo coletivo, facilita a compreensão sobre as situações de opressão e em como estas estão ligadas a estruturas de dominação. Ao criar uma “linguagem partilhada comum”, “não só ajuda a desconstruir o discurso dominante” como também a “constituir identidades e subjetividades contra-discursivas”. A descolonização inclui assim “representações de resistência, reivindicação e transformação de ideias que foram incorporadas nos nossos corpos e comportamentos” (idem, *ibidem*: 108–109).

Foi essa investigação que tentámos fazer coletivamente através da experiência com Teatro do Oprimido. Sérgio de Carvalho, dramaturgo, encenador e investigador escrevia recentemente que “o melhor teatro do oprimido é o que se entende como laboratório social realizado por grupos de pessoas que enfrentam sua condição de seres coisificados - económica e culturalmente” (2015: 12). Encarar o espaço do NTO como momento de pesquisa coletiva, libertando-nos de papel de seres coisificados e alineados, foi uma das nossas prioridades. Nos nossos encontros e durante as oficinas, trazíamos aquilo que nos preocupava, nos inquietava, nos colocava questões por resolver e procurávamos investigá-las através do corpo e da palavra.

No Portugal da crise e da austeridade, os processos de *osmose* e o poder disciplinar têm sido amplamente utilizados pelo poder. Na opinião de Soeiro esse é “um dos campos em que a opressão tem ganho mais terreno”; “é sabido que coerção e a repressão física são formas eficazes de manter um sistema, mas a construção de significados na cabeça das pessoas é uma fonte muito mais decisiva de poder. Essa é a força atual do discurso da “inevitabilidade da austeridade”, do “não há dinheiro”, do “andamos a viver acima das nossas possibilidades”, que têm sido os argumentos que legitimam o retrocesso que vivemos. No presente contexto, os agentes que torturam corpos acabam por ser menos eficientes do que aqueles que nos policiam dentro da cabeça” (Sоеiro, 2012b: 4). Porém, como ressalta Boal, a *osmose* não se concretiza de maneira sempre pacífica balançando sempre numa relação tensa entre sujeito e objeto (2002a: 32). De facto, o trabalho com o TO, através da linguagem corporal, do diálogo, da interpretação coletiva, permite tornar visíveis as estruturas

e relações de poder e os aspetos inconscientes do *habitus*, mas ao mesmo tempo permite ensaiar estratégias de resistência e de mudança. Bogad reforça como este pode “juntar as pessoas num espaço comum, a “expressar e desenvolver criativamente, não-verbalmente e dialogicamente as suas percepções do mundo, estruturas de poder e opressões.” (2005: 49). Assim, essas estratégias, “despertam não só a consciência, mas também os corpos para a ação política” (Delgado, 2013: 69).

Os vários exercícios e experiências aqui relatados permitem perceber o potencial da linguagem simbólica para ativar discussões, para revelar o que não é dito ou percecionado de forma imediata, para perceber as incoerências e contradições em frases, conceitos, sistemas inteiros; para estabelecer dialeticamente relações entre o que é subjetivo e objetivo, razão e corpo, particular e geral. O *jogo de poder*, por exemplo, permite percecionar as várias camadas de poder, as interseções, as diferentes estratégias para o exercer, entender o poder não como uma essência - da qual determinados sujeitos são detentores - mas como uma relação que é estabelecida entre diferentes indivíduos e grupos sociais. As *imagens da palavra* que vê na austeridade “um gajo barrigudo que tem a mania que manda”, que vê a precariedade como “contrarrelógio” e atividade “malabarista”, a Troika como os “senhores de pasta que nunca falam, mas têm um impacto enorme na nossa vida”, possibilita construir e descobrir sentidos novos naquilo que nos é apresentado como naturalizado. Um dos objetivos mais repetidos na descrição das performances - mostrar as pessoas por detrás dos números - é também potenciado pela linguagem teatral, ao concretizar o que é abstrato, ao desocultar o que permanece invisível, aquilo que, “por excesso de uso”, deixou de despertar emoção (Boal, 1977b: 71). Mostrar as várias formas de ter as *mãos atadas* permite pensar a precariedade não como algo adjudicado a uma geração, classe, condição social ou nível de habilitações académicas, mas como algo transversal e generalizado; as *frases do senso comum* ditas de formas diversas - num lamento, às gargalhadas, a gaguejar - ou interpretando personagens - uma velhinha, um político num discurso, um homem muito rico - permitem revelar as relações de poder que essas sentenças escondem porque o seu

significado depende de quem as enuncia. Transformar números da crise em imagens de pessoas concretas, é personificar - a cada momento - as consequências da crise e das medidas económicas e sociais que as acompanham. Construir um *Monstro da Crise* que nos engole os sonhos é reclamar a existência destes e reivindicar o direito a mantê-los vivos, impedindo que os destruam. Observar as *estátuas coletivas da crise* em que o reflexo são imagens de “sofrimento”, “resignação”, “cansaço” e os sons são “muito baixos, afastados”, “prolongados, arrastados”, como “lamúrias”, o processo de as observar de fora, de tomar consciência delas, não deixará de contribuir para um despertar e para uma vontade de resistência. O exercício de pensar como é que a crise afeta o nosso corpo, como é que seria a imagem da Troika, o som da dívida ou o ritmo da austeridade permite-nos analisar o impacto destas palavras - e dos significados que elas encerram - nos nossos corpos, religando-as com as nossas experiências, conferindo-lhes um sentido próprio, (re)construindo os significados sobre temas que nos dizem respeito: desemprego, emigração, precariedade. Na medida em que “aprendemos pelo corpo” e que as “injunções sociais mais sérias dirigem-se não ao intelecto, mas ao corpo” (Bourdieu, 1998b: 124), a tarefa de descolonização das subjetividades, passará assim por uma análise profunda das formas de dominação exercidas ou refletidas através do corpo, conhecendo-o, exercitando-o, desmecanizando-o e possibilitando a sua “reprogramação”. Fazê-lo em coletivo permite libertarmo-nos, de alguma forma, do peso subjetivo e objetivo que elas provocam nas nossas vidas, procurando os pontos comuns e espaços de resistência. Como Quintas reforça, experiências como estas servem para “dar esse retorno, essa energia, para fazer com que as pessoas acordem e percebam que têm essa força”.

8. A MÁQUINA DO EMPREENDEDORISMO: estética do oprimido e a “invasão dos cérebros”⁹⁸

“Tatiana: Lembro-me quando começamos com esta coisa do empreendedorismo, achamos estranho, não está a cair bem, mas porquê? Porquê? E esse porquê é que nos leva a essa busca.” (GF-K,14)

O que começou por ser um *porquê* insistente levantado por um dos membros do grupo – e partilhado pelos restantes – transformou-se num projeto de pesquisa utilizando diferentes linguagens e em diferentes âmbitos, em articulação com o grupo de Teatro do Oprimido do Porto (Tartaruga Falante), com a Associação Precários Inflexíveis e com a Plataforma “Que se lixe a Troika”. A “máquina do empreendedorismo” é uma performance teatral criada a partir de uma sequência alegórica de análise (um exercício concebido por Julian Boal) durante o Óprima 2013 - Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo que, nesse ano, teve lugar em Braga. A partir das discussões geradas pela “máquina”, foi criada uma peça de teatro-fórum, organizados debates, um protesto de rua e um encontro político. Este capítulo introduz a “estética do oprimido”, concebida por Boal como resposta à “invasão de cérebros”. Posteriormente descreve e analisa os processos de criação, as motivações do grupo em relação ao tema e a cronologia do projeto. Por fim, é apresentado são apresentadas reflexões teóricas sobre o “empreendedorismo em tempos de crise”: suas estratégias, objetivos e contradições, a partir de uma análise crítica do discurso. Neste capítulo e, no seguinte, são incluídos excertos do grupo focal realizado com a Tartaruga Falante (TF), no dia 6 Março de 2014 (duração: 2h22min), cujos elementos participaram na “Máquina do Empreendedorismo” e na peça de teatro-fórum “MET2”: são eles: Maria, 31 anos, educadora social; Anabela, 35 anos, arquiteta; Jorge, 31 anos, educador social; José, 31 anos, bolsheiro de doutoramento; Teresa,

⁹⁸ Este capítulo inclui excertos de um artigo publicado na revista Investigar em Educação, ver Barbosa & Ferreira, 2015

31 anos, professora; Pedro, 31 anos, arquiteto emigrado e Amarilis, 26 anos, atriz desempregada.

8.1. Estética do oprimido e a invasão de cérebros

Quantas vezes damos por nós a cantar uma música sem nos lembrarmos onde a ouvimos? A desejar ardentemente obter a última marca de telemóvel ou a reproduzir um slogan publicitário de um produto que nunca adquirimos? Quantas vezes reparamos numa criança a reconhecer uma marca de supermercado sem saber ler? Como é que um autor ou um filme saltam para as prateleiras dos *bestsellers*?

A *estética do oprimido*, a última das pesquisas iniciadas por Boal e pela sua equipa, no início dos anos 2000, mais do que uma técnica, tornou-se parte indissociável do Teatro do Oprimido. Partindo da noção marxista de que “as ideias dominantes numa sociedade são as ideias da classe dominante”, o dramaturgo analisa os canais estéticos por onde essas ideias entram: a palavra, a imagem e o som, considerando que “é também nestes domínios que devemos travar as lutas sociais e políticas em busca de sociedades sem opressores e sem oprimidos.” (Boal, 2009a: 15)

Através dos meios de informação e comunicação e também da arte e da cultura - dos noticiários televisivos aos currículos escolares, das músicas que ouvimos na rádio à publicidade, dos *bestsellers* às exposições nos museus - os grupos dominantes controlam a palavra, som e imagem, “monopolizando esses canais, produzindo uma estética anestésica”, conquistando “o cérebro dos cidadãos para esterizá-lo e programá-lo na obediência, no mimetismo e na falta de criatividade”, transformando-o numa “mente erma, árida, incapaz de inventar.” (Boal, 2009a: 17).

Esse analfabetismo estético constitui um perigoso instrumento de controlo ao produzir aquilo que Boal chama de “invasão de cérebros”: uma forma de dominação “cotidiana, sub-reptícia e subliminal” (2009: 154). Refutando a contemplação e passividade da fruição artística, o dramaturgo argumenta que só através da contra-comunicação e da contra-cultura de massas e do contradogmatismo; só a favor do

diálogo, da criatividade e da liberdade de produção e transmissão de arte, do pleno exercício das duas formas humanas de pensar, só assim será possível a liberação consciente e solidária dos oprimidos e a criação de uma sociedade democrática.” (Boal, 2009a: 19) Para isso, Boal idealizou um programa de alfabetização e democratização estética, criando condições para que os oprimidos desenvolvam a capacidade de simbolizar, metaforizar, fazer parábolas ou alegorias, “que lhes permitam ver, à distância, a realidade que devem modificar.” (idem: 122) Mais do que uma técnica de TO, a estética do oprimido é uma parte indissociável de qualquer projeto de criação. Inventar letras a partir de melodias conhecidas ou de anúncios publicitários; criar figurinos ou fabricar adereços consoante as metáforas construídas; construir esculturas sonoras ou plásticas a partir de determinado tema, são alguns dos exemplos desse programa de alfabetização estética.

8.2. Sequência alegórica da análise

O ponto de partida para este projeto surgiu em Fevereiro de 2013, durante uma oficina de dramaturgia com Julian Boal, no âmbito do Óprima - Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo, em Braga. Os cerca de cinquenta participantes da oficina tinham proposto alguns temas que gostavam de analisar, desses foram escolhidos aqueles que recolhiam mais interesse por parte do coletivo: direito à habitação, reprodução social na educação, empreendedorismo; criminalização da pobreza, eram alguns deles. Fomos divididos em grupos (com cerca de oito elementos) consoante o tema que mais nos inquietava, o meu era o do empreendedorismo. No nosso grupo estavam três elementos de Braga que já tinham discutido o tema aquando da preparação da peça “Troka o Salazar pela Troika”. De imediato, na primeira partilha de comentários, percebemos que mais do que o empreendedorismo por si mesmo, criticávamo-lo enquanto discurso, em particular em períodos de crise e de falta generalizada de emprego.

A proposta de Julian era que, a partir desse tema, construíssemos uma “sequência alegórica de análise”: uma cena ou performance teatral curta utilizando

apenas a linguagem metafórica. Deu-nos dois exemplos: um fora feito com um grupo na Escócia: um escocês acolhia alegremente um imigrante, propondo uma dança com ele, a dada altura, com um passo de dança, o imigrante é colocado de joelhos, o escocês senta-se em cima dele e, de seguida, chama-o, assobiando como se tratasse de um cão. O segundo mostrava um menino a brincar com um GI-Joe e uma menina com uma barbie, os dois iam crescendo lentamente, ele cada vez mais forte, ela cada vez mais delicada; até que se, já adultos, se vê uma cena de violência do homem em relação a ela. O primeiro era uma crítica à forma de acolhimento dos imigrantes, o segundo estabelecia uma ligação entre os estereótipos sexistas e a violência de género (NF, 2013). Eram cenas muito simples e breves, mas conseguiam transmitir claramente a análise feita. A “sequência alegórica de análise” pressupõe responder a seis perguntas através, do som, da imagem, do ritmo: onde estão as relações de poder? Quais as estratégias utilizadas para perpetuar esse poder? Quem beneficia ou tira vantagem? O que esconde esse conceito? Qual a raiz do problema? E onde estão as suas contradições? Da criação e discussão coletiva, surgia a seguinte sequência com cerca de oito minutos, acompanhando o percurso de uma desempregada.

A cena principia com um patrão - simbolicamente associado à figura do “capitalista” - que, do alto do seu posto, vai acumulando lucro. Vários trabalhadores dispostos em linha fazem tarefas mecanizadas. O lucro vai sendo reduzido e o patrão despede um dos funcionários, levando a que os que ficam trabalhem a um ritmo redobrado. A *desempregada* dirige-se ao centro de emprego, mas a única resposta que lhe é dada são monossílabos repetitivos, o carimbar de papéis e o abanar de ombros: *seja pró-activo*. A *desempregada* insiste, batendo a várias portas que nunca se abrem e circundando anúncios em jornais. O tempo passa: *tic, tac, já pagaste a luz? Tic-tac - não tens dinheiro para a renda? Tic-tac*. Nessa espera angustiante, a *desempregada* liga a televisão do qual irrompe um anúncio, convidando-a entrar no mundo encantado do empreendedorismo. Entrando numa espécie de túnel, cantam-lhe uma canção “Bem-vinda ao mundo encantado do emprego onde há reis, princesas,



ladrões, desenvolve o teu potencial e serás um grande empreendedor⁹⁹”. A *desempregada* é então moldada para se tornar mais confiante, mais ativa, mais dinâmica, sendo empurrada de um lado para o outro, num jogo do sempre-em-pé, onde lhe repetem as palavras mágicas: “o potencial está em ti! Agarra essa oportunidade! O destino está nas tuas mãos”. A potencial empreendedora sente-se cada vez mais empurrada de um lado para o outro, até que desiste,

rompendo com a barreira. É apontada como fracassada e esquecida pelos seus companheiros. A sequência recomeça: os lucros continuam a escassear e o patrão volta a despedir e os restantes empregados trabalham - agora a triplicar - num estado de total exaustão.

A performance teatral alegórica procurava assim representar os vários mecanismos envolvidos no discurso do empreendedorismo - suas estratégias e seus objetivos - tendo em conta o panorama da crise e da austeridade: o sistema capitalista de acumulação de lucro; a exploração laboral; a falta de respostas públicas e a burocracia dos centros de emprego; a chantagem pelo medo; a ilusão de que tudo

⁹⁹ A melodia da canção e a adaptação da letra corresponde à música da Leopoldina, da marca Continente: “Bem-vindo ao mundo encantado dos brinquedos, onde há reis, princesas, ladrões...”

é fácil e de que estás nas mãos do individuo a solução para o seu problema de desemprego.

8.2.1. Da “irritação” ao “combate” do discurso: porque nos envolvemos?

Quando nos juntamos a esboçar as primeiras ideias, não sabíamos ainda os verdadeiros motivos pelos quais criticávamos o discurso do empreendedorismo. Sentíamos que havia algo de “estranho”, que nos “irritava muito”, mas não conseguíamos objetivar as razões, defini-las concretamente. O primeiro passo foi, portanto, “perceber porque é que estávamos fartos do discurso do empreendedorismo”. Partilhamos histórias, contámos situações, enumerámos a quantidade de vezes que ouvíamos essas palavras e em que contextos, e “chegámos a conclusão que nos dão o empreendedorismo como a única solução para o desemprego e que, portanto, as duas coisas estavam muito ligadas. Ou seja, o desemprego era a raiz do problema. (GF-T,14) A máquina permitia “ver o fenómeno de forma mais ampla”, dando “uma imagem dos vários sistemas e das várias camadas”. (GF-K, 14). Através da partilha de situações reais, do diálogo e da criação não só da máquina, mas do projeto que se foi desenvolvendo, a crítica ao discurso foi assentando em bases mais sólidas.

Para Tatiana, “há alguma coisa que cola”. Encontrando-se nessa altura desempregada, dizia: “apesar de ser totalmente crítica em relação a este discurso, o meu dia-a-dia não é fácil, às vezes olho para mim e digo, “tás um bocadinho preguiçosa, já devias ter feito mais hoje”. E, por isso, no seu entender, “há um aproveitamento do momento. Porque apesar de rejeitarmos e criticarmos há coisas que mesmo assim passam.” Para João, isso acontece porque “faz sentido. Ser empreendedor faz sentido. Óbvio que quando estamos em crise, nós vamos tentar procurar uma solução.” Para Quintas, “o discurso está bem montado e as palavras estão todas certas.” (GF-T, 14) Teresa diz que o discurso “colou porque há uma base muito frágil”, o “empreendedorismo por si, não tem mal nenhum. O empreendedorismo enquadrado nesta destruição do trabalho e da forma como se

organiza toda a relação laboral é que ganha contornos complementemente desregulados e que vão contra todas as lógicas de estabilidade e segurança que o trabalho supostamente garantiria.” Anabela conta que já esteve envolvida em projetos de empreendedorismo e que, inclusive, montara uma empresa que acabou por falir: “sempre fui um bocadinho de pé atrás”, “toda essa coisa da ideia”, “não tem nada de facilidade”. E, por isso, acha que “é preciso acordar as pessoas. Principalmente malta da nossa idade e mais novas”, que acham que “basta fazer uns doces em casa e aquilo mete-se na internet e tem muito sucesso, não é nada assim (...) é uma luta constante e diária.” Também para Jorge, a razão pela qual decidiu entrar neste projeto foi para “combater este discurso, que se está a tornar hegemónico”, mas por outro também, despertar nas pessoas o poder de contrariarem essa tendência de não lutar, de ficar amorfos, de não reivindicar”, “levar essa discussão para que mais pessoas possam insurgir, dar um rosto a essa luta.” (GF-T, 14)

8.2.2. Da rua aos debates: protesto, denúncia, discussão

A “Máquina do Empreendedorismo” foi apresentada em Braga logo no mês seguinte, no dia 2 de Março de 2013, abrindo a manifestação convocada pela plataforma “Que se lixe a Troika” Na manifestação, durante a apresentação da nossa máquina, montámos um balcão em cartão, colando nele um cartaz sobre uma palestra de empreendedorismo que tinha decorrido na Universidade do Minho: “Transforma a venda do teu produto! Qual produto?! O produto és tu! Não tens um preço! Tens o valor que as empresas te dão. Não podes parar! Produto parado é produto desvalorizado!”

No mês seguinte, no dia 1 de Maio de 2013, voltávamos a sair para a rua numa ação



de protesto. As declarações de Miguel Gonçalves, popular empreendedor bracarense – à época embaixador do programa do Governo “Impulso Jovem”, de incentivo à criação do seu próprio negócio, provocavam polémica e o rastilho necessário para a nossa ação:

“Amigo, se tu com 20 anos não consegues arranjar 100 euros por mês para pagar os estudos, então vais ter muitos problemas na vida, porque até a vender pipocas se arranja cem euros por mês” (Público, 02/04/13) “É um mito muito grande dizerem que não há trabalho” (...)“muitos dos que estão desempregados, estão desempregados porque, ponto número um, não querem trabalhar e, ponto número dois, são maus a fazê-lo. (Jornal I, 22/04/13)

A ideia surgiu de um dos membros do NTO: vamos distribuir pipocas no dia do Trabalhador, como forma de crítica a este discurso. O planeamento seguiu a lógica de sempre: reunir o grupo, aliciar pessoas que pudessem colaborar, adquirir o material necessário e partir para a rua. Como não havia nenhuma concentração sindical marcada para Braga - nem qualquer outro evento a assinalar a data - o NTO



decidiu convocar uma concentração pelas redes sociais, contactando a plataforma “Que se lixe a Troika” que depressa se disponibilizou a colaborar na divulgação e na performance.

Na convocatória não referíamos a ação que estávamos a preparar, pois queríamos aproveitar o fator surpresa. No texto do evento no *facebook*¹⁰⁰, o NTO começava por recordar o 25 de Abril e o 1º de Maio de 1974, em que as ruas se “encheram de alegria e de sonhos”. “Para amanhã, dia do Trabalhador, não está nada marcado para Braga. Nenhuma celebração, nenhum protesto. Não interessa. A rua é NOSSA! Para isso, convidamos todos os cidadãos e cidadãs a ocuparem as ruas. Marcamos encontro na Avenida Central, junto às pirâmides, às 15h, para um piquenique comunitário. Tragam farnel, música, palavra e força. O sol vai brilhar. (...) É na reivindicação do espaço público que se faz a reivindicação da cidadania, da democracia e do futuro.”

No dia marcado, vários elementos do grupo, engravatados, distribuíram um saco de pipocas junto com um manifesto lido publicamente. Para além das declarações acima referidas, lia-se: “Em nome dos 17,5% de desempregados, 40% deles jovens; em nome dos cerca de 100 mil portugueses que emigraram no último ano; dos milhares de alunos que abandonaram os estudos por falta de recursos; em nome de todos os trabalhadores precários e dos números que fogem das estatísticas e, acima de tudo, em nome de todas as pessoas por detrás destes números”. Terminava com uma crítica à “falácia do empreendedorismo” ao discurso dos “super-heróis com iniciativa e atitude” que “culpabilizam o indivíduo” e desresponsabilizam o governo. Por ter sido feito no dia anterior, o apelo à mobilização surtira um efeito diminuto, não se reunindo mais do que duas dezenas de pessoas, contudo, a sátira que tínhamos preparado conseguira atrair alguma atenção mediática¹⁰¹ e o facto de circularmos pela praça com o manifesto e as pipocas, conversando com as pessoas, gerou algum impacto local.

¹⁰⁰ <https://www.facebook.com/events/325778010882890/>

¹⁰¹ Algumas das notícias publicadas: http://www.rtp.pt/noticias/cultura/teatro-do-oprimido-de-braga-oferece-pipocas-para-comemorar-dia-do-trabalhador_a647941;
http://www.rum.pt/index.php?option=com_content&task=full_item&item=35024§ion=4

Em Agosto do mesmo ano, voltámos a apresentar a Máquina do Empreendedorismo, durante a Semana da Juventude, organizada pelo Conselho Municipal da Juventude e a Fundação Bracara Augusta, no GNRation, um local destinado a implantação de start-ups e “ideias para o futuro”. O debate fora intenso¹⁰². Entretanto já havíamos construído uma peça de teatro-fórum - MET2 - que ainda que, tivesse surgido a partir da máquina, se havia desenvolvido para uma crítica mais abrangente ao discurso do empreendedorismo tendo como pano de fundo a redução dos direitos laborais e o contexto de crise em Portugal. Nesse ano, a peça foi apresentada em vários locais do país. Em Fevereiro de 2014 fazíamos uma síntese desse projeto no Encontro “Juventude, trabalho e futuro”, organizado pela associação krizo e com o apoio e participação da Tartaruga Falante e dos Precários Inflexíveis. Foi apresentada a peça de teatro-fórum; dinamizada uma oficina sobre “Imagens e sons da crise”; organizando uma sessão sobre os “falsos recibos verdes”, conduzida pelos Precários Inflexíveis e um debate “O que é preciso é sermos empreendedores?”.

Teatro do Oprimido lembra desempregados no 1.º de Maio



Grupo ofereceu pipocas para denunciar «gurus do empreendedorismo»

JORGE OLIVEIRA

O Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga assinalou ontem o Dia do Trabalhador lembrando os 17,5% de desempregados (40% deles jovens), os cerca de 100 mil portugueses que emigraram no último ano, os milhares de alunos que abandonaram os estudos por falta de recursos e os trabalhadores precários em Portugal.

Durante a ação, organizada na Avenida Central, o grupo resolveu oferecer pipocas aos transeuntes

como forma de denunciar «todos os gurus do empreendedorismo» que procuram com os seus discursos passar a ideia de que não há falta de trabalho no país.

«É insultuoso pessoas como o nosso conterrâneo Miguel Gonçalves dizer que as pessoas precisam é de iniciativa, de ser empreendedores e que não querem trabalhar», considerou Inês Barbosa, porta-voz daquele movimento, depois de ler um manifesto em que o Teatro do Oprimido afirma que

«é preciso terminar com esta falácia do empreendedorismo que culpabiliza o indivíduo, desresponsabilizando as políticas sociais e económicas que têm vindo a ser impostas pelo Estado».

Recorde-se que Miguel Gonçalves disse, quando foi apresentado pelo Governo como embaixador do programa Impulso Jovem, que se um jovem com 20 anos não consegue arranjar 100 euros por mês para pagar os estudos, «vai ter muitos problemas na vida, porque até a vender

pipocas se arranja 100 euros por mês».

Segundo Inês Barbosa, este tipo de discurso, que «esquece as milhares de pessoas desempregadas e as que abandonam o país por falta de recursos», não é só propalado na praça pública, é algo que está também a «invadir» as universidades e isso «é muito grave».

«É o espírito do capitalismo a falar. Não podemos cair no erro de responsabilizar o indivíduo, dizer que são as pessoas culpadas por tudo o que acontece, que são culpadas do seu estado de desemprego, e desresponsabilizar o Estado disso», referiu.

A este grupo de ativistas juntou o núcleo de Braga do movimento “Que se lixe a troika”, que aproveitou para distribuir a convidar para numa reunião, no dia 7 de maio, às 21h30, na Velha-a-Branca, para preparar a manifestação agendada para o dia 1 de junho, em Lisboa, sob o lema “Povos unidos contra a troika”.

¹⁰² Infelizmente, a gravação do debate foi perdida, não sendo possível fazer a sua análise.

8.2.3. Debate “O que é preciso é sermos empreendedores?”

Para o debate, em formato prós e contras, convidamos, Ana Paula Marques, professora da Universidade do Minho e Rui Pinheiro, gestor do blogue “O empreendedor bracarense”; Américo Monteiro, dirigente nacional da CGTP e José Soeiro, sociólogo, investigador e dirigente do Bloco de Esquerda. Para a moderação convidamos José Reis, jornalista e diretor de informação da RUM - Rádio Universitária do Minho.

O debate foi longo e a discussão teve momentos mais acesos e outros onde se percebeu algum consenso. Agregamos aqui as posições mais relevantes de cada um deles. Para Rui Pinheiro, o rosto do “Empreendedor Bracarense” – uma plataforma online que entrevista e dá a conhecer pessoas e projetos como “forma de inspiração – momentos como aquele, um encontro organizado por associações, podem ser considerados “um exemplo de empreendedorismo”. Confessa ter uma “visão romantizada” sobre o tema, para ele um empreendedor é um “criador de valor” e, apesar de identificar vários perfis, diz que é normalmente uma “pessoa que gosta de arriscar”, tem uma “postura pró-ativa, coragem, resiliência, resistência”. Diz que há um “mito”, “ah, ser empreendedor é bom porque tenho a minha empresa, os meus horários”, afirmando que estes “trabalham o triplo que os seus funcionários, não têm horários, e não, tem muitas mais responsabilidades”, se “as coisas correrem mal vai ter de ir ao bolso dele repor o dinheiro”, por isso, volta a frisar que “ser empreendedor hoje em dia é sobretudo ser corajoso. Bater a muitas portas, insistir, voltar a insistir, ser resistente”, “ouvir muitos não” e “contornar os obstáculos”. Considera que não se nasce empreendedor, por isso, organiza sessões com “oradores motivacionais”, “especialistas” que ajudam “os jovens a encontrar ferramentas para criar o seu próprio emprego” ou a “aprender técnicas para melhorar entrevistas de emprego”, “a postura, por exemplo, pode fazer a diferença.” No seu entender, o “desemprego e o contexto de crise pode ser uma oportunidade”, os jovens só “não podem é ficar nos cafés, a ver a telenovela, a mandar currículos todos iguais.” Ana Paula Marques, docente universitária, é mais subtil no modo como defende o empreendedorismo, primeiro de tudo, porque considera não existir “uma definição

pacífica” sobre o que ele significa e segundo, porque este “não pode ser equacionado de forma estritamente economicista”. Além disso, as questões da empregabilidade e empreendedorismo têm de ser “discutidas, desconstruídas, balizadas”, mediante os “contextos sociais, ideológicos, políticos” e também os “diferentes percursos” individuais, que são desiguais, “não temos todos o mesmo ponto de partida.” Refere também que há um “perfil de empreendedor”, “muito mais masculino que feminino”, “níveis de habilitações mais altos.” Américo Monteiro, dirigente da CGTP, “refere-se ao empreendedorismo como o “neoliberalismo a responsabilizar-nos pelos problemas causados pelo próprio neoliberalismo”. O “mais velho da mesa” lembra que noutros tempos se falava de “cooperativismo, associativismo, parcerias, um conjunto de pessoas a procurar respostas” e que hoje “as coisas projetam-se no individualismo”. Dá o exemplo das “iniciativas locais de emprego”, que se baseavam no “aproveitamento das sinergias locais”, “experiências de organização da vida social ao serviço de todos, respostas coletivas”. Por isso, diz que é preciso voltar a “criar espaços de experimentação, de cidadania, que também permitam criar postos de trabalho, aproximar mais as pessoas.” Enquanto isso, “a malta jovem” que não tem emprego, “precisa de viver” de “encontrar a sua subsistência” e admite que isso nem sempre se encontra de forma legal. José Soeiro, sociólogo e deputado do Bloco de Esquerda, questiona o conceito de empreendedorismo, dizendo que “se é uma questão de agir sobre a realidade, não há nada mais empreendedor do que formar um grupo de teatro ou uma associação”, “se for uma ação que implica risco, coragem, resiliência”, casos como a greve dos enfermeiros da saúde 24 são um exemplo de tudo isso, mas “ninguém ousaria dizer que eles eram empreendedores, porque a ação de defesa dos direitos, do trabalho, é vista como o oposto da versão e do discurso dominante do que é o empreendedorismo”. Na sua opinião, a coragem e o risco de que normalmente falam os empreendedores tem como “medida o lucro” e como objetivo “o ganho individual”. A “febre do empreendedorismo” vai funcionar como “cortina de fumo”, sendo o desemprego apresentado “não como produto de uma escolha económica, mas como défice de disposições”, “competências”, para o emprego. Referindo-se às transformações no mundo do trabalho diz que muito do

que hoje acontece - “trabalho temporário ou à jorna, não haver contratos, trabalho não remunerado ou pago em géneros” - são “ideias antigas que já tinham sido arrumadas pela civilização” e que hoje ressurgem, muitas vezes usando o empreendedorismo, como “muleta retórica”. Do público, vieram outras reflexões importantes, uma rapariga que se considera “empreendedora” diz que não gosta de ver o conceito associado à “criação de empresas” e diz mesmo que “fica assustadíssima quando dizem que vão abrir nas escolas uma disciplina de empreendedorismo”, porque ter “medo que vão para lá professores de economia”. Queixa-se também da “falta de comunicação incompreensível”, a informação sobre a “maioria dos financiamentos dos projetos”, “sabe-se quinze dias antes de fecharem”. Outro participante do público, membro dos Precários Inflexíveis, declara que “estamos numa espécie de disputa lexical” pelo termo. O facto de considerarmos o empreendedorismo “como uma disposição para a empregabilidade”, “afeta todas as áreas da nossa vida, colonizando-as”, é uma “narrativa que se impôs”, “sem nos questionarmos” e direcionada a “uma panaceia para a solução para o desemprego.” Dá um exemplo dessa colonização, quando assistiu a uma sessão motivacional em que o formador perguntou à plateia qual “deveria ser a primeira coisa a fazer ao contactar uma empresa”, perante respostas como “tentar ter uma conversa pessoal” ou “melhorar o cv”, a resposta do formador foi “não, a primeira coisa é consultar o nosso facebook e apagar todas as fotos comprometedoras que possamos ter.” Por outro lado, embora haja uma “enunciação universalista” de que “todos somos ou podemos ser empreendedores”, quando se analisam as “medidas específicas” de apoio ao empreendedorismo, estas são reduzidas a um determinado público-alvo: “só para jovens licenciados” ou para “áreas específicas, como ciências e economias”. Outras intervenções mais curtas falaram do “fascismo da personalidade”, “como se todos tivéssemos de ser empreendedores”, outro referiu-se ao facto de que “todas as narrativas têm muito de patranha, mas o preocupante é que há sempre algo que passa” e uma outra salientou que o perigo desse discurso era ser “concorrente com o período de conformismo, medo e de fragilidade da democracia que estamos viver”.

As reflexões advindas deste processo coletivo – da criação da máquina, das apresentações de teatro-fórum, dos debates, da leitura de revistas e artigos que partilhávamos entre todos – surgiu a necessidade de investigar teoricamente o conceito de empreendedorismo, analisando os seus objetivos, estratégias, contradições, em particular em períodos de crise. A secção seguinte apresenta os resultados dessa pesquisa. No plano metodológico, são mobilizados excertos do diário de bordo referentes à terceira edição da palestra “O capital da juventude”, organizado pelo LiftOff - Gabinete do Empreendedor da Associação Académica da Universidade do Minho - e realizado no dia 19 Março de 2014. Procede-se também à análise do guia 1º Emprego, da revista Fórum Estudante, e dos guiões sobre Educação para o Empreendedorismo organizados pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

8.4. Máquina do Empreendedorismo: objetivos, estratégias, contradições

António Nóvoa dizia numa entrevista que havia “três palavras da moda” que não utilizava: “empregabilidade, excelência e empreendedorismo. Palavras ocas.” (revista Expresso, 31.08.2013) O educador e ex-reitor da Universidade de Lisboa proferiu esta afirmação no contexto de uma reflexão sobre as consequências da crise e da austeridade no meio académico e na sociedade em geral. Como outros vocábulos da moda, os termos “empreendedorismo”, “excelência” e “empregabilidade” têm vindo a impregnar os discursos correntes sobre a economia, o trabalho, a educação e outras esferas da vida social. São conceitos ociosos e, à primeira vista, estereótipos para a construção de um pensamento alternativo à crise económica, social e política; no entanto, a sua análise crítica permite mostrar que as mesmas estão interrelacionadas e carregadas de significado político.

Em Portugal, o discurso do empreendedorismo, apesar de não ser novo, tem-se disseminado recentemente por vários contextos, de diversas formas e com diferentes implicações: nas ‘políticas de incentivo’; nas escolas e universidades; nos programas e projetos de organizações não-governamentais (ex. programa Escolhas);

nos cursos para ingresso em ordens profissionais (ex. Ordem dos Psicólogos); na inserção da educação para o empreendedorismo no currículo escolar.

As crianças e os jovens têm sido alvos prioritários deste discurso e das políticas que o alimentam. Incutindo desde cedo uma “cultura empreendedora” (DGIDC, 2007), vários cursos e *workshops* têm sido organizados para crianças, inclusive para bebês, propondo-se estimular as competências consideradas necessárias: iniciativa, resiliência, autonomia, competitividade, etc.. Em 2014, assistiu-se, até, ao lançamento, por um fabricante de brinquedos, da “Barbie Empreendedora”; e, nas escolas, circula o livro infantil “O senhor empreendedorismo”, editado pela primeira vez em 2012, que ensina as qualidades de um líder. Porém, o principal alvo têm sido os jovens. Sendo o grupo social mais afetado pelo desemprego e um dos mais condicionados pela descoincidência entre as expectativas e os percursos de vida (Pais, 2012), os jovens são quem pode acolher com mais vigor as promessas do empreendedorismo.

Nos processos de produção e legitimação de discursos ideológicos, as palavras não são ocas; pelo contrário, estabelecem relações de poder e dominação. É a partir deste ponto de vista que neste capítulo lhes é dada uma especial atenção, por meio de uma análise crítica do discurso do *empreendedorismo* e, mais precisamente, do *empreendedorismo em tempos de crise*.

8.4.1. A “ideologia do empreendedorismo”: *requiem* para uma reestruturação da sociedade

Na terceira edição do seminário “O Capital da Juventude”, LiftOff - Gabinete do Empreendedor da Associação Académica da Universidade do Minho, Miguel Gonçalves afirmava: “Eu não contrato pessoas casadas ou com filhos. Se não tiverem namorado melhor ainda. Malta nova não tem vícios. Gosto de pessoas obsessivas: que chegam às 9h30 e às 9h30 da noite ainda lá estão. Em vez de irem pro café jogar sueca” (19.03.14). Esta sequência de frases foi proferida perante um auditório repleto de centenas de estudantes que não manifestavam qualquer tipo de reação ao que

ouviam. Miguel Gonçalves trazia para a nossa reflexão, sem o saber, vários elementos que se interligam quando falamos de “empreendedorismo” e que permitem perceber o modo como essa *máquina* funciona, em particular em contexto de crise.

O primeiro componente reside na própria palavra. A linguagem está longe de ser neutra (Bourdieu, 1996; Breton, 1999), assumindo funções ideológicas e estabelecendo relações de poder e dominação. O discurso não apenas reflete as relações sociais, como também as constrói. É do que se trata quando falamos de empreendedorismo. A sua repetição no espaço institucional, político, mediático, tem causado o efeito de evidência, inevitabilidade, naturalização, entranhando-se sedutoramente nas subjetividades dos indivíduos.

Ainda que historicamente (Costa, 2011) lhe esteja associado uma conceção de “self made man” - o impulsionador da ideia e criador da empresa -, o conceito de empreendedor remete, cada vez mais, para uma atitude (ser empreendedor) em detrimento de uma condição (ser proprietário ou ter um emprego por conta própria). Ou seja, “empreendedores” podem ser todos aqueles que, não detendo os meios de produção, desempenham as suas tarefas na empresa, agora não no registo de “trabalhadores” mas de “colaboradores”, sendo responsáveis pelos sucessos e fracassos da organização. Como tal, na qualidade do que “contrata”, Miguel Gonçalves exige a mesma dedicação e empenho dos seus “colaboradores” que devem ser tão empreendedores e “obsessivos” como ele, esforçando-se para alcançar os resultados e lucros ainda que, na verdade, estes não sejam distribuídos por eles e elas. Reestruturam-se as relações laborais, num quadro onde, obviamente, não há lugar a “explorados e exploradores”.

A “malta nova” parece ser o grupo mais permeável a este discurso. Para Luís Fernandes (2013:117), as razões são óbvias: são o grupo social mais afetado pelo desemprego e, por outro lado, “são quem melhor pode apreender tal receita, dada a menor cristalização de hábitos adquiridos”. Uma receita da qual fazem parte, os tais “vícios” de que Miguel Gonçalves falava, as - para ele - estranhas exigências de trabalhar oito horas por dia, de ter folgas semanais, de receber subsídios de férias e de faltar quando se está doente. A legitimação dos processos de precarização e

exploração laboral (Soeiro, 2014) revelam-se assim como outra das consequências - ou objetivos - desta *máquina do empreendedorismo*.

A crise veio acentuar o problema. Vivemos numa época marcada pela neblina do medo e da insegurança, em que o ter ou não ter trabalho ocupa um lugar central na forma como regemos as nossas vidas e concebemos o futuro (Estanque et al, 2013); e encontramos-nos numa situação de “vulnerabilidade de massa” (Castel, 2003). Neste contexto, a precariedade tornou-se num modo de “dominação do tipo novo”, “fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (Bourdieu, 1998a: 75).

Para Zizek (2012: 19), “explorados não são só aqueles que produzem ou ‘criam’, mas também (e principalmente) os condenados a não ‘criar’”. Mc Laren (2007:33) reforça: hoje há milhões de potenciais trabalhadores que “gritam para as empresas: ‘Por favor, explorem-nos!’”. Rejeitados pelo capitalismo, constituem um ‘novo exército de reserva do capital que foi despromovido para o posto de indigno, até de exploração’. Entre a impossibilidade de ter emprego e a possibilidade de o ter, submetendo-se às mais condenáveis regras, a maioria das pessoas parece optar pela segunda hipótese.

O “elogio do empreendedorismo” tende a concentrar a explicação para estes fenómenos nos défices dos indivíduos, em termos de qualificações, de competências e, sobretudo, de disposições (de iniciativa, de correr riscos, de ser resiliente...) (Soeiro, 2015: 145). Como assinala Nicolas-Le Strat (1996), há uma espécie de “tirania” na obrigação que é feita a cada um de provar permanentemente que é “excelente”. A palavra de ordem é “implicação” (idem, ibidem): implicação no trabalho, na procura de emprego, no seu percurso de inserção, no seu projeto de formação. Na mesma linha, Costa (2010: 257) que se tem dedicado à investigação das relações entre linguagem, discurso e ideologia do empreendedorismo, salienta que o “discurso do fracasso é produzido de forma silenciosa sobre a forma do improdutivo, do estéril, da preguiça, da desqualificação profissional”. Neste sentido, o mesmo autor adianta: “os discursos apresentam aspectos de controle social, onde

realidade, ideologia e ficção se misturam e são disseminados nas histórias de sucesso” (p. 257).

Recorrendo a Gramsci, Souza (2006: 219) alerta para a forma como o discurso do empreendedorismo se implantou na sociedade, considerando que ele integra processos racionais, mas também não-racionais, como a fé, sendo esta, aliás, o elemento mais importante para a difusão e implantação do senso comum. A ideia de sonho e esperança promovida pelas histórias de sucesso, combinada com a conjuntura atual, torna-se o composto necessário para a profusão de discursos como estes: “o desemprego é uma oportunidade”; “o que é preciso é sermos empreendedores”. Como refere Soeiro (2013: 11), ao serviço da ideologia dominante, estas narrativas tornam-se assim formas de opressão assentes numa espécie de “violência simbólica”, retomando o conceito instituído por Bourdieu.

Acresce que o capitalismo neoliberal investe num processo de descoletivização, num “programa de destruição metódica de coletivos” (Bourdieu, 1998a: 82) para que possa lidar apenas com indivíduos - atomizados, isolados, amedrontados. Fabrica-se uma sociedade mais competitiva e individualista: compete-se pelo trabalho e dentro do trabalho, produzindo uma “elite de vencedores e uma imensa massa de derrotados”, como expõe Luís Fernandes (2013: 120).

O enfraquecimento das solidariedades coletivas observa-se na esfera laboral, mas também nos espaços de lazer e de cidadania, na dissolução da linha que divide os universos do trabalho e da vida. A hora de fecho nunca termina. As fronteiras, outrora sacrossantas que existiam, entre o tempo de trabalho e o tempo de ócio” esfumaram-se quase por completo (Bauman, 2011: 106). É vantajoso para o mundo empreendedor, estas pessoas “obsessivas” que estão a trabalhar em vez de “jogar à sueca”, que é como quem diz, em vez de se envolverem com outras pessoas, na associação de bairro, nos grupos cívicos, no sindicato, nas mobilizações sociais.

Paradoxalmente, no processo de procura de emprego essas atividades são bastante consideradas, como assinalava no “Guia do 1º Emprego”, na secção sobre elaboração do currículo: “deves valorizar as atividades extraprofissionais”, “são características valorizadas na altura de contratar alguém.” As instruções são claras:

“adapta-te”, “molda-te”, “vende-te”. Em toda a revista, os cabeçalhos resvalam entre a motivação pessoal e a atribuição da responsabilidade meramente individual: “O teu currículo és tu!”, “Próximo candidato? Tu!”, “O palco é teu”, “Vais conseguir!”, “Mostra o que vales por toda a Europa!”. A experiência ligada ao lazer e à cidadania parece contar para os empregadores, mas encarada como instrumento de verificação das virtudes cívicas do “bom cidadão”, obediente, disponível e colaborador.

O incentivo à emigração europeia também é bastante evidente em todas as páginas da referida revista: “Será que posso voar mais longe?”, “Devemos manter o espírito lusitano e à semelhança dos descobridores, partirmos à aventura e ao desafio”. Na palestra do “Capital da Juventude”, Miguel Gonçalves tinha ido mais além: “o melhor conselho que vos posso dar é pega na tua mochila e vai-te embora. O mundo é mais pequeno do que imaginam. Conhecer Cuba, Pequim...Vai experimentar trabalhar em Singapura. A cidade cheira a dinheiro.”

Reportando ao estudo “Education to employment: getting Europe`s youth into work”, desenvolvido pelo McKinsey Center for Government, o Guia 1º Emprego (2014: 6,7) coloca várias questões carregadas de significado: “A dimensão do problema na Europa deve-se à falta de emprego, falta de competências ou falta de coordenação?”, “Quais são, no contexto europeu, os grupos de jovens e de empregadores que mais se esforçam?”, para logo responderem com as conclusões do estudo: “Existe uma escassez de competências (...) isso está a causar problemas no trabalho”.

A principal competência que os empregadores assinalaram sentir mais falta nos candidatos que entrevistam é precisamente a “consciência comercial”, definida como o “interesse pelo negócio da empresa”, a compreensão da realidade da empresa, da economia e “dos benefícios dos negócios e das realidades comerciais” e uma “atenção à necessidade de eficiência”. Mais à frente explicam. “É certo que na sociedade há quem pense que a função comercial é exclusiva a profissionais ligados à área de vendas. Errado.” (...) Qualquer profissional deve ser um vendedor sempre. “Vende a sua imagem e competências”, “vende internamente as suas ideias”,

“trabalha para convencer clientes” e “é avaliado pelo que contribui para o valor acrescentado e para as receitas resultantes das vendas.” (2014: 8)

Esta relação causal entre a ausência de emprego e a ausência de competências dos indivíduos está aliás na génese da “educação para o empreendedorismo”, seja ela formal ou informal, com crianças ou com adultos desempregados. Se a educação forma pessoas, que tipo de pessoa pretende formar o “empreendedorismo?”

8.4.2. “O produto és tu!” Educação para o empreendedorismo e novas formas de controlo

No cartaz recolhido para apresentação da “Máquina do Empreendedorismo”, na manifestação de 2 de Março, do “Que se lixe a Troika”, lia-se “Transforma a venda do teu produto! Qual produto?! O produto és tu! Não tens um preço! Tens o valor que as empresas te dão. Não podes parar! Produto parado é produto desvalorizado!” (27.02.2013) Na imagem pontificava a típica figura norte-americana do Uncle Sam, acompanhada pela frase que marcou o recrutamento militar americano na primeira guerra mundial, – *I want you!* – anunciava uma palestra organizada pela empresa ALENTO, em parceria com a Associação de Estudantes de Psicologia da Universidade do Minho. A violência deste discurso, que objetifica o ser humano e o transforma em mercadoria é tão surpreendente quanto a normalização que dele decorre. Curiosamente, a ideia de “empreendedor” está veiculada à ideia de sujeito, dono do seu próprio destino, capaz de tomar a vida nas suas próprias mãos. Nesta aparente contradição, importa perceber quem é o sujeito/objeto que a educação para o empreendedorismo pretende contribuir para formar, em que contextos ela se estabelece e quais as suas repercussões.

Em Portugal, a “educação para o empreendedorismo” foi inserida pelo Ministério da Educação e Ciência na Educação para a Cidadania, área não disciplinar transversal cuja aplicação está dependente da decisão das escolas (Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho). Nos anos recentes, a educação para o empreendedorismo tem entrado nas escolas por vias mais dispersas e, portanto, difíceis de cartografar.

Estão referenciados programas elaborados por municípios (e.g., *Escolas Empreendedoras de Cascais*), por associações industriais (e.g., *Atelier Empreender Criança*) e por organizações sem fins lucrativos (e.g., *Junior Achievement Portugal*) (ver Chaves e Parente, 2011); e outros têm sido promovidos por empresas (e.g., *Mini Empreendedores*, da Science for You) Enfim, são inúmeras as iniciativas que sugerem uma aproximação escolas–autarquias–empresas, através de convénios e parcerias, revelando uma adesão à palavra da moda - empreendedorismo - e à ideologia que ela propaga.

Em termos de políticas públicas, destaca-se o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo, um dos poucos exemplos, que teve o início em 2006, terminando em 2009, altura em que foi reestruturado, passando a estar dependente das “próprias escolas mobilizarem-se com o objetivo de encontrar as parcerias, os meios e os recursos necessários” para a sua promoção. (Teixeira, 2012: 52)

Por essa altura, foram também elaborados os guiões de *Educação para o Empreendedorismo* (2006) e *Promoção do Empreendedorismo nas Escolas* (2007), ambos sob a alçada da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, tendo como parceiros o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, no caso deste último, e da empresa *Central Business* em ambos. Aqui focar-nos-emos sobretudo no de 2007. Baseado no European Round Table of Industrials (ERT), o guião refere: “de acordo com a ERT, uma das principais mudanças operadas no final do século passado foi o fim do conceito de emprego para toda a vida”, a “noção de que uma pessoa pode fazer todo o seu percurso profissional vinculada a único emprego ou local de trabalho é hoje mais que uma utopia”.

Os relatores afirmam: “Foi precisamente para responder ao problema do desemprego que o tema do empreendedorismo apareceu”. E continuam: “O objetivo é fomentar desde cedo nos alunos uma cultura empreendedora que ultrapasse a aversão ao risco e o estigma do insucesso ainda prevalecentes na cultura e identificados repetidamente como grande fator de inibição da atividade económica.” Contudo, “a aptidão para o empreendedorismo não constitui um dom inato e natural”, “nem vem inscrito no código genético das pessoas”, como tal, e em nome

da “igualdade de oportunidades”, é necessário trabalhar junto das escolas, com os alunos, competências que promovam o “espírito de competitividade”, o “gosto pelo risco”, a “capacidade de iniciativa”, “a liderança” entre tantas outras.

Da análise destes guiões - bem como dos documentos anteriores - podemos extrair um conjunto de ilações sobre a emergência da *educação para o empreendedorismo* e sobre algumas das suas ideias centrais: 1) surge para dar resposta às demandas dos grupos económicos e empresariais, que apontam lacunas nas competências dos seus trabalhadores; 2) culpabiliza o sistema de ensino por essa falta de competências; 3) atribui à escola a finalidade de preparar recursos humanos capazes de se adaptar ao mercado de trabalho; 4) conseqüentemente, submete a educação aos interesses económicos.

O discurso de atribuição de responsabilidade ao sistema de ensino é evidenciado por Canário (2008), que sustenta que se passou de uma “escola de promessas para uma escola de incertezas”, dado que esta deixou de garantir as oportunidades e a mobilidade social ascendente professada nos seus anos gloriosos. O carácter utilitário, instrumental e pragmático atribuído à escola é evidenciado também por Correia (1999: 107) quando se refere à “ideologia da modernização” que traz para a escola uma “semântica importada de um mundo industrial empreendedor e modernizado”: flexibilidade, qualidade, autonomia, em nome da satisfação dos seus clientes.

No mundo educativo contemporâneo, “aprender para ganhar” e “conhecer para competir” (Lima, 2012) têm sido as máximas reinantes com base num “pedagogismo de extracção económica e gerencial” (Lima, 2010: 51- 52). Criticando a conceção de “Aprendizagem ao Longo da Vida” que tem vigorado nas últimas décadas na agenda política da União Europeia, este autor ressalta o facto de a educação estar crescentemente subordinada ao ajuste da economia ao novo capitalismo, estabelecendo relações deterministas entre educação, produtividade e modernização económica. Ao abrigo desta relação se impõe o “aprender a obedecer” (Ferreira, 2012). Perante a pergunta “estamos a preparar os nossos jovens para a vida ou para o mercado de trabalho?” a resposta de Alessandra Costa resulta

duplamente afirmativa. “Estamos preparando nossos jovens exclusivamente para o mercado de trabalho (...) e construindo ideologicamente a visão que, ao assim procedermos, estamos preparando esse jovem para a vida. Ou seja, “produzimos e reproduzimos discursos hegemônicos que legitimam o transbordamento da esfera do mercado de trabalho para a esfera da vida.” (Costa, 2010: 258)

Souza (2006) e Frigotto (2004) advogam que estamos perante uma nova forma de exploração e dominação, expressa na pedagogia das competências e da empregabilidade. A sua eficácia materializa-se na capacidade de interiorização de que o problema depende de cada um e não da estrutura social ou relações de poder. É tudo uma questão de “adquirir o ‘pacote de competências’ que o mercado reconhece como adequadas ao ‘novo cidadão produtivo’” (Souza, 2006: 221-222). Neste contexto, as manifestações e os efeitos da crise são de várias ordens - financeira, económica, social, política -, mas também de ordem cultural, na medida em que o discurso da crise gera uma cultura do medo e da resignação, transformando profundamente os sentidos e as formas da cidadania e da participação social.

Podemos olhar estes fenómenos à luz do conceito de “sociedade de controlo”, proposto por Deleuze (1992: 224). No entender do autor teríamos passado de uma “sociedade disciplinar” - marcada pelo confinamento - para uma “sociedade de controlo”, em que os limites temporais e espaciais se esbatem, dando como exemplos a formação permanente e contínua ou o salário por mérito - na escola e na empresa -, em que “nunca se termina nada” e em que “homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (1992: 224). Domesticado pela força dos mitos (Freire, 1979b: 54), preparado para adaptar-se às novas circunstâncias sociais e profissionais (Ferreira, 2012), a educação - no sentido amplo - constrói-se no sentido do *marketing* pessoal: à criança, como ao jovem ou à mulher desempregada, é exigido que mude de atitude, que se promova, que se venda, mas que se mantenha sujeito, nem que seja para lhe ser atribuída a responsabilidade das suas falhas.

Remetendo para o sistema de ensino finlandês, Komulainen (2011) afirma que o perigo da educação para o empreendedorismo reside justamente no seu carácter subtil. Ao contrário do empreendedorismo externo (relativo à habilidade de constituir

uma empresa), que sempre foi vista como entrando em conflito com os valores da educação básica e portanto facilmente rejeitada, o empreendedorismo interno ou intra-empendedorismo (relativo à atitude, ao ‘ser empreendedor’) tem tido bastante mais adesão, revelando-se um “cavalo de Tróia” através do qual as políticas neoliberais entram nos mundos do trabalho e da educação.

8.4.3. Máquinas e suas contradições: uma síntese interpretativa

Num mundo em permanentes e profundas transformações, a crítica tende a atrasar-se em relação aos avanços do capitalismo. O “novo capitalismo” baseado na “organização em rede” (Boltanski e Chiapello, 1999) e o neoliberalismo emergente nos anos 1980 beneficiaram avidamente do enfraquecimento da crítica, tendo-se tornado mais difícil submeter à análise crítica as suas causas e consequências. Desde o início da “crise global”, em 2008, e do lançamento, em Portugal, do programa de assistência financeira acordado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, em 2011, essa dificuldade acentuou-se devido ao facto de as transformações que têm vindo a ocorrer na sociedade, no trabalho e, em particular, na educação - fruto de um conjunto de medidas de política educativa associadas aos cortes e às restrições orçamentais - terem gerado um sentimento de inevitabilidade.

O princípio de uma máquina é simples: um conjunto de dispositivos ou de mecanismos combinados utilizam energia e trabalho para atingir um objetivo pré-determinado. O que procurámos evidenciar neste capítulo foi como se processa a “máquina do empreendedorismo”, em particular, num contexto de recessão, de transformações na esfera do trabalho e de crise nos vários planos: político, económico, social, cultural, educacional. Através da produção e difusão de uma série de narrativas que se interligam - “o emprego é coisa do passado”, “não podemos estar amarrados ao Estado”, “o que conta é a atitude”, “o desemprego é uma oportunidade”, “o que é preciso é sermos empreendedores” - e da transposição desse senso comum para as políticas públicas, para as escolas, para os programas de

organizações não-governamentais, para as universidades -, o empreendedorismo tem vindo a disseminar-se como discurso dominante, inquestionável e sedutor, encontrando terreno fértil em tempos de crise e austeridade. É neste contexto que, no âmbito dos movimentos e movimentações sociais, a responsabilidade social dos cientistas sociais assume uma relevância acrescida (Casa Nova et al, 2012). Aproveitando a carruagem do medo, da insegurança, da falta de perspectivas de futuro que, de forma geral, acompanha a sociedade portuguesa contemporânea, o “reino encantado do empreendedorismo” oferece soluções onde parece haver vazios, braços caídos e becos sem saída. Soluções essas que não emergem sem armadilhas. Em marcha parece estar um processo de reestruturação da sociedade que espelha os *objetivos* desse discurso: legitimação dos processos de precarização e exploração laboral; individualização e fragmentação social; enfraquecimento das solidariedades coletivas; esboroamento dos espaços de lazer e cidadania são alguns deles. A energia e o trabalho que faz esta máquina funcionar e obter resultados parece residir no “empreendedor” - enquanto discurso, mas também indivíduo concreto - que, representando “o espírito do capitalismo”, cumpre o seu papel de reprodutor e difusor das suas ideias. Esse espírito resume-se facilmente naquilo que Narciso Moreira, autor do livro infantil “Senhor Empreendedorismo”, designou como “receita do *bolo do empreendedor*: 2 colheres de sopa de inspiração; 150 gr de superação; 100 gr de dedicação extrema; 125 gr de foco; 300 gr de autoconfiança; 1 chávena de chá de determinação. Mistura bem, acredita muito, coloca no forno durante 30 min a 250º porque sem intensidade não vamos lá” (2015: 89). Assim, essa energia resulta também da forma de dominação e controlo social que o empreendedorismo estabelece, ao exigir constantemente do indivíduo que seja melhor - mais eficaz, mais produtivo, mais dedicado, que se adapte, que arrisque, que se supere, que acredite! - centrando nele todas as expectativas e, sobretudo, responsabilidades.

Como em todas as máquinas e sistemas, há contradições e espaços onde podemos atuar e de onde podemos partir para modos de resistência. E há sinais que dão mostras de oferecer alternativas: a perceção de que é “economicamente” impossível uma sociedade sustentar-se apenas por negócios em conta própria,

correndo-se o risco de termos uma “sociedade de empreendedores sem empresas” (Fernandes, 2013: 119); as mobilizações sociais dos últimos anos, que têm evidenciado a oposição de indivíduos e coletivos, dispostos a lutar contra todas as formas de capitalismo; o surgimento de cooperativas e outras formas de organização associativa e comunitária que procuram, de forma coletiva, soluções para o desemprego estruturante. Por fim, esta contradição inerente ao duplo papel de objeto (porque se vende) e de sujeito (porque é dono do seu próprio destino) consagra a hipótese de - nem que seja a longo prazo - o “feitiço se virar contra o feiticeiro” e termos crianças, jovens e adultos a rebelar-se contra quem os dispõe como objetos e a afirmar-se como sujeitos que “fazem e refazem” o mundo.

O que a experiência com o Teatro do Oprimido permitiu e permite é, antes de mais, a criação de um tempo e de um espaço de discussão e reflexão coletivas que, fazendo uso de uma pedagogia da inquietação e da pergunta (Freire & Faundez, 1995), possibilitam o despontar de um processo de conscientização (Freire, 1979a). Os exercícios e jogos teatrais, o uso da linguagem metafórica, a mobilização de ferramentas de análise do poder e das estruturas sociais que a metodologia coloca à disposição contribuem para combater a “invasão de cérebros” (Boal, 2009a), para desmontar e pôr a nu as máquinas e sistemas opressores. Por ser enraizado no diálogo e não no monólogo opressor, o Teatro do Oprimido é também um poderoso instrumento de desmistificação (Freire, 1979b).

Desconstruir palavras que constituem os discursos dominantes que se movem nos campos empresarial, mediático e educativo - e.g., competência, colaborador, empregabilidade, excelência, qualidade - e recuperar outras que parecem desatualizadas - exploração, opressão, dominação, luta de classes, emprego, direitos - é um exercício que, já de si, parece fazer emergir alternativas e energias emancipatórias. O facto de nos centrarmos na análise das contradições e nos espaços de resistência, possibilita combater algumas das mais poderosas tendências contemporâneas: a inevitabilidade, a resignação, o fatalismo.

Contudo, é apenas porque sai das quatro paredes da oficina que a experiência do Teatro do Oprimido congrega em si possibilidades emancipatórias. As

alianças com grupos e movimentos sociais, a diversificação de espaços e linguagens (nas manifestações, nas reuniões, nos debates...), ou até a transformação dessa experiência em material acadêmico, como este; evidenciam um esforço coletivo de resistência que não se coaduna com visões *fetichizadas* da metodologia nem com a atribuição de um “fim em si mesmo” ao Teatro do Oprimido.

9. “MEXAM ESSE TRASEIRO AO QUADRADO!”¹⁰³: teatro-fórum, precariedade e ação coletiva

Se meto os pés para dentro, a partir de agora/ Eu meto-os para fora
Se dizia o que penso, eu posso estar atento/ E pensar para dentro
Se queres que seja duro/ muito bem eu serei duro
Se queres que seja doce/ serei doce, ai isso juro
Eu quero é ser o tal/ E como o tal reconhecido
Assim, digo-te ao ouvido/ Arranja-me um emprego
(Sérgio Godinho, 1979)

Na época em que esta canção foi escrita as taxas de desemprego estavam numa subida vertiginosa, passavam de 2,7 % em 1970 para 6,8% em 1981 (INE, 2014: 46); o 25 de Abril era ainda uma memória fresca e desencantada *dos amanhãs que não chegaram a cantar*; e o FMI tinha conduzido a sua primeira intervenção em Portugal, em 1977. Em 1983, faria a segunda. Lançada há trinta e seis anos, a canção parece tão atual como outrora. O fenómeno do desemprego, da precariedade e da exploração laboral é de tal forma extensivo que é difícil antever soluções a curto ou médio prazo. O problema vai sendo encarado como “catástrofe natural” (Breton, 1999: 90) e a letra do Sérgio Godinho surge com fôlego renovado. Quando as perspetivas de emprego escasseiam, invoca-se a flexibilidade e a capacidade de adaptação – “se meto os pés para dentro, a partir de agora, eu meto-os para fora”, “se queres que seja duro, muito bem eu serei duro”, “se queres que seja doce, serei doce ai isso juro”. Apela-se a formas “desviantes” de encontrar emprego – “se eu mandasse neles, os teus trabalhadores seriam uns amores”, “eu quero é ser o tal”, “anda beber mais um copo” “se arranjares eu dou-te o que é preciso, por exemplo o paraíso”. Olvidam-se direitos sociais e políticos, como a liberdade de expressão e reivindicação “se digo o que penso, eu posso estar atento e pensar para dentro”;

¹⁰³ Essa expressão foi proferida por um formador de empreendedorismo, durante uma sessão da ANJE, na qual esteve presente um dos membros do grupo.

“greves só das seis e meia às sete em frente ao cacete”; esquece-se, no fundo, a História e as lutas que se fizeram para conquistar esses direitos - “primeiro de maio só de quinze em quinze anos; feriado em abril só no dia dos enganos”. Foi este clima de chantagem, submissão, desespero que quisemos retratar na peça M.E.T.2: “Mexam esse traseiro ao quadrado”. O pano de fundo é o contexto de crise e austeridade, os protagonistas são jovens precários.

Neste capítulo, começaremos por analisar o processo de criação coletiva do M.E.T.2, partindo desse exemplo para uma discussão sobre o teatro-fórum - a mais utilizada das técnicas de TO -, discutindo as alterações que têm vindo a ser feitas à sua estrutura dramatúrgica. No seguimento disso é apresentado o guião final da peça e as técnicas de ensaio que, adicionando complexidade às personagens, abrem espaço a uma discussão mais dialética. Posteriormente, são examinados os fóruns realizados em três cidades (Braga, Porto e Lisboa), baseando-nos nesta experiência para explorar a ligação entre precariedade e ação coletiva, salientando os seus principais desafios. Por fim, é feito um balanço analítico do teatro-fórum enquanto ferramenta de visibilização, conscientização e mobilização. São utilizados notas de campo e vídeos de oficinas de TO e das sessões de teatro-fórum, o guião da peça e excertos de um grupo focal com os seus participantes.

9.1. Mexer, remexer e voltar a mexer: o processo de criação

A peça “M.E.T. 2” começou a ser esboçada em Fevereiro de 2013, em Braga, no Óprima - Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo, durante a oficina de dramaturgia conduzida Julian Boal. Usualmente, nas oficinas de TO, o método de recolha de histórias de opressão é feito da seguinte forma: os grupos formam-se aleatoriamente e entre eles partilham situações que tenham vivido, escolhendo uma com a qual se sintam mais identificados. Só no decorrer da criação da peça se discutem as razões estruturais que permitem que determinada situação aconteça: parte-se do micro para o macro: da história individual ao sistema que a produz. Neste caso, o processo decorreu de forma inversa. Depois da criação da “Máquina do

Empreendedorismo” (ver cap. anterior) foi-nos solicitado que, dentro do grupo de trabalho, partilhássemos histórias relativas a esse assunto. Como já havia uma proximidade em relação ao tema, todos nós tínhamos muito para contar sobre desemprego, precariedade ou os incentivos ao empreendedorismo ou à emigração. Havia quem já tivesse emigrado e quem estivesse na iminência de o fazer; a precariedade era generalizada e alguns estavam mesmo desempregados. Apesar de críticos em relação ao discurso do empreendedorismo, dois membros desse grupo inicial já tinham frequentado cursos ligados à criação do próprio emprego e, alimentado, como diziam, “ilusões” sobre a aparente facilidade desta solução. Havia ainda uma rapariga que vivia numa comunidade autogerida que defendia a possibilidade de se encontrar alternativas sustentáveis, fora do sistema capitalista. Foi dessas vivências, diferenças e contradições que a peça desabrochou, não como a história de uma só pessoa, mas sim como uma espécie de manta de retalhos dos relatos dos oito elementos que constituíam o grupo.

Inicialmente a peça estava muito condicionada à Máquina do Empreendedorismo e tinha a seguinte sequência, agora já com a inclusão de diálogo: começava com uma fila de trabalhadores, um deles era despedido e os restantes trabalhavam a duplicar. A desempregada dirigia-se ao Centro de Emprego que não lhe oferecia qualquer tipo de resposta. Seguia-se uma fase de agudizar de dificuldades, com o tic-tac das contas por pagar e é nesse impasse que irrompia pela televisão um anúncio de incentivo ao empreendedorismo. A desempregada entrava numa espécie de túnel sendo envolta pela canção “Bem-vindos ao mundo encantado”, sendo transportada para uma sessão de empreendedorismo. A formadora tenta convencê-los do “enorme potencial que tinham” e de que apenas era necessária “uma ideia de negócio”. Sucedia um diálogo entre a protagonista e um colega de formação: “Tu acreditas mesmo nisto?”, “Eu acho que sim, é uma forma de tornar rentáveis as nossas ideias”, “Mas eu não quero ser empreendedora, quero um emprego”, “Não penses assim, empreendedorismo é uma nova palavra para emprego” “nós estarmos desempregados também é por nossa culpa, temos de nos adaptar a estas novas tendências”. A formadora interrompia “é isso mesmo, está nas nossas

mãos, não basta ficar à espera em casa que caiam ofertas ou entregar currículos” “não faltam apoios, é Impulso Jovem, é Passaporte Empreendedor, Empreendedorismo Feminino”. A formadora e os restantes alunos levantavam então a protagonista e rodeavam-na como num jogo de sempre-em-pé, endireitando-lhe a postura, ajeitando-lhe a roupa, modificando-lhe o cabelo, enquanto proferiam palavras de incentivo “tu tens o potencial”, “tu vais conseguir”, “acredita”, “és tu a responsável pelo teu destino”. O jogo ia-se tornando cada vez mais descontrolado, até que a desempregada rompia o círculo, exclamando “mas eu não quero ser empreendedora!”. A fila de trabalhadores entrava novamente em cena e o ciclo recomeçava, com mais uma trabalhadora a ser despedida. A peça terminava com uma situação informal num café, em que a colega despedida vai conversar com a protagonista, dizendo-lhe que “até está feliz” “porque assim vai criar o seu projeto.”

A primeira vez que a apresentamos foi no final do Óprima de 2013, na livraria Centésima Página, em Braga. Um mês depois apresentávamos nos Maus Hábitos, um espaço associativo no Porto. As duas experiências demonstravam a dificuldade de fazer fórum com essa peça. Refletindo sobre esse período, o grupo apresentava vários problemas na peça: “não estava claro o desejo da protagonista” - não se percebia se o que ela queria era um emprego ou simplesmente um desejo na negativa: não ser empreendedora; “as personagens - antagonistas - não tinham complexidade suficiente”; não se “mostrava o esforço da personagem”, ou seja, as tentativas, as estratégias que demonstrassem a sua luta; era “demasiado direto, simplificado”, “caricatural”, “ridicularizando” o discurso e subestimando a plateia. O maior dos obstáculos era que a peça tinha “uma opinião muito forte”, “quem vê a peça percebe que temos uma posição sobre o discurso do empreendedorismo”, e “a peça já o desconstrói”, “não é o público quem vai desconstruir”, “o público só pode concordar ou discordar”. E por isso “o debate entrava em *looping*”, “não íamos ganhar nada com aquele confronto com o formador” (GF-T). Percebemos então que teríamos de mudar o foco: não o discurso do empreendedorismo, mas o que este - em várias ocasiões - escondia e legitimava: a precariedade, a exploração laboral e o desemprego.

Foi para colmatar essas falhas que nos decidimos juntar num fim-de-semana, promovendo um workshop aberto à participação de alguns amigos para que, juntos, pudéssemos pensar sobre a peça e o tema. Participaram doze pessoas. Em grupos de três partilhámos histórias pessoais e preparámos algumas cenas curtas. Surgiram problemas como as horas extra não-remuneradas; os incentivos à emigração; o despedimento sem justa causa; a burocracia no centro de emprego; a redução do vencimento, etc. Essas cenas foram analisadas pelo grupo grande no sentido de identificar “os temas mais recorrentes”, “as imagens mais fortes”, “os argumentos que sobressaíram”, ou “a postura corporal dos antagonistas”. A cada participante foi pedido que escolhesse a cena e expressão com as quais sentiam mais proximidade. As frases mais repetidas foram “faça um requerimento”, “pá, aqui (Portugal) não há nada”, “mas eu tenho direitos”, “o que é preciso é dinamismo, pro-atividade”, “é melhor não levantar muito cabelo”, “há uma fila de gente lá fora” e, sobretudo, “não queres, há quem queira”. Com essas frases foi feito um exercício de desconstrução de sentido: em círculo, cada pessoa propunha uma forma diferente de dizer a frase, p.ex. “faça um requerimento”, entre gargalhadas, com ar sedutor, resignado, questionando, protestando numa manifestação, como se fosse um discurso político, em desespero ou o sermão de uma avó. Variando no tom de voz, na postura, na expressão facial, nos gestos, discutia-se cada papel social, diferentes responsabilidades, quem beneficiava com essa frase, etc. Já as cenas que revelavam maior identificação por parte do grupo foram o confronto com o patrão por causa das horas extra não remuneradas; o jantar com os pais; e o atendimento no centro de emprego. Em conjunto, reconstruímos a peça partindo dessas cenas, discutimos o problema central, definimos e complexificamos as personagens; esclarecemos a situação laboral da protagonista e o seu desejo; e organizamos a sequência, integrando algumas cenas da primeira versão da peça. Não seria “uma história de nenhum de nós, mas de todos nós, como parte de um coletivo”. (vídeo)

9.2. MET2 - Mexe esse traseiro ao quadrado!

Preâmbulo

A peça começa com uma cena de som e mímica: cinco trabalhadores fazem uma sequência de tarefas diferenciadas, como se tratasse de uma linha de montagem. Terminada a sequência, um supervisor entra, concede a cada um deles um valor reduzido, recolhe o produto acabado e os lucros correspondentes e entrega-os ao chefe. O chefe do alto da sua cadeira - caricaturado com a figura típica do capitalista - imite sons de contentamento, mas incita que acelerem o ritmo. Nova sequência de tarefas - agora mais rápidas - e as mesmas ações do supervisor. Porém, ao entregar os lucros ao chefe, este considera que não são suficientes e faz um gesto para que despeça um dos funcionários, ao que o supervisor acede prontamente. De novo, a mesma série de tarefas, ainda mais rápidas, alguns deles acumulando o trabalho que pertencia ao que foi despedido. Os lucros voltam a aumentar, mas o patrão considera que ainda pode ser melhor e ordena novo despedimento. Aí a protagonista - uma das trabalhadoras - intervém:

Alice: Não vamos fazer nada?

Um dos seus colegas diz-lhe *chiu*. E a cena termina com a entrada enérgica do supervisor:

Chefe: Temos até à meia-noite para acabar o projeto, por isso mexam-se!



Nesta cena alegórica, procurávamos desde logo situar o problema do desemprego e da precariedade na sua raiz, ou seja, na exploração capitalista. Inicialmente, a peça não continha qualquer tipo de diálogo, contudo, nalguns fóruns tivemos espectadores que queriam intervir nesta cena, pelo que a transformamos abrindo essa possibilidade. O “chiu” dos colegas fazia adivinhar o clima de submissão e a expressão “mexam-se” inaugurava-se, repetindo-se ao longo da peça, com diferentes sentidos.

Alice e os colegas:

A cena inicia com a azáfama de um escritório, com as três personagens andando de um lado para o outro, cumprindo diferentes tarefas. Alice pergunta aos colegas:

Alice - Isto é sempre assim?

Co1- Estou exausta...

Co2 - Não há nada a fazer, temos de terminar o projeto.

Alice - É demais, estamos todos os dias a sair mais tarde do que era suposto. É as 11h, à meia-noite, é a 1h da manhã... Não dá, pá!

Co2 - Tive dois anos para arranjar este emprego. Não vou agora voltar para o desemprego. Há mais quem queira. Olha a fila lá fora, são aos 20, aos 40.

Co1 - E vais deixar que te explorem?

Co2 - Eu não quero ser explorada, mas também não quero ficar sem emprego ou emigrar.

Alice - Eu acho que devíamos fazer alguma coisa.

Co1 - Eu também acho!

Co2 - Eu também... Terminar o projeto.

Na cena com os colegas ficava evidente o ambiente de sobrecarga laboral e a ilegalidade do contrato de trabalho, bem como a dificuldade em obter solidariedade dos seus pares. Um dos colegas estava mais recetivo, sendo um potencial aliado, o outro mostrava-se mais reticente, manifestando os seus receios - ser despedida, emigrar - e invocando o argumento mais forte “Há mais quem queira, olha a fila lá fora”.

Confronto com o chefe

Chefe - Então, já terminaram, suponho...

Alice - Não, senhor engenheiro, eu acho que não conseguimos acabar hoje.

Chefe - Mas como não Alice? Nós temos de terminar isso hoje.

Alice - Nós estamos sobrecarregados. Desde que mandaram aqueles dois embora, nós estamos com trabalho infinito.

Chefe - A Alice sabe que nós precisamos deste projeto e sabe que o temos de entregar hoje, para conseguir pagar salários, os vossos salários. Vocês sabiam que era assim quando vieram para aqui trabalhar.

Alice - Sr. Engenheiro, mas nem sequer nos pagam essas horas...

Chefe - oh Alice, a Alice é a única a reclamar, não vejo mais ninguém a reclamar.

Alice (baixinho) - Mas deviam, assim não dá... Isto é completamente impossível. Nós temos direitos.

Chefe - Direitos, Alice? Não são os direitos que lhe põe comida na mesa, Alice. Se não quer, há quem queira. Mexa-se!

Aqui a Alice demonstra outra tentativa de resistência, ao confrontar o chefe com alguns dos seus principais argumentos: têm excesso de trabalho devido aos despedimentos; as horas-extra não estão a ser pagas; existem direitos laborais que protegem os trabalhadores. Contudo, a relação de forças está desequilibrada para o lado do patrão que utiliza a chantagem - “precisamos deste projeto (...) para conseguir pagar os vossos salários”, “não são os direitos que lhe põe comida na mesa” - e novamente frisa “não quer, há quem queira, mexa-se!”.

Jantar familiar

Nesta cena, Alice entra na cozinha, onde a mãe está a preparar o jantar. A mãe queixa-se da hora tardia e ela explica que está com imenso trabalho. Quando a mãe pergunta como foi o dia, uma personagem, cuja cabeça se esconde dentro de uma televisão de cartão, interrompe:

- Portugueses, quando começámos este caminho a situação era muito difícil, e as dificuldades ainda não terminaram. Comigo o País não escolherá um colapso político, económico e social. Eu não abandono o meu País. Abraço, como sempre abracei, o serviço ao meu País com a mesma dedicação e com a mesma esperança. Vivemos um ciclo de recessão, mas estamos a virá-lo. A nossa aposta em políticas de crescimento leva-nos a anunciar um programa de incentivo à exportação de jovens portugueses: o Expor-Jovem. Com a criação deste programa de incentivo à exportação dos cérebros dos jovens portugueses demonstramos uma vez mais aos nossos amigos e parceiros internacionais que Portugal é um país jovem, dinâmico, pioneiro e com massa encefálica de qualidade. Portugueses, podem contar comigo.



Mãe - Então conta lá como correu o teu dia.

Alice - Péssimo, como tem sido ultimamente. Estamos a trabalhar horas a mais e nem nos pagam.

Mãe - Pois eu sei filha, quando comecei a trabalhar também era assim, era duro, outros tempos... Toda a gente começa assim. Depois vais ver que com o tempo tudo vai melhorar.

Alice - Não é bem assim mãe, há lá gente muito mais velha do que eu e estão a passar pelo mesmo.

Mãe - Sim, mas tens de fazer um esforço, senão não te mantém lá... Já sabes, há mais quem queira.

Alice - E o esforço que vocês fizeram? Quando lutaram para termos alguma coisa, para termos futuro, para termos direitos?

Mãe - Sim, mas são outros tempos. Sabes que estamos em crise e que andamos a gastar acima das possibilidades. Agora temos de fazer sacrifícios... Tenho a sensação que a vossa geração, esta juventude, está um pouco mal habituada. Sempre tiveram regalias, sempre tiveram do bom e do melhor e agora, quando realmente é preciso trabalhar e é preciso fazer um esforço, custa-vos, pronto, eu sei que vos custa. Mas tem de ser, têm de se mexer, não pode ser só ramboia e festa.

Nesta cena queríamos tornar evidente a forma como o discurso da crise tem legitimado a chantagem e exploração laboral, através dos órgãos políticos e dos meios de comunicação. Através do humor e da ironia, o momento televisivo, baseado num discurso real¹⁰⁴, reportava para algumas das expressões mais repetidas pelo atual governo e caricaturava o incentivo à emigração por parte dos jovens mais qualificados. No diálogo com a mãe trespassa o senso comum - “vivemos acima das possibilidades”, “temos de fazer sacrifícios” - justificador de uma submissão aparentemente temporária, de um estado de exceção. A revolução que está na origem da democracia e dos direitos sociais em Portugal é utilizada como argumento, mas sobressai o clima de chantagem “tens de fazer um esforço, senão não te mantêm lá”. “Há mais quem queira” e “têm de se mexer” voltam a marcar presença. Ao mesmo tempo, alguns comentários depreciativos em relação à juventude “mal-habitada” levantavam o véu de uma “luta de gerações” alimentada pelo debate político e mediático.

Despedimento

Chefe - Chamei-a aqui, porque queria falar consigo. Você sabe que esta empresa está a passar por várias dificuldades, fruto desta crise que devasta tudo e, pronto, a nossa empresa não é imune a isso. A verdade é que nós tentamos pagar os salários e não conseguimos. E o

¹⁰⁴ Notícia que inspirou a cena da tv: <http://www.publico.pt/politica/noticia/declaracao-de-passos-coelho-na-integra-1599063>

que lhe queria dizer é que a Alice vai deixar de colaborar connosco. Mas a Alice é jovem, flexível, trabalha bem em equipa, tem capacidades para...

Alice - Espere, está a despedir-me?

Chefe - Despedir? Despedir é uma palavra muito forte. Não encare isto como um despedimento. Não pode ser negativa. A Alice tem de encarar isto como uma oportunidade. Você é capaz, pode desenvolver os seus próprios projetos...

(entretanto, Alice vai-se levantando)

Alice - Acho que sei porque me está a despedir...

Chefe - Ai sabe, Alice? Olha ainda bem que sabe...

A cena do despedimento procurava novamente realçar o papel do discurso da crise como justificação para o despedimento sem justa causa. Ao mesmo tempo, de forma irónica, usava expressões e ideias do mundo empreendedor: “colaboradores”, em vez de trabalhadores, o “desemprego como oportunidade” para desenvolver “os seus próprios projetos”. No final, fica evidente que a postura não submissa de Alice levava ao seu despedimento.

Bater às portas

Porta 1 - Não temos vaga. Estamos a despedir pessoal.

Porta 2 - Aceita um estágio não remunerado?

Porta 3 - Vamos colocar o seu currículo na base de dados.

Porta 4 - Trabalho temos, não temos é dinheiro para lhe pagar.

Nesta curta cena - em formato simbólico - Alice batia a quatro portas. Cada uma delas era interpretada por uma personagem que assumia uma postura estática correspondente à frase que pronunciava, ainda que de forma contraditória: um sorriso *amarelo*, braços cruzados, um ar entusiasmante. As frases correspondiam às “desculpas” mais comuns das entidades patronais. Assim, ainda que as portas estivessem aparentemente abertas, estavam na verdade fechadas, ou entreabertas para outras formas de exploração.



Centro de Emprego (CE)

Há uma fila grande em frente da funcionária do Centro de Emprego, todos estão de braços cruzados e a bater o pé, em sinal de impaciência, os números sucedem-se lentamente, as pessoas vão interagindo com a funcionária com sons incompreensíveis e gestos de desespero, resignação, etc. Chega a vez da Alice:

Alice - Boa tarde, recebi esta carta...

CE - Sim senhora, é para uma formação.

Alice - Ah, pensei que era para um emprego...

CE - Sabe nesta fase nós estamos a encaminhar para formações sobre empreendedorismo, sobre criar o próprio negócio.

Alice - Mas eu não quero criar o meu próprio negócio.

CE - Olhe, depois de conhecer a formadora não vai querer outra coisa! Ela é genial. Tem de pensar fora da caixa.

Alice - Mas é obrigatório?

CE - Obrigatório não é. Mas a sua não participação na formação faz com que perca a sua inscrição no centro de emprego.

Alice - Mas eu estava a recibos verdes, não recebo subsídio de emprego, de que me serve estar inscrita?

CE - Serve, serve para estas formações, por exemplo... E os empregadores é aqui que vêm buscar novos trabalhadores. Portanto, é a sua oportunidade!

Alice - Ok, vamos a isso!

CE - Bem-vinda a um mundo novo!

A cena com a funcionária do Centro de Emprego tinha vários objetivos: esclarecer a situação laboral da Alice (recibos verdes e, portanto, sem direito a subsídio); denunciar a burocratização e pouca eficácia do serviço; e apontar o CE como um dos grandes promotores do empreendedorismo como solução para o desemprego.

Mundo encantado do empreendedorismo

Mal a funcionária do CE dizia a sua última deixa, um grupo formava uma ponte com os braços na qual entrava Alice, cantando a música do “mundo encantado do emprego”. Em cena, entra ainda a cantar o formador:

Formador - Bom dia, sorriam! Nós estamos aqui para fazer uma formação em empreendedorismo e criação do vosso próprio emprego. Eu queria começar por vos perguntar quem é que daqui está à procura de emprego ponha um braço no ar. (todos põe) Muito bem. Quando vocês estão à procura de uma coisa que não encontram se calhar o problema não está na coisa que não encontram, vocês é que andam à procura da coisa errada. Acordem e sorriam, o emprego é uma coisa do passado. Vocês não precisam de um emprego. Vocês precisam de uma ideia! De uma ideia para desenvolverem o vosso potencial! A solução para os vossos problemas está em vocês próprios. A solução para o teu problema és tu! E tu! E tu! (vai apontando também para o público) Hoje vou revelar-vos a fórmula do sucesso. A fórmula do empreendedorismo. Sorriam, vá. A fórmula para o sucesso é: M.E.T. ao quadrado! O que é que vocês acham que é M.E.T. ao quadrado? Onde é que está a solução para os nossos problemas?

Aluno 1 - Movimento pelo emprego e pelo trabalho

Formador - Não, meu caro amigo, não vamos lá com movimentos... Mais, mais ideias!

Aluno 2 - Move-te... para o emprego...

Aluno 3 - Motivação, empenho, tenacidade.

Formador - Estamos perto! Vamos lá!

Alice - Eu acho que só pode ser mais emprego para os trabalhadores.

Formador - Oh Alice, esqueça isso do emprego! Sorriam! A fórmula do sucesso é: Mexam esse traseiro ao quadrado! (palmas!) Vamos lá! Vamos lá!

A cena baseava-se numa situação real presenciada por um dos companheiros do grupo, durante uma sessão promovida pela Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE): a fórmula M.E.T.2, que acabaria por dar título à peça. Nesta cena, propositadamente exagerada, o empreendedorismo era associado ao fim do emprego e à diluição da contratação e ação coletiva - “não vamos lá com movimentos” - em vias individualistas “a solução para o teu problema és tu”.

Tic-tac

Alice senta-se na cadeira, pega num jornal e sublinha. Os outros fazem um semicírculo em volta da cadeira, dizendo em diferentes ritmos - tic, tac - e perguntando alternadamente:

- Oh Alice, já pagaste a internet?
- Já carregaste o telemóvel?
- Cortaram-te a água, Alice.
- Dívida à EDP, 43 euros e 55 cêntimos.
- Oh menina Alice, quando é que me vai pagar a renda?
- E a comida, Alice, tens dinheiro?

A cena derivada da “Máquina do Empreendedorismo” apresentava um crescendo dramático. Enquanto o círculo fazia as perguntas, Alice ia demonstrando cada vez mais desespero e angústia, as contas por pagar simbolizavam a gradual quebra de vínculo ao mundo real: da internet à alimentação. A peça terminava com a derrota de Alice, escondida com a cabeça por detrás do jornal.

Técnicas de ensaio para complexificar personagens

Apresentamos aqui apenas três exemplos de exercícios utilizados durante os nossos ensaios que procuram complexificar as personagens, atribuindo-lhe uma dimensão

dialética. Ninguém é somente opressor, ninguém é simplesmente oprimido, todos têm as suas contradições. Para isso é preciso “descobrir a contra-vontade de cada vontade”, “queremos e não queremos”. Como escrevia Boal, “até para se poder interpretar um anjo medieval: há que estudar e sentir a sua contra-vontade, a sua hostilidade para com Deus”, é isso que dará movimento e dinamismo à ação, se não houver esse esforço, “o ator permanecerá sempre idêntico a si mesmo, sempre estático, não teatral” (2009: 78-79).

Questionário: (adapt. Boal, 2009b: 298) este jogo é bastante simples e serve para construir a identidade das personagens. Todos se dispõem em círculo. À vez, cada uma das personagens vai ao centro e responde às perguntas que lhe fazem, desde as mais básicas - como te chamas? Idade? Com quem vives? Qual é o teu ordenado? - a perguntas que permitem respostas mais expansivas e reflexivas - Estás satisfeito com o trabalho que fazes? O que achas da atitude da Alice? Já alguma vez participaste numa greve? Em quem votaste nas últimas eleições? Quem está dentro do círculo vai improvisando, dando respostas o mais imediatas possível e construindo uma identidade para a sua personagem.

Sim, mas: este jogo tem por objetivo, por um lado, exercitar os argumentos do(s) opressor(es) e por outro, sedimentar o desejo/necessidade da protagonista. Estabelecem-se pares e, na primeira etapa, faz-se um treino com acusações e respostas fictícias. Um faz uma afirmação: p.ex. *cortaste a cauda do meu gato!* E o outro responde, principiando sempre com: *sim, mas*. “Sim, mas a cauda dele era demasiado comprida”. O outro prossegue, “Eu gostava da cauda dele assim!”, “Sim, mas, não vês que agora está mais original?” E por aí fora, num diálogo ininterrupto. No final, analisa-se o tipo de estratégias e argumentos que foram utilizados: desculpabilização, distração, vitimização, agressividade, chantagem, etc. De seguida, utiliza-se o mesmo jogo desta vez partindo o desejo da personagem oprimida em confronto com os vários antagonistas. No caso do MET2, Alice afirma: “Eu tenho direito a horas extra remuneradas”, e o chefe, “Sim, mas eu também não estou a

receber mais por estar aqui” ou “Sim, mas não depende de mim, mas da chefia”, “Sim, mas é só durante uns meses”. No confronto com os colegas, Alice pode dizer “Preciso da vossa ajuda para organizar uma ação coletiva” e estes podem responder “Sim, mas eu não quero ir para a rua”, “Sim, mas isso não vai servir de nada”. Esse conjunto de perguntas e respostas é repetido diversas vezes, procurando esgotar todas as possibilidades. Um observador externo anota os argumentos mais fortes ou interessantes de um lado e do outro e partilha-os posteriormente em grande grupo.

Stop, o que estás a pensar? (adapt. Boal, 2009b: 298) Nesta técnica, o ensaio da peça desenrola-se normalmente até que, a um sinal - do curinga ou de outro ator - pede-se a uma das personagens para parar e dizer o que está a pensar. É uma forma de perceber o “monólogo interior” e as eventuais incoerências internas, entre *aquilo que se diz e faz* e *aquilo que se pensa ou sente*. Por exemplo, a mãe de Alice diz-lhe que ela “tem de se mexer, tem de aguentar”, mas na verdade, pode estar a sentir-se angustiada e preocupada com a filha sem saber como a ajudar. A funcionária do Centro de Emprego pode estar a atender as pessoas e a pensar no que vai fazer para o jantar ou nos cortes que sofreu no último ordenado. Novamente, esta técnica acrescenta complexidade às personagens, para que não sejam apenas autómatos em cima de um palco mas sim pessoas reais com suas contradições, seus desejos e receios.

9.3. Teatro-fórum: “uma pergunta sincera” em forma de cena teatral

Boal referia-se ao teatro-fórum como uma “pergunta sincera que se faz à plateia em forma de cena teatral” (2009c: 187). Se não existisse uma pergunta, não valeria a pena apresentá-la, se não fosse sincera, mais valia não a fazer. Isso sugere duas premissas muito simples: o teatro-fórum não é uma forma didática em que se apresentam perguntas em relação às quais já sabemos as respostas. A sua função não é transmissora, mas sim promotora de diálogo. Por outro lado, a pergunta tem de ser sincera, na medida em que exige do grupo que a apresenta um comprometimento real

com o tema em questão. Dois exemplos de aplicação do teatro-fórum de uma forma contrária àquilo para o qual foi concebida: quando se trabalha nas escolas com a prevenção de comportamentos de risco, o educador que trabalha com os jovens já sabe que *não quer* que eles consumam drogas ou façam sexo desprotegido, não tem nenhuma pergunta, muito menos sincera, para tentar perceber porque acontece, quais são os limites entre o que é liberdade e risco, etc.

No caso do M.E.T.2, essas duas questões foram resolvidas desde o início. Era sincera, porque estávamos comprometidos com o tema, éramos todas e todos precários ou desempregados, estando envolvidas não só no TO, mas também noutras ações e movimentos; e era uma pergunta à qual não sabíamos efetivamente responder e, para isso, precisávamos de a discutir com os espect-atores. A pergunta do MET2 foi de difícil construção (como se pode ver pelo processo de criação) e é suficientemente complexa: *como estimular a ação coletiva num contexto de chantagem, provocado pela crise e o desemprego?* Obviamente, a pergunta inclui várias outras sub-questões que vão emergindo na peça e durante o fórum: como negociamos com um patrão que não quer cumprir as leis laborais? Como obtemos a solidariedade dos colegas? Como fazemos uma denúncia? Como nos protegemos ao fazê-la?

Uma das principais características do teatro-fórum é provocar a *ascese*: passar do micro ao macro, do indivíduo ao coletivo, da opressão concreta à estrutura que a sustém. Nenhuma cena de teatro-fórum “deve ser exposta em escala microscópica sem que se vejam os elementos essenciais do mapa da situação”, num “conflito particular, não devemos descer às suas singularidades, conjunturais, mas subir ao estrutural: do fenómeno à lei que o rege” (Boal, 2009b: 173). No caso do MET2, a Alice está a ser explorada no seu contexto laboral, tenta intervir coletivamente junto dos seus colegas, é despedida, não tem proteção social e é empurrada para uma formação de empreendedorismo. Mas a história de Alice é apenas o pretexto para falarmos de outras Alices, da juventude precária e qualificada; da ausência ou fragilidade das leis de proteção laboral; do discurso do

empreendedorismo e o seu efeito culpabilizador; das políticas de austeridade e do contexto de crise.

Assim numa peça estão presentes vários níveis de análise: no *nível micro* está uma situação de opressão entre indivíduos pertencentes a grupos sociais; no *nível meso* estão as instituições (escola, família, igreja,...), as regras, os meios de comunicação, etc; e a um *nível macro*, as leis, o Estado, o sistema político e económico. Como frisa Julian, as “relações entre indivíduos só podem ser entendidas dentro de sistemas, muitas vezes invisíveis, que as sobredeterminam. Não se pode compreender a relação entre um trabalhador e um patrão sem tentar entender o capitalismo, nem a relação entre um branco e um negro sem levar em conta o racismo, ou a relação entre um homem e uma mulher sem considerar o patriarcado” (2012). Numa peça de teatro-fórum procura-se então discutir como é que a sociedade se reflete no indivíduo, mas também como é que o indivíduo interfere na sociedade. O que se procura discutir é, por um lado, o que permite que esta situação de opressão aconteça ou se mantenha (p.ex. uma lei pouco clara; as regras de uma empresa) e, por outro, de que forma é que podemos influenciar ou transformar esses dois níveis superiores (p.ex. fazer uma petição; organizar um plenário no local de trabalho). Assim, em vez de esgotar o fórum numa discussão entre indivíduos que claramente têm uma relação de poder desequilibrada, esta expande-se para várias outras alternativas.

A dramaturgia do teatro-fórum deve, pois, permitir que essas discussões emerjam, não pessoalizando as histórias, possibilitando a *ascese* e abrindo espaços de intervenção também eles tendencialmente coletivos. A dramaturgia concebida por Augusto Boal seguia a seguinte estrutura: uma fase de contrapreparação que apresenta as personagens – protagonista, antagonista e aliados, de um e de outro – e o contexto político e social em que estes se inserem. À medida que a peça se desenrola fica evidente que a personagem oprimida (protagonista) tem um desejo e uma necessidade que entra em confronto com o poder de uma personagem opressora. O protagonista vai lutando utilizando diferentes estratégias, até à crise chinesa: “o momento em que o personagem protagónico entra em uma situação de perigo e,

dependendo de suas opções, abrem-se diante dele diferentes oportunidades.” (Boal, 1996: 93). A peça termina em fracasso, o oprimido não consegue vencer e o público é estimulado a tomar o lugar dele e a procurar outras alternativas de resolução. No centro dessa dramaturgia está um conflito, a “primeira lei da dramaturgia” e, coincidentemente, “a primeira lei da dialética.” (Boal, 2005: 50). Como Boal escrevia, recorrendo às ideias de Hegel, “uma personagem é uma vontade em movimento, uma vontade em busca da sua satisfação, do seu objeto, mas que não o obtém de imediato: é o exercício de uma vontade que colide, conflita com outras vontades igualmente livres e opostas.” (1996: 83-84). Assim, sendo a vontade o elemento essencial do teatro, a estrutura dramática deveria ser uma “estrutura conflitual de vontades, que expressam forças sociais. Todos os personagens devem participar dessa estrutura, que deve ser centralizada por um conflito central, que deve, por sua parte, ser a concreção da ideia central da peça” (idem: 89-90); um conflito que não pode ser demasiado fácil de resolver, nem impossível, “um sistema em equilíbrio que se torna desequilibrado, não pode ser feito de uma extrema fraqueza de um lado e onipotência do outro” (Boal, 2005: 51).

Apesar das advertências de Boal, a estrutura original na prática pode causar alguns constrangimentos. Centrado num grande conflito, o fórum dissolve-se numa disputa um-contra-um entre um frágil oprimido e um grande opressor: o empregado e o patrão, a mulher e o marido violento. As intervenções dos espet-atores resumem-se assim a formas de *heroísmo abstrato*, em que o funcionário se rebela perante o chefe e se recusa a cumprir as suas ordens, em respostas do tipo *look into my eyes*, em que a mulher tenta seduzir ou amolecer o coração do homem que a agride ou *tricking*, enganando o opressor (NF, 2013). Qualquer intervenção deste tipo será sempre irrealista ou inconsequente e, sobretudo, individualista. Contrariando isso, Julian Boal propõe um novo modelo dramatúrgico: em vez de um grande conflito, vários pequenos conflitos; em vez de um só contexto, diferentes espaços e grupos sociais onde o protagonista se move; em vez de um poderoso opressor, um ou mais agentes de opressão; em vez de aliados do oprimido e aliados do opressor, a

contradição interna em todas as personagens: todas são potencialmente solidárias, todas dirão *sim, mas*.

Com esta dramaturgia, o objetivo do fórum, mais do que combater diretamente a opressão, é identificar e destruir as estruturas (as estacas) que permitem que ela exista. Em algumas situações, a principal vítima da opressão ou o opressor não estão sequer presentes. No caso da violência doméstica, onde a abordagem convencional do teatro-fórum é muitas vezes uma forma de re-vitimização, podemos dar o exemplo de uma das nossas peças construídas com o apoio da Muriel Naessens e Pascal Guyot, durante o Óprima 2014 e que utiliza esta dramaturgia. Em vez de centrar a história na mulher que é agredida, a protagonista é a filha dela que pede auxílio aos amigos da mãe para que a retirem do isolamento, encaminhando-a posteriormente para uma associação de apoio à vítima. O opressor nunca aparece. Numa das peças criadas pelo grupo de Muriel, *Femminism Enjeux*, a peça começa com a mulher já morta pelo marido e o que se procura discutir é a responsabilidade dos vizinhos, médico assistente ou família alargada naquele caso. O *MET2*, tendo sido construído durante uma oficina com Julian, segue essa estrutura: Alice defronta-se não com o chefe, mas com um dos seus supervisores; para além deste, enfrenta também, em diferentes espaços, a mãe, os colegas de trabalho, a funcionária do centro de emprego e o formador de empreendedorismo: todos eles funcionando como agentes de opressão, impedindo-a de obter o que quer, porém todos eles potenciais aliados. O objetivo é criar uma estrutura dramatúrgica mais complexa, capaz de provocar ações mais realistas e assentes na ação coletiva; ainda que nem sempre seja possível atingir essa meta como se pode constatar nalguns fóruns.

9.4. Os fóruns: Braga, Porto e Lisboa

Desde a criação da peça, em Fevereiro de 2013, até ao momento atual, a peça tem sido apresentada em contextos variados: em Braga na Livraria Centésima Página, em Mirandela, na Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro; em Ourense, na

Asemblea Estudantil; no Porto, na Faculdade de Letras, Escola Superior de Educação, Festival SET, na Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, Maus Hábitos - Espaço de Intervenção Cultural, na sede do Partido Humanista, na Galeria Geraldês; entre outros, maioritariamente faculdades e ambientes associativos. Todas elas foram apresentadas gratuitamente, em raras ocasiões garantiram-nos viagens e transporte, nalgumas apenas uma das duas coisas.



Nesta secção partimos da análise dos vídeos referentes a três apresentações em locais e com públicos diferentes: no dia 9 de Novembro de 2013, em Lisboa, no MOB - Espaço Associativo, no âmbito do Fórum da Precariedade e Desemprego, organizado anualmente pelos Precários Inflexíveis; no dia 18 de Novembro de 2013, no Porto, na Fábrica da Alegria, durante o MEXE - Encontro de Arte e Comunidade, da PELE - Associação Cultural e Social; e, por fim, em Braga, no dia 8 de Fevereiro de 2014, no Encontro Juventude, trabalho e futuro, organizado pela associação Krizo e que teve lugar na TOCA - Trabalho de uma Oficina Cultural.

A apresentação da peça M.E.T 2 implica a participação de oito atores e um/a curinga. O papel de curinga tem sido assumido alternadamente por dois membros mais experientes, um rapaz e uma rapariga. A dificuldade em conciliar agendas pessoais e profissionais ou até em garantir que haja dinheiro para as deslocações de algum dos membros em situação financeira mais frágil, tem originado uma permanente rotatividade de atores. Estabelecemos assim uma espécie de bolsa de participantes, constituída por dezasseis elementos de Braga (NTO/Krizo) e do Porto (Tartarugas Falantes). As idades desse grupo situam-se entre os 23 e os 33 anos, são maioritariamente mulheres (há apenas quatro homens), têm todos frequência de licenciatura ou nível superior - mestrado ou doutoramento - e são quase todos das áreas das ciências sociais e humanas (psicologia, sociologia, educação, direito), alguns da área artística (teatro, arquitetura, design) e um que é comerciante numa loja de produtos agrícolas. Estão todos e todas em situação precária, embora a níveis de vulnerabilidade diferente. Alguns estão ainda a estudar, há quem esteja com contratos a prazo e a meio tempo, quem usufrua de bolsas de investigação, outros estão em estágios não remunerados e alguns desempregados. Há também um que, entretanto, emigrou. Quatro são membros dos Precários Inflexíveis - Associação de combate à precariedade, outros estão próximos dela, colaborando pontualmente.

Na plateia das três apresentações estariam sempre entre trinta e cinquenta pessoas. Embora o ambiente de informalidade fosse transversal aos três espaços - (sentados no chão, de pé de copo na mão, etc.) havia algumas diferenças. Em Lisboa, eram sobretudo membros das associações que o MOB acolhe regular ou pontualmente, Precários Inflexíveis, Habita - Coletivo pelo Direito à Habitação e Marcha Mundial das Mulheres. No Porto, a maioria pertencia a grupos de teatro comunitário (jovens, moradores em bairros sociais, etc.) e outros coletivos participantes do Encontro MEXE. Em Braga, para além de elementos da Krizo (não pertencentes ao NTO), estavam membros de outras associações e de partidos de esquerda.

As sessões de teatro-fórum têm normalmente uma estrutura e sequência convencional. Há um primeiro momento de diálogo do/a curinga com a plateia no

sentido de explicar quem é o grupo e as pessoas que o integram e como foi o processo de criação da peça (quando surgiu, como, por quem, porquê). Procura-se avaliar se todos conhecem a metodologia do Teatro do Oprimido, dando desde logo a palavra à plateia para que partilhe aquilo que sabe, cabendo ao curinga a tarefa de reformular ou acrescentar informação. Em algumas ocasiões, a apresentação do MET2 começava com uma “brincadeira”: formávamos uma ponte com os braços (como nos jogos para crianças) e as pessoas que entravam na sala passavam por baixo, enquanto cantávamos a letra da canção “Bem-vindo ao mundo encantado do emprego: onde há reis, princesas, ladrões, desenvolve o teu potencial e serás um grande empreendedor, uma grande empreendedora”. Depois de toda a gente acomodada, os elementos apresentavam-se brevemente com uma frase curta: o nome, grupo e associações a que pertenciam e a sua situação laboral, por exemplo: “Olá, eu sou a Rita, faço parte da Krizo e dos Precários Inflexíveis, tenho uma bolsa de doutoramento, quando esta terminar não tenho subsídio e não sei como irei pagar a renda.” Desta forma, o público tomava contacto, desde o início, a nossa implicação - individual e coletiva - para com a peça que trazíamos para discutir com eles.

De seguida, e como acontece quase de forma universal, é dinamizado um jogo ou exercício simples que procura, desde logo, ativar cada uma das pessoas da plateia para que assumam um novo papel enquanto espect-atores, ou seja, o que se espera é que se tornem participantes ativos, observando, respondendo às perguntas, intervindo, pensando em conjunto. Com esse gesto inicial, rompe-se a barreira entre o palco e plateia e entre curinga, atores e espetadores. Dependendo das condições da sala, as cadeiras são afastadas e o jogo esbate as fronteiras físicas e simbólicas: todos jogam e interagem, ocupando de forma igualitária o espaço. No final do exercício, as pessoas já estarão “aquecidas” e a peça, propriamente dita, é apresentada: um anti-modelo evidenciando uma situação de opressão, que termina com a derrota ou fracasso do protagonista. O curinga dinamiza então aquilo a que se chama de pré-fórum: um momento de diálogo em que são lançadas várias perguntas com o objetivo de perceber de que forma é percecionada a história e qual o grau de identificação da plateia com a mesma: esta situação é real? Conhecem histórias

assim? Qual é o problema da protagonista? Qual é a raiz do problema? O que é que ela deseja? Quais são as suas tentativas? Há mais alguma coisa que ela possa fazer? Depois disso, é feito o convite para que apresentem propostas alternativas, substituindo a protagonista oprimida. A cada tentativa, o curinga retoma à plateia - o que é mudou? O que trouxe de novo? - ensaiando-se outras propostas. Ao mesmo tempo, vai tentando que surjam informações que sejam importantes para o tema, acrescentando dados (estatísticas do desemprego, p.ex.) ou questionando sobre aspectos legislativos/formais - existe algum sindicato nesta área? Qual é a lei que nos protege numa situação destas? - tentando que as pessoas na plateia contribuam com a sua experiência pessoal e profissional. Se está presente um ativista dos Precários Inflexíveis (algo que a dada altura, se tornou prática corrente) é solicitado que explique a Lei da Precariedade e as lutas que têm sido travadas; se está um membro de um sindicato, o curinga pede-lhe que explique os procedimentos para apresentar uma denúncia; se está alguém que já recorreu à Autoridade para as Condições de Trabalho, desafia-se a que demonstre os passos que devem ser dados ou os obstáculos que enfrentou; se está presente um trabalhador do Centro de Emprego, pede-se que explicita algumas regras ou acrescente dados importantes. Essas informações não são fornecidas no conforto da cadeira, normalmente a pessoa é convidada a entrar em palco e a mostrar com o corpo, interpretando uma personagem inexistente na peça original (dirigente sindical, inspetor da ACT) ou uma outra que, ainda que exista, possa ser transformada (técnica do centro de emprego). Dependendo do ritmo e duração das intervenções fazem-se quatro, cinco, seis tentativas, tentando que se centrem em diferentes cenas da peça. Depois de cerca de hora e meia de debate, o curinga dá por finalizada a sessão, fazendo a síntese das propostas, das ideias mais fortes e questionando sobre outras estratégias possíveis que não foram exploradas. Por vezes, surgem ações diretas a desenvolver nos dias posteriores: ocupação, petição, greve, etc. Nas nossas sessões, isso nunca aconteceu. A sessão deve sempre terminar quando a plateia ainda está em ebulição, para que o debate seja transportado para fora das quatro paredes, traduzido em

conversas animadas e em vontade de fazer algo nos seus contextos de vida e de trabalho.

“Os direitos são uma chatice para quem emprega e está lá em cima de gravata”

No atual contexto, o problema do desemprego e da precariedade é de tal forma generalizado que, em todas as apresentações, a resposta à pergunta “conhecem histórias assim?” era unânime: *sim*. Muitos sentiam-se de tal forma identificados que verbalizavam “eu também sou uma Alice”. Também vários conheciam personagens como o patrão, para alguns até “costumam ser piores, o discurso é o mesmo, o tom é que é diferente.” Um dos discursos que assinalavam como dominante era aquele do “existem mais pessoas a querer ocupar este lugar, se não quiseres há quem queira”, referindo-se a ele como “forma de chantagem”. Um espectador ironizava dizendo que o problema da Alice era “não calar a boca” e ter “falta de empreendedorismo”. Outro dizia que os “direitos são uma chatice, para quem emprega, para quem está lá em cima de gravata.” A opinião geral era de que havia um discurso que atravessava “televisões e políticos” sobre a “ausência de alternativas”, que levava ao “conformismo” e que as soluções apresentadas eram “claramente passar a bola pra pessoa” e “culpabilizar” os desempregados. As poucas divergências que surgiam era em relação ao empreendedorismo: uns criticavam o “discurso do faça-você-mesmo”, outros queixavam-se que “havia poucas respostas” e “apoios efetivos para se conseguir montar alguma coisa”. Havia quem dissesse mesmo que, o que era preciso “era levantar o cuzinho, deixar de se queixar e abrir uma empresa com os colegas”. O Centro de Emprego era visto como “inútil”, “só veem números, não veem pessoas” e as “formações só estão lá pras estatísticas”. Face à pergunta sobre qual seria a raiz do problema, alguns responderam: “exploração”, a “maximização do lucro”, a “forma como a sociedade é organizada, capitalista”, “a propriedade privada”, “o tempo de trabalho” “o conformismo que faz com que os patrões abusem”. Sobre qual seria o desejo da Alice, respondiam: um “emprego com direitos”, “uma vida decente” ou tão-somente “conseguir pagar a luz”.

Confronto, denúncia, greve: as propostas dos espect-atores

Mediando a relação com a plateia, a tarefa do curinga é “coletivizar a opressão”, fazer perguntas, perceber o grau de identificação dos participantes com a história, canalizar a informação, escutar as propostas e incentivar à ação, levar a análise do micro ao macro, provocar estratégias coletivas (Forçadas, 2012: 33) As doze intervenções realizadas foram quase todas direcionadas para o diálogo com colegas e o patrão; ou para ações diretas ou institucionais. Só uma mulher se dispôs a intervir junto do Centro de Emprego para “mandar a mulher pro caralho”. Depois de o fazer, foi-se embora, recusando-se a fazer a formação, perdendo assim a sua inscrição. Nestas três apresentações ninguém optou por entrar na cena com a mãe, nem com o formador de empreendedorismo, ainda que, pontualmente, noutras situações tenhamos tido essa experiência. No contacto com o patrão, as propostas oscilaram entre o diálogo convicto e a postura ofensiva, quase heroica. Os argumentos utilizados eram sobretudo insistir na legalidade – “nós temos direitos” –, salientar as consequências do trabalho excessivo – “você quer ganhar com a nossa força de trabalho, mas se nos cansar, não vamos conseguir produzir”; “seríamos mais produtivos e amanhã entrávamos com uma força redobrada” - e evidenciar a dependência que também a empresa tinha face aos seus trabalhadores, virando ao contrário a chantagem e tentando equilibrar a relação de forças: “você também não recebe dinheiro, se nós não acabarmos o projeto.” Esse argumento era também utilizado no diálogo com os colegas, “somos nós quem conhece este projeto, eles precisam de nós. Então se a gente parasse agora? Como é que eles faziam?”. Porém, a mobilização dos colegas não se revelava fácil. Alguns tentavam de forma mais empática usando argumentos emocionais – “estás preocupado com os teus filhos, mas há quanto tempo não os vês, saindo às 2h da manhã?”; outros frisavam que a importância de não nos submetermos – “se tivermos essa postura vão fazer de nós tudo o que quiserem”; outros referiam-se ao caráter cíclico do processo “agora foram eles despedidos, os próximos somos nós”; e alguns salientavam a força do coletivo “ainda só levantamos cabelo sozinhos, nunca o fizemos juntos”. Frequentemente, o mesmo espect-ator empregava estratégias diferentes, passando de um nível para o

outro e, muitas vezes, terminando por não conseguir fazer aquilo a que se tinha proposto. Em algumas situações, a intervenção terminava com o despedimento autoproposto o que, no entender da plateia, não resolvia o problema. Perante a dificuldade em impulsionar os colegas a participar nalguma ação coletiva, alguns espetadores tentavam encontrar espaços seguros de diálogo, propondo “tomar um café”, fora do horário de expediente. Outros propunham recorrer aos colegas que tinham sido anteriormente despedidos, visto que estes “já não tinham nada a perder.” Em termos de ações concretas, um espectador propõe organizar uma greve “pá, eu tou farto dos passeios do Que se Lixe a Troika, depois chega às 7h e vai tudo pra casa ver futebol”, combinando um encontro com os colegas do trabalho e também com os que já tinham sido despedidos. Falam em construir um folheto com um manifesto para distribuir pelos restantes trabalhadores da empresa e em criar um “evento secreto no facebook”. Outro sugere “afetar a imagem pública da empresa”, “se os clientes souberem que todo o trabalho é feito com base em relações de trabalho ilegais, em situações de chantagem, em alta exploração, isso pode ser altamente prejudicial para a sua imagem e para a venda dos seus produtos. Por isso o que podemos fazer é criar um canal de denúncia na internet em que cada um escreve os seus testemunhos e começa a criminalizar estes gajos e a pintar uma imagem de exploração, de maus tratos, de más condições humanas de trabalho e isso pode lhes causar dano sério”. O blogue “Ganhem Vergonha¹⁰⁵” é apontado como exemplo e outros sugerem convocar a comunicação social. Outra espectatriz sugere ir ao sindicato. Porém, debate-se com uma realidade: “não há sindicatos de arquitetos”. Fala-se em ir à Ordem dos Arquitetos e logo um espectador afirma que “eles só defendem os seus próprios interesses.” Decide então dirigir-se a um sindicato geral de trabalhadores. Numa das sessões, como estavam presentes membros da CGTP e do CENA (Sindicato dos músicos, profissionais do espetáculo e do audiovisual), estes foram convidados a tomar lugar no palco. O curinga pergunta à espectatriz “Vais de manhã, de tarde? Vais sozinha?”, tentando ao máximo concretizar a situação. Ela

¹⁰⁵ <http://ganhemvergonha.pt>

opta por ir com uma colega de trabalho. O dirigente da CGTP explica que está numa situação irregular e que pode apresentar queixa à ACT, porém que nem sempre é “muito seguro”, porque ao avançar com processo judicial, “vai ter de dar a cara”. Em alternativa, diz-lhe que o próprio sindicato “pode fazer uma participação à ACT”. Ao mesmo tempo, aconselha-a a fazer “um plenário de trabalhadores” e a “sondar” entre eles “um delegado sindical”, que seja “porta-voz dos trabalhadores junto do sindicato e vice-versa”. O membro do CENA, aproveitando o momento, provoca-o: “há muitos sindicatos em que se tem de pagar seis meses de quotas, mas aqui não é preciso”. No final das sessões, outras ideias surgiam, em particular, a criação de uma associação ou sindicato de arquitetos ou até mesmo de desempregados.

9.5. Precariedade e ação coletiva: uma relação impossível?

Ao partir do guião da peça “Mexe esse traseiro ao quadrado” e da descrição e análise de três fóruns realizados com ela é possível elencar os vários desafios que se colocam à Alice para fazer valer os seus direitos: a ausência de dispositivos legais que facilitem a sua reivindicação; o discurso da crise utilizado como estratégia de legitimação da exploração; a dificuldade de obter solidariedade por parte dos colegas; a ineficácia e burocracia das instituições de apoio aos desempregados (IEFP) e a sua convivência na difusão do “empreendedorismo” são alguns deles.

Há quase vinte anos, o sociólogo francês Pierre Bourdieu escrevia um impressionante ensaio - incluído no seu livro “Contrafogos” - denominado: “A precariedade está em toda a parte”. Anunciando a precariedade como “modo de dominação do tipo novo”, Bourdieu antecipava grande parte dos dilemas que hoje vivemos, decorrentes da difícil relação entre precariedade e ação coletiva, em particular em períodos de desemprego massivo. “Há mais quem queira!”, a expressão repetida ao longo da peça e do fórum surge como uma espécie de “mentalidade coletiva”: “nunca se deixa esquecer, está presente em todos os momentos, em todos os cérebros”, “atormenta as consciências e os inconscientes”: A estratégia perpetrada por essa nova forma de dominação é “dar a cada trabalhador a impressão

que ele não é insubstituível”, que o seu emprego é, de certa forma, um privilégio, “frágil e ameaçado”: qualquer deslize pode significar uma rutura da relação laboral (Bourdieu, 1998a: 73). Ainda que a Alice, consciente dos riscos que corre, tente reivindicar os seus direitos, o seu patrão faz questão de lhe devolver a situação de vulnerabilidade: “não são os direitos que lhe põe a comida na mesa”. Instala-se assim uma “situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração”. (idem, ibidem: 75). A empresa - flexível, organizada em projetos e colaboradores - explora deliberadamente essa insegurança. “A concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho”, “é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão”, uma concorrência “destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade” (idem, ibidem: 74): “A Alice é a única que se queixa, não vejo nenhum dos seus colegas a fazê-lo!”

Ainda que estivéssemos num espaço estético e, como tal, ficcionado e protegido, a dificuldade de organização dos colegas de trabalho para iniciar uma ação coletiva foi evidente nestes e noutros fóruns que realizamos com o MET2. Antes de mais, pela ausência de relações duradouras entre eles e de espaços e tempos de convívio comuns. Não será por acaso que em muitas empresas, como por exemplo nos *call centers*, os intervalos se fazem em momentos distintos, evitando o contacto entre os trabalhadores. Por isso, uma das estratégias utilizadas pelos espect-atores era precisamente encontrar espaços seguros para conversar com os colegas fora do local de trabalho. Ainda assim, a possibilidade de obter solidariedade com os colegas é sempre reduzida, na medida em que a chantagem da demissão se torna impeditiva da liberdade de expressão e de ação, sobretudo em situações de maior fragilidade: “eu tenho filhos para sustentar, não quero ficar novamente desempregado ou emigrar”, como dizia um dos colegas de Alice. Frequentemente, os contratos laborais são feitos individualmente e não através da contratação coletiva. Numa mesma empresa, ocupando a mesma função e hierarquia, podemos ter trabalhadores em situações laborais diferentes: uns a recibo, outros a contrato, outros a receber de forma informal. Essa diferenciação faz com que não seja fácil estabelecer

reivindicações comuns. A precariedade torna assim possíveis “novas estratégias de dominação e exploração, fundadas na chantagem da dispensa”, impondo sobre o “conjunto do mundo do trabalho”, uma “censura esmagadora, impedindo a mobilização e a reivindicação”. (Bourdieu, 1998a: 78).

Ainda que atualmente, em Portugal, não exista um impedimento legal para o exercício dos direitos de participação política e cívica, a verdade é que se vivem “tempos difíceis para mobilizar a ‘arma da greve’” (Costa et al, 2014: 173) e para estabelecer compromissos com grupos ou ações coletivas, em grande parte devido às condicionantes da reestruturação do mundo do trabalho. A precariedade impossibilita esse “mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo colectivamente” (Bourdieu, 1998a: 72). Porém, se assim é, o facto é que contra todas as expectativas, temos vindo a assistir nos últimos anos, a exemplos concretos de luta e resistência coletiva contra a chantagem patronal, a precariedade e a exploração laboral. Entre 2013–2014, o caso dos enfermeiros da Linha Saúde 24, em situação de falsos recibos verdes, que perante a proposta de redução salarial (entre 20% a 50%) encetaram uma luta sem tréguas dentro e fora da empresa, munindo-se das redes sociais, da criação de comissões informais de trabalhadores, do contacto com diversos partidos políticos e com associações como os Precários Inflexíveis, da queixa coletiva apresentada à ACT e que culminou numa vitória: o tribunal deu-lhes razão e classificou como ilegal o contrato através de recibos verdes. (Costa et al, 2014: 190–198). Também os trabalhadores da Ibersol, que fazem a distribuição da Pizza Hut ao domicílio conseguiu, em 2014, forçar a empresa a recuar na decisão de cortar parte do seu pagamento por cada entrega. A adesão generalizada à greve e o apoio do Sindicato de Hotelaria do Norte foram as grandes forças desse processo. No mesmo ano, um grupo de funcionários da UNICER - uma produtora de cerveja, em Matosinhos - manifestou-se em protesto contra o despedimento ilegal de um dos trabalhadores. O protesto foi alargado a uma greve prolongada, estendendo-se a outras regiões onde se ameaçava o fecho das fábricas e o despedimento dos trabalhadores. Em 2015, os trabalhadores do grupo EFACEC - uma empresa de componentes elétricos - depois de vários dias de greve, durante

três meses e com o apoio dos sindicatos do sector conseguiram ver aumentados os seus salários.

Ainda que estejam muitos fatores em jogo, como o tipo de contrato e relação laboral, a dimensão da empresa, a existência ou não de um sindicato capaz de intervir nessas circunstâncias, o nível de vulnerabilidade dos trabalhadores, a pressão social dos *media* ou das redes sociais, é certo que “a mobilização daqueles cuja existência constitui certamente o fator principal da desmobilização é o mais extraordinário estímulo à mobilização, à ruptura com o fatalismo político” (Bourdieu, 1998a: 78).

9.6. Teatro-fórum: visibilizar, conscientizar, mobilizar

Três grandes objetivos parecem condensar as características do teatro-fórum enquanto instrumento para uma cidadania democrática. *Visibilizar* um determinado problema social e político; *conscientizar* através do debate e análise coletiva e *mobilizar*, a partir do ensaio de estratégias e resistências.

A propriedade mais imediata do teatro-fórum é o facto de trazer uma situação de opressão à superfície sob a forma de uma história individual. É uma forma de politização de vida em comum, de fazer a ponte entre o indivíduo e a sociedade. Como diz Teresa, “esta é a história de muita gente”, “as pessoas sentem-se identificadas”, “envolvidas neste processo” e “com vontade de procurar soluções”, “como se fosse um desafio para nós todos”. O que contraria a tendência de isolamento individualista - “pensa só em ti, trata das tuas coisas”. Como refere Maria, “quando não há uma identificação fica tudo mais abstrato, não conseguimos colocarmo-nos no lugar do outro”, ou então “estamos demasiado anestesiados com tudo o que está a acontecer, porque é demasiada informação”, acrescenta Teresa. Para Pedro, o teatro-fórum “ajuda um bocadinho a desmontar, porque vai à raiz, porque vai da história individual ao sistema”. José concorda, “a vantagem é vincular a discussão a uma história concreta”, “compromete mais as pessoas”, “os problemas políticos são histórias concretos em corpos concretos com medidas concretas”.

A discussão que esse problema provoca é feito do confronto de ideias - muitas vezes divergentes - e da partilha de experiências e sugestões. Assim, mais do que tomar consciência de uma opressão, o que se procura é promover a conscientização, que tem em vista a ação concreta. O facto de se utilizar ferramentas teatrais para analisar e discutir torna o debate mais democrático, libertando-o do atilho da palavra e utilizando uma linguagem mais completa. Para Amarilis, uma peça teatral “vale mil *powerpoints* e mil pessoas a falar, porque utiliza outra linguagem, sensível”, “a linguagem verbal é ultra-codificada, ultra-chata.” Teresa diz: “já estive a moderar debates e já participei em teatros-fórum. A diferença é veres as pessoas mexerem-se nas cadeiras, as pessoas não estão só a ouvir”, “estão a inquietar-se com uma situação, as expressões são diferentes”, “a abanar com a cabeça, a comentar com o vizinho”. Maria reforça, confessando ela própria sentir-se “mais à vontade” durante uma sessão de teatro-fórum do que em debates “em que nunca participo”, “é um contexto mais acolhedor.” Anabela diz “se calhar o teatro torna a conversa menos séria, não é bem um debate”, “e as pessoas dizem as coisas mais à vontade.” José corrobora: “o facto de ser teatro e ficção, por um lado compromete com uma história concreta, por outro deixa às pessoas uma margem de descompromisso”, “em último caso, as pessoas não estão a falar delas próprias”, “isso cria um espaço de segurança e conforto”.

Sendo conscientizador, o teatro-fórum é também mobilizador, promovendo ações coletivas. Como explica Amarilis, o fórum permite-nos “confrontar-nos com as pessoas com que nos confrontamos no dia-a-dia, depois de já ter feito uma análise, num ambiente controlado.”, as pessoas sabem que “o pai não lhe vai dar um estalo” ou que “se mandar o patrão pro caralho” não vai ser despedido, “na vida real não vai poder experimentar”. Assim, o teatro-fórum é “um ensaio sem riscos para poderes experimentar, “arranjar as melhores estratégias para falar com um colega de trabalho, por exemplo.” São essas “ferramentas que queremos dar” às pessoas que estão na plateia, diz Jorge, para que estas possam “construir no seu local de trabalho formas de organização, de luta contra a exploração de que são alvo.” Um fórum ideal,

aliás, será aquele em que termina com objetivos muito concretos fora do espaço teatral.

Por tudo isto, o teatro-fórum torna-se um espaço e tempo pedagógico na medida em que é informativo mas também problematizador. Como se referia um espectador numa sessão do MET2 no Pólo Universitário de Mirandela, “ninguém nos explica nada sobre estas leis, sobre contratos e recibos verdes”, “nem a universidade, nem o centro de emprego, nem em lado nenhum!”. Essas informações não se dão porém num registo *bancário* de transmissão e acumulação de conteúdos (Freire, 2007). Amarilis reflete nesse sentido: “pensar em problemas é pedagógicos, fazer perguntas é a base da educação e o TO faz muitas perguntas”, “temos um problemas e estamos a pensar em como resolvê-lo, estamos a analisá-lo profundamente”, “e convidas as pessoas a fazer parte”, é uma “estratégia de politização e de geração de pensamento crítico”. Se calhar, “não é a mais eficaz”, “distribuir panfletos tem um alcance maior e é mais fácil”, “mas com um panfleto ou um blogue ou a fazer um filme não vais discutir com ninguém.” Essa problematização é assente nas contradições: das personagens, do sistema, da própria situação de opressão. É nelas que se abrem espaços de resistência. Por isso, para Boal, o teatro fórum é um tipo de “luta ou jogo”, não é “teatro-propaganda” ou o “velho teatro pedagógico” (2009: 30), de certa forma é “uma profanação: profana-se a cena, altar onde, normalmente só os atores têm direito a aceder. Destrói-se a obra proposta pelos artistas, para construir outra todos juntos”, é por isso “pedagógico, no sentido de aprendizagem coletiva”. (2002: 9).

PARTE 4 _ TEATRO DO OPRIMIDO E APRENDIZAGENS CRÍTICAS

No bloco 4 refletimos sobre as iniciativas e aprendizagens relatadas nos capítulos anteriores, a partir de dois eixos: a participação na associação Krizo e a metodologia de Teatro do Oprimido. No capítulo 10 a atenção é dada às experiências de aprendizagem proporcionadas pela participação em ações coletivas e em contexto associativo, nomeadamente no âmbito da Krizo. Inicia-se com uma abordagem teórica baseada nos contributos de Dewey, Freire e Illich; de seguida, a partir de excertos do grupo focal e do debate-conversa realizado com cinco membros do grupo, são analisadas o tipo de aprendizagens que decorrem num contexto associativo e a importância que estas têm face ao período que vivemos. Depois disso, é elaborada uma reflexão sobre as tensões, limitações e aprendizagens que ocorrem através da controvérsia e do conflito; por fim, é ensaiado um conceito de cidadania “rebelde e inconformado” capaz de resistir à sua mercantilização ou instrumentalização. No capítulo 11, utilizamos o espaço proporcionado pelo Óprima – Encontro de TO e Ativismo para a elaboração de reflexões críticas sobre a metodologia. O Óprima é um encontro anual que decorre desde 2011, organizado pelos coletivos Tartaruga Falante, KSK Arrentela, Marcha Mundial das Mulheres e NTO Braga/krizo. A partir de entrevistas individuais e debates realizados durante o encontro, foi possível fazer uma espécie de balanço do TO em tempos de crise. Por um lado, as fragilidades e derivações de algumas práticas que põe em causa os seus princípios e objetivos emancipatórios; por outro, o TO enquanto “arma de combate”, explorando as suas possibilidades no contexto atual.

10. CIDADANIA EM TEMPOS DE CRISE: experiências de aprendizagem na ação coletiva e em contexto associativo¹⁰⁶

“Vivíamos nas ruas, ninguém estava em casa à noite”, havia um sentido de “urgência”, pensávamos que “conseguíamos mudar o mundo”, até porque “tudo estava por fazer.” (Gomes et al, 2005: 75).

O testemunho é de uma participante nas campanhas de alfabetização do PREC - Período Revolucionário em Curso, que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 e que durou cerca de ano e meio. Naquela que foi a “idade de ouro” da educação e formação de adultos, irromperam um pouco por todo o país experiências educativas, sociais e culturais, pondo em causa poderes patronais, estatais, militares e fazendo emergir “novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício de poder”, constituindo-se num “imenso e dinâmico processo coletivo de aprendizagem”, através da participação nos “momentos de debate e decisão, nas lutas, na gestão autónoma de aldeias, fábricas ou empresas” (Canário, 2006: 211–213). Esse poderoso movimento popular representou uma “explosão de autonomia”, cujos antecedentes foram “laboriosa e persistentemente construídos e preservados pela atividade autónoma do movimento operário desde o século XIX até 1974.” Já durante o fascismo, o “trabalho político de resistência tinha um conteúdo fortemente cultural” e fazia-se através de uma densa rede de associações recreativas e culturais, da construção das diversas formas de mutualismo; da criação do movimento sindical; mas também de formas mais informais como a leitura coletiva de jornais ou os círculos de estudo, mesmo em contextos adversos como as prisões políticas (Canário, 2006 a: 19–21).

Quando, em Abril de 1974, rebentou a liberdade e se reconquistou a democracia, o projeto educativo continuou, em prol da construção de uma sociedade

¹⁰⁶ Este capítulo baseia-se num artigo publicado em co-autoria com duas companheiras da associação. Barbosa, I.; Rodrigues, A.; Mendes, T. (2015)

socialista. O lema das campanhas de alfabetização “conscientizar, organizar, mobilizar” (Melo & Benavente, 1978:37) representa bem o motor desses processos. Em múltiplos espaços e em configurações distintas - associações, cooperativas, bibliotecas populares, grupos de teatro, fábricas ocupadas - a aprendizagem fazia-se através da participação política e social, esbatendo limites entre o que é educativo e o que não é educativo, entre trabalho físico e intelectual, entre educação formal e informal, entre educador e educando, num tempo em que as “ideias de Paulo Freire eram uma normal e não uma alternativa.” (Stoer & Dale, 1999: 68). Para citar apenas um exemplo, a avaliação que se fazia da alfabetização de adultos, expressa na Portaria nº 419, de 13 julho de 1976, incluía a capacidade de “ler e compreender notícias de jornal, circulares e comunicados”, “fazer requerimentos” ou “escrever comunicados da comissão de moradores” (Melo & Benavente, 1978: 117-118). Refletindo sobre esse período, Pintassilgo ressalta aquele que foi um “verdadeiro laboratório de experiências pedagógicas”, lamentando que a “simples evocação” de algumas dessas experiências seja suficiente para “sentir a grande distância que já nos separa desses tempos de intensa mobilização social e de forte crença no poder da educação” (2015: 15-18).

Ao longo desta dissertação, fomos nos referindo às consequências da austeridade, em vários quadrantes, salientando o modo como tem contribuído para reconfigurar a sociedade, como tem vindo a reestruturar as relações e o direito de trabalho; contribuído para a individualização, fragmentação social e para a “destruição metódica dos coletivos” (Bourdieu: 1998: 82); para o desmantelamento (e conceção) de Estado Social; e para o esboroamento dos espaços de lazer e de cidadania. Um projeto ideológico que tem prosperado sobretudo pela “fabricação de consensos”, pela inculcação de discursos dominantes, pelo esvaziamento do espaço público democrático e pela criação de uma atmosfera de medo e de culpa, levando à resignação e desmobilização política e cívica.

As consequências na educação e na escola - que aqui nos interessa destacar - são evidentes. Subordinadas ao “mantra orçamental” (Pereira, 2014: 18), as despesas com a educação em 2014 rondavam os 4% (em percentagem do PIB), tendo

sido o setor de Estado mais afetado ao longo dos últimos quatro anos¹⁰⁷. As medidas apontam em duas direções: por um lado, na *contenção de gastos*, através do aumento do horário docente e do número de alunos por turma; da dispensa de milhares de professores; da redução dos apoios às crianças e jovens com necessidades educativas especiais; do retrocesso nas políticas de educação de adultos; e, por outro lado, no *discurso do rigor e da excelência*, patente na introdução dos exames nacionais em todos os graus de ensino; nos rankings das escolas; na centralização do poder no diretor de escola/agrupamento de escolas; na menorização das unidades curriculares cívicas, artísticas ou desportivas, entre outros exemplos (Benavente et al, 2015: 58–59; Lopes, 2015).

No campo educativo, a escola não é a única entidade afetada por estas medidas. Também os contextos educativos não formais têm sido atingidos por uma deriva tecnocrática. Se a tradição da educação popular de adultos, não obstante a sua diversidade histórico-cultural, sempre “privilegiou as dinâmicas associativas, comunitárias e de índole local, bem como dispositivos de mobilização crítica e de educação política e para a cidadania.” (Lima, 2006: 15), hoje esta deu lugar a uma “lógica de produção de certificações”, à “subordinação do conceito de educação aos conceitos de formação” e de “aprendizagem ao longo da vida” de feição individualista e competitiva (ibidem: 17–18). A lógica da austeridade tem vindo a acentuar essa viragem, amplamente acompanhada pelo discurso do empreendedorismo. Crítico das mutações que têm vindo a ocorrer, Fernando Ilídio Ferreira aponta para as “ambiguidades” que põe em causa a autonomia das associações, referindo-se que, nos últimos anos, muitas delas se transformaram em “meras organizações de prestação de serviços”, gestoras “de programas de financiamento” ou da “questão social” através de práticas assistencialistas (Ferreira, 2011). Também Licínio Lima argumenta que, face à crise que hoje se vive nas várias dimensões da sociedade, os espaços de educação não formal deveriam não só servir como recurso para a interpretação crítica e profunda das causas e da natureza da crise, mas também

¹⁰⁷ <http://www.publico.pt/portugal/noticia/como-crato-mudou-quase-tudo-o-que-podia-mudar-1707387>

teriam a responsabilidade de participar ativamente na busca de processos de luta, combate e transformação social (Lima, 2012: 55-58).

Foi nesse ponto que se quis situar a Krizo. Partindo da experiência destes quatro anos de existência, relatada em grande parte nesta tese, salientaremos neste capítulo algumas das aprendizagens coletivas decorrentes da “interpretação crítica da crise” e da sua “participação nos processos de luta” e que refletiram, de alguma forma e num outro tempo, essa “urgência” e a “vontade de mudar o mundo” das experiências de educação popular. Através das vozes do grupo e da investigadora, a história e alguns dinamismos da associação serão passados em revista: os objetivos, as prioridades, o campo de ação, a forma de organização, as estratégias, mas também as limitações, as fragilidades, as contradições. São mobilizados para análise os dados de um debate-conversa realizado com duas companheiras da associação, no qual a investigadora é também uma voz presente. A sessão foi gravada e transcrita e a análise de conteúdo procura, por um lado, conservar a fluidez e a espontaneidade do debate gerado e, por outro, explicitar a autonomia e a identidade de cada uma. Acrescentou-se também algum material produzido no grupo focal com outros três membros: João, Quintas e Ângela.

A análise dessas aprendizagens não pode ser desgarrada do contexto em que ocorrem. Foley lança algumas pistas para debate, questionando de que forma o contexto político e econômico influencia as aprendizagens; quais são as micropolíticas, as ideologias, as práticas discursivas e as lutas dos movimentos sociais e dos seus oponentes; e em que medida essas práticas e lutas facilitam ou obstaculizam a aprendizagem e ação emancipatória (1999: 10).

Assim, as aprendizagens que aqui são enunciadas são balizadas por questões mais amplas: como se gere o envolvimento ativista quando se vive em permanente instabilidade? Como se apela ao coletivo num período de individualismos? Como se constrói a esperança quando nos tentam dominar pelos fatalismos? Como se aprende a cidadania num tempo de crise? É dessa experiência, e da reflexão sobre a experiência, que se procura ensaiar neste capítulo uma concepção de cidadania construída na tensão entre integração e emancipação e que seja capaz de resistir à

sua instrumentalização e apropriação mercantil. Em que medida podemos ser intérpretes de uma *cidadania rebelde e inconformada*?

10.1. Educação e aprendizagem na ação coletiva

Optou-se por esta formulação - educação e aprendizagem na ação coletiva - procurando inseri-la no campo de estudos da educação não formal, que abrange domínios singulares, como a “educação de adultos”, a “educação popular”, a “educação permanente”, a “educação em movimentos sociais”, entre outros, mas que estão frequentemente interligados.

As associações, tal como os movimentos ou mobilizações sociais, em geral, são plurais na sua dimensão, na forma como se organizam, nos objetivos que as movem, nas estratégias que mobilizam, no grau e tipo de impacto que podem ter no contexto onde atuam. Por isso, referir-nos a aprendizagem nas associações ou movimentos sociais é tendencialmente falacioso, na medida em que estaremos sempre a falar de realidades distintas e muitas vezes divergentes. Paulo Freire, num raro texto onde debate explicitamente a relação entre educação e movimentos sociais, chama de Movimento Popular a todos os coletivos onde “ocorre de andarem juntos o conhecimento e a transformação de melhor viver”: “operários no comitê das fábricas”, “favelados na associação de moradores” ou “mulheres de bairro na luta pela creche” (Freire & Nogueira, 1993: 67). Também Gadotti refere que precisamos de alargar o conceito de “movimento social”, pois uma grande massa da população está “organizada na informalidade”, em clubes ou associações (2008). Nesse sentido, não é de estranhar que grande parte dos estudos realizados neste campo seja focado em exemplos concretos (Hall e Turray, 2006) e este não é uma exceção.

Ainda assim, quando aqui nos referimos à “educação na ação coletiva” queremos destacar o tipo de aprendizagem que é experienciada por adultos, decorrente da sua participação em organizações coletivas e resultante de uma ação política continuada em prol da transformação social. Antes, porém, de entrar nesta discussão, lembramos três autores que percorrem o século XX e cujo pensamento

condensa o quadro epistemológico em que nos situamos: John Dewey, Paulo Freire, Ivan Illich e François Dubet.

Apesar das divergências conceituais, metodológicas e até ideológicas que atravessam a obra destes autores, é inegável a sua atualidade e pertinência para sustentar o que aqui designamos por “educação e aprendizagem na ação coletiva”. Para Dewey, a democracia é “mais do que uma forma de governo ou de governança; é, acima de tudo, uma forma de vida associativa, de uma experiência humana construída em conjunto.” (2005: 35). Como tal, é no ato de exercer a democracia - através da experiência e da participação, em continuidade e pela interação social - que se aprende a praticar a cidadania. Também para Freire “é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos” (2001: 40). A recusa da neutralidade educativa é um dos seus legados mais importantes. A educação faz-se em liberdade e pela conquista da autonomia, através de uma leitura ampliada da realidade, que não é imune ao conflito e à controvérsia. É no despertar dessa consciência para a ação e transformação do mundo que se dá aquilo que chama de “conscientização” (Freire, 1974; 1979; 1997). A “educação popular” seria o que melhor poderia representar esse “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares” (Freire & Nogueira, 1993: 19).

Numa crítica radical à escola elitista, manipuladora, alienante, Illich (1985) salientava o poder desta em “dividir o mundo social”: a “educação torna-se não-do-mundo e o mundo torna-se não-educativo” (1985: 39). Este autor argumenta que grande parte da aprendizagem é feita fora do edifício escolar e longe do controlo do professor. Por isso, defende a *desescolarização* (não só da educação, mas de toda a sociedade), projetando a ideia de uma comunidade educativa em que os vários recursos (museus, cinemas, bibliotecas, mas também pessoas e suas habilidades) são democratizados e colocados ao dispor de quem quer aprender e ensinar em convivialidade.

Mais recentemente, Dubet (1994) sustenta que à luz de uma “sociologia da experiência”, o próprio objeto da sociologia muda, devendo esta descrever as experiências sociais, isto é, as condutas individuais de cada um de nós, condutas

essas que podem apresentar-se como a combinação de pertencas comunitárias, cálculos de mercado e exigências de uma autenticidade individual. O conceito de “mobilização” proposto por Dubet, Cousin e Guillemet (1989) insere-se nesta linha, remetendo para o projeto de um ator, individual ou coletivo, que procura envolver elementos diversos (outros atores, projetos, motivações, saberes, recursos materiais e simbólicos) na ação social.

Daqui se salientam alguns pressupostos importantes para contextualizar a “aprendizagem na ação coletiva”: uma *conceção ampla de educação*, dando conta dos diferentes processos e espaços onde ela acontece; um *enfoque na participação, na experiência e na dimensão coletiva* da aprendizagem; e uma perspectiva de *educação crítica e emancipadora*, decorrente de uma convicção nas possibilidades do seu papel transformador.

Nesta linha, Foley (1999; 2004) tem investigado a aprendizagem que ocorre quando se luta contra a opressão em ações sociais e coletivas. Também Gohn se refere aos processos de autoaprendizagem e aprendizagem decorrentes da experiência em processos sociais e coletivos, inserindo-os no campo da educação não formal e, mais especificamente, nos movimentos sociais, com particular ênfase no “processo pedagógico de participação” (2006:37). Para Canário, o reconhecimento dos processos educativos não-formais - um campo ainda “pouco valorizado e (re)conhecido” - está associado ao “pressuposto principal da educação de adultos” de que “as pessoas aprendem com e através da experiência” sendo esse patrimônio experiencial o “recurso mais importante para a realização de novas aprendizagens” (2006: 195-198).

Isto pressupõe um rompimento com a tecnicização e a suposta neutralidade da tarefa educativa. Para Mayo, o termo “participação” (como muitos outros) foi apropriado pelo capitalismo, tendo virado um *cliché* na educação de adultos. Mais do que apregoá-la indefinidamente torna-se necessário “reconhecer a natureza política de todas as intervenções educativas” (1999: 24). Foley considera mesmo que a educação e a aprendizagem nos movimentos sociais não pode estar desvinculada da “economia política, das micro-políticas, das ideologias e discursos” (1999: 6) e que

“no coração de uma teoria de adultos emancipatória” deve estar uma “crítica ao capitalismo” (1999: 138).

Holst também defende que é necessário “rejuvenescer a teoria marxista no interior da educação de adultos”, argumentando que, se nos anos de 1970, as ideias de Paulo Freire de que a “educação é política” eram amplamente absorvidas e transportadas para dentro dos movimentos sociais, hoje essa questão é foco de muito debate, porque se toma a prática dos movimentos sociais como política e não educativa, porque tendencialmente se desvaloriza a educação informal e porque a crescente profissionalização do campo retirou as suas raízes históricas no interior dos movimentos sociais (2002: 77-81).

Numa perspetiva marxista, a emancipação surgiu sempre associada às lutas e movimentos sociais, à ação coletiva de homens e mulheres, a um “processo histórico, económico e político” em torno de um projeto político de transformação social radical (Afonso, 2001). Sendo assim, “a educação não pode em si mesma ser assumida como emancipatória sem ser por referência a um projecto mais amplo” (Idem: 229). No entender deste autor, é na “ação e reflexão dos movimentos sociais” que a “relação da educação com a emancipação tem sido pensada e reatualizada”, em “experiências que são portadoras de novas possibilidades emancipatórias” (Ibidem: 238). Gohn acrescenta que o carácter dessa aprendizagem e participação, se “emancipatória ou integradora”¹⁰⁸, vai “depende da qualidade das relações e interações desenvolvidas”, e “do projeto político dos grupos em ação” (2006: 44).

Mas que experiências são essas e em que medida podem ser emancipatórias? Que relação concreta pode existir entre a educação e a participação em mobilizações ou movimentos sociais? Essas são as reflexões que se seguem, num balanço entre “integração e emancipação”.

¹⁰⁸ Esta ideia tem algumas aproximações à proposta de Boaventura Sousa-Santos, para quem o projeto da modernidade foi definido, na sua matriz, por um equilíbrio entre os pilares da regulação e da emancipação, equilíbrio esse que nunca foi conseguido, tendo a balança pendido para o excesso de regulação. É em torno do “princípio da comunidade” e da “racionalidade estético-expressiva” que se vislumbram as possibilidades de mudança de paradigma, neste tempo de transição em que vivemos. A solução procurada não é hoje, portanto, um novo equilíbrio entre regulação e emancipação, mas antes um desequilíbrio dinâmico que penda para a emancipação.

10.2. Da elaboração de atas à reivindicação de direitos: o que se aprende numa associação?

No início desta tese percorremos o processo de constituição do grupo, inicialmente como núcleo informal e, em Maio de 2013, formalizando-se como associação; descrevemos o contexto que despoletou o seu surgimento – uma cidade conservadora, com poucos espaços culturais e o explodir das consequências da crise – e caracterizámos o grupo como sendo constituído maioritariamente por jovens em situação precária, descrente da democracia representativa e “inconformados” com o estado do país. Salientámos também os modos de organização da associação: a informalidade, a abertura, o improvisado, a espontaneidade, o “sentido de urgência”, passando em revista o período mais ativo do núcleo, correspondente a um dos picos de mobilização social contra a austeridade. Dessa cronologia, pudemos refletir sobre a “energia incontornável da rua”, a influência do contexto político nas oscilações da nossa intervenção, a importância das emoções nos processos ativistas e as difíceis relações com a linguagem sindical e partidária. Depois disso, analisámos em detalhe três histórias de membros dos grupos de Braga, e também do Porto, examinando de que forma tinham sido construídos os seus percursos ativistas e de que modo a precariedade laboral se estendia como “modo de vida”, afetando também o compromisso com a luta coletiva. Demos, por fim, o exemplo de quatro iniciativas concretizadas pelo grupo, aprofundando os processos de criação, a nossa ligação aos temas, as reflexões que fomos elaborando, etc. Em tudo isso há aprendizagens.

Segundo Foley, grande parte da discussão sobre o que se aprende nas ações ou movimentos sociais é “abstrata e exortatória” (1999: 138). Este autor frisa a importância de reconhecer o “carácter complexo, ambíguo e contraditório” desses movimentos e lutas e, como tal, da aprendizagem que se dá dentro delas e que é moldada por fatores intrapessoais, interpessoais e sociais. Por sua vez, Gohn identifica múltiplas formas de aprendizagem, mais ou menos evidentes e que se desdobram a vários níveis: *prática, teórica, técnica instrumental, política, cultural, linguística, económica, simbólica, social, cognitiva, reflexiva* ou *ética*. Aprendizagens

que vão desde a capacidade de falar em público, gestão financeira, até à noção dos seus direitos e das leis que os regulamentam ou à construção de uma linguagem e gramática comum (2011: 352–353).

A grande dificuldade - em particular para os ativistas envolvidos - é reconhecê-las como tal. A tarefa da educação crítica é, pois, criar um espaço para tornar conscientes esses processos de aprendizagem informais, refletir sobre eles e desenvolver estratégias de ação em consonância (Steinklammer, 2012: 33). Um exemplo de iniciativa com estas preocupações parece ser a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), que põe em contacto saberes e práticas com origens diversas. Surgida do Fórum Social Mundial, a UPMS propõe-se promover a “auto-educação” dos ativistas que, através da “compreensão reflexiva da sua prática”, podem “aumentar a sua eficácia e consciência”. Da parte dos investigadores comprometidos, veem reduzida a “distância entre as grelhas analíticas e teóricas” e a realidade que querem perceber e transformar (2006: 156–157). Procura-se fazer, assim, um trabalho “dialógico e político” cujo conceito central é a “ecologia dos saberes”: “saberes contextualizados, situados e úteis ao serviço de práticas transformadoras”, que só podem “florescer em ambientes tão próximos quanto possível dessas práticas e de um modo tal que os protagonistas da ação social sejam reconhecidos como protagonistas da criação de saber.” (Santos, 2004: 86; Santos, 2006: 155)

Da análise que fizemos dos dados empíricos - sobre os modos de ação, organização e mobilização da associação -, bem como dos recursos teóricos, estabelecemos quatro categorias de aprendizagem.

Operacionais: são aprendizagens diretamente relacionadas com a concretização das práticas e com aspetos mais pragmáticos das mesmas. Desde escrever uma nota de imprensa ou uma ata, à utilização das redes sociais e de outras formas de comunicação e divulgação, ao preenchimento de formulários, desenho de projetos, gestão de contabilidade e financiamentos, são múltiplas e variadas as oportunidades para *aprender a fazer* dentro de uma associação.

Estratégicas: aprendizagens relacionadas com as decisões de *como fazer*. A escolha das metodologias a utilizar, dos públicos-alvo, dos espaços, das parcerias, do modo de organização. A aprendizagens das estratégias normalmente não se dá de imediato, *à priori*, mas a partir dos resultados que se vão obtendo e, como tal, de uma reflexão contínua do grupo que vai fazendo e refazendo a sua ação.

Conviviais: aprendizagens que decorrem de experiências intra e interpessoais que se dão num coletivo. Algumas mais visíveis, como conduzir uma reunião, gerir lideranças, moderar um debate, falar em público, lidar com conflitos; outras mais difíceis de perceberem, como a construção da identidade de grupo, a consciência do coletivo, a capacidade de aceder a outras realidades, todas elas girando em torno da ideia de *aprender a ser ou a conviver*.

Político-ideológicas: aprendizagens que se dão no plano das decisões macro da associação. Como é o nosso entendimento do mundo? Quais são as nossas prioridades? Quem são os nossos aliados? *Quem somos?* Conhecimento das leis e regulamentos, reivindicação dos direitos, construção dos valores comuns, análise e desconstrução de discursos dominantes são alguns dos exemplos.

As aprendizagens podem ter um carácter individual (preencher um formulário) ou coletivo (delinear estratégias); realizar-se num plano macro (tomada de posição política) ou micro (fazer um comunicado) e, normalmente, decorrem de forma interseccionada, interpenetrando-se mutuamente. Dois exemplos: ao longo destes anos a krizo tem-se definido cada vez mais como associação feminista, esse posicionamento político-ideológico tem proporcionado aprendizagens sobre direitos ou estatísticas; o desenvolvimento de uma linguagem inclusiva (nas nossas interações e em documentos oficiais); o cuidado com o equilíbrio de género nos nossos debates; ou a decisão de criar um serviço de *babysitting* durante algumas das oficinas que promovemos. O trabalho que temos vindo a fazer em torno do desemprego e a precariedade, tem levado a aprendizagens sobre leis ou políticas públicas, sobre a ideologia veiculada por discursos dominantes, (como o empreendedorismo) e a decisões concretas como, por exemplo, valores escalonados consoante os rendimentos dos participantes nas poucas atividades não gratuitas que promovemos.

Como referem Hall & Turray (2006: 7), apesar de muita aprendizagem nos movimentos sociais ser informal ou acidental, a aprendizagem intencional também acontece como resultado direto das atividades que organizam. Assim, essa educação e reflexão crítica estende-se também aos debates, aos ciclos de cinema, às tertúlias e também aos livros e documentos que partilhamos entre nós, ou, até mesmo, às investigações académicas. (Barbosa & Ferreira, 2015)

Por outro lado, essas aprendizagens são transportadas e expandidas para outros contextos: seja devido dinâmicas de poli-envolvimento (Sawicki & Siméant, 2011: 206) que caracterizam os elementos da Krizo, como pelos contágios e alianças que vão sendo criadas: “as pessoas começam a sentir vontade de fazer o mesmo nos seus contextos” “ a Krizo acabou por estimular isso, porque criou pontes entre pessoas e coletivos, uma espécie de turbilhãozinho - que é sempre um turbilhãozinho - feito dessa troca, dessa vontade de fazer coisas” (DC, 2015). Vale a pena dar mais um exemplo. Em Junho de 2012, durante uma oficina de teatro-fórum que o núcleo organizou, um dos aspetos mais debatidos foi a liberdade de expressão dos afetos por parte de casais do mesmo sexo. Na sequência disso, organizamos uma ação direta - *beijo livre* - distribuindo autocolantes e circulando pelos bares noturnos da cidade. Prossequimos com teatro-invisível, debates, oficinas e, em 2013, convidamos vários coletivos e associações, locais e nacionais, para organizar a 1ª Marcha LGBT de Braga. Desse processo resultou um grupo informal - Braga Fora do Armário - que se tornou autónomo e que conta já com a organização de três edições da marcha sendo, a par da UMAR-Braga - entretanto reativada -, um dos principais parceiros da Krizo.

10.3. Jovens, aprendizagens e conscientização em contexto de crise

Face ao contexto de crise económica, social e política que Portugal atravessa, faz sentido, perguntarmo-nos: qual é a utilidade dessas aprendizagens? Que influência concreta tem no argumento que formulámos no início deste capítulo: fazer destes espaços associativos um lugar de interpretação crítica da crise tendente à

ação coletiva? Em que medida estas aprendizagens refletem uma tensão entre adaptação e emancipação.

No campo das *aprendizagens operacionais*, preencher formulários, escrever atas ou gerir contabilidade, não deixam de ser exercícios instrumentais. Para além de burocráticas, muitas vezes são tarefas solicitadas por outros (p.ex. pelas entidades de apoio/financiamento às associações juvenis). Não estando dependentes da nossa vontade, revestem-se de um carácter adaptativo: cumprimos com as obrigações que nos impõe, ainda que muitas vezes não concordemos com elas. Por outro, escrever um manifesto, uma nota de imprensa, ou utilizar as redes sociais para organização e mobilização coletiva, são aprendizagens que, no decorrer das nossas ações, tiveram uma grande importância. Sem elas, a nossa intervenção teria tido um impacto muito menor.

No que se refere às *aprendizagens estratégicas* podemos também discernir graus maiores ou menores de adaptabilidade. De uma maneira geral, a Krizo privilegiou sempre estratégias críticas e emancipadoras: elegendo o TO como um dos seus instrumentos principais de trabalho; valorizando a participação e a igualdade nos processos organizativos; procurando parceiros com os quais se identificasse politicamente, etc. Contudo, essas estratégias não são, por si só, “garantia de emancipação”: o TO ou as metodologias participativas grassam grande parte dos projetos de educação não-formal. Isso levava a que, frequentemente, fôssemos abordados por entidades solicitando a nossa colaboração. Um exemplo paradigmático: uma instituição pediu-nos que desenvolvêssemos um projeto de TO com “beneficiários” do rendimento social de inserção, para tal, exibiam um rol de características dos participantes (inadaptados, apáticos, etc.), evidenciando o quão benéfica seria a nossa intervenção. Recusámos. Noutros casos, aceitámos colaborar em determinados projetos ou estabelecer parcerias com entidades com as quais, mais tarde, percebemos não comungarmos os mesmos princípios. A aprendizagem que daí adveio era a de não voltarmos a fazê-lo.

As *aprendizagens conviviais* também não estão isentas dessa dupla tendência. Falar em público, lidar em conflitos, gerir lideranças são expressões que poderiam

estar em qualquer “manual de empreendedorismo”. Por outro lado, num tempo em que “as solidariedades se desfazem na decomposição do “eu múltiplo” e nas subjetividades pulverizadas de uma socialização em migalhas” (Bensaid, 2008: 85), a consciência do coletivo é uma das maiores aprendizagens da Krizo. Fazer parte de um grupo, perceber que partilhamos problemas comuns e que nos ultrapassam enquanto indivíduos (p.ex. a precariedade) e juntarmos forças na construção de um projeto contra-hegemónico, é uma aprendizagem indispensável e contínua. Ao mesmo tempo que se constrói, aprendendo, uma gramática comum - valores, linguagens, estratégias - procura-se aceder e perceber outras realidades que possam clarificar, integrar, reforçar ou até mesmo contrariar essa gramática.

Por fim, as *aprendizagens político-ideológicas*. Nalguns momentos do grupo focal e do debate-conversa, elementos do grupo revelaram que, no decorrer da militância na associação, sentiam “uma intensificação do olhar, um estar atento à realidade”, “estar mais alerta”, “mais crítica” (GF, 2014). É partindo desses processos de conscientização e participação política que as pessoas se “descobrem e aprendem como sujeitos de direitos” (Arroyo, 2003:5). Um dos elementos diz mesmo: “na minha relação com a entidade patronal, enquanto trabalhadora, comecei a lutar mais pelos meus direitos, comecei a deixar de ser tão submissa” (GF, 2014). A perceção de que há direitos e leis que nos protegem é aliada à compreensão de que estes foram construídos a partir de lutas e conquistas populares. É dessa dupla aprendizagem que germina grande parte da ação coletiva: “passar de uma postura passiva para uma postura ativa”, “deixar de ficar a criticar parado à espera”, “quebrar um bloqueio”, dando “continuidade a todo um processo”, “vamos refletindo sobre as coisas e vamos atuando e é nessa medida que acho que a transformação do mundo passa, no teu espaço, onde estás.” (GF, 2014). Mas também nessas aprendizagens há contradições: o que significa - para cada um de nós - transformação ou revolução, por exemplo? Existe algum consenso dentro do grupo? É sobre isso que se aprofunda na próxima secção.

10.4. Tensões, limitações e aprendizagem pela controvérsia

Um dos aspetos mais importantes da aprendizagem coletiva é o conflito (Gadotti & Freire, 1995; English & Mayo, 2012: 21; Kilgore, 1999: 199) “Educar supõe transformar e não há transformação pacífica” (Gadotti, 1995:29). Uma “pedagogia do conflito” não procura esconder o conflito, mas sim enfrentá-lo, desocultá-lo e utilizá-lo como fonte de aprendizagem, pois é através dele que se evidenciam os aspetos dialéticos da realidade, as contradições e os espaços de resistência. “O educador, o filósofo, o pedagogo, o artista, o político têm, e tiveram, historicamente, um papel eminentemente crítico: o papel de inquietar, de incomodar, de perturbar”. Essa prática é ao mesmo tempo “militante e amorosa”, fundada na dialética marxista” e é essencialmente “crítica e revolucionária” (idem, 2003: 58-59) Esta perspetiva faz apelo a “pedagogia para a provocação” (Grácio) e a uma “epistemologia da controvérsia” que não obnubila, mas antes considera a objeção e o conflito como elementos essenciais de análise (Correia, 1998). À medida que a associação foi crescendo, foram surgindo alguns conflitos, mais ou menos percecionados, verbalizados ou discutidos, os quais têm despoletado decisões, avanços e recuos. É destas tensões e aprendizagens, decorrentes, mas igualmente geradoras, de controvérsia, que falamos nesta secção. De facto, é no exercício do dissenso que poderemos de facto falar de democracia (Chauí, 2006; Rancière, 1996).

Compromisso vs fluidez

Inês: se por um lado é fixe nós mantermos esta postura aberta - ‘vens se quiseres, se não apareceres está tudo bem’ - na verdade, a falta de compromisso faz com que as coisas nos pesem (...) às vezes seria bom ter pessoas mais fiéis, entre aspas, mais assíduas, mais connosco.

Alexandra: concordo, mas ao mesmo tempo não vejo outra forma de participação, porque esse compromisso tem de partir das pessoas e não é formalizando... (DC, 2015)

Uma das características que mais valorizamos na associação, e que é também uma das limitações que mais põe em causa as iniciativas e mesmo a sobrevivência da associação, é a ausência de um compromisso estável que garanta a continuidade dos projetos e a rotatividade das responsabilidades. Seja porque emigram, porque acumulam dois ou três trabalhos precários, ou, simplesmente porque se desinteressam, a militância na associação é intermitente. Ion (1997; 2012) tem-se debruçado sobre as mutações nas formas de militância numa sociedade de indivíduos, questionando-se sobre a possibilidade de estarmos a chegar ao seu termo. Porque vivemos numa sociedade de risco, porque o amanhã é incerto, exige-se “eficácia imediata” (2012: 17). E isso, muitas vezes, não se coaduna com os processos longos - a “lenta paciência” - que a transformação social exige. Por outro lado, o individualismo da condição pós-moderna, de que fala Lyotard (1979) exige que se dê espaço ao “ator-indivíduo” concreto que, ao implicar-se na organização associativa, não abandona a sua identidade e autonomia pessoais. Assim, ao comprometimento militante clássico, simbolizado pelo “timbre” impresso definitivamente na carta, sucederiam formas de comprometimento mais voláteis, simbolizadas pelo “post-it” destacável e móvel. (Ion, 1997).

Trabalho vs militância

Quintas: Também gera conflito, eu às vezes penso, vou àquela ação, àquela intervenção, mas podia estar a trabalhar. Há mesmo essa gestão conflituosa, vou, não vou, posso, não posso.

Alexandra: Ainda por cima não temos trabalho e andamos a fazer coisas voluntárias.

Quintas: É absurdo, parece um bocado contrassenso.

Alexandra: Gastar dinheiro... “(GF, 2014)

O equilíbrio entre aquilo que é trabalho voluntário e militante e aquilo que deveria ser trabalho remunerado nem sempre é fácil de manter. Sempre que a questão do dinheiro é colocada em debate há dilemas que se repetem. Quando nos fazem um convite e não existe qualquer tipo de valor envolvido (o que acontece na maioria dos casos), uma das primeiras questões que surge é: devemos aceitar ou não? É justo

trabalharmos gratuitamente quando é algo que exige de nós tempo, esforço e, muitas vezes, que gastemos dinheiro do nosso bolso? Que tipo de convite é passível de ser aceite, nestas condições? Se for uma associação aceitamos, se for uma universidade não? Quando se trata de um evento que envolve financiamento (externo ou interno), existem outros dilemas. Como se distribui o dinheiro? Pelo número de horas? Que tipo de trabalho deve ser remunerado? O que distingue a produção de um cartaz da moderação de um debate? As questões agravam-se pelo facto de grande parte dos membros do grupo estar numa situação precária. Como se pode pedir a alguém que está desempregada ou que não tem como pagar as propinas da universidade que despenda do seu tempo e energia para contribuir para a associação? Apesar desses impasses, Alexandra sugere que “não havendo essa razão instrumental, “isso acaba por afastar outro tipo de pessoas, que se houvesse dinheiro envolvido estavam muito mais presentes, ou então se calhar até nos afastávamos dos nossos objetivos” (DC, 2015).

Institucionalização vs informalidade

Inês: a organização é importante, mas sinto necessidade de um certo caos e estado de sítio, um balanço entre uma coisa e outra. (...) tenho um bocado de medo de associações muito institucionais, acho que perdem a essência (...) a krizo é um conjunto de pessoas, não é uma empresa.

Alexandra: dá-nos uma margem de liberdade muito maior (...) caso contrário, pode descambar em termos de motivações individuais, os objetivos dos programas e financiamentos sobrepõe-se àquilo que nos move.” (DC, 2015)

Esta contradição cruza-se com outras: entre organização e simplicidade, entre a liberdade e a necessidade de financiamento, entre o planeamento e a espontaneidade. O facto de termos sido um núcleo informal durante um ano e meio, permite-nos comparar os dois registos e perceber os constrangimentos acoplados à constituição enquanto associação. O maior deles é o tempo e energia que se gasta nos procedimentos burocráticos. “Quando estamos a preencher os papéis do PAJ ou a

tratar da contabilidade e alguém surge com uma ideia, pá, não posso, cansas-te da krizo sem querer”, desabafa Alexandra (DC). Por outro lado, foi o facto de nos termos tornado associação e concorrermos a financiamentos (ainda que parcos) que nos permitiu desenvolver várias iniciativas que não teriam lugar se não fosse dessa forma. Outro problema é que em algumas candidaturas é necessário planificar as atividades que vão decorrer durante um ano inteiro. Ora, as imprevisibilidades dos trajetos pessoais e profissionais e as imprevisibilidades do próprio contexto - pois muito do que nós fazemos é fruto do momento - não permitem traçar um plano rigoroso e muito menos mantê-lo. Nunca se sabe quem vai ter de mudar de cidade, país ou de emprego. E também é impossível prever que tópico estará na agenda pública nacional ou internacional.

Identidade vs diversidade

Inês: se nos definíssemos como associação de esquerda ou feminista, será que isso podia afastar algumas pessoas, que não se enquadram dessa forma?

Tatiana: acho que a questão da identidade é importante, porque orienta a nossa ação e faz com que a gente não cometa alguns erros. (...)

Alexandra: É importante ter outros pontos de vista (...) há um risco que incorre ao assumir essa posição. Como é que vamos desconstruir essas ideias? Vamos estar a falar com nós próprias? (DC, 2015)

Inicialmente o grupo não tinha necessidade de marcar um posicionamento político, havia algumas divergências ideológicas, mas no geral era possível manter e seguir uma linha relativamente coesa. Contudo, com o passar do tempo e com a entrada e saída de pessoas, algumas discordâncias ficaram mais evidentes. Há quem se assuma como feminista, há quem questione e recuse esse rótulo. Uns falam em revolução espiritual, outros em contra-hegemonia de esquerda. Há quem ache que os partidos e sindicatos podem fazer parte de uma aliança, outros que desconfiam por completo da representatividade democrática. Numa associação com estas características - tão fluída, informal, inconstante - como se define a identidade? Quem é a associação?

As pessoas que a dirigem? Qual é a legitimidade, se nem os órgãos sociais correspondem às lideranças que se dão – de facto – dentro da associação? Jo Freeman, no seu artigo: “The tyranny of the structureless” (1972) frisa isso mesmo ao analisar coletivos informais feministas, aparentemente horizontais e abertos e onde, frequentemente, há relações de poder, lideranças subtis e informações que circulam entre um grupo restrito, precisamente por essa falta de estrutura e definição. Como revela Alexandra, “nós saímos muitas vezes juntas, nesses momentos informais, tem-se bué de ideias, criam-se coisas, distribuem-se tarefas, acaba-se por criar um afinidade e uma relação pessoal para além dos ativismos” (...) isso é altamente visível quando alguém novo vem a uma reunião (..) pode ser também um bloqueador, sentir que estão a invadir ou não se sentem confortáveis.” (DC, 2015) O que acontece é que, naturalmente, é esse grupo muito restrito que acaba por definir a identidade da associação – o seu posicionamento político e ideológico – correndo o risco de se perder a diversidade e a abertura pretendidas.

Motivação vs esgotamento

Inês: sinto que nos acomodámos, que enfraquecemos, que nos silenciámos (...) na altura das manifestações estávamos acelerados, vamos fazer isto e aquilo, com bué de energia (...) naturalmente a krizo não iria estar efervescente quando está tudo morno. (...) Mas se houvesse mais gente enquanto uns oscilavam de energia outros tomavam o lugar...

Alexandra: Nós entusiasmano-nos, queremos fazer tudo!

Tatiana: E depois vem outra vez o cansaço e depois vem o Verão, silly season...” (C, 2015)

O perigo do *burn-out* é identificado por English & Mayo como uma das principais limitações dos coletivos ativistas (2012: 19). Na krizo, essa possibilidade não é descartada. Embora os elementos da associação tenham períodos de muita motivação e entusiasmo, em que as iniciativas se sucedem umas às outras, há outros em que o cansaço impera. Isso acontece por vários motivos: pela sobrecarga a que está sujeito o núcleo duro da associação, fruto da descontinuidade dos seus membros e da falta de um compromisso mais sólido; pelas próprias condições de vida e de trabalho

precárias das pessoas; pelas dinâmicas de poli-envolvimento (Sawicki & Siméant, 2011: 206), no sentido em que muitos dos elementos da krizo fazem parte de outros coletivos; e também pelas flutuações da conjuntura social e política que, através da sua influência, podem estimular ou paralisar a ação. Nos momentos em que se atinge um nível mais agudo de desmotivação, é inevitável pensar: será que a associação sobrevive? Se a associação é um “conjunto de pessoas”, se há uma “identidade de grupo” que é construída por elas, como se mantém esse legado, caso estas desapareçam? Essa tensão tem sido resolvida através de períodos de paragem que, se por um lado, podem permitir recuperar energia e motivação, pode levar ao desinteresse de membros menos vinculados à associação.

Autonomia vs heteronomia

Inês: nós prezamos muito a nossa autonomia e liberdade, mas o que nós fazemos acaba por ser um bocado pontual. Queremos fazer projetos a longo prazo, consistentes (...) e é impossível sem financiamento.

Alexandra: bué de vezes que não posso participar em algumas cenas que até curtia e não posso porque moro longe, não tenho carro, não tenho dinheiro para transportes, alimentação. Esta é a minha condição que me move mas ao mesmo tempo me impede de agir.” (DC, 2015)

Mais do que uma outra contradição, a tensão entre autonomia e heteronomia combina várias das contradições anteriores. Para Canário, autonomia é o “terreno da criação em que nos determinamos” e heteronomia “o terreno em que interiorizamos e reproduzimos o que já existe e em que, portanto, somos determinados”. Essa distinção, no seu entender, é “essencial para a análise dos movimentos de transformação social, cuja radicalidade e fecundidade estão diretamente relacionados com o seu grau de autonomia” e com os “processos de aprendizagem” que neles ocorrem. (2007: 20–21) Se na Krizo a autonomia é manifesta na forma como aborda os temas, como se posiciona ideologicamente, como se organiza e interage com os outros sujeitos políticos; esta é colocada em causa quando por falta de financiamento não é possível implementar determinados projetos mas, sobretudo, pela precariedade

que atravessa o conjunto da associação e que condiciona as múltiplas decisões no campo do trabalho, da vida e, obviamente, da participação cívica e política. A precariedade surge assim como fator, simultaneamente, mobilizador e condicionador. É sobre ela e devido a ela que grande parte das nossas atividades são desenvolvidas, mas é também por causa dela que muitas vezes as iniciativas não se concretizam ou que as pessoas não participam.

10. 5. Por um conceito de cidadania rebelde e inconformada

Quando nos propomos a investigar determinado tema é útil refletirmos para que serve e a quem serve. O que é que esta investigação traz para o campo educativo e para o campo da ação coletiva? Em que medida é que ela pode dar pistas de investigação futura e, ao mesmo tempo, ferramentas para atuar no terreno?

Encetemos por aquilo que a investigação reforça: a importância dos processos educativos não-formais e, em particular, em contextos de ação coletiva, baseados na experiência e na reflexão sobre a experiência. Reforça também o papel do conflito e da controvérsia na aprendizagem e de como, mais do que a tentativa de eliminar as diferenças ou procurar o consenso unificador, se pode buscar um “desequilíbrio dinâmico” que tenda mais para a emancipação do que para a regulação (Santos, 2001). Embora baseando-se na singularidade de uma associação, a investigação permite extrapolar para reflexões gerais sobre as mutações da militância e ação coletiva nos últimos anos: a centralidade das questões materialistas, do trabalho e do emprego (Estanque, 2013); a precariedade enquanto condição, simultaneamente, mobilizadora e castradora da intervenção cívica e política; a emergência de sujeitos militantes mais voláteis e intermitentes; as potencialidades de organizações mais fluídas e informais capazes de permitir níveis diversos de participação; ou as dinâmicas de contágio e aliança com outros coletivos, passíveis de ajudar a construir um movimento contra-hegemónico.

Como referimos inicialmente, o conceito de cidadania - tal como os de participação e democracia - tem vindo a ser apropriado quer pelas instâncias que nos

governam, quer pelo capitalismo neoliberal que cobre todas as dimensões da nossa vida. No “Guia do 1º Emprego” (2014) podemos ler o seguinte numa secção sobre elaboração do currículo: “deves valorizar as atividades extraprofissionais”, “ocupação de tempos livres”, “filiação em associações”, “programas de voluntariado”; a “participação cívica demonstra comprometimento, iniciativa e altruísmo, que são características valorizadas na altura de contratar alguém.” Essa conceção instrumental da cidadania não está, como já frisámos, imune às contradições: como foi aqui demonstrado, há uma miríade de competências de aprendizagem que se dão no seio de uma associação, muitas delas passíveis de ser transportadas para o contexto de trabalho e é verdade também que colocamos nos nossos currículos o facto de pertencermos à Krizo. Também não é por acaso que, no debate “O que é preciso é sermos empreendedores?” organizado pela Krizo, surgiu a discussão sobre os limites entre o que é ser ativista e o que é ser empreendedor. Discutir essas fronteiras é uma tarefa a aprofundar.

De facto, assiste-se a uma “reconfiguração e ressignificação do(s) conceito(s) de cidadania”, sendo que essas “cidadanias em transição” incluem “concepções, percursos e projectos muito ambivalentes e contraditórios, tanto regulatórios como emancipatórios” (Afonso & Ramos, 2007: 93). Apesar de não ser recente, a tendência regulatória tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, estando patente, por exemplo na eliminação subtil da disciplina de “educação para a cidadania” dos currículos escolares, em 2012 (Ribeiro et al, 2014) e na sua substituição por uma “educação para o empreendedorismo”¹⁰⁹ ou, ainda, na retórica de uma “cidadania europeia” capaz de abrir oportunidades de trabalho além fronteiras.

Nesse processo de “ressignificação”, educadores e sociólogos precisam encontrar o conceito de cidadania que “lhes serve”. Importa sublinhar que a cidadania não é uma “mera concessão do Estado”, mas sim produto de conquistas e lutas sociais, como tal é fruto de um processo “épico e histórico que tem a ver com

¹⁰⁹ Curioso, por exemplo, que apesar desses excertos, em 44 páginas, nem uma só vez se utiliza a palavra “cidadania”, ao contrário de empreendedor/empreendedorismo que é referido quarenta e três vezes.

a vitória frente ao poder instituído e que, seguramente, tem a ver com a educação e com a capacidade de ter voz e usar a palavra, e de agir de acordo com ela.” (Afonso & Ramos, 2007: 82). Nesse sentido, a educação para a cidadania que, no nosso entender deve-se procurar alimentar é a do “inconformismo, de discussão, de crítica, de interrogação”, uma “educação politicamente inconformada” (Ribeiro et al, 2014: 26-27).

Se o objetivo principal do projeto educativo emancipatório é o de “recuperar o nosso inconformismo e a nossa rebeldia”, através da reabilitação da nossa “capacidade de espanto e de indignação” (Santos, 2009: 18), acreditamos que esta pesquisa permite ensaiar um conceito de cidadania que reflita esse projeto. *Cidadania*, como aprendizagem coletiva que se dá através da experiência e participação em múltiplos espaços e tempos, não sendo, portanto, uma vivência singular nem um dado adquirido a partir do nascimento ou do local onde se vive. *Cidadania* assente na análise e questionamento da realidade e que supõe um posicionamento político, não sendo, pois, um conceito neutro ou inócuo que procura ocultar as relações de poder. *Cidadania* orientada para a reivindicação de direitos e por uma práxis emancipadora, não sendo, por isso, uma forma de garantir cidadãos “mais civilizados” e integrados numa sociedade injusta. *Cidadania* que busca a autonomia e a liberdade, não sendo, portanto, uma competência adequada para servir o mercado de trabalho. Este é o conceito de cidadania que nos parece fecundo para alimentar a transformação social e a luta por uma educação crítica emancipatória: *uma cidadania rebelde e inconformada*.

Contrariando a ideia de um “encolhimento da cidadania” (Santos) ou “anoréxica, feita de deveres e privações” (Correia, 2005: 413), a ação coletiva e associativa é propícia a múltiplas formas de aprendizagem. Contudo, também aqui é necessária a vigilância crítica, pois estamos perante sérias “mutações nos contextos associativos”; se dantes eram baseadas no “voluntariado e militância” hoje as associações estão mais complexas, com lideranças profissionalizadas e quadros técnicos especializados (Lima & Afonso, 2006: 215). Alinhamo-nos por isso numa perspectiva de “associativismo cidadão”, proposta por Ferreira, que “faz apelo a um

pensamento e a uma acção de resistência, de rebeldia e de afirmação de alternativas; de combate às desigualdades sociais e a todas as formas de exclusão; de promoção da coesão social; de revitalização da cidadania democrática; e de luta pela dignidade humana”, o que supõe um “associativismo livre” que não se compagina com a “domesticação das associações” e a debilitação da participação cidadã (Ferreira, 2010: 52, 54).

11. TEATRO DO OPRIMIDO E PROJETO EMANCIPATÓRIO:

desvios, fragilidades e combates

“Vivemos um tempo de guerra. O mundo inteiro está inquieto. Em todos os campos da atividade humana esta inquietação determina o surgimento de novos processos e formas de enfrentar os novos desafios. Menos no teatro.”

(Boal e Guarnieri, 1965)

O manifesto, escrito no tempo do Teatro de Arena - um pequeno teatro de S. Paulo, do qual Augusto Boal foi diretor durante quinze anos (1956-1971) - prolongava a sua crítica a um teatro tradicional que, apresentando “imagens perfeitas”, “corretas”, “estáticas” da vida social, tenta paralisar, fixar no tempo e no espaço realidades cambiantes. Diziam Boal e Guarnieri (1965) que “As novas realidades, os novos processos de análise, continuam utilizando as formas gastas, próprias para outros processos e outras realidades. O teatro é conceituável, definível: esta a sua maior limitação. Quando afirmamos o que é o teatro, negamos suas outras potências. Nesta etapa do seu desenvolvimento, o Arena desconhece o que é o teatro”. (Boal e Guarnieri, 1964)

Foi essa vontade de romper limites sobre o que é o teatro, esse “desconhecimento” ou o “desordenamento” que inspirou os processos de crescimento e desenvolvimento do Teatro de Arena (Lawrence, 1997: 25). O grupo viria a provocar uma “revolução estética”, contribuindo “vigorosamente para a criação de uma dramaturgia genuinamente brasileira” (Góes, 2009: 4), resultante do questionamento sobre o papel dos vários componentes teatrais: do dramaturgo ao ator; do conteúdo à forma; do palco à plateia; da experimentação à representação. Empenhados em criar uma “estética de resistência”, a partir da “ciência teatral” (Almada, 2004), que a um tempo *respondesse* e a outro *sobrevivesse* à ditadura militar e à repressão política imposta no Brasil, foram concebidos dispositivos como o “seminário de dramaturgia”, o “laboratório de interpretação” ou “o sistema

coringa”ⁱ, em que as funções de cada indivíduo não eram estanques - o dramaturgo podia ser também ator ou técnico e o narrador podia ser personagem -, onde as várias formas teatrais eram testadas e remisturadas - teatro épico, realista, musical, agit-prop, etc. -, numa contínua e incessante pesquisa coletiva que fez do Teatro de Arena um “lugar de reflexão e experimentação teatral” (Ribeiro, 2011: 143).

Em várias partes do mundo, as memórias dos finais dos anos 1960 são de contestação e turbulência: o Maio de 68, a Guerra do Vietname, a Primavera de Praga, a revolta das comunidades negras depois da morte de Martin Luther King, entre outras. No Arena, os últimos anos da década são marcados pela censura, pelas perseguições e agressões aos artistas. Em 1971, o dramaturgo é sequestrado, detido e torturado, partindo depois num exílio pela América Latina e Europa que haveria de durar quinze anos (Babbage, 2004: 15).

Derivado das experiências no Arena - mas também anteriores no Teatro Experimental Negro ou nos EUA, onde estudou com John Gassner (Boal, 1975: 71) - o dramaturgo foi dando forma àquele que viria a ser o seu legado mais reconhecido internacionalmente: o Teatro do Oprimido (TO). Em 1973, o termo surge pela primeira vez de forma explícita, no livro “Teatro do oprimido e outras poéticas políticas”, que reúne um conjunto de artigos publicados por Boal entre 1962 e 1973 e sistematiza as ideias do autor (Boal, 2010). A metodologia cresceu seguindo a trajetória do seu criador e adaptando-se aos diferentes contextos e circunstâncias: na América Latina ou na Europa; em ditadura ou em democracia, da censura jornalística ao bombardeamento mediático; do período de exílio ao seu cargo como vereador no Rio de Janeiro. Desde os seus primórdios, em 1970, a posição do dramaturgo-militante foi sempre a de questionar, experimentar, avaliar, como é que o TO poderia auxiliar na luta dos oprimidos pela libertação e pela transformação social.

Quarenta e cinco anos após a criação do TO, deparamo-nos com contextos e circunstâncias que, apesar de muito diferentes dos de então, nos situam “num tempo de guerra”. O “mundo inteiro está inquieto” e as batalhas jogam-se a vários níveis: na crescente desigualdade entre países e classes ricas e países e classes

pobres; nas guerras e ditaduras que subsistem sob múltiplas formas; na subjugação de países periféricos da Europa ao capital financeiro e à lógica da austeridade perpetrada pela Troika; na destruição do Estado Social conquistado com as revoluções e transformações democráticas; na generalização do desemprego, da precariedade e de novas formas de exploração laboral; na expansão (em discurso dominante, mas também em votos) da direita reacionária e conservadora; e em tantos outros fenómenos. As demonstrações da contestação, em várias escalas, locais e globais, vão oscilando de modo mais pungente ou aparentemente mais sereno, suscitando esperança ou desânimo, dando voz à incredulidade, à indignação e à inquietação de indivíduos e coletivos (Estanque, Hermes Costa e Soeiro, 2013; Della Porta e Mattoni 2014; Fominaya e Cox, 2013; Zizek, 2012).

Como refere Julian Boal - filho de Augusto e um dos mais fervorosos críticos e práticos da metodologia -, ao contrário de outras formas teatrais, como o teatro *brechtiano*, por exemplo, o TO aparentemente não sofreu o “refluxo da situação revolucionária que o viu nascer”; pelo contrário, “teve uma expansão vertiginosa.” (2014: 49). A “flexibilidade” e “acessibilidade do método” encorajou a sua disseminação e o TO é hoje “aplicado, adaptado e reinventado” por praticantes em todo o mundo (Babbage: 2004: 1). Em mais de cem países de cinco continentes; em hospitais, escolas, prisões, bairros, comunidades inteiras; em variados programas de intervenção educativa e social; em centenas de cursos, intercâmbios, festivais e encontros anuais, o TO está em grande expansão e atingiu um assinalável êxito. É este êxito do Teatro do Oprimido - mas sobretudo as suas contradições - que é submetido à análise e reflexão críticas neste capítulo, tendo-se em conta, sobretudo, a sua tendencial transformação num mercado em expansão.

Além do recurso à literatura, as principais fontes da pesquisa são sete vozes que escutámos para compor um diálogo crítico sobre as derivas, fragilidades e combates do Teatro do Oprimido na atualidade: Cecília Boal, Julian Boal, José Soeiro, Kelly Howe, Muriel Naessens, Olivier Neveux e Rafael Villas Bôas, todos eles com vínculos teóricos ou práticos à metodologia. Os depoimentos foram recolhidos entre 2013 e 2015, em entrevistas, mas também nos debates em que participaram

durante o Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo. São também mobilizados contributos escritos por alguns deles e, nesse sentido, a dimensão das suas vozes é proporcional à quantidade de material disponível e não à validade dos seus testemunhos. Muitas outras vozes estão omissas: dos elementos dos grupos que compõe a organização do Óprima; de curingas nacionais e internacionais com os quais me fui cruzando; de participantes em oficinas que dinamizei; dos espect-atores presentes nas plateias; entre tantos outros exemplos que, por recusa ou proximidade das práticas e crenças, permitem traçar esta análise crítica. A voz da investigadora - enquanto observadora, prática e teórica intensiva nos últimos quatro anos - é também visível no trabalho de tecelagem da análise e reflexão por eles partilhada. A seleção dos intervenientes; a forma como se dá relevo a alguns aspetos e não a outros; ou o modo como se faz a categorização e exame dos conteúdos - aspetos patentes em qualquer trabalho científico - são aqui revelados de forma comprometida, rejeitando a suposta neutralidade ou objetividade científica e assumindo um posicionamento político e crítico acerca do tema em questão.

Este recorte de investigação pretende interpretar e compreender o modo como o TO se posiciona e expressa na atualidade. Trata-se de uma “forma gasta” e anacrônica, incompatível com “novas realidades”? Tem-se transformado na sincronia da sua própria função transformadora? Qual a sua pertinência enquanto ferramenta ativista para enfrentar “novos desafios”? De que modo pode “servir” os combates atuais? Se a “crise” é o momento coincidente entre o perigo e a oportunidade - uma ideia presente tanto na dramaturgia de teatro-fórum, como nas declarações de empresários e ‘empreendedores’ nos anos mais recentes¹¹⁰ - usemos este período de desordem e de incerteza como oportunidade para repensar e “desconhecer” o Teatro do Oprimido.

¹¹⁰ Aparentemente, a palavra *crise* significa em chinês, simultaneamente, perigo e oportunidade. Boal transportou essa ideia para a dramaturgia do teatro-fórum, descrevendo o momento de clímax, em que poderão surgir as saídas/alternativas para determinada situação de opressão. (livro); a mesma lógica de pensamento também é utilizada por parte de empresários ou governantes, para referir o “desemprego como oportunidade” ou para incentivar o empreendedorismo, ex: http://www.empresario.com.br/artigos/artigos_html/artigo_a_270513.html.

11.1. Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo

O Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo teve a sua primeira edição em 2012, em Lisboa¹¹¹, organizado por uma plataforma informal de coletivos ativistas de lutas diversas: feminismo, antirracismo, precariedade, violência policial, austeridade ou acesso ao ensino superior. O objetivo passava por criar um espaço de autoformação, em que o TO fosse discutido, analisado e experimentado como parte de um repertório de ação coletiva, numa altura em que se vivia em Portugal uma vaga de contestação generalizada - manifestações, greves, protestos - como reflexo das políticas de austeridade impostas pelo governo português e mandatadas pelas instâncias europeias, em resposta à crise económica e financeira. Ao mesmo tempo, procurava-se contribuir para a criação de um espaço de encontro entre os vários ativismos e as diferentes lutas que ao produzir *estratégias de articulação e estratégias de aliança* (Prado & Costa, 2011)¹¹², fosse capaz de gerar ações conjuntas ou alicerçar movimentos contra-hegemónicos.

A partir do segundo encontro, a organização do Óprima! estabilizou-se em quatro coletivos: *Tartaruga Falante*, do Porto, anteriormente designado “Estudantes por Empréstimo” por ter protagonizado e conduzido um projeto de teatro legislativo sobre bolsas de estudo no ensino superior; *KSK*, um grupo de TO da Arrentela, ligado à Associação Khapaz e à Plataforma Gueto e que se dedica acima de tudo às questões do racismo; a *Marcha Mundial de Mulheres*, de Lisboa, pertencente a uma rede internacional feminista, e o *Núcleo de TO de Braga*, entretanto, constituído em associação Krizo, que trabalhava sobretudo em torno da crítica à austeridade e que se juntou nesse ano à organização.

De periodicidade anual, o Óprima! já passou por todas os locais onde existem núcleos: Lisboa, Braga, Arrentela e Porto. O encontro é organizado de forma

¹¹¹ No primeiro Óprima a organização era composta por membros da Geração à Rasca, Marcha Mundial das Mulheres, UMAP-Açores, Associação Khapaz, GRIP - Grupo de Intervenção nas Prisões; Núcleo de TO de Pombal e Estudantes por Empréstimo.

¹¹² Os autores distinguem *estratégias de articulação*, como aquelas em que se constrói uma “relação de equivalência” entre “diferentes sujeitos políticos, de modo a se construir um projeto contra-hegemónico”, das *estratégias de aliança* em que se constrói um “vínculo, em torno de demandas específicas”, “na construção de ações conjuntas”, considerando-os modos complementares na luta política.

autogerida e decorre durante cinco dias, pautados por momentos de formação em oficinas, pela participação em debates e palestras e por sessões de teatro-fórum, de cinema comentado, entre outras iniciativas. O número de participantes e convidados internacionais tem vindo a aumentar, individualmente ou em grupo, têm estado presentes pessoas provenientes do Estado Espanhol, França, Uruguai, Brasil, Inglaterra, EUA, Eslovénia, etc, contribuindo para ampliar a reflexão sobre os diferentes contextos e sobre a própria metodologia.

Desde o início, o encontro não se focou propriamente no Teatro do Oprimido – enquanto metodologia ou conjunto de técnicas – mas na conjuntura política e social que se pretende analisar e a partir da qual se podem desenhar estratégias de luta que poderão, ou não, ter o TO como ferramenta. Ainda assim, há um enfoque crítico na metodologia procurando ativamente formas de a redescobrir e reinventar. Com Julian Boal, a dramaturgia do teatro-fórum tem sido questionada e redimensionada de forma a espelhar a complexidade das situações de opressão, que nem sempre – ou quase nunca – opõe um opressor e um oprimido num conflito isolado, articulando os níveis macro e micro da sociedade e pondo em evidência as contradições de indivíduos, grupos e sistemas. Com Chullage, sociólogo, rapper e membro do grupo KSK Arrentela, a estética do oprimido tem sido explorada a partir de experiências com o som que é produzido pelo nosso corpo e pelo mundo social, refletindo sobre as relações e estruturas de poder e dominação que lhe estão subjacentes. Com Muriel Naessens e também com Magda Alves, da Marcha Mundial das Mulheres, tem-se procurado dar conta da interseccionalidade da luta feminista no combate à austeridade, ao racismo, à precariedade, etc, transportando essas imbricações para as nossas peças de teatro-fórum. Com José Soeiro, tem-se investigado formas de envolver as práticas do TO num projeto consistente e continuado em torno de objetivos e temas específicos, articulando com um repertório diverso de ação coletiva (petições, ações de protesto, iniciativas legislativas...). Esses e outros exemplos têm permitido, nestes quatro anos de existência do Óprima, produzir uma massa crítica em torno do que é e do que pode vir a ser o Teatro do Oprimido.

Essa criticidade em relação ao que fazemos é também visível na criação de momentos específicos de discussão sobre as peças de teatro-fórum, em que não só se apontam falhas e incongruências, identificadas ou não pelos grupos que as apresentam, mas também se procuram coletivamente formas de as colmatar. As relações de confiança que se estabeleceram entre os grupos e entre os convidados internacionais têm também garantido alguma continuidade de ano para ano. Em 2013, nasceu do Óprima um projeto que articula as questões do desemprego e precariedade com a crítica ao discurso do empreendedorismo e que, envolvendo os grupos de Braga e Porto, se traduziu numa peça de teatro-fórum que tem circulado por vários pontos do país, em performances e protestos de rua, em debates e, até, em investigações académicas. Em 2014 resultou do Óprima uma parceria com o Feminisme Enjeux, constituindo-se um grupo composto por membros de Braga, Porto e Lisboa. A peça de teatro-fórum sobre assédio sexual, inicialmente preparada para o festival *Violences faites aux Femmes* (Paris), tem sido apresentada em Portugal, fazendo a articulação com movimentos sociais feministas e com um partido de esquerda na recolha de assinaturas e na discussão legislativa.

Fruto desses contactos e experiências, foram selecionados quatro curingas¹ para uma entrevista em formato aberto, que desse conta de alguns aspetos: o percurso pessoal, profissional e político que os levara até ao Teatro do Oprimido; as fragilidades que encontravam na metodologia e na forma como tem vindo a ser utilizada; as forças que identificavam no TO para fazer face à crise atual; e, por fim, os desafios que lhes pareciam mais prementes nesse campo. Foram eles: José Soeiro, sociólogo, deputado do Bloco de Esquerda e membro fundador da associação *Tartaruga Falante* (Porto) e do encontro Óprima, responsável pelo primeiro projeto de teatro legislativo em Portugal: *Estudantes por Empréstimo*; Julian Boal, curinga, atualmente a residir no Brasil e a desenvolver uma tese de doutoramento sobre a história política do Teatro do Oprimido; Kelly Howe, professora na faculdade *North Central College*, onde ensina teatro e estudos de género, ex-presidente do *Pedagogy and Theatre of the Oppressed* (PTO); e Muriel Naessens, curinga há mais de trinta

anos, fundadora do Féminisme Enjeux (Paris), uma associação e grupo de TO feminista.

Posteriormente, decidimos incluir extractos de alguns debates organizados durante o Óprima: “Teatro do Oprimido: Ensaio da revolução ou não?”, realizado em Braga, em 2013; “Das raízes à atualidade” e “A revolução virá do sul?”, no Porto, em 2015 e que contaram com a participação do José, Julian e Kelly, mas também de Cecília Boal, atriz e psicanalista, presidente do Instituto Augusto Boal; Olivier Neveux, professor em Lyon, investigador em teatro político e crítico teatral; e Rafael Villas Bôas, ativista político na Brigada de teatro do MST – Movimento dos Sem Terra e professor na Universidade de Brasília.

11.2. Fragilidades ou desvios? O TO em crise

Todas e todos são unânimes em declarar que as práticas de Teatro do Oprimido apresentam fragilidades e derivas que, de forma mais ou menos acentuada, põem em causa os princípios, objetivos e processos que estão na sua génese. Analisámo-las de seguida em torno de cinco categorias que, embora imbricadas e albergando muitos outros problemas, procuram expressar um conjunto de tensões que induzam à reflexão sobre a atualidade do TO. Ao manifestar os obstáculos identificados, os entrevistados não se colocam fora deles: são afetados por eles e em algumas ocasiões coniventes. Acima de tudo, debruçam-se sobre o rumo que tem levado o TO e com as possibilidades de este assumir hoje uma função emancipatória associada à educação e à cidadania.

Mercantilização: uma oportunidade de negócio?

A crítica mais imediata é a de algumas práticas de TO se terem rendido ao mercado. Ainda em vida, Boal distinguia “heresias criativas” das “imperdoáveis traições”, ou seja, aos usos do método para os recursos humanos selecionarem funcionários ou para melhorar as relações patrão-empregados dentro das empresas. (Boal, J., 2012) Programas de capacitação, cursos por módulos, técnicas inovadoras,

“o mercado de oficinas de TO é um mercado muito competitivo”, diz Julian. Indignada, Cecília conta como viu um vídeo na internet anunciando “Faça umas férias, vá às praias de Ipanema e participe num curso de Teatro do Oprimido” (D, 15). Para Rafael, as necessidades de sobrevivência não podem transformar o Teatro do Oprimido num negócio, num “pacote de serviços ofertado com promessas de resultados ao final do processo” (Bôas, 2015). José também aponta para circunstâncias em que a metodologia é “esvaziada do seu conteúdo, da sua ética, da sua estética, como se pudesse ser uma técnica ao serviço de não interessa o quê.” (D, 13). Com a expansão do TO, “uma das coisas que aconteceu foi a criação de uma nova profissão: facilitador de Teatro do Oprimido”. Como diz Julian, “todos os atores podem fazer teatro até os atores” - a frase célebre de Boal - é “bastante contra-intuitiva”, significa que “ao especializar um determinado número de ações, de conceitos, de maneira de se relacionar com o mundo, ao ser obrigado pelo sistema capitalista a escolher uma profissão, você se especializa, você se mecaniza”. Um médico, por exemplo, “não vê o doente, só vê a doença. Está com anemia, dá-lhe tabletes, mas não sabe se ele tem dinheiro para comer”. Incluindo-se nesse problema, Julian argumenta: “a gente se tornou especialista de uma técnica que demanda a desespecialização. A gente virou autoridade dizendo que toda a gente devia falar de política. É uma posição bastante contraditória”. (D,13)

Tecnicização: um conjunto de exercícios?

Decorrente dessa especialização, tem-se assistido à “fetichização das formas, fetichização dos protocolos”; em que uma forma como o TO que tem como objetivo a emancipação, “pode virar completamente o avesso” (Olivier, D,15). O processo de formação em oficina é reduzido a uma “oportunidade de capacitação profissional”, a “técnica pela técnica se torna um repertório sem alma, sem horizonte”, escreve Rafael (Bôas, 2015). O TO é assim partilhado como um conjunto de jogos e exercícios, é possível ter-se contacto com o método sem se discutir o que é opressão ou sem se pronunciar o nome de Marx ou Brecht. Como refere Julian, a “opressão não é concebida como pedra angular das nossas sociedades, mas como uma desordem

periférica e ocasional a ser resolvida através da negociação” e “pelo diálogo” (Boal, 2013: 32) A “dinâmica de teatro-fórum passa a ser uma espécie de jogo de ganha e perde, e não um exercício dialético de estudo das contradições da realidade, por um público interessado em estudá-la para intervir nela, lutar e transformar as condições objetivas do real” (Bôas, 2015). Aliada a essa tecnicização está o simplismo, a despolitização e a neutralização. “As pessoas não estudam, não leem, fazem um estágio de dois dias e não sabem o difícil que é levar discussão, curingar”, diz Cecília (D,15). “Tem muita gente que tem utilizado o método como auto-ajuda e terapia (...) não há muito como controlar. Lamento que o conteúdo político fique esvaziado” (Boal, 2011). Para José, essa despolitização acontece a dois níveis: um, é a própria leitura da realidade que é cada vez mais assente numa “explicação individual” e “psicologizada” dos problemas sociais, outra é a “apropriação do TO como técnica de intervenção social” fazendo com que esteja mais “desligado dos movimentos sociais concretos”. (E,15)

Instrumentalização: um livro de receitas?

Uma das formas de instrumentalização do Teatro do Oprimido - certamente não a única - está na sua apropriação por técnicos e trabalhadores sociais. O facto de, muitas vezes, as organizações não terem fundos próprios, faz com que estejam dependentes de financiamentos dos projetos, funcionando como “companhias de táxi.” O “táxi vai somente onde ele é pago para ir”, explica Julian (D, 13). Ou seja, ainda que, naquela escola, com aquele grupo de alunos, fosse importante debater, por exemplo, a desigualdade de género, o financiamento que se recebeu é para um projeto sobre “bullying” e é sobre isso que se terá de trabalhar. Muitos desses projetos, em particular nas escolas ou bairros, incidem na prevenção e na redução de comportamentos de risco ou, mais recentemente, em trabalhar competências para a empregabilidade. Em vez de perguntas, levam respostas e esperam determinados resultados. “Os oprimidos passam a ser o objeto da intervenção”, em vez de sujeitos, diz José. Como narra, “quando trabalho com técnicos, eu pergunto: quais são as vossas opressões? Respondem-me: Ai, eu trabalho com sem-abrigo, ai, eu... Quais

são as *vossas* opressões?” (D, 13) Para Julian, essa “utilizações reacionárias do TO” têm derivado numa espécie de “adestramento interativo de vítimas” (Boal, 2013): um entretenimento despolitizado que se limita à partilha e discussão de opressões individuais, mas ausente de conteúdo emancipatório. Para Kelly, há ainda outro grande problema, sobretudo no contexto norte-americano, “há muito sentimentalismo, as pessoas adoram pensar que estão a fazer o bem, missionários, o trabalho do senhor”. (E, 14)

Individualização: um pacote de competências?

No site de um grupo de TO português anunciava-se em destaque: estamos à procura de “pessoas criativas e empreendedoras que acreditam que o Teatro do Oprimido é o caminho para transformar o mundo. Se és essa pessoa envia-nos as tuas ideias, acompanhadas do teu CV, para...”, seguindo-se o email dos recursos humanos. Acompanhando o discurso do empreendedorismo que tem prosperado nos últimos anos, os grupos e projetos de TO utilizam vocabulário como: *capacitação, competência, pró-ativo...* Como salienta Kelly, as pessoas têm de se esforçar muito “para vender o seu trabalho, na lógica de marketing” e, na verdade, “começam a acreditar na linguagem que utilizam nos projetos” (D,15). Essa individualização é sentida também nas peças de teatro-fórum construídas de forma a potenciar um espect-ator heroico: “ganha” quem fala mais alto com o patrão, quem enfrenta o assediador ou quem finta o agressor. A tônica é colocada nas ações individuais: *tu és capaz, tens de ser mais forte, mais dinâmico*, tal como é veiculado pelo discurso do empreendedorismo. Trata-se de um “heroísmo abstrato”, como nomeou Julian, em que “uma pessoa resolve o problema ao deitar a porta abaixo. Em vez de perguntar, de quem é esta porta?, Porque é que ela está aqui? O que é que ela esconde?, “Que obstáculos vamos encontrar?”, acrescenta Kelly. (D,15) O perigo é que o TO se torne um espaço de “individual coping” (E,14). Rafael escreve: “a perspectiva emancipatória não pode ser conquistada de forma individual, logo, Teatro do Oprimido não é uma promessa de melhoria da vida pessoal, de libertação individual dos grilhões que o sistema nos impõe” (Bôas, 2015).

Fetichização: a solução para todos os males?

Não se referindo apenas ao teatro do oprimido, mas a várias outras formas de teatro político, Olivier criticava o “fetiche da tomada de consciência”, promovido pelo “teatro da conscientização”: “os indivíduos seriam ignorantes, que não sabem nada, um dia chega o teatro, eles aprendem e começam a lutar” (D, 15). “A gente pega no TO que é uma parte do processo, que só pode ser uma etapa e a gente pensa que ele é a libertação inteira”, “os problemas não vão ser resolvidos pelo TO, vamos precisar de partidos, sindicatos, de mobilizações, lutas, de primaveras árabes ininterruptas”, ressalta Julian (D, 13). Na mesma linha, José lembra que o TO é um “ensaio da revolução”, “é apenas mais um pequeno momento no longo caminho de libertação dos oprimidos. E isso implica ter a persistência, a urgência, mas a paciência de ter esse trabalho de transformação, mas implica também a humildade de sabermos que o teatro é uma entre outras formas de libertação tão válida como a petição, como a ação sindical, como a reunião, como a assembleia geral”, é “apenas mais uma ferramenta” (D, 13). Também Kelly frisa que é preciso lutar “contra a ideia do TO como fim em si mesmo. Parar de celebrar o TO como *a coisa*. É, quando é necessário, quando me leva às questões que eu quero fazer. Não nos devemos apaixonar pelo TO mas pelo mundo a que se quer chegar” (E, 14).

11.3. Terá o Teatro do Oprimido expirado o prazo de validade?

Julian elabora três hipóteses explicativas dos desvirtuamentos da proposta inicial do TO: há uma “compreensão errônea daquilo que o meu pai escreveu” (E, 14); há “contradições e ambiguidades” nos seus textos (Boal, 2014: 50); ou, por último, a metodologia já não mantém uma polémica com a conjuntura: “a que mais me preocupa é essa, que a gente esteja desfasado, que o que foi proposto nos anos setenta não tenha validade nos dias de hoje” (E, 14).

“O TO nasce num determinado momento em que tem ditaduras em quase toda a América Latina e tem partidos muito pequenos que se querem partidos

ultracentralizados”, lembra Julian (D, 13). Nos anos 70, a “crítica à representação teatral, o apelo à participação popular e o combate à opressão” davam-lhe uma “enorme potencialidade crítica” (Boal, 2014: 41) Hoje, a “participação está na moda”: dos programas de televisão em que é solicitada a opinião dos telespectadores, aos apelos à democracia participativa ou até às novas formas de exploração dos trabalhadores, que são renomeados de “colaboradores” participando do esforço de gerir uma empresa, são vários os exemplos que evidenciam como a expressão tem sido “banalizada e edulcorada” (idem, ibidem: 52-53). A crítica à representação - proposta pelo Teatro do Oprimido - também “vai bem com o sistema”: são respostas individuais, não existe representação, visto que as pessoas falam a respeito dos seus problemas, não existe delegação de poder, você fala em nome próprio” (E, 14). Num período de decadência e falta de confiança nas instituições partidárias e sindicais, é natural que os indivíduos se sintam atraídos pela metodologia. Para José, “a forma horizontal do TO” e a “representação direta” como forma “menos mediada de expressão” são duas características que se encontram também nos novos movimentos e mobilizações sociais. E se é verdade que essas dinâmicas geram “um potencial de participação democrática que faz a esperança”, o facto é que produzem organizações “mais volúveis, mais frágeis”, levando a uma “descontinuidade e individualização” incapaz de lidar com “estruturas de poder muito fortes, muito organizadas, muito contínuas”. (E, 15) No entender deste curinga, “há muita reprodução do que são os princípios do TO, há muita visão entusiasmada - com motivos -, mas há muito pouca visão crítica sobre o método e, sobretudo, uma visão crítica sobre a realidade em que o método trabalha. A discussão que tem de ser feita é: qual é a utilidade concreta do TO no contexto em que estamos a viver?” (D, 13)

11.4. Uma arma de combate? Possibilidades do Teatro do Oprimido

Na introdução do seu primeiro livro, Augusto Boal escrevia que o teatro era uma arma. Dependendo de quem o possuía ou de o uso que se fazia dele, poderia servir a dominação ou a libertação (Boal, A. 2010: 11). Mais tarde, intitula um dos seus

livros de “Teatro como arte marcial” (Boal, A. 2003). Partindo do mote anterior - “qual é a utilidade concreta do TO no contexto em que estamos a viver?” - procuramos agora refletir sobre os desafios e as possibilidades da metodologia que possam fazer dela um instrumento de luta e combate.

Análise dialética: a realidade em contradições

“Brecht dizia: todo o dia o bailarino tem de fazer alongamento, todo o dia o militante deveria fazer dialética”, mencionou Olivier, durante um dos debates no Óprima (D, 15). Para José, um dos aspetos mais fortes do TO é o de poder dar uma “visão conflitual da sociedade”, “organizada em conflitos de poder, de interesses, de opiniões” (E, 15). Julian corrobora: “tentar perceber enquanto contradições uma realidade que é apresentada como homogénea, tentar ‘manipular’, mexer essas contradições. Mostrar o real que é dado como homogéneo e liso, mostrando que tem ciclos, falhas, contradições, aberturas, que o momento presente é um entrelaçar de correntes diversas” (E, 14). “Para colocar a contradição em cena”, diz Rafael, “temos de trabalhar esteticamente, se não, estamos só a colocar a realidade: fotografia da construção ideológica do mundo. É esse trabalho que nos cabe, trabalhadores estéticos.” (D, 15) Nesse sentido, o legado de Augusto Boal no Arena é essencial, o “Boal dramaturgo”, do “teatro dialético”, “é pouco conhecido e tem a maior importância”¹¹³ (Bôas, 2015). Para Olivier, qualquer luta implica uma “análise da conjuntura”, necessariamente ligada à perspetiva estratégica e tática: “ela vai para a ação, tende à ação e é corrigida pela ação”. No seu entender, esta deve sempre “começar com um balanço das nossas derrotas, incapacidades de fazer frente ao momento atual”. Uma vertente que nunca é analisada, como diz, é a emocional: “Quais as emoções e os afetos que a burguesia utiliza para nos colocar abaixo da sua condição? Que sejam dominantes. Em França é o medo, o medo bruto, a segunda, dentro dos meios de extrema esquerda, é o desespero. E nós somos os principais propagandistas, que tá ferrado, acabou.” (D, 15)

¹¹³ Nesse sentido, durante o Óprima 2015, incluímos a oficina de “Aportes da dramaturgia dialética para o teatro fórum”, dinamizada por Priscila Matsunaga e Julian Boal.

A tarefa da emancipação: quebra do monopólio político

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” – A célebre frase de Karl Marx surge no Teatro do Oprimido como um dos seus principais intentos e forças mobilizadoras. Para José, ao propor que “cada grupo se aproprie dos meios de produção teatral para encenar a sua própria realidade e para ensaiar formas concretas de a mudar” o TO dá um enorme contributo à tarefa de emancipação (Soeiro, 2009). A revolução de que Boal fala é, em grande parte, no seu entender, “essa aspiração democrática de fundo”, “essa possibilidade de pôr em causa a divisão social do trabalho que dá a uns o direito de falar e de pensar e condena outros à condição de observadores passivos do espetáculo do mundo”, “essa possibilidade de as pessoas e os seus corpos ocuparem um lugar diferente daquele que lhes foi prescrito e, fazendo-o, romperem a ordem social. É esse momento em que se assiste a uma quebra radical das relações de autoridade e de dominação e aos papéis sociais que elas pressupõem. (Soeiro, 2012: 5). Num espetáculo de teatro-fórum, atores e espect-atores tornam-se “investigadores ativos e vozes legítimas”, analisando os problemas de vários ângulos. (Julian, 2014: 49). Para Olivier, na conjuntura atual, é preciso reconhecer “o nosso total analfabetismo político”, “a gente tem de reaprender a produzir política” e essa seria uma “tarefa gigantesca para o TO”. (D, 15) Rafael também reforça o importante papel da transferência e “socialização dos meios de produção da linguagem teatral”, visando a “autonomia de produção e organização da classe trabalhadora”. Contudo, falando da trajetória do TO no interior do MST, salienta como ainda hoje se debatem “argumentos que reiteram a divisão social do trabalho manual”, “privilegiando outros com o universo do trabalho intelectual e da produção simbólica.” (Bôas, 2013: 186-187).

Esperança politizada: as várias possibilidades

Falando do teatro político, Olivier assinalava duas correntes principais: uma que tem como objetivo “desvelar para o seu público algo que estaria escondido”, “como se através desse arrancamento de imagens se chegasse ao mundo tal como ele é, ao

mundo em sua nudez; e outra “que queria exatamente o contrário”: acrescentar imagens, “possíveis ao mundo.” (D, 15) O Teatro do Oprimido parece juntar essas duas propostas em momentos distintos: se, por um lado, pode contribuir para a desconstrução e desvelamento de realidades e discursos dominantes, por outro, procura descobrir e apresentar outras imagens possíveis do mundo, articulando assim, a denúncia e o anúncio, enunciados por Paulo Freire. Convocando Daniel Bensaid, Julian lembra que “para haver política tem de haver possibilidades, tem de haver alternativas”, “tudo o que não é fatal é da ordem do político” (E, 14). Uma das potencialidades do TO seria a “criação e coletivização de esperanças, das imagens do mundo que se deseja construir”. (2014: 48) Kelly, recorrendo à ideia de Boal sobre “o teatro no modo subjuntivo”, diz que é preciso praticar um “subjuntivo prático” articulado com uma “esperança radical”. Não estamos a “vender sentimentos, com a ideia de que tudo é viável”, mas sim que “há muitas mais possibilidades do que aquelas que são admitidas pela ordem presente.” (E, 15). Na era do “não há alternativa”, enquanto ideologia fatalista e imobilizante, esse exercício é absolutamente fundamental. Como refere Olivier “quando a Troika vem e nos diz ‘existe uma dívida e ela tem de ser paga’, estamos a aceitar essa visão do mundo”, “a gente não pode aceitar essa visão do mundo, mas acrescentar outras ficções, inventar o maior número de possibilidades possíveis.” (D, 15). Por isso, para José, o termo *revolução*, embora tenha sido historicamente derrotado (pelo menos na Europa) e possa parecer “extravagante”, deve continuar como referência no TO, proporcionando uma “visão de conjunto sobre como é que os vários sistemas de opressão se organizam, como é que o poder se estrutura, qual é a lógica que faz funcionar a sociedade enquanto sistema” (Soeiro, 2012).

Práxis militante: o TO e a organização coletiva

Quer nos debates, quer nas entrevistas, o vínculo entre a prática com Teatro do Oprimido e as organizações coletivas foi frisado como um dos maiores desafios e, simultaneamente, uma das suas maiores forças. Este vínculo expressa-se *nas* organizações, *com* as organizações e *como* organização. Referindo-se à experiência

de longa duração do TO no Movimento dos Sem-Terra, Rafael reforça a “função relevante que o teatro-fórum cumpriu no trabalho de base da organização: a da identificação das contradições, dos impasses organizativos” (Bôas, 2013). Muriel concorda ao considerar que pode ser uma “forma formidável para fazer refletir os partidos políticos e as organizações em que nós estamos e não estamos a explorar isso suficientemente” (E, 14). José Soeiro, partindo da experiência de teatro legislativo e enquanto deputado, refere que essa dinâmica, “ao quebrar o monopólio da palavra dos representantes políticos, mas também dos militantes de uma organização, perturba algumas rotinas instaladas, mesmo à esquerda.” Frequentemente o TO ou a arte em geral é vista como uma forma de “enfeitar” as ações políticas ou um “momento cultural no intervalo da política”. Um processo como o teatro legislativo “exige a disponibilidade para aceitar que as pessoas podem propor soluções diferentes das que promovemos” e isso “nem sempre é fácil de ser aceite pelas organizações políticas.” Além do mais, “a brutal intensificação do ritmo da política” é muitas vezes difícil de “compatibilizar com processos participativos que demoram mais tempo” (Soeiro, 2010). Rafael atesta essas ideias, evocando as dificuldades que se travaram dentro do MST para que o TO deixasse de ser visto como um momento interessante nas “noites culturais” e se tornar parte relevante de “um processo de formação, aglutinação e ampliação do debate” (Bôas, 2013: 14). E se é verdade que o TO pode contribuir para o “fortalecimento da cultura política de participação”, terá muito menos força “se não estiver associado a movimentos políticos.” (D, 15) Para Muriel, o “TO não existe enquanto movimento político. Isso é mais que uma fragilidade. Desapareceu.” Conta: “na última vez que estivemos num encontro nacional a questão era ‘como é que nós podemos reaproximar dos movimentos sociais?’ A questão não é essa, é como é que nós não estamos?! Como é que nós não somos os movimentos sociais? Como se houvesse uma receita... Quando há uma mobilização nós temos três reuniões, por semana, para organizar a manifestação, escrever a convocatória. Estar nos movimentos é isso. Não é estar de fora e perguntar: como é que nos podemos juntar a vocês?”

Reinvenção permanente: um legado vivo

“Boal não aprendeu em tempos de vitória”, lembra Rafael; “isto que nos deixou foi elaborado em tempo de derrotas históricas da esquerda, ciclos de contra-revolução permanente” (D, 15). Mas era um “artista militante” que conseguiu “extrair aprendizagens” e dar “respostas críticas” às sucessivas derrotas (Bôas, 2013; 2015). “O sistema capitalista recuperou o teatro-fórum, não o Teatro do Oprimido”, diz Muriel. “Neste contexto de crise nós temos de investigar e não aplicar mecanicamente o que fazíamos nos anos setenta ou oitenta”, “acho que o TO deve procurar reinventar-se com um projeto político.” “É preciso começar um processo de mudança, de procura, de utopia, todos juntos”, “o Augusto dizia-me muitas vezes, Muriel, transgride as regras” (E, 14). Cecília reforça: “a proposta em absoluto é dogmática”, “não se pensa, há uma repetição do discurso”; e lembra o tempo do Arena, onde “faziam uma pesquisa a todos os níveis, dramaturgia, interpretação, cenografia, havia uma procura estética, escreviam, se criticavam muito.” (D, 15) Olivier salienta que Boal, tal como Brecht ou Piscator, pensaram muito sobre a função do teatro: “seria uma derrota para o teatro político se se limitasse ao seu conteúdo”, “é missão do teatro político tentar inventar formas”. “Temos de experimentar”, “o grande perigo que nos cerca é a repetição estéril de fórmulas, de catecismos” ou “considerar-se que o TO é por si só emancipatório” (D, 15). Julian partilha da mesma preocupação: “não repetir o passado, mas realizar as promessas nele contidas; não repetir as fórmulas mas apoderarmo-nos dos meios de produção”, “sobretudo colocar problemas sobre o TO” e procurar resolvê-los “em coletivo” (E, 13).

11.5. Desordenar em “tempo de guerra”

“O caos é uma ordem por decifrar”. É com esta citação de um livro inexistente, tal como outros livros fictícios criados por José Saramago - *Livro dos Contrários* - que o escritor dá o mote ao livro *O Homem Duplicado* (2002). Numa entrevista concedida à BBC no ano de lançamento do livro, Saramago explica: “O que eu aqui

proponho é que investiguemos a ordem que há no caos. O que, no tempo de hoje, que em muitos aspectos nos apresenta como caótico, eu creio que pode ser encontrado”.

Em boa medida, o que nos moveu nesta investigação foi encontrar a ordem que há no caos, especialmente no contexto da crise e das medidas de austeridade, em Portugal, e das ações e mobilizações coletivas, iniciada há quatro anos, que têm procurado combatê-las. Mas moveu-nos, também, a possibilidade de desordenar em “tempos de guerra”, investigando e agindo contra o pensamento único e o excesso de ordem que ele gera e conduz ao fatalismo e à resignação. Situámos, por isso, a análise e a reflexão no duplo registo da denúncia e do anúncio (Freire, Gadotti e Guimarães, 1995; Freire, 1997), assumindo igualmente o conceito freireano de utopia como “inédito viável” (1970, 1992)ⁱⁱ no exercício de uma sociologia pública e militante em que se inscreve esta investigação.

Das conversas informais para as entrevistas, dos momentos de oficina para os debates, propusemo-nos montar um diálogo com sete vozes experientes e críticas sobre o lugar do TO na atualidade: as suas fragilidades, as suas derivas e tensões e também os seus combates. A amostra que aqui se apresentou não pretende ser representativa de todo o mundo do TO. Há, aliás, um predomínio de determinadas origens e marcadores sociais: maioria de brancos, classe-média escolarizada, posicionados politicamente à esquerda, com os homens a ocuparem bastante mais espaço que as mulheres. Trata-se antes uma amostra representativa de um determinado espaço do TO, que conflui no encontro Óprima. É o conjunto de ideias e inquietações que estes partilharam que procuramos aqui sintetizar, contrapondo-o com as suas contradições, dilemas ou insuficiências, deixando, também, algumas pistas de investigação.

Começamos pelo registo da “denúncia”. Questionou-se a pertinência e a atualidade do TO e formulou-se mesmo a hipótese de o TO estar em crise, face ao modo como tem sido mercantilizado, tornando-se um negócio em expansão e de como isso tem contribuído para uma progressiva *especialização*. Contudo, para além de sermos participantes nesse processo, a verdade é que é através da multiplicação que

democratizamos a metodologia, e é também pela experiência de *curingagem* que vamos adensando a nossa crítica. Mencionou-se o modo como o TO tem sido simplificado, despolitizado e neutralizado enquanto “conjunto de técnicas”, mas, recorde-se, foi o próprio Boal que o definiu enquanto “sistema de exercícios físicos, jogos estéticos e técnicas especiais” desenvolvido nos eixos “artístico, educativo, político-social e terapêutico” (2002: 12). Referiu-se a dependência dos projetos sociais face a financiamentos e de como perante isso, muitas vezes, se instrumentaliza o TO como “livro de receitas” para os problemas sociais para os quais já se tem resposta, promovendo, ao invés da emancipação, o “adestramento interativo de vítimas” (Boal, 2013). Mas isso não responde ao problema de subsistência das organizações e da continuidade dos projetos, sistematicamente reféns de financiamento externo. Falou-se também em como o TO, em muitos contextos, se tem vindo a tornar um “pacote de competências” a adquirir para se ter sucesso numa sociedade individualista. Porém, o facto é que se está a assistir a uma erosão sem precedentes das organizações e sujeitos coletivos e, se é certo que não podemos deixar de lutar contra o sistema, precisamos sobreviver nele e encontrar ferramentas (muitas vezes individuais ou fora do sistema) para prosseguir as nossas vidas com um mínimo de dignidade. Esse aspeto é particularmente relevante no que concerne ao desemprego e à precariedade. Ainda que se acredite numa sociedade de pleno emprego e se defenda os direitos laborais pela via da ação coletiva, podemos realmente condenar quem encontra em comunidades auto-geridas ou na criação do seu próprio emprego a solução para os seus problemas? Por fim, discutiu-se a *fechitização* do TO, enquanto fim em si mesmo, transformando-o na “solução para todos os males”. Mas será que uma oficina de TO ou uma sessão de teatro-fórum serão totalmente destituídas de um carácter emancipador?

Coloquemo-nos agora no registo do “anúncio”. Destaca-se a importância da análise dialética das conjunturas e das realidades enquanto meio para descobrir os espaços de resistência. Mas a urgência com que muitas vezes se implementam os projetos ou com que se apresentam as peças, dará realmente lugar a isso? Salientou-se o papel emancipador do TO, assente na socialização dos meios de produção teatral

e na quebra do monopólio político, mas devemos ter em conta que a composição social de alguns dos grupos que compõe o Óprima é limitada a segmentos com mais recursos culturais e académicos. Também vale a pena assinalar que permanecem formas de divisão do trabalho intelectual e manual dentro dos grupos e desigualdades de poder resultantes da distribuição diferenciada de papéis, desde logo o de curinga. Aludiu-se à “esperança politizada” enquanto geradora de possibilidades e como antídoto contra o fatalismo, mas há, de facto, razões para ter esperança? Como se defrontam “inimigos” tão poderosos como a Troika ou problemas tão complexos como o desemprego? Como se lida com o dilatar da impotência e da frustração? Frisou-se o desafio de encarar o TO como “práxis militante”, *nas, com e como* organizações coletivas. Mas quem poderão ser os nossos aliados? Partidos e sindicatos, presos frequentemente a lógicas burocráticas e ao poder hierárquico? Movimentos sociais fluídos, muitas vezes inconsistentes e descontínuos? Em que medida a liberdade e a autonomia podem ser garantidas nessa conjugação de esforços? Concluiu-se com a perceção de que a metodologia é um legado vivo, supondo a reinvenção permanente e a transgressão de regras e enunciados, mas por onde se começa? Até onde se pode ir? Qual é a fronteira entre aquilo que é Teatro do Oprimido e o que não é?

Estas e outras questões são imprescindíveis para prolongar a crítica às práticas de TO. Todavia, esse prolongamento da crítica acarreta dois perigos: o de “nos apaixonarmos por nós próprios”ⁱⁱⁱ, munidos da arrogância de um pretense altruísmo, fiscalizando as “boas” e “más” práticas, virando evangelistas da “linha justa” do TO; ou, ficarmos de tal forma sobrecarregados e intimidados, que desanimamos e paralisamos, procurando outras ferramentas para intervir na vida política.

A pergunta “terá o TO expirado o prazo de validade?”, na qual insiste Julian Boal, continua a ser uma das mais prementes. Para responder a ela será necessário mobilizar e reinventar as experiências de hoje e de ontem - a tradição múltipla da agit-prop, os seminários de dramaturgia ao jeito do que foi feito pelo Teatro de Arena, as táticas de guerrilha cultural e política, etc. - e toda a teoria que nos possa auxiliar, não apenas a tradição marxista, mas as várias gerações de pensamento crítico que não aceitam que a realidade seja reduzida ao que existe e que a história

seja pré-determinada. O adensamento da leitura e da análise crítica deve ele próprio produzir novas teorias. Apesar da sua inegável importância e do respeito que lhe é merecido, Augusto Boal não pode continuar a ser a única referência no campo do Teatro do Oprimido. Dessa produção teórica deve constar a análise profunda de alguns dos seus conceitos centrais - poder, opressão, exploração, dominação, manipulação e, em seu lado oposto - não num sentido dicotômico, mas dialético e interpelante - diálogo, libertação, emancipação, utopia - articulando-os com aquilo que sabemos e fazemos nas nossas lutas coletivas.

Talvez uma das guerras maiores a travar, nos dias de hoje, seja contra os fatalismos: da austeridade, do desemprego, da desigualdade, do capitalismo. Como diz Paulo Freire na sua *Pedagogia da Indignação* (Freire, 2000: 33), “Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”. Ora, o Teatro do Oprimido, ao atribuir aos homens e mulheres o papel de (re)construtores da história e da realidade, permite edificar a esperança. Uma esperança que aqui não é entendida de forma *naïf* ou ingênua - a *esperança disneyland* onde tudo é possível acontecer - mas antes como esperança crítica e politizada, ancorada num projeto emancipatório e através do exercício da resistência: do que existe agora e do que pode vir a existir amanhã pela força da nossa ação. Para que o Teatro do Oprimido possa servir como arma de combate é preciso reconhecer as suas limitações. É a partir delas que se poderão constituir alianças, não só entre sujeitos coletivos, mas também entre o corpo e a mente, a teoria e a prática, o indivíduo e o coletivo, o local e o global, as aprendizagens do passado com as emergências do presente e os desafios do futuro. Como reclamava Deleuze (1992: 131), “Um pouco de possível, senão sufoco!”

SÍNTESES E CONCLUSÃO:

“Nada deve parecer impossível de mudar”

“Nada deve parecer natural
Nada deve parecer impossível de mudar”
(Brecht)

Terminar como se iniciou, com Bertolt Brecht. Neste capítulo final são traçadas algumas sínteses e conclusões que acrescentam, reforçam e questionam alguns dos aspetos fundamentais da tese. Nelas apresentam-se fragilidades e limitações, descobertas e possíveis caminhos de investigação futura. Tal como se fez ao longo da tese, a escrita oscila entre a 1ª e a 3ª pessoa do plural, conforme se trate de reflexões pessoais, enquanto investigadora; ou coletivas, resultantes das aprendizagens do grupo. Começamos pelo Teatro do Oprimido, ponto de partida desta investigação, mas não necessariamente ponto de chegada.

Teatro do Oprimido: das origens às derivas instrumentais e mercantis

No início desta tese, começou-se por analisar a complexidade do TO enquanto objeto e ferramenta de estudo, salientando a disparidade de pesquisas realizadas em torno dele: de meio de comunicação de resistência no movimento agrário (Dohms e Cossio, 2012) a recurso terapêutico para crianças com déficit de atenção (Vasconcellos, 2013); passando por projetos de nanotecnologia (Carvalho e Nunes, 2014) ou pela educação ambiental (Silva, 2010). Essa sua plasticidade é causa e consequência de diferentes “leituras” da obra de Boal: de “conjunto de técnicas e exercícios” a “teatro de resistência e militância” (Castro-Pozo, 2005). Perante essas ambiguidades, a história do TO foi contada desde a sua gênese, partindo da biografia do criador, Augusto Boal, e dos seus processos de aprendizagem. Retomando aos

seus primórdios, analisaram-se os antecedentes de Boal, desde a sua temporada nos EUA onde trabalhou com John Gassner ao período do Teatro de Arena onde foi diretor durante quinze anos. Foram essas experiências, a influência do agit-prop e o contexto da ditadura brasileira dos anos 1960/70 que deram origem ao TO. Desviando-se do paradigma didático das obras teatrais que visavam a “conscientização em massa” (Boal, J, 2000), o dramaturgo foi moldando o seu projeto: a emancipação dos oprimidos será obra dos próprios oprimidos¹¹⁴. A apropriação e democratização dos meios de produção cultural, social e política era o processo essencial para se chegar a esse fim. Já em exílio na América Latina e, mais tarde na Europa, o Teatro do Oprimido foi surgindo com a forma que hoje conhecemos. Ao longo de três décadas, a metodologia foi crescendo e adaptando-se aos diferentes objetivos e conjunturas, constituindo-se num corpo de jogos, exercícios e técnicas. O que dá corpo, coerência e identidade ao método são os princípios e objetivos pelos quais é regido: transformar o espectador de um ser passivo e depositário, em protagonista da ação dramática e não se contentar em refletir sobre o passado mas se preparar para o futuro (2009b: 12). A partir deles é possível perceber as influências marxistas, o legado brechtiano e a sintonia com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Pela importância que o pedagogo brasileiro teve na obra de Boal - na verdade, pouco assumida por ele (Vieites, 2013) -, foram analisados alguns dos seus “encontros”, nomeadamente através da discussão de três conceitos nucleares: opressão, diálogo e conscientização. Para ambos é através do processo dialógico que os oprimidos tomam consciência do seu estado de opressão, saindo do seu estado de alienação. Essa tomada de consciência não é ainda a conscientização, pois esta consiste no “desenvolvimento crítico da tomada de consciência”. É um compromisso histórico, “é inserção crítica na história, implicando que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (Freire, 1979: 15). Boal - mais do que um “teatro de conscientização”, como o de Brecht seria - aspira a um “teatro de libertação”. O TO é um “ensaio da revolução”, um

¹¹⁴ Baseada na expressão de Marx: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. “

laboratório de investigação e de procura de alternativas e resistências: a ação deve ser transposta para a realidade. No final desse primeiro capítulo traçamos um panorama geral dos projetos, grupos, festivais de TO pelo mundo, salientando-se a sua pluralidade: na dimensão, nos princípios, nos modos de organização, nas estratégias e alianças.

Alguns dos dilemas apontados foram retomados no último capítulo desta tese: *Teatro do Oprimido e o projeto emancipatório: desvios, fragilidades e combates*. Partindo dos contactos, das experiências e da massa crítica gerada no Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo – um encontro anual organizado pela Krizo e outras três associações – procedemos a um balanço crítico do TO em contexto de crise: crise da própria metodologia e crise política e social. Destacámos a *mercantilização* do TO, utilizado como “oportunidade de negócio” num mercado em expansão; a *tecnicização* que remete para uma abordagem simplista, despolitizada e neutralizada como se tratasse um “conjunto de exercícios”; a *instrumentalização* que faz do TO um “livro de receitas” para a resolução de problemas, convertendo-o frequentemente num “adestramento interativo de vítimas” (Boal, 2013); a *individualização* dos fins e dos processos, como se o trabalho com a metodologia proporcionasse um “pacote de competências” rumo à libertação individual; e a *fetichização*, que encara o TO como a “solução para todos os males”, isolando-o de uma luta que deve atravessar várias frentes. Julian Boal coloca mesmo a hipótese de que a metodologia – estando em consonância com os apelos à participação, à representação direta, à performance individual que a sociedade atual preconiza – corre o risco de se adaptar totalmente ao sistema, deixando de gerar a crítica necessária. Na nossa prática, tentámos contrariar essas fragilidades, não nos colocando à margem, mas assumindo-as como parte de um processo de transformação do TO que exige de nós uma *reinvenção permanente*.

“Leitura do Mundo”: Teatro do Oprimido em tempos de crise e de mobilizações sociais

Ao longo da investigação fomos acumulando uma visão crítica sobre os processos do TO procurando perceber que papel poderiam ocupar nas mobilizações sociais contemporâneas, quer como ferramenta de análise, quer de intervenção educativa, política e social. As experiências relatadas nesta dissertação foram fonte de várias aprendizagens: a prática do *teatro-jornal* assumiu-se como território privilegiado de pesquisa e experimentação e como recurso particularmente útil para analisar e desconstruir o discurso dominante; para perceber de que forma é produzido e disseminado o pensamento de senso comum; para entender qual o lugar da ideologia nas várias esferas, num processo em que “desconstruir são várias cabeças a ler a mesma notícia” (GF-K, 2014); o exercício de “descolonização” proporcionado pelo *teatro-imagem* permitiu-nos revelar o que não é dito ou percebido de forma imediata; estabelecer relações dialéticas entre subjetivo e objetivo, razão e corpo, particular e geral; e interpelar as nossas experiências para reconstruir significados críticos sobre as mesmas; a *estética do oprimido* ao privilegiar o uso da linguagem simbólica e metafórica contribuiu para a desmistificação (Freire, 1979b), para combater a “invasão de cérebros” (Boal, 2009a) e para desmontar e pôr a nu as máquinas e sistemas opressores; o *teatro-fórum* permitiu discutir as alterações que têm vindo a ser feitas na estrutura dramatúrgica com o objetivo de a tornar complexa e dialética, capaz de provocar ações mais realistas e assentes na ação coletiva. A técnica foi analisada a partir de três propriedades: *visibilização* de determinado problema social e político; *conscientização* através do debate e análise coletiva e *mobilização*, promovendo um ensaio de estratégias e resistências. Em todas estas vertentes que, na verdade, se misturam e complementam, o TO possibilitou o despontar de um processo de alfabetização e de conscientização que, ao fazer uso de uma pedagogia da inquietação e da “pergunta” (1985), possibilita uma “leitura do mundo” no sentido que Paulo Freire lhe atribuía. “Ler o mundo” é sobretudo “escrever” ou “reescrever” o mundo, ou seja, transformá-lo. A conscientização não

é o “ponto de partida do engajamento”, mas um “produto do engajamento”: “eu não me conscientizo para lutar. Lutando, me conscientizo”. O aprofundamento dessa tomada de consciência é “gerado na práxis”, na ação e reflexão sobre a prática de luta, num “ciclo dinâmico”. (Gadotti, Freire e Guimarães, 1989: 87)

Ainda que a relação entre o TO e a educação crítica não tenha sido tão aprofundada como gostaríamos - pista para investigações futuras -, consideramos que estas experiências e reflexões aproximam a metodologia teatral desta perspectiva nomeadamente: pela crítica que ambos fazem às classes e ideologia dominante; pela tarefa de desvelamento das relações de poder e a recusa da neutralidade educativa; pela conceção de práxis enquanto espiral de reflexão, diálogo e ação; pelo entendimento dialético e complexa da realidade; pelos processos de conscientização e problematização; pela historicidade do conhecimento, ou seja, conhecimento que se constrói dentro de um contexto histórico e político atribuindo aos seres humanos o papel de sujeitos da História; pelo esforço de resistência e contra-hegemonia; pelo comprometimento com a emancipação e a transformação social. (Darder et al, 2008; Gadotti, 2003; Giroux, 2011).

Elencámos cinco hipóteses do que poderiam ser as armas emancipatórias do TO em períodos de crise: a *análise dialética*, que pressupõe uma análise da realidade a partir das suas contradições, mostrando que esta tem falhas, aberturas, ciclos; a *tarefa da emancipação* que alude à possibilidade de quebrar a divisão social do trabalho e o monopólio político, democratizando os meios de produção cultural; a *práxis militante*, que invoca a necessidade de colocar o TO dentro de um trabalho sistemático e continuado de organização coletiva capaz de produzir uma contra-hegemonia; a *esperança politizada* que, ao contrário de uma postura ingénuo, *naif*, remete para uma esperança radical oposta à ideologia fatalista; e, por fim, a *reinvenção permanente* que recusa uma adoção dogmática do TO mas apela antes à experimentação, à reconstrução e problematização como forma a responder aos novos desafios.

Como Boal escrevia, o TO é o “teatro da primeira pessoa do plural”, sugerindo que, da mesma forma que as opressões são partilhadas por uma miríade de

peessoas, também as saídas, as alternativas, devem remeter, acima de tudo, para um tipo de ação coletiva, não apenas no palco, mas também fora dele. Não faz sentido trabalhar com o TO se nos limitarmos às quatro paredes, não faz sentido lutar contra a desigualdade de gênero se não nos associamos a movimentos ou grupos feministas; ou combater a precariedade e a austeridade, se não nos envolvermos nas mobilizações sociais. Não entendendo a metodologia como fim em si mesmo, mas como um processo, o TO torna-se uma ferramenta de ação coletiva válida como qualquer outra (manifestação, petição, greve) e que, portanto, deve ser utilizada na medida das nossas necessidades. Se há momentos em que funciona uma peça de teatro-fórum, noutros terá mais impacto uma performance imediata, noutras ainda a organização de um protesto, a dinamização de um debate ou a convocação de uma reunião. Essa é uma fragilidade que temos sentido no trabalho com o TO. Como conciliar a nossa ação teatral com as diversas formas de resistência? Como podemos acentuar a validade do nosso trabalho através da articulação com os diferentes protagonistas? Quem poderão ser os nossos aliados?

Estar consciente desta e de outras fragilidades é particularmente necessário quando enfrentamos opressões difusas e inimigos invisíveis, sem rosto, como as grandes corporações multinacionais ou instituições financeiras. É necessário procurar questões que apelem à compreensão, mas também à ação. Como se confronta a Troika? Como se combate o desemprego? Quem são os opressores com quem estamos a lidar? Onde estão os seus rostos? Como escrevia Freire (1979: 22), “ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne” e à medida que as opressões e seus agentes se agigantam, a aceitação resignada aumenta. Contudo, ainda que frequentemente o “inimigo” pareça não ter rosto e a opressão seja subtil, estamos a lidar com pessoas concretas. Por detrás de uma empresa há um patrão (ou um/vários acionistas); por detrás da exploração há alguém que beneficia dela; por detrás de uma medida política, há um ou vários governantes; por detrás de uma crise económica há especuladores financeiros que atuam impunemente - e de um modo geral dentro da legalidade - apesar das dramáticas consequências sociais e humanas provocadas pela avidez do

lucro. “Por mais “construída” que seja, a “mão invisível do mercado” comete crimes bem reais! A luta de classes não existe independentemente das palavras que a expressam, mas essas palavras supõem uma realidade dizível.” (Bensaid, 2008: 38)

Encontrar o equilíbrio entre aquilo que é discurso e aquilo que é realidade concreta, aquilo que é possível e aquilo que é desejável, entre aquilo que é praticável agora e aquilo que vai ter de esperar, são questões que se mantêm pendentes e que se prolongam nos debates internos do grupo.

A investigação como experiência de politização: a Krizo e uma “Geração à Rasca”

A célebre sentença de Margaret Thatcher - “não há alternativa” - parece ter encontrado poiso definitivo no modo como a sociedade se estrutura. Não há alternativa às desigualdades; não há alternativa às políticas de austeridade; não há alternativa ao desemprego; não há alternativa ao capitalismo e assim poderíamos continuar, sob a égide do “pensamento único”. “A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal, anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar - quase natural” (Freire, 1996:11).

Se escrevêssemos estas conclusões em 2012, 2013, o tom das palavras oscilaria entre a energia, o desespero e a apaixonada indignação. Se as tivéssemos escrito em 2014, com certeza predominaria a desilusão, a sensação de impotência e de fracasso. Hoje, em finais de 2015, há pelo menos uma renovada e ponderada esperança: “nada é impossível de mudar”. Ao longo desta dissertação, esses vários estados de espírito foram influenciando as ações, descrições e reflexões construídas, consequência direta de uma investigação participativa e militante.

O contexto social e político desta pesquisa situa-se nos anos turbulentos de 2011-2013, durante os quais centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas. A constatação geral das consequências sociais e económicas do capitalismo neoliberal, com particular destaque para o problema do desemprego e para o fosso emergente

entre ricos e pobres; bem como a exigência de uma *democracia de alta intensidade* (Santos, 1998) foram os grandes estandartes dessa mobilização global. Em Portugal, o impulso foi dado pela manifestação da “Geração à Rasca”, no dia 12 de Março de 2011, dando início a um ciclo de protestos, que acompanharam os movimentos “pró-democracia e anti-austeridade” (Della Porta, 2014) noutros países afetados pela crise económica, pela dívida pública e pela consequente intervenção externa da Troika.

Partindo da experiência concreta de um grupo de Teatro do Oprimido, criado em Braga, em finais de 2011 - e mais tarde constituído em associação juvenil Krizo - a investigação prestou atenção às dinâmicas, aos modos de organização, ao repertório de ações, e também às perceções, vivências e interações dos seus participantes. A partir dessa análise pudemos reconhecer na Krizo características similares (embora a uma escala reduzida) a fenómenos como os Indignados, a Primavera Árabe ou o *Occupy*. Os membros da Krizo são jovens, qualificados e em situação precária; movem-se em diferentes causas e coletivos mas demonstram-se descrentes em relação à democracia representativa e à linguagem partidária e sindical; trabalham em rede, aliando-se a outras associações ou coletivos informais; utilizam a internet como meio privilegiado de comunicação e mobilização; privilegiam a horizontalidade, a fluidez e a abertura; atuam através da experimentação e de um certo “sentido de urgência”; e grande parte das suas intervenções está focada nas questões materialistas, do trabalho e do emprego.

Os retratos sociológicos vieram confirmar, mas também contrariar, alguns dos aspetos relacionados com a juventude, precariedade e ação coletiva. A articulação entra essa tríade é óbvia. A juventude é um dos grupos sociais mais afetados pelas transformações no mundo do trabalho e pela retórica da adaptabilidade e da flexibilidade e, simultaneamente, têm sido sobretudo jovens a protagonizar e liderar grande parte das mobilizações sociais, embora não o façam sozinhos. Desmistificando-se o conceito de juventude, apontou-se a falta de consenso sobre os limites etários e sobre os significados de “período de transição” ou de “definição de projetos de futuro” perante uma conjuntura onde isso é cada vez mais difícil de concretizar. Salientaram-se formas de manipulação a partir da atribuição de rótulos

à juventude (apáticos, ingênuos, hedonistas, ...) e deram-se exemplos de uma “guerra de gerações” alimentada pelos *media* e pelos responsáveis políticos. A partir dos retratos, procurou-se perceber o que move esta “Geração à Rasca”, como é que estes três jovens se tornaram ativistas, o que os aproximou e mantém na luta coletiva, mesmo quando a situação laboral é instável e pouco propícia a esse envolvimento; que vínculos se poderão estabelecer entre as transformações macrossociais e as disposições para a militância. Reiterando generalizações ou contrariando tendências, os retratos visibilizaram aspetos importantes: a relevância dos pares ou de figuras e instituições tutelares (professores, pais, religião) no despertar ativista; as dinâmicas de poli-envolvimento (Sawicki & Siméant, 2011: 206) e o impulso para a ação coletiva a partir da experiência, ou seja, vivência das causas “na própria pele”; a preferência pela atuação em espaços informais de ativismo, em detrimento da “rigidez” das estruturas partidárias; o “presentismo” como estratégia de compensação e de distração face à insatisfação que sentem na esfera laboral; e a “precariedade como modo de vida” (Alves, 2011) que, transferindo-se para os diversos contextos, condiciona também o envolvimento num projeto político.

Desenvolvida numa perspetiva dialética, a investigação oscilou entre a análise da “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2013) e as suas consequências individuais; entre o momento atual e a história de um país e das suas conquistas democráticas; entre a discussão do fenómeno da precariedade e o seu reflexo em histórias de vida; entre os dados concretos da crise (estatísticas, relatórios, etc.) e a perceção física e emocional que se tem dela. Os planos de análise – individual e social, particular e geral, subjetivo e objetivo, corpo e razão, sujeito e objeto – foram-se fundindo, interpelando e alimentando continuamente, numa conceção histórica, fluída e contraditória da realidade (Brohm, 1979). Um discurso político sobre a crise provocava uma ação performativa por parte do grupo; essa ação originava determinadas perguntas que, por sua vez, levava a que se procurassem novas referências teóricas. Essa análise, originava outros questionamentos, até que uma outra manifestação, uma notícia ou qualquer outro fator político-social despoletava mais um conjunto de ações e reflexões coletivas.

Fragilidades, limitações, *zigzags*: uma investigação dialética

Navegar por estes mares é arriscado e implica uma consciência dos limites pessoais e acadêmicos. No capítulo metodológico começou-se por argumentar que os “sociólogos não orbitam num espaço vazio além da economia, mas cumprem suas missões em terrenos ideológico e político” (Burawoy, 2008: 220). Analisando a crise que atravessa as instituições acadêmicas, agudizada pelas sucessivas medidas de austeridade, lançaram-se algumas pistas que apontam para uma “reforma criativa, democrática e emancipadora” da universidade (Santos, 2004: 56): a *investigação participante* e, associada a ela, uma perspectiva de *sociologia pública*. (Burawoy, 2008). Abordando os múltiplos nomes que este paradigma envolve (investigação-ação, pesquisa participativa, investigação militante, ativista, etc.) optou-se por não assumir nenhum deles, valorizando as suas confluências e salientando-se as suas principais características. Esta foi, portanto, uma *investigação que se baseou na experiência e na reflexão sobre a experiência*: dos sujeitos, das realidades que os compõem (e que estes compõem) e da percepção que de tudo isto eles tenham, sem descurar uma contextualização histórica e política e uma análise objetiva das estruturas e sistemas. Uma investigação que *quebrou fronteiras e dicotomias rígidas*, entre teoria e prática, sujeito e objeto, processo e resultados, observação e ação, valorizando-se a integração e complementaridade dialética. Uma pesquisa que se *desenvolveu dentro (e através) de organizações coletivas*, através da participação de “companheiros” de investigação, originando uma produção científica implicada e colaborativa. Nesse sentido, revelou um *carácter pedagógico e formativo* numa lógica de emancipação do conhecimento sobre a realidade e *envolveu um processo aberto, fluído e flexível*, sujeito à imprevisibilidade e a reestruturações constantes. Finalmente, uma investigação com essas características *pressupôs um posicionamento político e ideológico* que coloca, em simultâneo, uma recusa da neutralidade científica e um compromisso ético para com a pesquisa e os sujeitos participantes.

Sendo esta investigação também profundamente biográfica, apresenta-se aqui um conjunto de limitações, fragilidades e contradições com que me fui deparando ao longo do processo de investigação que podem ajudar a pensar nas forças e fragilidades de uma *outra* forma de fazer ciência. Partindo do ponto de vista da investigadora, estas reflexões são escritas na 1ª pessoa.

a) Imprevisibilidade e “estado de sítio”

Apesar de, consensualmente, os processos de investigação-ação ou investigação participante serem representados por espirais cíclicas, a experiência destes anos nem sempre reflete essa imagem. A sê-lo, implicaria a existência de cortes, vazios temporais, momentos de maior turbulência, semelhante a um gráfico obtido num sismógrafo. Houve períodos de muito mais ação que investigação, períodos de desmotivação e autêntico “estado de sítio”, alturas em que me senti perdida nos objetivos, nas estratégias, nos fins. Outros houve em que fiz descobertas, em que me entusiasmei, em que percebi exatamente onde queria chegar e que perguntas eram necessárias. Apesar disso, no entender de Cook (2009) existe um propósito nesses “períodos de confusão”: são momentos ideais para observar, interromper, analisar, transformar. Como as questões se foram desenhando à medida que íamos intervindo e refletindo coletivamente, muitas leituras, material e tempo acabou por ser inutilizado, obrigando a um certo grau de desapego. O facto de estar dependente do contexto político, social e económico e da participação de indivíduos e coletivos foi também causa de grande instabilidade. Não é previsível quando vai haver outra manifestação, que impacto vai causar determinada ação no espaço público, que nova lei vai sair ou quais serão os resultados eleitorais. Todos esses fatores foram sendo incorporados na investigação levando a avanços e retrocessos ou a momentos de estagnação. “A complexidade, a imprevisibilidade, a oportunidade gerada por alguns acontecimentos inesperados, a fecundidade potencial de alguns momentos que emergem da práxis, indicam que o pesquisador precisa muitas vezes “agir na urgência e decidir na incerteza” (Franco, 2005: 497).

b) Duplo papel: ativista e acadêmica

Ao contrário da maioria das formas de investigação-ação participativa, eu fazia parte do grupo de pesquisa e tinha, inclusive, em vários momentos, um papel impulsionador das intervenções. Esse duplo papel trazia vários constrangimentos. Por um lado, em particular no período entre 2012/2013, em que as ações se sucediam umas às outras e em que a minha implicação era integral (não só na preparação das performances ou peças teatrais, mas também na mobilização dos grupos, no contacto com outros movimentos, nas reuniões, na distribuição de folhetos), era muito difícil realizar um trabalho sistemático de registo, acompanhamento e avaliação. Por outro lado, sentia muitas vezes que, sem a minha liderança, as ações ficavam comprometidas, tendo demorado algum tempo a sentir autonomia por parte do grupo. Ainda que isso levasse a alguma sobrecarga, sentia também que, enquanto bolsista de investigação, tinha um estatuto privilegiado, dispunha de tempo para realizar as tarefas e, de alguma forma, recebia uma remuneração por isso. Não podia *exigir* dos meus companheiros a mesma dedicação e empenho. Talvez por isso Alan Touraine, quando idealizou a “intervenção sociológica” propunha dividir os “papéis da pesquisa” entre duas pessoas: o *intérprete*, mais próximo do grupo e que o “empurra” para a frente; e o *analista* que se coloca “do ponto de vista da análise e que se esforça para constituir hipóteses” (1982, 42-43). No meu caso, a acumulação dessas duas funções gerava todas essas contradições. Além disso, as atividades que fui desenvolvendo, em diferentes coletivos, nos últimos quatro anos - muitas delas não descritas nesta tese - nem sempre estiveram diretamente relacionadas com a investigação. Nem eu, nem os meus companheiros, quando íamos para rua protestar, quando organizávamos um debate ou participávamos numa oficina, estávamos a pensar “na investigação”, não existia instrumentalização, não estávamos a assumir o papel de “académicos”, ainda que todas as experiências contribuíssem para alimentar a reflexão crítica.

c) Limites da investigação coletiva

No seguimento do ponto anterior, uma das principais ambiguidades nesta pesquisa prende-se com as noções de “investigação coletiva” e de “investigador coletivo”, implicando vários dilemas éticos, metodológicos e epistemológicos. Todas as iniciativas descritas e analisadas ao longo da tese foram uma criação coletiva, uma boa parte das reflexões que as antecederam e precederam também. Ao longo da dissertação tentei - ao máximo - que essa contribuição tivesse presença evidente, através dos relatos pormenorizados das iniciativas e da implementação e mobilização de grupos focais, retratos sociológicos, entrevistas, gravações de debates e oficinas. Cheguei mesmo a publicar um artigo em parceria com duas das minhas companheiras da associação. Contudo, nada disso parece suficiente para dar conta da importância que cada um e cada uma teve nestes processos de ação e reflexão. Em última análise, somos nós quem tem autoridade e controlo sobre o processo de produção do conhecimento (Hale, 2008). Somos nós - investigadores - quem utiliza a informação obtida e a reconstrói, dando significados que podem ser, ou não, coletivos. Isso não acontece apenas por não existir da minha parte uma vontade de democratização da prática científica, mas tão somente, porque nem sempre as pessoas têm disponibilidade para tal. Novamente, como *exigir* de jovens estudantes, precários ou desempregados um papel ativo na análise científica? De que forma poderiam ser recompensados por esse esforço? Ao longo do processo houve oscilações de participação dos elementos do grupo, alguns deles foram-se afastando, fosse porque se envolviam noutras causas ou coletivos, fosse porque encontravam um emprego que as impediam de participar, fosse porque mudavam de cidade ou de país. Nesse sentido, não havia - nem poderia haver - por parte dos companheiros o compromisso que se suporia no quadro de uma investigação com estas características.

d) Dificuldades de tradução: dos afetos à metáfora

A falta de um distanciamento, afetivo e temporal, relativamente aos temas que me propunha investigar originou uma outra dificuldade: a de traduzir “objetivamente” as emoções “subjetivas” provocadas pela participação e

impulsionamento das iniciativas. A ação coletiva envolve sensações de tensão, ansiedade, medo, expectativa, alegria, o próprio corpo do investigador é usado como ferramenta de investigação (Juris, 2007: 166). Quando agora leio artigos sobre o período mais intenso das manifestações em 2012/2013 é notório um apaixonamento quase ingênuo. Fazendo parte desses momentos é difícil escrever sobre eles “limpando” essas emoções. Esta foi uma dificuldade que enfrentei principalmente no início da investigação. É preciso um afastamento crítico e reflexivo, mas num equilíbrio que não anule por completo a indignação, a raiva ou a esperança que foram o motor ou a consequência de grande parte das ações. O mesmo aconteceu relativamente ao equilíbrio entre o rigor científico e o posicionamento político e ideológico: como escrever sobre a austeridade - analisando-a, criticando-a - sem cair no discurso panfletário? Como interpretar “objetivamente” a precariedade quando o meu grupo (e eu própria) somos atravessados por essa realidade? Por outro lado, uma investigação que centra grande parte do seu processo em experiências artísticas ou performativas implica uma abertura ao conhecimento que se constrói e mobiliza por meio de linguagens não verbais, metafóricas, sensoriais, visuais ou plásticas, na linha de uma “ecologia dos saberes” (Santos, 2007a). Mas essa tradução para a escrita científica não é uma tarefa fácil, não somos “treinados” para isso, perdendo-se grande parte da informação nesse processo.

e) Teatro do Oprimido: objeto ou ferramenta de investigação?

Pelas suas características e pelo modo como a pesquisa foi conduzida, o TO assumiu uma dupla função nesta investigação. Se, por um lado, era o objeto de investigação - o ponto de partida a partir do qual foram construídas as primeiras questões e estabelecidos os objetivos iniciais - a dada altura o TO serviu como instrumento ou técnica de pesquisa, tão válida como qualquer outra. Isso aconteceu por dois motivos. Primeiro porque a tarefa de explicar, descrever e analisar os processos coletivos, como se de um relatório se tratasse, era demasiado desmotivante para mim, enquanto investigadora. Segundo, porque a tomada de consciência (individual e do grupo) de que o TO não é um fim em si mesmo - não

terminando assim que o espetáculo ou a oficina acaba – levou a que, progressivamente, nos fôssemos “afastando” da metodologia, expandindo-nos para outras estratégias, em debates, encontros ou ações diretas. Perante isso comecei a encarar o TO como ferramenta de investigação. Foi a partir da sua prática que demos os primeiros passos na desconstrução do discurso da austeridade e do empreendedorismo; foram os seus jogos e exercícios que permitiram aceder às representações subjetivas de centenas de pessoas sobre juventude, precariedade ou crise. A metodologia operou assim como técnica de *análise crítica do discurso*, como modo informal de *entrevista de grupo* ou até como mecanismo de recolha de *narrativas biográficas*. Essa opção acarretou outra dificuldade, não sendo sempre o TO o meu objeto de investigação, mas o meio através do qual levantava questões, ao longo destes quatro anos, deambulei por várias áreas disciplinares - sociologia do trabalho, história, filosofia, etc. - originando um excesso de informação e talvez uma reduzida especialização.

Sistemas e suas contradições

Os quatro estudos de caso apresentados - em torno da ação coletiva e das experiências de aprendizagem - tinham uma estrutura semelhante: descreviam uma ou mais ações desenvolvidas pelo grupo em torno de um tema (austeridade, crise, empreendedorismo, precariedade) e a partir dessa reflexão desenvolvia-se uma crítica apoiada em registos teóricos: nalguns casos a técnica de TO tinha um lugar de relevo, noutros servia apenas como impulso científico. A peça “Troka o Salazar pela Troika” despertou uma investigação sobre a austeridade no período atual e os seus paralelismos com o discurso salazarista; o “Monstro da Crise” - uma conjunto de performances e oficinas - levou a uma discussão sobre a colonização dos corpos e subjetividades; a sequência alegórica “Máquina do Empreendedorismo” originou uma pesquisa sobre os objetivos, estratégias e contradições desse discurso; e a peça de teatro-fórum “Mexam esse traseiro ao quadrado!” analisou as relações entre

precariedade e ação coletiva. Sintetizamos aqui algumas conclusões sobre cada um dos temas.

Em *Troka o Salazar pela Troika*, a partir da análise e cruzamento de notícias, discursos políticos, dados estatísticos, relatórios, etc. procurou-se perceber o modo como o discurso da austeridade tem sido fabricado, difundido e interiorizado como dominante. Ao mesmo tempo, analisámos paralelismos com as estratégias discursivas do período salazarista. As semelhanças encontradas residiram sobretudo na mobilização de lugares-comuns sobre a identidade portuguesa - os “brandos costumes”, “pobres, mas honrados” - associados a valores como a responsabilidade, o patriotismo, a honra, o rigor ou a ordem. A investigação denotou também a utilização de estratégias de manipulação mediática como a transferência daquilo que são orientações e decisões nacionais para a vida quotidiana; a inclusão de uma carga emotiva e religiosa, entre outras. Concluiu-se que o “simplismo redutor e demagógico” que o discurso da austeridade exprime - tal como o do salazarismo - possui o efeito de fornecer certezas que legitimam “o direito de mandar” e anulam e ilegitimam a “veleidade de resistir” (Rosas, 1994: 291); e que as representações subjetivas que derivam desses discursos, conjugadas com as condições objetivas da maioria das pessoas (desemprego, desproteção social, etc.) têm contribuído para a criação de uma atmosfera de medo e desmobilização cívica conducente à deterioração da democracia.

O Monstro da Crise surgiu da vontade de entender o impacto que a austeridade tem tido na sociedade portuguesa não só a um nível macro, mas também ao nível das subjetividades dos indivíduos, contribuindo para moldar um “novo *habitus*, um novo modo de vida que se cria a partir do medo e da insegurança” (Ferreira, 2013: 60). Partiu-se do pressuposto que, ao tomar o medo como uma forma de controlo, o “*habitus* da crise” funcionava como uma forma de colonização das mentes, corpos e subjetividades. Evocou-se o poder disciplinar (Foucault, 1982) para explicar estratégias utilizadas nos contextos de trabalho e de como estas agem

sob a forma de um biopoder regulador da sociedade: o controlo do tempo e do espaço, o poder panóptico ou mecanismos de premiação e hierarquias. Essa abordagem encontrou aproximações ao conceito de *osmose*, criado por Augusto Boal para se referir aos valores, ideias, normas, rituais produzidos e impostos aos cidadãos, nas várias esferas da vida (família, escola, trabalho, etc), através de formas de repressão ou sedução (2004: 31). Argumentou-se, pois, que a tarefa de descolonização das subjetividades deveria passar por uma análise profunda das formas de dominação exercidas ou refletidas através do corpo que possibilitassem a sua “re-programação” e libertação.

A *Máquina do Empreendedorismo* surgiu a partir de seis perguntas: onde estão as relações de poder? Quais as estratégias utilizadas para perpetuar esse poder? Quem beneficia ou tira vantagem? O que esconde esse conceito? Qual a raiz do problema? E onde estão as suas contradições? Respondendo a essas perguntas - através da performance teatral, mas também de uma *análise crítica do discurso* - concluímos que, como qualquer máquina ou sistema, o empreendedorismo comporta um conjunto de mecanismos combinados utilizando energia e trabalho para atingir um objetivo pré-determinado. Através da produção e difusão de uma série de narrativas de senso comum, o empreendedorismo tem vindo a disseminar-se como discurso dominante, aproveitando o panorama de crise e desemprego generalizado. Os objetivos deste discurso apontam para um processo de reestruturação da sociedade: legitimação dos processos de precarização e exploração laboral; individualização e fragmentação social; enfraquecimento das solidariedades coletivas; esboroamento dos espaços de lazer e cidadania. A energia e o trabalho que faz esta máquina funcionar e obter resultados parece residir, sobretudo, na forma de dominação e controlo social que o empreendedorismo estabelece, exigindo constantemente do indivíduo que seja melhor - mais eficaz, mais produtivo, que se adapte, que arrisque - centrando nele todas as expectativas e responsabilidades.

Mexam esse traseiro ao quadrado! assentou na experiência de construção de uma peça de teatro-fórum que sintetizava grande parte das reflexões construídas pelo grupo sobre os temas anteriores. O processo de criação da peça e o seu resultado final foi analisado detalhadamente. Mobilizou-se o guião da peça e três fóruns realizados, como meio de discutir a relação entre precariedade e ativismo: o modo como a ausência de dispositivos legais dificulta a reivindicação de direitos; a forma como o discurso da crise é utilizado como legitimação para a exploração laboral; a dificuldade de obter solidariedade entre colegas de trabalho; a ineficácia e burocracia das instituições de apoio ao desemprego ou a convivência destas na propagação do discurso do empreendedorismo, entre outras limitações e obstáculos. A partir de exemplos ficcionais e concretos, explorou-se a conceção de “precariedade como modo de dominação do tipo novo” (Bourdieu: 1998a), apontando um conjunto de estratégias que tem por objetivo a desmobilização cívica: o controlo dos ritmos e espaços dos trabalhadores; as diferenciações no vínculo de trabalho para uma mesma função; a instauração da concorrência pelo emprego e dentro da empresa; a ameaça e chantagem permanente da demissão.

Ao longo da investigação procurou-se apontar as contradições dos conceitos, discursos ou sistemas: a austeridade, embora continue a ser aplicada pelas instâncias europeias como solução para os países endividados, é refutada por muitos analistas, relatórios internacionais e pelas consequências na reestruturação da sociedade e na vida das pessoas; o *habitus* da crise e a forma de colonização que este utiliza para perpetuar o seu poder embora possua uma dimensão subjetiva tem reflexos bastante objetivos: numa situação de crise generalizada e de cortes nas proteções sociais, as carências materiais, o empobrecimento, a fome até, tornam-se uma perspetiva concreta na vida de muitos; a “máquina do empreendedorismo” é facilmente desmontada perante a impossibilidade estatística de um país viver apenas de empregos por conta própria ou pelas formas de economia alternativa que vão surgindo; a desmobilização política que a precariedade produz é contrariada com casos concretos de luta e resistência coletiva contra a chantagem e a exploração

laboral que tiveram lugar em Portugal nos últimos anos e pela própria experiência ativista relatada nesta investigação. A identificação das contradições de um sistema - talvez a maior aprendizagem destes quatro anos de investigação - é um dos aspetos fundamentais do Teatro do Oprimido e também o que mais o aproxima das suas raízes marxistas. A contradição reside no coração da dialética e está na base da ação revolucionária (Brohm, 1979: 136). É nos espaços de liberdade e resistência, que a contradição proporciona, que podemos intervir e ensaiar formas de luta.

Cidadania e experiências de aprendizagem na ação coletiva

As aprendizagens e os processos de conscientização desenvolvidos ao longo desta investigação e no decorrer da interação do grupo não se limitaram ao Teatro do Oprimido. Se assim fosse estaríamos a contradizer aquilo que frisámos em relação à *fetichização* da metodologia ou ao projeto do TO enquanto *práxis militante*, dentro e com as organizações coletivas. A atividade da associação Krizo expandiu-se para outras estratégias de ação e outras formas de mobilização: debates, encontros, ciclos de cinema, instalações artísticas, performances, vídeo-ativista, etc, articulando-se com coletivos, universidades, movimentos e mobilizações sociais.

Retomando alguns dos dilemas apontados na caracterização da associação e dos elementos que a compõe e também nos retratos sociológicos, no último capítulo desta tese quisemos aprofundar alguns dos condicionamentos do exercício da cidadania em tempos de crise. Analisando as dinâmicas da Krizo, levantámos algumas perguntas: como se gere o envolvimento ativista quando se vive em permanente instabilidade? Como se apela ao coletivo num período de individualismo competitivo? Como se constrói a esperança quando nos tentam dominar pelos fatalismos? Como se aprende a cidadania num tempo de crise?

A resposta a essas perguntas foi esboçada a partir de uma análise crítica das consequências da austeridade no campo educativo, em particular no contexto da educação de adultos e da educação não-formal. Retomando as experiências educativas do PREC, analisámos as mutações no contexto associativo: da “explosão

de autonomia” que se viveu no período pós 25 de Abril - em que a cidadania era vista enquanto experiência prática de libertação e resistência - à concepção de “cidadania anoréxica”, instrumental, domesticada, vista como um ato de consumo (Giroux, 2011). Partindo do exemplo da Krizo, argumentamos que era precisamente nos espaços associativos que se deveriam dar os processos de aprendizagens tendentes à interpretação e transformação crítica da crise.

Considerámos que o conceito de “aprendizagem na ação coletiva” assentava em três pressupostos: uma *concepção ampla de educação*, dando conta dos diferentes processos e espaços onde ela acontece; um *enfoque na participação, na experiência e na dimensão coletiva* da aprendizagem; e uma perspectiva de *educação crítica e emancipadora*, decorrente de uma crença no seu papel transformador. Da análise que fizemos das ações e do modo como nos organizamos enquanto associação, definimos quatro categorias de aprendizagens: *operacionais*, relacionadas com a concretização das práticas (p.ex. preencher formulários); *estratégicas*, referente às decisões e aos modos de organização (p.ex. escolher parcerias); *conviviais*, decorrentes das interações que se dão num coletivo (p.ex. conduzir uma reunião); e *político-ideológicas*, aprendizagens que se dão no plano das prioridades e dos valores (p.ex. conhecimento de leis). Referimos que essas aprendizagens podem ter um caráter individual ou coletivo, realizar-se num plano macro ou micro, interpenetrando-se mutuamente. Salientamos que algumas dessas aprendizagens eram particularmente importantes em contexto de crise política e social: aprender a reivindicar direitos, mesmo que nos digam que não estamos em tempo de o fazer; desenvolver uma consciência do coletivo, capaz de elaborar uma gramática comum e combater o individualismo; embrenharmo-nos numa práxis insistente e persistente; ou empenharmo-nos em criar alianças e em provocar dinâmicas de contágio noutros movimentos.

Frisando o papel do conflito nos processos de aprendizagem, ressaltamos algumas das contradições existentes na associação: a intermitência dos seus membros que, por um lado, favorece a abertura e, por outro, põe em causa a continuidade dos projetos, numa tensão entre *compromisso vs fluidez*; o difícil equilíbrio entre *trabalho*

vs militância que provoca discussões entre aquilo que deve ser remunerado ou não, agravadas pelo facto de todos terem dificuldades financeiras; a oposição entre *institucionalização vs informalidade*, que engloba muitas outras, organização e simplicidade, liberdade e necessidade de financiamento, planeamento e espontaneidade; a decisão de manter uma *identidade vs diversidade*, ou seja, a questão de saber até que ponto é possível definir um conjunto de valores e posições ideológicas e políticas sem, com isso, afastar possíveis membros; e, por fim, a *motivação vs esgotamento*, salientando-se as descontinuidades na energia e participação dos elementos da associação. A tensão entre *autonomia vs heteronomia* (Canário, 2007) foi realçada como fator englobante de grande parte dessas contradições: se, por um lado, é visível a autonomia da Krizo no modo como aborda os temas, como se posiciona ideologicamente, como intervém no espaço público, esta é colocada frequentemente em causa pela condição precária que atravessa o conjunto da associação, agindo como fator simultaneamente mobilizador e condicionador. Essa dupla dimensão da precariedade é um dos desafios mais interessantes a explorar no campo da militância e da ação coletiva. Por outro lado, face a diversas fórmulas emergentes de “educação para o capitalismo”, como a “educação para o empreendedorismo” e a “educação financeira, que entraram no universo escolar e da educação e do trabalho, importa reivindicar e expandir a esfera da cidadania nesses múltiplos contextos. A análise que fizemos confluuiu num ensaio do conceito de cidadania: uma “cidadania rebelde e inconformada” que se desenvolve como aprendizagem coletiva através da experiência e participação nos vários espaços e tempos de sociabilidade; uma cidadania assente numa crítica às relações de poder que ao contrário da adaptação, preconiza a transformação, que em vez da domesticação, prefere a liberdade.

Crítica Social e crítica estética

Em “O novo espírito do capitalismo” (Boltanksy & Chiappello, 1999), os autores sustentam que as fontes de indignação que historicamente têm alimentado a

crítica ao capitalismo têm-se mantido mais ou menos as mesmas ao longo dos dois últimos séculos. Elas são de quatro ordens: o capitalismo como fonte de desencantamento e de inautenticidade; como fonte de opressão; como fonte de miséria e de desigualdades; e como fonte de oportunismo e de egoísmo. A crítica estética assenta, sobretudo, nas duas primeiras fontes de indignação, chamando a atenção para a estandardização e a mercantilização generalizada, e a crítica social apoia-se mais nas outras duas. De um modo geral, a crítica tende a privilegiar uma daquelas fontes, desenvolvendo a argumentação em torno da mesma. Durante o Maio de 68, os movimentos de juventude reclamavam a liberdade e a autonomia, a espontaneidade, a autenticidade e a criatividade, coexistindo uma exigência de liberdade e autonomia (crítica estética) e uma exigência de segurança (crítica social), expressa com intensidade pelos movimentos operários no início da década de 1970, reclamando direitos econômicos e sociais. O novo capitalismo que se começou a formar desde então apoiou-se, em boa parte, na crítica estética, incorporando as denúncias anti hierárquicas e as aspirações à autonomia expressadas com força anteriormente, sobretudo nas manifestações de juventude. Assim, a partir dos anos 1980, o capitalismo beneficiou avidamente do enfraquecimento da crítica.

No decorrer desta tese observámos como a Krizo (em conjunto com outros coletivos) foi produzindo e divulgando as suas críticas. Nas ações que desenvolveu são veiculadas várias críticas ao capitalismo, desdobradas numa crítica às políticas da austeridade enquanto programa ideológico; crítica ao uso da crise económica como forma de chantagem e como pretexto para a destruição do Estado Social; crítica ao discurso do empreendedorismo como estandarte do individualismo e panaceia para todos os males; crítica à reestruturação do trabalho apresentada como inevitável; crítica à redução e empobrecimento do espaço público que estas transformações têm originado; crítica à divisão social da política que a uns dá possibilidade de intervir e a outros a “oportunidade” de seguir.

Neste sentido, o trabalho da Krizo parece denunciar o capitalismo a partir da *crítica social*, ou seja, como fonte de opressão e de desigualdades, focando sobretudo as questões materialistas (do trabalho e emprego), mas articula-se, enquanto

estratégia e também conteúdo, com a *crítica estética*: na forma de organização do grupo, no modo espontâneo de concretização das ações, na utilização da linguagem artística e pelo facto de focalizar em aspetos, remetidos para segundo plano na crítica social: os “sonhos” engolidos pelo monstro da crise; os casos pessoais de quem está com as “mãos atadas”; a substituição dos números da crise por corpos humanos; ou a evocação utópica de mundos e sociedades melhores. Esta denúncia e crítica ao capitalismo e às suas consequências - em particular no mundo do trabalho - não se faz sem contradições. A exigência simultânea de “garantias e autonomia” requerida pela juventude do Maio de 68 é bem visível hoje. Se, por um lado, uma das principais “fontes de indignação” do grupo (e da juventude no geral) é dirigida à precariedade, castradora de projetos de vida a curto e longo prazo; por outro, os “lugares efetivos” ocupados pela geração anterior são muitas vezes refutados por uma juventude que balança entre a liberdade e a segurança.

Esta conjugação das duas perspetivas da crítica ao capitalismo revelou-se uma forma possível de intervenção, expansão e dinamização do espaço público. Ao ser alargada para espaços académicos, esse movimento pode contribuir para aquilo que Burawoy designou como “sociologia pública orgânica”. Durante esta pesquisa, a ligação entre o campo académico e o mundo da vida foi sendo trabalhada laboriosamente: os processos e resultados de investigação tiveram lugar na universidade, mas também nas ruas, em espaços associativos; em debates, em congressos, mas também em oficinas, em sessões de teatro-fórum ou em exposições artísticas. Nenhum espaço foi reservado especificamente para determinada estratégia: o teatro foi à faculdade e o debate foi à praça pública.

Para Michael Apple, está na altura de investigadores/ativistas críticos assumirem uma posição relativamente à crise educativa, social e política que grassa o mundo, sendo que o “desenvolvimento de recursos teóricos críticos é mais bem feito quando está dialeticamente e intimamente ligado a movimentos e lutas reais”. Ao mesmo tempo que revela as formas de dominação e exploração, a pesquisa deve apontar as suas contradições e espaços de ação possível. É uma tarefa exigente, mas o investigador deve “mostrar que é possível misturar esses dois papéis de maneiras

que podem ser tensas, mas ainda incorporem os compromissos duplos com a pesquisa excecional e socialmente comprometida e com a participação em movimentos cujo objetivo seja interromper a dominação” (2013: 54–59)

Diálogo e revolução

Ao longo desta dissertação destacamos o conceito do diálogo - quer no campo do Teatro do Oprimido, quer na Pedagogia do Oprimido, como suporte (e também reflexo) de relações horizontais entre grupos e classes sociais e como antítese do monólogo opressor. Tal como as palavras participação, democracia ou cidadania, o conceito de diálogo tem sido adotado pacificamente pelo sistema neoliberal, ao contrário de conceitos como opressão, exploração ou revolução. Esta última até vai ocupando lugar no universo vocabular, ao lado das t-shirts do Che Guevara ou para anunciar uma nova “revolução tecnológica”. Não será por acaso que Miguel Gonçalves - um empreendedor citado constantemente na tese - se autointitula de “revolucionário idealista”. Numa passagem da Alice do Outro Lado do Espelho (Carrol, 2010), há um diálogo curioso sobre o poder das palavras e as palavras do poder:

“Quando uso uma palavra”, Humpty Dumpty explicou desdenhoso, “ela significa exatamente o que eu quero que signifique, nem mais nem menos”.

“Depende se a palavra quer dizer coisas diferentes”, Alice corrigiu.

“A questão é saber quem manda”, Humpty Dumpty retrucou categórico. “E isso é tudo”.

De facto, nos últimos anos temos vindo a perceber que há palavras que ocupam mais espaço do que outras. Porque se diz empreendedorismo em vez de cooperativismo? Porque se fala em excluído e não em oprimido? Porque se usa o termo colaborador em vez de trabalhador? Porque se alude às competências para a empregabilidade e não para o emprego? Porque se escolhem determinadas palavras? De onde é que elas emanam? O que têm em comum? Que objetivos escondem? Que estratégias pressupõe? Que relações de poder encerram? A que interesses servem?

Em que contexto é que elas se tornaram hegemônicas? Atentos à “difusão desta nova vulgata planetária”, Bourdieu e Wacquant salientam que os seus efeitos “são tanto mais poderosos e perniciosos” se tivermos em conta que “este imperialismo é sustentado não somente pelos partidários da revolução neoliberal”, mas também pelos “produtores de cultura” e “militantes de esquerda” que se assumem como progressistas (2000).

Para fechar esta tese, queremos reapropriarmos-nos de dois conceitos particularmente importantes na ação coletiva: diálogo e revolução. O primeiro tem vindo a tornar-se sinónimo de “mediação de conflitos”, de “resolução de problemas através de estratégias não-violentas”, de “método interativo e participativo” para se chegar ao consenso. Mesmo em coletivos autogeridos, no seio dos movimentos sociais, o elogio do consenso e da mediação sobrepõe-se à ideia de conflito, como se este devesse ser descartado dos processos de decisão e organização. No entender de Cho, essa procura incessante de “diálogo e consenso” está associada à “glorificação acrítica das experiências”, ao “hiper-individualismo”, à “incidência nas diferenças” que é reflexo da “consciência derrotista da sociedade pós-moderna ocidental, que não acredita em revoluções, nem em qualquer outra forma de alcançar mudanças” (2005: 160-162). Também Mac Laren denuncia a forma como a educação crítica se tornou “tão completamente psicologizada, tão liberalmente humanizada e tão conceptualmente pós-modernizada” (2007:115) que a torna incapaz de fazer parte de uma luta conjunta.

Na sequência das experiências partilhadas nesta investigação - nos processos de Teatro do Oprimido, mas também no amplo trabalho da associação - delineamos um reforço do conceito baseado em seis características. O diálogo que procuramos estabelecer nos processos de criação e aprendizagem, é *crítico*, porque parte de uma análise atenta e, muitas vezes divergente, daquilo que é apontado como real ou natural; é *consciente* e *comprometido* porque nasce de uma posição política no mundo e de um sentido de responsabilidade em relação ao nosso papel nele; é *criativo* porque explora as várias hipóteses e linguagens possíveis, não se reduzindo à palavra ou àquilo que é apresentado como mais razoável; é *coletivo*, no verdadeiro sentido da

palavra, porque se expande para além das quatro paredes na procura de um projeto contra-hegemónico; é *confitual* e *contraditório* porque assume o dissenso como fundamento para uma real democracia e igualdade.

O diálogo entendido desta forma dará novo fôlego à palavra revolução. Ainda que esta possa parecer “extravagante” no mundo contemporâneo (Soeiro, 2012), consideramos que ela não pode ser descartada do horizonte. Como Bensaid defende, talvez tenha chegado a hora de devolver às revoluções a sua pluralidade e livrá-las dessa maiúscula pesada”, preconizando uma “revolução permanente” como um “ato político e um processo social, acontecimento e história, rutura e continuidade” (2012: 141). Essa revolução permanente passará inevitavelmente pelo reinventar de espaços e experiências diferenciados e aglutinadores que permitam re-imaginar o político e reinventar e democratizar a democracia (Santos, 1998) sem, com isso, perder de vista uma transformação profunda dos sistemas. Nesse sentido, precisamos “mobilizar a imaginação” e desenvolver uma “linguagem de crítica e de esperança”, uma “linguagem de possibilidade” (Giroux, 2011). “A centralidade desta crise, sendo vivencial, é também estrutural; revela que o capitalismo só é compatível com formas muito pobres de democracia (...) A luta pelo aprofundamento da democracia é necessariamente uma luta anti-capitalista.” (Santos, 2012: 85) Em períodos de crise como os que hoje vivemos, mais do que nunca, “necessitamos de ferramentas críticas e radicais que nos permitam interpretar a realidade, para a poder transformar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Abreu, A. et al (2013). *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes*. Lisboa: Tinta da China.
- Afonso, A. J. (2001). Emancipação ou emancipações? A educação entre a crise das metanarrativas e a hipervalorização dos projectos individuais. In A. Teodoro (org), *Educar, promover, emancipar: os contributos de Paulo Freire e Rui Grácio para uma pedagogia emancipatória*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 223-243.
- Afonso, A. J. (2003). A sociologia da educação e os contextos e processos educativos não-escolares. *Educação & Linguagem*, n. 8, pp. 35-44.
- Afonso, A.J. & Ramos (2007) Estado-nação, educação e cidadanias em transição, *Revista Portuguesa de Educação*, 2007, 20(1), pp. 77-98.
- Agneli, Luca e Sergio di Vita (2014) *Quarto potere, quarta parete: esperienze e idee di teatro giornalistico*, Itália: Creative Commons Attribution- NonCommercial-NoDerivs 2.0, pp. 67-81
- Almada, I. (2004) *Teatro de Arena: uma estética de resistência*. São Paulo: Boitempo.
- Almeida, M. V. (1996) (org). *Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta Editora.
- Alves, N. et al (2011). *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Andrade, C. (2013). Teatro-Jornal” de Augusto Boal e a descoberta do Teatro do Oprimido, in *Anais do Simpósio da International Brecht Society*, vol.1, 1-14.
- Andrade, C. (2015). Teatro do Oprimido na Europa, Matsunaga, P.; Carvalho, S; e Boal, J. *Augusto Boal: atos de um percurso*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, pp. 102-110.
- Antentas, J.M. y Vivas, E. (2012). *Planeta indignado: ocupando el futuro*. Madrid: Sequitur.
- Apple, M. (2013). As tarefas do estudioso/ativista crítico em uma época de crise educacional. *Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ*, ano 17, vol. 1, 30-66.

- Arroyo, M. (2003) Pedagogias em movimento o que temos a aprender dos movimentos sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, 28–49.
- Azad, S. and Fuentes, E. (Eds). (2009/2010). Introduction: Activist scholarship: Possibilities and constraints of Participatory Action Research. *Social Justice Journal*, 36 (4), pp. 1–5.
- Nóvoa, A., Campos, B. P., Ponte, J. P. e Brederode Santos, M. E. (1991). *Ciências da Educação e Mudança*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Babbage, F. (2004). *Augusto Boal*. London/New York: Routledge.
- Barata, A. (2012). A mobilização reemergente do complexo identitário português, in A. Barata; A. Pereira e J. Carvalheiro (org) *Representações da portugalidade*. Lisboa: Caminho, pp. 93– 114.
- Barbosa, I. (2011). *Jovens e Teatro do Oprimido: (re)criando a cidadania, (re)construindo o futuro*. Dissertação de mestrado em Associativismo e Animação Sócio Cultural. Instituto de Educação, Universidade do Minho.
- Barbosa, I. (2013). Educação e cidadania crítica: uma experiência ativista com Teatro do Oprimido. In J.D. L.Pereira et al (coord), *Teatro do Oprimido: teorias, técnicas e metodologias para a intervenção social, cultural e educativa no século XXI*. Chaves: Intervenção.
- Barbosa, I. (2014) Troka o Salazar pela Troika: do 25 de Abril ao Monstro da Crise. In Luca Agnelli e Sergio di Vita, *Quarto potere, quarta parete: esperienze e idee di teatro giornalistico*, Itália: Questo libro è rilasciato con la licenza Creative Commons Attribution– NonCommercial–NoDerivs 2.0, 67–81
- Barbosa, I. e Ferreira, F. I. (2015). A máquina do empreendedorismo: Teatro do Oprimido e educação crítica em tempos de crise, *Investigar em Educação*, IIª Série, nº 3, pp. 63–78.
- Barbosa, I.; Rodrigues, A. e Mendes, T. (2015). Cidadania em tempos de crise: experiências de aprendizagem na ação coletiva e em contexto associativo, *Journal of Studies of Citizenship and Sustainability*, ed. Cive Morum (Center of Studies and Civic Intervention), n.1, pp. 1–20.

- Barreto, A. (2005). Mudança social em Portugal, 1960 - 2000. In A. Costa Pinto (Eds), *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote,
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 137-162.
- Bauman, Z. (2011). *Daños colaterales: desigualdades sociales en la era global*. Madrid: FCE.
- Baumgarten, B. (2013) Geração à Rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current sociology*, 61 (4), pp. 457-473.
- Beaud, S. & Weber, F. (2007). *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Becker, H. (1992). Cases, causes, conjunctures, stories and imagery, in C. C. Ragin e H. S. Becker (Ed.). *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 205-216.
- Benavente, A; Queiroz; S.; Anibal, G. (2015). Crise, austeridade e educação em Portugal (2011 - 2014), *Investigar em Educação*, IIª Série, n. 3, pp. 49-62.
- Bensaid, D. (2008). *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo.
- Bensaid, D. (2012). *La sonrisa del fantasma: cuando el descontento recorre el mundo*. Madrid: Sequitur.
- Berg, B. L. (2004). *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston: Pearson, pp. 178-188.
- Blyth, M. (2013). *Austeridade: história de uma ideia perigosa*. Quetzal Editores.
- Boal, A. (1975). An interview with Augusto Boal, Charles Driskell. *Latin American Theatre Review*, 9, 1, pp. 71-78.
- Boal, A. (1977a). Ao qu`isto chegou!, in *Ao qu`isto chegou: Feira Portuguesa de Opinião*, A Barraca. Lisboa: Editorial Estampa.
- Boal, A. (1977b). *Técnicas latino americanas de teatro popular (uma revolução copernicana ao contrário)*. Coimbra: Centelha.
- Boal, A. (1980). *Stop c`est magique*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boal, A. (1996). *Teatro legislativo: versão beta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Boal, A. (1997). *Paulo Freire, meu último pai*. Porto Alegre: Pátio - Revista Pedagógica.
- Boal, A. (2002a). *El arco iris del deseo: del teatro experimental a la terapia*. Barcelona: Alba Editorial.
- Boal, A. (2002b). *Games for actors and non-actors*. London: Routledge.
- Boal, A. (2004). *Cultura: Entrevista Augusto Boal*, por Rose Spina e Walnice Nogueira Galvão, revista Teoria e Debate, nº 56.
- Boal, A. (2005) *Legislative Theatre: using performance to make politics*. London and New York: Routledge.
- Boal, A. (2009a). *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Boal, A. (2009b). *Jogos para atores e não atores*. Rio de Janeiro: Civilização Editora.
- Boal, A. (2009c). *O teatro como arte marcial*. Rio de Janeiro: Editora Garamond
- Boal, A. (2010). *O teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Editora.
- Boal, A. (2014). *Hamlet e o filho do padeiro - memórias imaginadas*. São Paulo: Cosac Naify.
- Boal, A. (s/d). *Estética do oprimido: ensaio de Augusto Boal*. <http://www.4shared-china.com/web/preview/pdf/lwPTl6gGba>, acesso em 12-03-2015.
- Boal, A. e Guarnieri, G. (1965). *Vivemos um tempo de guerra*. Publicado em: <http://institutoaugustoboal.org/2012/07/03/vivemos-um-tempo-de-guerra-por-augusto-boal-e-g-guarnieri/>, acesso em 24-08-2013.
- Boal, C. (2010). A vida com Boal. Entrevista por Bárbara Santos. Rio de Janeiro: *Revista Metaxis*, pp. 13-17.
- Boal, C. (2011). Memória em jogo. Entrevista na Revista Brasileiros, disponível em: <http://brasileiros.com.br/2011/09/memoria-em-jogo/>, acesso em 12-11-2014.
- Boal, J. (2000). *As imagens de um teatro popular*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Boal, J. (2012) *Notas para uma definição de opressão*. Disponível em: <http://institutoaugustoboal.org/2012/03/20/opressao-artigo-de-julian-boal/>, acesso em 10-05-2014.

- Boal, J. (2013). O Teatro do Oprimido nos dias de hoje, entre ‘ensaio da revolução’ e adestramento interativo das vítimas. Escola de Serviço Social-UFRJ (policopiado).
- Boal, J. (2014). Por una historia política del Teatro del Oprimido. *Literatura: teoría, historia, crítica*. Vol. 16, nº 1, pp. 41-79.
- Bôas, R. V. (2013) MST conta Boal: do diálogo das Ligas Camponesas com o Teatro de Arena à parceria do Centro do Teatro do Oprimido com o MST. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 57, pp. 277-298.
- Bôas, R. V. (2015). Teatro do Oprimido: da relação com a estratégia política aos riscos da mercantilização. Disponível em <http://institutoaugustoboal.org/2015/02/28/teatro-do-oprimido-da-relacao-com-a-estrategia-politica-aos-riscos-da-mercantilizacao/>, acesso em 17-12-2015.
- Bogad, L.M. (2006). Tactical carnival: Social movements, demonstrations, and dialogical performance, in J. Cohen-Cruz e M. Schutzman, *A Boal Companion: dialogues on theatre and cultural politics*. New York/London: Routledge, 46-58.
- Boltanski, L. e Chiapello, E. (2009, ed. orig. 1999). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- Boog, B. (2003). The emancipatory character of action research, in history and the present state of the art. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, nº 13, pp. 426-438.
- Borda, O. F. (1978). Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla, Simposio Mundial de Cartagena, *Crítica y política en ciencias sociales*, Bogotá, Punta de Lanza-Universidad de Los Andes, Vol. I, pp. 209-249.
- Botero, P. (2012). Investigación y acción colectiva: una experiencia de investigación militante, *Utopía y Praxis Latino Americana*, ano 17, 57, 31-47.
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2000). La nouvelle vulgate planétaire. *Le Monde diplomatique*. <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/05/BOURDIEU/2269>
- Bourdieu, P. (1982). Ce que veu dire parler. Entrevista realizada por Didier Eribon, disponível em: <http://sociologiac.net/2008/01/17/entrevista-pierre-bourdieu-que-significa-hablar/>, acesso em 25-02-2013.
- Bourdieu, P. (1984). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.

- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P. (1998a). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P. (1998b). *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Braga da Cruz, M. (1995). Nacionalismo e autoritarismo no Estado Novo, Comunicação *XII Encontro de Professores de História da Zona Centro*, Coimbra, pp. 15–22.
- Braga, R. & Santana, M. A. (2009). Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, pp. 223–232.
- Braga, R. (2011). O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social. *Utopía y Praxis*, Latinoamericana, vol. 16, nº 52, pp. 55–80.
- Braga, R. (2015). *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda.
- Brandão, C. R. (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1985). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (2003). Entre Paulo e Boaventura: algumas aproximações entre o saber e a pesquisa, Rio de Janeiro: *Proposta*, v. 31, n.113.
- Brandão, C.R. & Borges, M. (2007). A pesquisa participante: um momento de educação popular. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 6, pp. 51–62.
- Brecht, B. (1976). *Poemas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Brecht, B. (1978). *A mãe*. Lisboa: Edições Ática.
- Breton, P. (1999). *A Manipulação da Palavra*. São Paulo: Edições Loyola.
- Brohm, J.M. (1979). *O que é a dialética?* Lisboa: Edições Andídotó.
- Brown, L. & Strega, S. (2005). *Research As Resistance: Critical, Indigenous, and Anti-Oppressive Approaches*. Canadian Scholars' Press/Women's Press.
- Brydon-Miller, M. (2001). Education, research and action: theory and methods of participatory action research. In D. Tolman e M. Brydon-Miller (eds.), *From subjects*

to subjectivities: a handbook of interpretive and participatory methods. New York: New York University Press.

Brydon-Miller, M. et al. (2003). Why action research? *Action Research*, vol.1 (1), 9-28.

Burawoy, M. (2006). Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais*, nº 25, pp. 9-50.

Calhoun, C. (2008). Foreword, in Charles Hale, *Engaging Contradictions: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship*, University of California Press.

Camargo, J. (2014). Não à Troika em Portugal: movimentos e resistências. *Ágora*: vol. 1, nº2, 2014, 135-154, doi: <http://dx.doi.org/10.6035/Kult-ur.2014.1.2.7>, acesso em 18-05-2015.

Campo, A. e Marques, M. (2012). Portugal: “precaros nos quieren, rebeldes seremos” in Fernandez et al, *Ocupemos el mundo!* Barcelona: Icaria, 177-189

Canário, R. (1999). *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.

Canário, R. (2006a) A educação e o movimento popular do 25 de Abril, *Trabalho & Educação*, vol. 15, nº 2, pp. 15-30.

Canário, R. (2006b). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In L. Licínio; J. A. Pacheco; M. Esteves e R. Canário (orgs), *A educação em Portugal (1986-2006) Alguns contributos de investigação*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Canário, R. (2007). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In R. Canário (org). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação, pp. 11-35.

Canário, R. (2008). Da escola: das “promessas” às “incertezas”. *Educação Unisinos*, 12 (2), pp. 73-81.

Canda, C. (2010). Teatro do Oprimido e formação de professores: reflexões sobre emancipação humana e social. In *Actas do VI Congresso de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas*, 10 - 12 de Maio, UNIRIO - Rio de Janeiro.

- Cardina, M. (2012). "Desportugalizar Portugal", Aavv, *Reinventar Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 207-214.
- Carmo, A. (2014). *Cidade & Cidadania (através da arte): O Teatro do oprimido na Região Metropolitana de Lisboa*. Doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa.
- Carr, W. & Kemmis, S. (1986). *Becoming critical: knowing through action research*. Londres: Falmer Press.
- Carrol, L. (2010) *Alice do outro lado do espelho*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Carvalho, A. e Nunes, J. A. (2014). Intervenção e participação pública em ciência e tecnologia: o caso das nanotecnologias. *Revista Estudos de Sociologia*, vol. 9, nº 37, 431-449
- Carvalho, S. (2012). Augusto Boal, in *Pompeia conta Boal*. São Paulo: SESC Pompeia.
- Carvalho, S. (2015). Laboratório de práxis, in P. Matsunaga; S. Carvalho e J. Boal, *Augusto Boal: atos de um percurso*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.
- Casa-Nova, M. J., Benavente, A., Diogo, F., Estevão, C. e Lopes, J. T. (Org.) (2012). *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*. V.N. Famalicão: Húmus.
- Castel, R. (2003). *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope. Social movements in the internet Era*. Cambridge: Polity Press.
- Castro-Pozo, T. (2005). Teatro do Oprimido: a encruzilhada do corpo e a trilha do auto-conhecimento. Ghrebh - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e da Cultura, nº 7.
- Chagas, P. (2015). Laboratórios do Teatro Arena, in P. Matsunaga; S. Carvalho e J. Boal, *Augusto Boal: atos de um percurso*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.
- Chauí, M. (2006) Democracia e transparência. 2006. Disponível em:

<http://www.pauloteixeira13.com.br/boletins/boletim37_leitura.htm>. Acesso em: 25-03-2009.

Chaves, R. e Parente, C. (2011). O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da Junior Achievement - Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, pp. 65-84.

Cho, S. (2005). Em torno da linguagem do possível; revisitando a pedagogia crítica, in João Paraskeva, Cesar Rossatto, Ricky Allen (org), *Reinventar a pedagogia crítica*, Mangualde: Edições Pedagogo, pp. 153-173

Chomsky, N. (2001) Por que o Fórum Social Mundial. Biblioteca das Alternativas, disponível em:

http://www.galizacig.gal/actualidade/200012/fsm_por_que_o_forum_social_mundial.htm, acesso em 24-07-2012.

Chomsky, N. (2012). *Occupy*. Brooklyn: Zucotti Park Press

Coelho, S. (2012). A organização e os seus agentes: análise das trajectórias biográficas de voluntários de Comércio Justo, in J. T. Lopes (2012a), Registos do actor plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa (org). Porto: Edições Afrontamento, 91-116

Cook, T. (2009). The purpose of mess in action research: building rigour though a messy turn. *Educational Action Research*. Vol. 17, nº 2, pp. 277-291.

Correia, J. A. (1996). Formação e trabalho: Contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. in A. Estrela, R. Canário e J. Ferreira (Ed.). *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*. Lisboa: AFIRSE, pp. 3-30.

Correia, J. A. (1998). *Para uma Teoria Crítica em Educação*. Porto: Porto Editora.

Correia, J. A. (1999). As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. *Revista Portuguesa de Educação*, 12 (1), 81-110.

Correia, J.A. (2005). Contributos para a construção de “narrativas educativas” de esquerda, *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, pp. 407-426.

Costa, A. (2010). *Convergências, Divergências e Silêncios: O discurso*

contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas júnior e na mídia de negócio. Tese de doutoramento. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro.

Costa, Al. (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), pp. 179–197.

Costa, H.; Dias, H. e Soeiro, J. (2014). As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 173–202.

Cunha, L. (2012). “Uma história nos *mídia*: narrativas sobre a crise dos sistemas financeiros”, in Adami, Antonio & Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.), *Lusofonia e Interculturalidade. Actas do IX Lusocom*, formato *e-book*, São Paulo, Intercom, pp. 1132–1146.

Cunha, L. (2013). A crise, o sistema, os discursos: persistência e mudança entre palavras e práticas, UID ANT/0438/2013 (original não publicado).

Darcy O., e Darcy, M. (1981). Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In Brandão, Carlos Rodrigues (Org) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

Darder, A.; Baltodano, M. e Torres, R. (2008). Critical pedagogy: an introduction. In A. Darder et al (Ed) *The Critical Pedagogy Reader*, New York and London: Routledge, pp. 1–21.

Deleuze, G. (1992). *Conversações: 1972–1990*. São Paulo: Editora 34.

Delgado, M. (2013). Artivismo y pospolítica. Sobre la estetización de las luchas sociales en contextos urbanos. *Quaderns-e*, nº 18 (2), pp. 68–80.

Della Porta, D. y Mattoni, A. (2014). *Spreading protest: social movements in times of crisis*. UK: ECPR Press.

Dewey, John (2005, ed. orig. 1916). *Democracia e Educação*. Lisboa: Didáctica.

DGIDC (2006). *Guia de Educação para o Empreendedorismo*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação.

- DGIDC (2007). *Guia: Promoção do Empreendedorismo na Escola*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação.
- Dohms, L. e Cossio, R. (2012). *O teatro como forma de comunicação de resistência: a questão agrária*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Dort, B. (1995). *Le Spectateur en Dialogue*, Paris, P.O.L. éditeur.
- Dubet, F. (1994). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Elliot, J.(1991). *Action research for educational change*. Open University Press: Milton Keynes.
- English, L. e Mayo, P. (2012). Adult education and social movements: perspectives from Freire and beyond. *Educazione democratica*, ano II, n. 3, pp. 170–208.
- Estanque, E. (2012). Precariedade, sindicalismo e ação, *Configurações* [Online], 9, <http://configuracoes.revues.org/1133>
- Estanque, E., Costa, Hermes A. e Soeiro, J. (2013). The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), pp. 31–40.
- Fals Borda, O. & Rahman, M.A. (Eds) (1991). *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action research*. New York: Intermediate Technology Publications/Apex.
- Fernandes, L. (2013). O que faz falta é sermos empreendedores? In N. Serra, M. Cardina e J. Soeiro (coord.), *Não Acredite em Tudo o que Pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 109–121.
- Ferreira, A. C. (2012). *Sociedade de Austeridade e direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Ferreira, F. (2010). *O Teatro do Oprimido como instrumento para a educação ambiental*. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Estadual da Paraíba.
- Ferreira, F. I. (2003). *O Estudo do Local em Educação. Dinâmicas Socioeducativas em Paredes de Coura*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.
- Ferreira, F. I. (2010). Associativismo cidadão e espaço público democrático, *VeZ e Voz*, Nº 8, II Série, Ano XVIII, pp. 49–54.

- Ferreira, F. I. (2011). A animação sociocultural, associativismo e educação. In: J. D. L. Pereira e M. S. Lopes (orgs), *As fronteiras da animação sociocultural*. Chaves: Intervenção, pp. 123 - 145.
- Ferreira, F. I. (2012) A ideologia da adaptação: tensões entre educação e trabalho no contexto da Aprendizagem ao Longo da Vida. In C. A. V. Estêvão (org.), *Políticas de Formação, Ética e Profissionalidade*. Curitiba: Editora CRV, pp. 145–166.
- Ferreira, F.I. (2005). *O Local em Educação: animação e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, S. (2014). *Teatro e Igualdade de Género: uma intervenção social e artística*. Mestrado em teatro – Especialização em teatro e comunidade. Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Teatro e Cinema.
- Fine, M. (2012). An epilogue, of sorts, in J. Cammarota e M. Fine, *Revolutionizing education: youth participatory action research in motion*. New York and London: Routledge.
- Foley, G. (1999). *Learning in social action: a contribution to understanding informal education*. London/New York: Zed Books.
- Foley, G. (2004) (ed). *Dimensions on adult learning: adult education and training in a global era*. Berkshire: Open University Press.
- Fominaya, C. y Cox, L. (2013). *Understanding european movements: new social movements, global justice struggles, anti-austerity protest*. New York: Routledge.
- Fonseca, D. (2011). Precariedade laboral e a emergência de novos actores sociolaborais: os movimentos de trabalhadores precários em Portugal. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade Federal da Baía.
- Fonseca, D. (2012). A mobilização de 12 de março em Portugal: movimento social ou “explosão”? Atores, processos e consequências. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, pp. 113–131.
- Fórum Estudante (2014). Guia do 1º Emprego. *Revista Fórum Estudante*, edição especial, Ano V.
- Foucault, M. (1982). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.

- Foucault, M. (1988). El sujeto y el poder, *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 50, n. 3, pp. 3–20.
- Franco, M. (2005). Pedagogia da Pesquisa–Ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, pp. 483–502
- Freeman, J. (1972). The tyranny of the structurelessness. *Berkeley Journal of Sociology*, 17, pp. 151–165.
- Freire, P. e Faundez, A. (1985), *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio e Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. & Nogueira, A. (1989). *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1974). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1975). *Educação política e conscientização*. Cadernos Livres, nº 6, Lisboa: Sá da Costa.
- Freire, P. (1979a). *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1979b). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1981). Criando métodos de pesquisa alternativa. In C. R. Brandão, (Org), *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2007/1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.
- Freire, P.; Gadotti, M.; Guimarães, S. (1995). *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez.

- Frigoto, G. (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In R. Novaes e P. Vanucchi (org.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Gadotti, M. (1995). *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez Editora.
- Gadotti, M. (2003). *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez.
- Gadotti, M. (2008). *Universidade popular dos movimentos sociais: breve história de um sonho possível*. Disponível em http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras_upms/Gadotti.pdf, acesso em 11-12-2013.
- Gadotti, M.; Freire, P. e Guimarães, S. (1995). *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez.
- Ganguly, S. (2010). Aprendendo com as pessoas. *Revista Metaxis*, 18-22.
- Garcia, M. (2015). Da resistência à desobediência, das ruas à justiça: a I Feira Paulista de Opinião. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis.
- Gavi, P., Sartre, J.P. e Victor, P. (1975) *Porquê a revolta?* Lisboa: Livraria Sá e Costa.
- Gazzinelli, M. et al (2012). Teatro na educação de crianças e adolescentes participantes de ensaio clínico. *Rev. Saúde Pública*, vol.46, n.6.
- Geertz, C. (1973/1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- George, D. (1995). Theatre of the Oppressed and Teatro de Arena: In and Out of Context. *Latin American Theatre Review*, pp. 39-54.
- Gil, J. (2005). *Portugal, hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Giroux, H. (2011). *On critical pedagogy*. New York: Continuum.
- Góes, J. (2009). Primeiras palavras: não só leia, interprete. *Revista Paulo Freire - Revista de Formação Político - Pedagógica do SINTESE*, nº 3, Sergipe.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade, *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, 47, pp. 333-513.
- Gohn, M. G. (2014). Educação não-formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em Educação*, 11ª Série, n. 1, 35-50.

- Gomes, A. (2005). Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. *EccoS-Revista Científica*, São Paulo, v. 7, nº 2, pp. 275–290.
- Gomes, I.; Amorim, J.; Correia, J. A. e Menezes, I. (2015). The Portuguese literacy campaigns after the Carnation Revolution (1974–1977), *Journal of Social Science Education*, vol. 14, nº 2.
- Gondim, S. (2003) Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paideia*, 12 (24), pp. 149–161.
- Grosjean, B. (2013). *Du Théâtre interactif pour (dé)jouer le réel*, Paris, Lansman Editeur.
- Hale, C. (2008). *Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. University of California Press.
- Hall, B. e Turray, T. (2006). A review of the state of the field of adult learning: social movement learning. Canadian Council of Learning.
- Hessel, S. (2011). *Indignai-vos!* Lisboa: Editora Objectiva.
- Holst, J. D. (2002). *Social movements, civil society and radical education*. USA: Bergin & Garvey.
- Idañez, M. (2011). Fuentes visuales e investigación visual aplicada a la animación sociocultural (policopiado).
- Illich, I. (1985). *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes.
- INCM (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- INE (2014). *25 de Abril: 40 anos de estatísticas*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas.
- Ion, J. (1997). *La Fin des Militants?.* Paris: Les Éditions de l'Atelier.
- Ion, J. (2012). *S'engager dans une société d'individus*. Paris: Armand Colin.
- Jackson, A. (2002). Translator's introduction to the first edition, in A. Boal, *Games for actors and non-actors*. London & New York: Routledge
- Jasper, J. (1998). The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and

- around Social Movements, *Sociological Forum*, Vol. 13, No. 3. pp. 397-424.
- Jasper, J. (2011). Emotions and social movements: twenty years of theory and research. *Annual Review of Sociology*, 37:14.1-14.19.
- Jesus, C. (2014). O teatro do oprimido no ensino do teatro: Desconstruindo o sexismo linguístico com adolescentes. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia.
- Juris, J. (2007). Practicing Militant Ethnography with the Movement for Global Resistance in Barcelona, in S. Shukaitis e D. Graeber, *Constituent Imagination: Militant Investigations // Collective Theorization*, Oakland: AK Press, pp. 164-178.
- Juris, J. (2014). Embodying protest: culture and performance within social movements, in B. Baumgarten, P. Daphi, P. Ullrich (Ed), *Conceptualizing culture in social movement*. London: Palgrave MacMillan, pp. 227-247
- Kehl, M. (2012) O que aprendi com Augusto Boal, in *Pompeia conta Boal*. São Paulo: SESC Pompeia.
- Kellner, D. & Share, J. (2008) Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. *Educ. Soc. Campinas*, vol. 29, n. 104, pp. 687-715.
- Kenny, K. e Striver, S. (2012) *Dangerously empty? Hegemony and the construction of the Irish entrepreneur*. Disponível: <http://hdl.handle.net/10379/2692>.
- Kilgore, D. (1999). Understanding learning in social movements: a theory of collective learning. *International Journal of Lifelong education*, vol. 18, nº3, pp. 191-202.
- Kitzinger, J. (1995). Introducing focus groups, *BMJ*, vol 311, pp. 299-302.
- Klein, M. (1999). De un teatro social en Francia, *Revista Educación Social*, Barcelona, nº13, pp. 15-23.
- Komulainen, K. (2011). Internal entrepreneurship - a Trojan horse of the neoliberal governance of education? Finnish pre- and in-service teacher`implementation of and resistance towards entrepreneurship education. *Journal for Critical Education Policy Studies*, 9 (1), pp. 341-374.
- Krueger, R. & Casey, M. (2001). *Designing and Conducting Focus Group Interviews*,

in *Social Analysis Selected Tools and Techniques*, de Richard Krueger et al, Social Development Papers, 36, pp. 4–23.

Kurlanksy, M. (2004). 1968, o ano que abalou o mundo. Rio de Janeiro: José Olímpio.

Lahire, B. (2002). *Portraits sociologiques: dispositions et variations*

Lahire, B. (2013). O singular plural. (Artigo traduzido para português, incluindo no livro *Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations individuelles*. Paris: La Découverte.

Lawrence, L. (1997). Las teorías dramáticas de Augusto Boal. Cuadernos de Postgrado. Facultad de Humanidades y Educacion - UCV.

Leal, D. (2010). Narrativas de participação: estudo foucaultiano sobre a Poética do Teatro do Oprimido nas plenárias de Orçamento Participativo em Santo André. Tese de doutoramento em Economia, Universidade de São Paulo.

Ledwith, M. (2007). On being critical: uniting theory and practice through emancipatory action research. *Educational Action Research*, vol. 15, nº 4, pp. 597–611.

Lessard-Hénert, M., Goyette, G e Boutin, G. (2008). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lima, E. (2014). *Coisas de jornal no teatro*. São Paulo: Outras Expressões.

Lima, E. (2015). Teatro político em tempos de repressão, in P. Matsunaga; S. Carvalho e J. Boal, *Augusto Boal: atos de um percurso*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, pp. 70–85.

Lima, L. (2006). Introdução, in L. Lima (org), *Educação não-escolar de adultos: iniciativas de educação e formação em contexto associativo*. Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos.

Lima, L. (2010). Investigação e investigadores em educação: anotações críticas, *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, 12, pp. 59–68.

Lima, L. (2012a). *Aprender para Ganhar, Conhecer para Competir: Sobre a subordinação da educação na “sociedade de aprendizagem*. São Paulo: Cortez Editora.

Lima, L. (2012b). Educacion permanente em tiempos de crisis: volviendo a Freire,

- Gelpi e Illich. In Guadas, Pep Aparicio (Ed), *Educacion permanente, vida recibida y cambio de civilizacion*. Valencia: Edicions del Crec, pp. 41– 62.
- Lima, L. C. (2000). Administração escolar em Portugal: da revolução, da reforma e das decisões políticas pós-reformistas. *in* A. Catani e R. P. Oliveira (Org.). *Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 41–76.
- Lima, L.; Afonso, A. J. (2006). Políticas públicas, novos contextos e actores em educação de adultos. In: Lima, L. (org), *Educação não-escolar de adultos: iniciativas de educação e formação em contexto associativo*. Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos, pp. 205–229.
- Lima, M. e Artiles, A. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 137–172.
- Loff, M. (2014). Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal. *Culture & History Digital Journal*, 3(2).
- Lopes, J. T. (2012a) *Registos do actor plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lopes, J. T. (2012b). Subjetividade plural no mundo contemporâneo. *Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v.13, n. 1, pp. 81–88.
- Lopes, J. T. (2014). *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Lopes, M. C. (2015). A crise da educação como bem social - a propósito do caso português, *Investigar em Educação*, II^a Série, n. 3, pp. 33–48.
- Lopez, M. e Fernandez (2012). Autonomous activist-research, The case of the squatters' movement in Madrid. *Revista Internacional de Sociología (RIS)* Vol. 70, extra 2, pp. 165–184.
- Lourenço, E. (1976). *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: D. Quixote.
- Lowy, M. (1997). Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, São Paulo, n. 3, pp. 21–30.

- Lucena, M. (2002). Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu. *Análise social*, vol. XXXVII (162), pp. 7– 46.
- Lyotard, J.-F. (1979). *La Condition Postmoderne*. Paris: Minuit.
- Madeira, C. (2013). Cycles of performativities, in *Social movements and their artistic manifestations*. Texto apresentado no workshop “Protestos e movimentos sociais contemporâneos em Portugal”, 20–21 Fevereiro, CIES, ISCTE.
- Magalhães, S. e Cerqueira, C. (2015). Our place in history: young feminists at the margins. *Feminism & Psychology*, vol. 15, pp. 39–44.
- Marques, J. (2005). A educação em meio rural como paleta de possibilidades para o desenvolvimento local: contributos da escola do 1.º ciclo do ensino básico e do jardim de infância. Tese de doutoramento, Universidade do Minho.
- Martins, V. (2012). *Minoria do ghetto: o teatro do oprimido no Bairro Horta da Areia*. Dissertação de mestrado em Educação Social. Universidade do Algarve.
- Matsunaga, P. (2012). Boal continua lavrando o mar, in *Pompeia conta Boal*. São Paulo: SESC Pompeia.
- Mayo, P. (1999). *Gramsci, Freire and adult education: possibilities for transformative action*. New York: Zed Books.
- Mc Laren, P. (2007). *Pedagogia Crítica contra o Império*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Medeiros, C. (2011). Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Revista Movimento*, nº1, pp. 281–300.
- Melo, A. e Benavente, A. (1978). *Educação popular em Portugal 1974–1976*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Menendez, F. (2007). Salazar ou a conquista discursiva do poder. *Veredas, Revista de Estudos Linguísticos*, n. 13, pp.129–136.
- Merton, R.K. e Kendall, P.L. (1946) ‘The Focused Interview’, *American Journal of Sociology*, n. 51, pp. 541–557.
- Monteiro, S. (2011). Austeritarismo, mutação do pensamento único, in J. Reis e J. Rodrigues (org), *Portugal e a Europa em crise: para acabar com a economia da austeridade*. *Le monde diplomatique/Actual*, pp. 195–200.

- Moreira, N. (2015). Porquê mais um livro de empreendedorismo? Porque sim! Braga: Betweien - Challenge and sucess.
- Moreira, V. (1992). A edificação do novo sistema institucional democrático, in A. Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, (1974–1992), Lisboa, Publicações Alfa, pp. 85–112.
- Morgan D.L. (1997). *Focus groups as qualitative research*. London: Sage.
- Mourão, R. (2013). *Representações de contra-poder: performances artivistas no espaço público português*. Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, ISCTE.
- Muslera, E. (2012). Las metodologias participativas desde la perspectiva sociopráxica, *Encrucijadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales*, n. 4, pp. 115–132
- Nicolas-Le Strat, P. (1996). *L'Implication. Une Nouvelle base de l'Intervention Social*. Paris: L'Harmattan.
- Novaes, R. e Vital, C. (2005). A juventude de hoje: (re)invenções da participação social”, in Thompson et al (org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro*, São Paulo: Editora Petrópolis, pp. 107–147.
- Nóvoa, A. (1991). As Ciências da Educação e os processos de mudança, in A. Nóvoa, B. Campos, J. P. Ponte e M. E. Brederode Santos. *Ciências da Educação e Mudança*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Nóvoa, A. (2013) Entrevista. *Revista do Jornal Expresso*, 31 de Agosto.
- Nóvoa, A. (2015). Carta a um jovem investigador em Educação. Investigar em Educação – II^a Série, n. 3, pp. 13–22.
- Nunes, N. (2013). *Desigualdades sociais e prática de ação coletiva na Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Nunes, S. (2004). Boal e Bene: contaminações para um teatro menor. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- O'Sullivan, Carmem (2001). *Searching for the Marxist in Boal*, Basingstoke, Research in Drama Education, v.6 n.1, pp. 85–97.
- OCA (2013). *Anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas*. Coimbra/Lisboa: Observatório sobre crises e alternativas.

- OIT (2011). Global Employment trends for youth update. [Consult. a 29.01.2012]. Disponível em: www.ilo.org.
- Oliveira, É. (2013). Gênero, violência contra a mulher e teatro do(a) oprimido(a): construindo novas possibilidades de pesquisa e intervenção social. Tese de doutoramento em Psicologia, Universidade Estadual Paulista.
- Ozanne, J. & Saatcioglu, B. (2008) Participatory action research. *Journal of Consumer Research*, vol. 35(3), pp. 423-439.
- Pais, J. M. (1990). Lazeres e sociabilidades juvenis: um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, vol. XXV (108-109), pp. 591-644.
- Pais, J. M. (2003). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Pais, J. M. (2006). Buscas de si: expressividades e identidades juvenis, in J. M. Pais, M. Almeida e F. Eugénio (org), *Culturas Jovens: novos mapas de afeto*, pp. 7-21.
- Pais, J. M. (2008). Máscaras, jovens e escolas do diabo, *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, nº 37, pp. 7-21.
- Pais, J. M. (2012) A esperança em gerações de futuro sombrio. *Estudos avançados*, 26 (75), pp. 267-280.
- Pais, J. M. (2014). De uma geração rasca a uma geração à rasca: jovens em contexto de crise. In P. Carrano e O. Fávero (eds.), *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, pp. 71-95.
- Palhares, J. A. (2009). Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(2), pp. 53-84.
- Pampols, C.F. et al (2014). Del altermundialismo a la indignación: cronotopos del activismo político juvenil en Barcelona. *Nueva Sociedad*, n. 251, pp. 87-99.
- Passos, I. (2008) (org). Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- Pedroso, R. (2006). *Teatro do Oprimido: em busca de uma prática dialógica*. Tese de mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Pereira, R. (2011). Pensamento dominante e pensamento dominado: algumas notas em torno da ideologia ilusiva, in E. Macedo (coord), *Porque uma educação outra é possível: contributos para uma praxis transformadora*, Porto: Instituto Paulo Freire, pp. 33– 51
- Pereira, R. (2014). Educação em Portugal (1974–2014) Tempos, ideias e combates, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 43, pp. 11–24.
- Perry, A. (2012). A silent revolution: ‘Image Theatre’ as a system of decolonisation, *Research in Drama Education: The Journal of Applied Theatre and Performance*, 17:1, pp. 103–119.
- Pintassilgo, J. (2014). A Educação em tempos de Revolução (nos 40 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal). *Espacio, Tiempo y Educación*, 1(2), pp. 13–19.
- Prado, M. e Costa, F. (2011) Estratégias de articulação e estratégias de aliança: possibilidades para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 26, nº 3, pp. 685–716.
- Ramonet, I. (2002). Pensamiento único y nuevos amos del mundo, in N. Chomsky e I. Ramonet, *Como nos vendem la moto: información, poder y concentración de médios*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Ranciére, J. (1996). O dissenso, in Adauto Novaes (org) *A Crise da Razão*, São Paulo: Companhia das Letras, pp. 367–382.
- Ranciére, J. (2010). *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Reis, A. (1992). Introdução, in A. Reis (dir), *Portugal Contemporâneo (1974–1992)*, Vol. 6, Publ. Alfa, pp. 7–8.
- Reis, J. e Rodrigues, J. (org) (2011). *Portugal e a Europa em crise: para acabar com a economia da austeridade*. Le monde diplomatique/Actual.
- Ribeiro, N.; Neves, T. e Menezes, I. (2014). Educação para a cidadania em Portugal: contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português. *Currículo sem Fronteiras*, v. 14, n. 3.
- Ribeiro, P. (2011) Teoria e prática no Seminário de Dramaturgia do Teatro de Arena. Revista “Aspas”, nº 1, Anais do Primeiro Seminário de Pesquisas em Andamento do

- Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de S. Paulo, pp. 140–149.
- Rosas, F. (1994). Propaganda nacional e política do espírito, in *História de Portugal*, (dir. José Mattoso), vol. VII. Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 291–293.
- Rosas, F. (2012). *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Rosas, F. (2013). No tempo de Salazar é que era bom? In J. Soeiro, M. Cardina e N. Serra (coord.) *Não Acredite em Tudo o que Pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Rosas, F. (2014). Ser e não ser: notas sobre a revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário. *Vírus - Revista Política e de Ideias*, n. 6, pp. 4–12.
- Salazar, O. (1946). *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 130–135.
- Santos, B. (2008). O Curinga e a Arte de Curingar. In *Metaxis: A Fábrica de Teatro Popular do Nordeste*. Número 5.
- Santos, B. (2009) A árvore do Teatro do Oprimido, *Revista Paulo Freire - Revista de Formação Político-Pedagógica do Síntese*, nº 3, Sergipe.
- Santos, B. S. (1994). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*.
- Santos, B. S. (1998). *Reinventar a Democracia*. Fundação Mário Soares/Gradiva.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2004). O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução, *Revista del Observatorio Social de America Latina*. Ano V, n. 15, pp. 77–90.
- Santos, B. S. (2005). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, pp. 7–44
- Santos, B. S. (2009). Para uma pedagogia do conflito, in A. L. Freitas e S. Moraes (Orgs), *Contra o desperdício da experiência: a pedagogia do conflito revisitada*. Porto Alegre: Redes Editora, pp. 15–40.
- Santos, B.S (2012). *Portugal, Ensaio contra a auto-flagelação*. Coimbra: Almedina.

- Santos, B.S. (2004). A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez.
- Santos, B.S. (2006). A universidade popular dos movimentos sociais, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 155–165.
- Santos, B.S. (2007a) Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes, *Revista Crítica Ciências Sociais*, n. 78, pp. 3–46
- Santos, B.S. (2007b). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Saramago, J. (2002). *O Homem Duplicado*. Lisboa: Caminho.
- Sawicki, F. e Siméant, J. (2011). Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, pp. 200–255.
- Schostak, J. e Schostak, J. (2008). *Radical research: designing, developing and writing research to make a difference*. London: Routledge.
- Semeraro, G. (2006). Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade, *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 70, pp. 373–391.
- Silva, M. (2006). Esplendores, misérias e promessas da investigação–acção. Actas do XIV Colóquio da AFIRSE - Para um balanço da investigação em educação de 1960 a 2005, Teorias e Práticas.
- Smithson, J. (2000). Using and analysing focus groups: limitations and possibilities, *Int. J. Social Research Methodology*, vol. 3, n. 2, pp. 103–119.
- Soares, M. e Patriota, R. (2009). Brecht e Boal: um diálogo aberto. Relato de pesquisa, *9º Encontro de Reflexões e Ações no Ensino da Arte*, 2–4 Dezembro, Uberlândia.
- Soares, V. (2013). Espetacularidade e performatividade na cena contemporânea dos Movimentos sociais portugueses. Texto apresentado no workshop *Protestos e movimentos sociais contemporâneos em Portugal*, 20–21 Fevereiro, CIES, ISCTE.
- Sobral, J. M. (2003). A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, vol. XXXVII (165), pp. 1093–1126.

- Soeiro, J. (2009). Do meu compromisso com o Augusto Boal, publicado em: <http://antigo.esquerda.net/content/view/12236/67/>
- Soeiro, J. (2010). Entrevista amb Jose Soeiro. Diari de la VI Trobada Internacional de Teatre i Educació. Barcelona: Forn de Teatre Pa' tothom, pp. 8-10.
- Soeiro, J. (2012). Estou aqui por reear o meu futuro: juventude, precariedade e protesto, *Configurações*, 9, pp. 103-119.
- Soeiro, J. (2012b). Um ensaio da revolução: Teatro do Oprimido, teoria crítica e transformação social.
https://institutoaugustoboal.files.wordpress.com/2012/12/um-ensaio-da-revoluc3a7c3a3o_final-11.pdf
- Soeiro, J. (2013). Os direitos dos mais velhos estão a bloquear os dos mais novos. In J. Soeiro; M. Cardina; N. Serra (eds.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 95-107.
- Soeiro, J. (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, pp. 55-79.
- Soeiro, J. (2015). *A Formação do Precariado. Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Soeiro, J., Cardina M. e Serra N. (2013). *Não acredite em tudo o que pensa: mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta da China.
- Souza, A. (2006). Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse? *Educativa Goiânia*, 9 (2), pp. 217-229.
- Steinklammer, E. (2012). Learning to resist: hegemonic practice, informal learning and social movements, in Budd Hall et al (Eds) *Learning and education for a better world*. Rotterdam: Sense Publishers, pp. 23-40.
- Stoer, S. e Dale, R. (1999) Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da revolução portuguesa. *Educação, Sociedade e Culturas*, 11, pp. 67-81.
- Teixeira, C. (2012). *Educação para o empreendedorismo: um estudo sobre o Projeto*

Nacional de Educação para o Empreendedorismo. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra.

Teixeira, T. (2007). *Dimensões Sócio-Educativas do Teatro do Oprimido: Paulo Freire e Augusto Boal*. Tese de doutoramento, Departamento de Pedagogia Sistemática e Social, Universidade Autónoma de Barcelona.

Torgal, L. R. (2010). “Crise” e “crises” no discurso de Salazar. Imprensa da Universidade Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/3593>, acesso em 20.03.14.

Touraine, A. (1982). O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. *Novos Estudos*, 1 (3), pp. 36–45.

Touraine, A. (2009). A sociologia pública e o fim da sociedade. *Caderno CRH*, 22 (56), pp. 245–254.

Van Dijk, T. (2009). Critical discourse analysis, in D. Tanne, D. Schiffrin & Hamilton (Eds) *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, pp. 352–371.

Vasconcellos, E. (2013). *O teatro do oprimido e sua contribuição na formação da criança com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade*. Dissertação de Mestrado em Linguagens da cena e pedagogias da cena, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Viana, W. (2011). *Teatro do Oprimido: Implicações metodológicas para a Educação de Adultos*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Vieites, M. (2003). *Augusto Boal, Antonio Gramsci e Paulo Freire: teatro e dinâmicas de concientización e participación social*. *Adaxe - Revista de Estudios e Experiencias Educativas*, 19, pp. 81–104.

Wodak, R. & Meyer, M. (2009). Critical Discourse Analysis: History, agenda, theory, and methodology in R. Wodak & M. Meyer (eds), *Methods for critical discourse analysis*. London: Sage, pp. 1–33.

Zizek, S. (2012) *O ano em que sonhámos perigosamente*. Lisboa: Relógio D`Água.
